



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Sarah Nery Siqueira Chaves

#Ocupa: uma experiência educativa

Rio de Janeiro

2015

Sarah Nery Siqueira Chaves

#Ocupa: uma experiência educativa

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

C512 Chaves, Sarah Nery Siqueira.
#Ocupa: uma experiência educativa / Sarah Nery Siqueira Chaves. – 2015.
239 f.

Orientadora: Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de
Educação.

1. Educação – Teses. 2. Juventude – Teses. 3. Cidade – Teses I. Oswald,
Maria Luiza Magalhães Bastos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 37

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Sarah Nery Siqueira Chaves

#Ocupa: uma experiência educativa

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2015

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald
Faculdade de Educação da UERJ

Prof^a. Dr^a. Rita Marisa Ribes Pereira
Faculdade de Educação da UERJ

Prof^o. Dr^o. Aldo Victorio Filho
Instituto de Artes da UERJ

Prof^a. Dr^a. Ana Lucia Silva Enne
Departamento de Estudos Culturais e Mídia da UFF

Prof^o. Dr^o. Henrique Antoun
Escola de Comunicação da UFRJ

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Em memória de Débora Ourique Nery, Ericson Pires, Estela Marília Machado Feijó e Sérgio Luiz Santos das Dores.

Vocês fazem falta no mundo.

Ao meu filho Caio e aos meus pais Jorge e Martha.

Vocês fazem tudo valer a pena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a toda/os ocupantes de Niterói, do Rio, do Brasil e da Terra, por me proporcionarem tantas experiências e aprendizagens, e, em especial, às companheiras e aos companheiros do Ocupa Niterói, meus maiores mestres nessa caminhada: sem vocês esta pesquisa não existiria.

Aos meus pais, Jorge Bezerra e Martha Nery, por todo incentivo, apoio, suporte e amor oferecidos desde o dia em que eu nasci, que me fizeram chegar até aqui. Ao meu filho Caio Francisco, que desde o dia em que nasceu renova minhas esperanças de construir um mundo melhor a cada dia. À minha irmã Alice, por estar sempre ao meu lado.

À minha querida orientadora Maria Luiza Oswald, por ser uma mulher inspiradora e me ensinar a amar e a emocionar-me com a pesquisa.

A todos os mestres encantadores que encontrei no Proped, em especial à Rita Ribes Pereira e ao Walter Kohan, cujas aulas-experiências me transformaram para sempre, e através dos quais conheci Jorge Larrosa e seus textos que influenciaram toda a pesquisa, a quem também agradeço imensamente.

A todos os integrantes do grupo de pesquisa Infância, Juventude, Educação e Cultura, pela amizade e pelo prazer do encontro, assim como a todos os demais colegas que encontrei no Proped e em outras instituições educativas que habito, pelas trocas contínuas.

Aos amigos queridos que compartilharam as dores e as delícias desse momento comigo, em especial, à Maria Fernanda, minha eterna amiga e também revisora.

À querida Jessica Constantino, pelas transcrições de áudio.

E a todas as pessoas que encontrei nas ruas e nas redes maquinando estratégias para fazer desse mundo um lugar melhor de se viver, não só para elas próprias, mas para todxs.

Amo vocês.

Trata-se de uma aventura. O objetivo dessa aventura é ela mesma. Percorrer. Experienciar. Basicamente a disposição para o encontro: o encontro com o outro, o encontro no outro, o encontro como território que se modifica a cada acesso. No encontro realizo o outro. E realizo a mim mesmo como (o) outro. Ao mesmo tempo, cada um de nós se torna fragmento desses encontros com o mundo. O encontro realiza a tradução efetiva de um evento de criação. Todo texto é criação. A imensa teia tecida pelas singularidades preenche o vazio da indiferença produzida pela reprodução ad infinitum do mesmo. Esta teia é a arte de criar encontros, ou seja, de produzir pensamento como experimentação do outro, como busca do outro, da realização do outro que eu – também – sou. Nesse sentido, produzir pensamento é necessariamente uma aventura.

Ericson Pires

RESUMO

CHAVES, Sarah Nery Siqueira. *#Ocupa: uma experiência educativa*. 2015. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A pesquisa começa em um pequeno acampamento de protesto do movimento Ocupa/Occupy, na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, em dezembro de 2011, e apresenta diferentes acontecimentos que sucederam nas ruas e redes desde então, relacionados aos levantes de multidões em todo o mundo, até chegar aos acontecimentos das chamadas Jornadas de Junho, em 2013, no Brasil. Uma contextualização mais ampla é tecida por meio de outros acontecimentos históricos, como Canudos, o ano de 1968, o movimento zapatista, os Dias de Ação Global e a revolta popular argentina de 2001, assim como, aproximando-se do campo da pesquisa, os acontecimentos na Islândia em 2008, a Primavera Árabe, o movimento dos indignados europeus e o *Occupy* norte-americano. Nessa trajetória, procura-se investigar as relações entre juventudes, cidades e redes nas práticas cidadãs contemporâneas, encaradas então como práticas educativas, que passaram a ser realizadas de diferentes formas globalmente, com ênfase nos acontecimentos de Niterói e do Rio, entre 2011 e 2013. Trabalha-se a partir de uma perspectiva histórico-cultural, tendo como fundamento metodológico o “pesquisar com”, que pressupõe o encontro com o outro e o diálogo alteritário no campo da pesquisa. A partir da relação entre experiência e sentido, o texto é construído dialogicamente através das narrativas dos sujeitos participantes do Ocupa Niterói, quando procura-se investigar as possíveis aprendizagens proporcionadas pela experiência.

Palavras-chave: Ocupa. Experiência. Juventudes. Cidades. Redes.

ABSTRACT

CHAVES, Sarah Nery Siqueira. *#Occupy: an educational experience*. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This research begins at a small camping spot set up by *Ocupa/Occupy* movement as a protest, in the city of Niterói, Rio de Janeiro, on December 2011, and it presents various occurrences that took place on the streets and over networks since then, related to crowd uprisings all over the world, until the events known as *Jornadas de Junho*, in 2013, in Brazil. A broader context is made through other historical events such as Canudos, the year of 1968, the Zapatista movement, the Global Action Days and the Argentine popular uprising in 2001, as well as the Iceland events in 2008, the Arab Spring, the Indignados European movement and the US Occupy. Following this path, the relationships between youths, cities, and networks in the contemporary citizenship practices are investigated through the point of view of the educational practices, as they started being developed globally, in different ways, emphasizing the events that took place in Niterói and Rio. This work presents a cultural-historical perspective, having as methodological grounds the idea of “researching with,” which presumes the meeting with the other and the alterity dialogue in the field of research. Starting from the relation between experience and meaning, this text is created dialogically, through the narratives of the *Ocupa Niterói* movement’s participants as subjects, when the possible learning promoted through the experience is investigated.

Keywords: Occupy. Experience. Youths. Cities. Networks.

LISTA DE FIGURAS

Imagem 01 - #OcupaNiterói	24
Imagem 02 - #OcupaRepública e #OcupaBarcas	26
Imagem 03 - Ocupando a Câmara em 2011	27
Imagem 04 - Ações #OcupaNiterói	30
Imagem 05 - #OcupaDosPovos	36
Imagem 06 - #OcupaCabral.....	39
Imagem 07 - Ocupa Aldeia Maracanã.....	44
Imagem 08 - A Mulher de Vermelho e a Mulher de Azul	49
Imagem 09 - Mensagem do #OcupaCocó ao #OcupaCamaraRio.....	59
Imagem 10 - Mensagem da Turquia ao Brasil em 2013.....	59
Imagem 11 - #OcupaCamaraNiterói.....	60
Imagem 12 - Urutau Guajajara no alto da árvore por 26h. #AldeiaResiste.....	63
Imagem 13 - um dos poucos pedaços de terra que restou em meio ao concreto das obras do Maracanã. #AldeiaResiste	64
Imagem 14 - Jornadas de Junho 2013	65
Imagem 15 - Ação 12M.....	99
Imagem 16 - Mapa Acampada Sol	132
Imagem 17 - Imagem do <i>post</i> da Adbusters que convocava o OWS	137
Imagem 18 - Mapa #15O do site 15october.net	140
Imagem 19 - Ana em 2011 e em 2014	161
Imagem 20 - #OcupaGolfe #OcuparÉPreciso	223
Imagem 21 - Rafael Braga – O Estado te esmaga de cima para baixo.....	226

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	APRESENTAÇÃO OU QUANDO O CAMPO DE PESQUISA SE TORNA UM CAMPO DE BATALHA: DO OCUPA NITERÓI ÀS JORNADAS DE JUNHO	14
1.1	Acontecimentos e experiências	16
1.1.1	<u>Ocupa Niterói (2011-2012)</u>	25
1.1.2	<u>Ocupa dos Povos (2012)</u>	33
1.1.3	<u>Ocupa Cabral (2012)</u>	38
1.1.4	<u>Ocupa Aldeia Maracanã (2012-2013)</u>	40
1.1.5	<u>“Jornadas de Junho” (2013)</u>	46
1.2	Algumas questões de pesquisa	66
2	PESQUISANDO COM O OCUPA: A PESQUISA COMO TRANSFORMAÇÃO DE SI, DO OUTRO E DO MUNDO	70
2.1	Pesquisar com: um encontro entre sujeitos	70
2.1.1	<u>A pesquisa como acontecimento</u>	75
2.1.2	<u>A pesquisa como experiência</u>	79
2.1.3	<u>A pesquisa como cuidado de si</u>	82
2.1.4	<u>A pesquisa como transformação do mundo</u>	86
2.2	Juventudes e alteridade na pesquisa	88
3	UM “TEMPO SATURADO DE AGORAS”: ENREDANDO FIOS DE MEMÓRIA PARA NARRAR O PRESENTE	96
3.1	Quando e onde começa esta história?	96
3.1.1	<u>O ano de 1968</u>	101
3.1.2	<u>Os Zapatistas</u>	104
3.1.3	<u>Dias de Ação Global e A Batalha de Seattle</u>	107
3.1.4	<u>A experiência argentina</u>	112
3.2	Não somos mercadorias nas mãos de banqueiros: nós somos os 99%	117
3.2.1	<u>Islândia</u>	120
3.2.2	<u>Primavera Árabe</u>	123
3.2.3	<u>Indignados europeus</u>	128
3.2.4	<u>Occupy</u>	136

3.2.5	<u>Alguns (outros) acontecimentos no Brasil de 2011</u>	141
3.3	Como se expressa hoje a sociedade civil?	144
3.4	Pelo direto à cidade	147
3.5	Lutas em redes de redes	154
4	#OCUPANITERÓI: APRENDENDO COM O OUTRO ENTRE JUVENTUDES, CIDADES E REDES	158
4.1	#Ocupa: uma experiência alteritária	176
4.2	#Ocupa: tempo e experiência	187
4.2.1	<u>Tempo livre</u>	187
4.2.2	<u>Tempo da escola</u>	191
4.2.3	<u>Tempo de juventude(s)</u>	195
4.2.4	<u>Sobre movimentos sociais e partidos políticos</u>	200
4.2.5	<u>Sobre o dissenso</u>	205
4.3	#Ocupa: uma experiência no (ciber)espaço	208
4.3.1	<u>Entre o público e o privado, entre cidades e redes</u>	208
4.3.2	<u>Sobre o Facebook</u>	215
4.4	“Seja um ocupante!”	218
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
	REFERÊNCIAS	231

INTRODUÇÃO

A calma dessas descrições combina com o jeito do flâneur, a fazer botânica do asfalto.

Walter Benjamin

De todas as leituras e experiências vividas em campo até a construção de um texto, a pesquisa passa por um processo de ebulição dentro do corpo da pesquisadora que só acalma quando ela encontra as palavras e, no caso deste ofício, cria com elas um sentido num texto. Durante a escrita, as ideias são postas à prova para ver se encaixam na narrativa que está sendo criada pela pesquisadora. Por isso, nesse processo, muitas vezes as ideias se transformam, pois saem do nosso corpo para o mundo e, então, nesse novo cenário, mudam de forma e perspectiva, se contradizem, rebelam-se, associam-se, dialogam ou rompem relações. Dessa forma, nunca sabemos de fato o que o texto se tornará, mas agora que cheguei ao fim, voltei ao início para lhes contar, nesta Introdução, o que se tornou esta pesquisa. Então percebi que não posso fazê-lo.

Relendo agora o trabalho, me perguntei: do que se trata esta pesquisa? As respostas vieram inicialmente em forma negativa: do que *não* se trata esta pesquisa. Não se trata de uma pesquisa sobre o “movimento Ocupa” no Brasil, nem no Rio, nem em Niterói. Primeiro, porque a pesquisa me fez compreender que não existe um “movimento Ocupa”, mas inúmeros e diversificados acontecimentos-Ocupa, e, segundo, porque se esse fosse meu objetivo, teria deixado de lado inúmeras iniciativas importantes. Também não se trata de um estudo especificamente sobre o Ocupa Niterói, o acontecimento de onde surgiu a pesquisa, pois há vários sujeitos e histórias fundamentais sobre ele igualmente omitidos no texto. Da mesma forma, não é objetivo da pesquisa fazer um panorama histórico dos acontecimentos ou chegar a qualquer conclusão sobre tudo o que aconteceu nos quatro anos em que fiz este curso de doutorado, que coincidiram com milhares de levantes populares no mundo, da Primavera Árabe ao pequeno ocupa niteroiense, passando, no Brasil, pelas Jornadas de Junho e também pelos intensos acontecimentos de 2014, incluindo as campanhas #NãoVaiTerCopa¹ e Eleições

¹ O símbolo da cerquilha (#) usado antes de palavras-chave ou “tags” (etiquetas) criam uma *hashtag*, marcando os assuntos que serão indexados como *links* (ligações) entre os conteúdos de uma mesma plataforma. O uso de *hashtags* vem sendo cada vez adotado nas táticas de disseminação e “viralização” de conteúdos pela web,

2014, já que, obviamente, tudo isso não caberia na narrativa². E, por fim, não me sinto nem um pouco confortável em dizer que trata-se de uma pesquisa sobre educação e aprendizagem, já que meus poucos conhecimentos na área não me permitem alcançar tal objetivo.

Então, sobre o que é a pesquisa? Eu diria que é uma pesquisa sobre *experiência*, mas então Jorge Larrosa, autor fundamental sobre o assunto, me colocou numa emboscada: ele diz que não se pode objetificar a experiência, nem fazer dela um conceito, nem pedagogizá-la, nem produzi-la, nem representá-la, pois ela escapa e resiste a qualquer determinação, explicação, pedagogização, representação. Ela não pode ser tratada como um experimento, nem como uma prática ou uma metodologia, pois “a experiência é algo que pertence aos próprios fundamentos da vida, quando a vida treme, ou se quebra, ou desfalece...” (LARROSA, 2014, p. 13). Segundo ele, se começarmos a produzir ciência através da experiência, ou seja, se tivermos a pretensão de universalizá-la, conceituá-la, torná-la uma palavra utilizável pelos especialistas, ou pior, se começarmos a formar cientistas e técnicos da experiência, e essa palavra se tornar um conceito utilizável e reproduzível e aplicável, teremos de “abandoná-la ao inimigo”, como ele diz, e passar a reivindicar a inexperiência e o absurdo no lugar da experiência e do sentido (LARROSA, 2014, p. 13). Dessa forma, não sei bem o que dizer sobre esta pesquisa.

Uma saída possível para falar da experiência, segundo este autor que me serviu de inspiração, seria trata-la não a partir do que ela “é”, mas a partir do que “acontece” – e não só o que acontece, mas o que *nos* acontece. Assim, procurei trabalhar a partir dos acontecimentos que *me* aconteceram e também dos acontecimentos que aconteceram às pessoas com quem compartilhei de muitos momentos importantes ao longo dessa trajetória, particularmente com os sujeitos do Ocupa Niterói, onde a pesquisa nasceu e, depois de transitar por outros tantos espaços, para onde retornou em busca de sentido. No pequeno Ocupa niteroiense, aprendi de uma maneira nova e absolutamente potente sobre todos os assuntos de que tratam esta pesquisa: ocupa, cidadania, democracia, público, cidades, redes, juventudes, experiência, aprendizagem, educação. Pode parecer estranho imaginar como um pequeno acampamento juvenil com menos de 10 barracas e poucos participantes, quase todos de classe média, que

configurando verdadeiras campanhas de comunicação. Como destacam Malini e Antoun: “Na prática, a narrativa noticiosa baseada em *hashtags* foi utilizada para troca de informação mútua, organização tática dos protestos, globalização dos fatos, localização de testemunhas/fontes, relatos multimídia de registros do cotidiano, promoção de ideologias, conversação social e agendamento da mídia.” (Em: MALINI, F.; ANTOUN, H. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 188).

² Além da necessidade de restringir o campo temporal da pesquisa, os acontecimentos relacionados à Copa do Mundo e às Eleições não envolveram Ocupas na cidade, por isso também não ganharam destaque na narrativa.

aconteceu em menos de um mês nas areias poluídas de uma praia urbana em um bairro nobre de uma cidade com meio milhão de habitantes pode ter sido algo tão transformador – logo, educativo - para mim e para outros sujeitos que também foram afetados pelo acontecimento - e também como essa aparentemente pequena experiência se tornou uma tese de doutorado em Educação. Por isso, entendo as limitações apresentadas por Larrosa ao tratar da ideia de experiência e explico como procurei “dar forma” aos acontecimentos que nos aconteceram ao longo desse tempo.

No primeiro capítulo, apresento os percursos que me fizeram chegar ao Ocupa e narro os acontecimentos que compõem o campo espaço-temporal da pesquisa: do Ocupa Niterói às Jornadas de Junho, quando também apresento as questões da pesquisa. No segundo capítulo, desenvolvo os fundamentos teórico-metodológicos que me ajudaram a lidar com os acontecimentos e sujeitos em campo, problematizando questões próprias da pesquisa em Ciências Humanas e o “pesquisar com”. Já no terceiro capítulo, amplio a contextualização dos eventos contemporâneos numa perspectiva histórico-cultural, quando uma rede de relações possíveis é tecida em torno das singularidades do campo. Aqui emergem histórias de Canudos, 1968, zapatistas, Dias de Ação Global e da revolta popular argentina de 2001, assim como dos levantes populares na Islândia em 2008, a Primavera Árabe, o movimento dos indignados europeus e o *Occupy* norte-americano. Por fim, no quarto e último capítulo, enredo as narrativas de alguns dos sujeitos que participaram do Ocupa Niterói para então construir um sentido polifônico dos acontecimentos e experiências vividos ao longo desses quatro anos de estudos. Ao longo de todo o texto, pulsa a questão: o que acontece quando a experiência nos acontece?

1 APRESENTAÇÃO OU QUANDO O CAMPO DE PESQUISA SE TORNA UM CAMPO DE BATALHA: DO OCUPA NITERÓI ÀS JORNADAS DE JUNHO

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história.

Walter Benjamin

Esta pesquisa tem origem na vida e na experiência. Nasceu e se constituiu como um acontecimento: da singularidade de um encontro que remete a contextos mais amplos. Os fenômenos aqui descritos, referentes aos movimentos denominados Ocupa³, tema de meu estudo, aconteceram (e seguem acontecendo) em espaços e temporalidades múltiplos e complexos, pois são ao mesmo tempo cotidianos/locais e históricos/globais. Fazem parte de um fluxo intenso de transformações em nível planetário com efeitos diretos e indiretos em diversas áreas do social, da cultura, da política e, o que me interessa particularmente aqui, da educação. Um aspecto novo dessas transformações é, sem dúvida, o fato de que elas acontecem em rede, como um fenômeno interligado globalmente, com intensa mediação de dispositivos digitais, principalmente móveis. A conexão ponto a ponto abriu novas e infinitas janelas para outros mundos e por toda a parte multiplicam-se desejos (e lutas) por uma nova sociedade mais justa, solidária e democrática.

Meu interesse em estudar o Ocupa nasceu numa praça com meia dúzia de jovens. Não, na realidade nasceu num software que conecta bilhões de pessoas pelo planeta. Ou, pensando bem, os acontecimentos que deram vida a este estudo surgiram em muitas praças e ruas de muitas cidades, reunindo dezenas, centenas e milhares de pessoas na África, na Europa, na Ásia, nas Américas e na Oceania - embora certamente também tenham passado despercebidos em muitos desses lugares. Suas manifestações no mundo envolvem desde pequenas táticas do cotidiano até grandes estratégias globais. É realmente complexo apresentar o tema desta pesquisa. Talvez porque ela trate da vida no mundo contemporâneo, onde as temporalidades e

³ Estou chamando de Ocupa as ocupações do espaço público urbano com barracas de acampamento, particularmente as que surgiram inspiradas no movimento norte-americano *Occupy*, em 2011, mas que também acontecem sem barracas, quando são ocupações mais simbólicas e efêmeras do espaço público. Não se enquadram no que estou chamando de Ocupa, nesta pesquisa, as ocupações de imóveis abandonados, também chamados ocupas / okupas ou *squatters*, em inglês, nem mesmo as ocupações de latifúndios, como nos acampamentos dos sem-terra, casos estes que possuem outras contextualizações e metodologias próprias.

espacialidades, as relações e subjetividades, enfim, as maneiras de estar no mundo continuem a reconfigurar-se num ritmo muito acelerado e seja cada vez mais raro promovermos uma pausa no fluxo dos acontecimentos para formular um pensamento a respeito do que se passa (ou do que nos passa). Mas este parece ser meu objetivo aqui.

Certamente, não pretendo dar conta de tudo o que está acontecendo no mundo. Mais especificamente, meu objetivo neste estudo é investigar as relações entre *idades*, *juventudes*, *redes* e práticas *educativas*, a partir das experiências com os movimentos Ocupa. Este constitui o foco de minha pesquisa vinculada ao projeto “*Educação e processos comunicacionais pós-massivos: implicações para práticas educativas em espaços formais e não formais de educação*”, desenvolvido no período de 2011 a 2014 pelo grupo de pesquisa Infância, Juventude, Educação e Cultura (IJEC), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Proped/UERJ), coordenado pela professora Maria Luiza Oswald. Na busca por um “objeto de estudo” que contemplasse essa relação inscrita no segundo eixo de interesse do projeto, intitulado “*Cibercultura e modos juvenis de dizer-se*”, um acontecimento de aparentemente pequenas proporções (mas conectado a milhares de outros acontecimentos similares no mundo) descortinou-se para mim como um espaço singular em que essas instâncias encontram-se enredadas. Este acontecimento fundador da pesquisa foi o pequeno Ocupa Niterói, que fez parte de uma série de outras manifestações realizadas pelo mundo ao longo do ano de 2011, que seguiram acontecendo nos anos seguintes, em diferentes escalas, até a conclusão desta pesquisa, em 2015, e sobre as quais tentarei formular aqui um pensamento que contribua com o debate que está se passando no mundo no momento em que escrevo.

Mas, para contextualizar esse acontecimento, faz-se necessário escolher um começo e um fim para esta narrativa caber num texto – ou seja, “fazer um recorte” –, ainda que, como já foi sinalizado, existam muitas temporalidades envolvidas nesta história. Da *pólis* grega antiga à Grécia em crise do século XXI, passando pelos pilares ideológicos da modernidade ocidental e chegando à época chamada pós-moderna ou pós-colonial em que nos encontramos, não há dúvidas de que, para narrar o presente, é preciso reconstruir a memória e, em alguns casos, imaginar o futuro. É longa a trajetória de movimentos de resistência que influenciam e afetam as manifestações que temos visto desde 2011, como os casos emblemáticos dos movimentos dos anos 60 e 70 – antiguerra, pacifista, hippie, ambientalista, negro, feminista, contracultural –, a forte influência mais recente dos movimentos punk e anarquista dos anos 80, e ainda no rastro dos movimentos “anticapitalistas” dos anos 90. Uma longa trajetória de movimentos sociais de vários tipos prenunciava o clima das manifestações

de hoje e foi o caminho por onde passaram muitos atores políticos que atravessaram o milênio com as mesmas pendências a serem resolvidas globalmente na sociedade.

A noção de *experiência* em Walter Benjamin e em Jorge Larrosa será o ponto de partida de minha reflexão. Esse conceito, quando encarnado pela pesquisadora, abre caminho para as aprendizagens vividas no campo. A experiência funda a pesquisa, que encontra-se na vida. É a partir desse lugar que a pesquisadora se vê transformada e percebe um campo fértil para promover uma reflexão sobre a educação, em diálogo com diferentes textos e contextos encontrados pelos caminhos. Bakhtin, assim, é outro autor fundamental que baliza este estudo a partir das noções de *dialogismo* e *alteridade*, também encarnados em campo (na vida), e que nos colocam frente ao desafio mais sutil e essencial da educação: o encontro com o outro. Nesse encontro, algo pode nos acontecer - a experiência e, conseqüentemente, a aprendizagem. Com o acelerado ritmo de vida capitalista e com a crescente privatização dos espaços públicos, entre outros aspectos das culturas contemporâneas, acredita-se que estão mais reduzidas as chances de um encontro alteritário e a possibilidade da experiência nas grandes cidades. É aí que os Ocupas aparecem como espaço-tempo potente de experiência: ao promoverem a interrupção necessária do espaço-tempo produtivista para que o encontro seja possível e algo finalmente nos aconteça.

1.1 Acontecimentos e experiências

Ao longo do ano de 2011, muitos fenômenos sociais aconteciam no mundo e careciam de um olhar mais demorado que custei a dar. Tudo parece ter começado no dia 17 de dezembro de 2010, quando um pobre vendedor de frutas tunisiano, de 26 anos, jogou gasolina sobre o seu corpo e ateou fogo em frente ao governo local, após agentes do Estado confiscarem suas mercadorias em meio a práticas de suborno e humilhação. Nesse dia, Mouhamed Bouazizi escreveu em seu mural do *Facebook* um pedido de desculpas à sua mãe por ter perdido a esperança em tudo e pôs fogo em si mesmo. Seu primo filmou a cena e colocou na internet, deixando a população tunisiana indignada e iniciando uma série de protestos. Com a morte de Bouazizi, 18 dias depois, os protestos se intensificaram na Tunísia e contagiaram países vizinhos do norte da África, como Argélia, Jordânia, Egito e Iêmen, e ainda muitos outros, cujas manifestações levaram milhares de pessoas às ruas e praças e derrubaram quatro ditadores que se mantinham há décadas no poder: Ben Ali, na Tunísia;

Hosni Mubarak, no Egito; Muamar Kadafi, na Líbia; e Ali Abdullah Saleh, no Iêmen. Esses acontecimentos ficaram conhecidos como *Primavera Árabe*.

A forte mobilização popular nas ruas e o chamado para a ocupação das praças, como foi o caso da Praça *Tahrir*, no Cairo, que reuniu milhões de pessoas em janeiro de 2011, mobilizou pessoas em diversos países vizinhos, inclusive na Europa, onde a crise econômica iniciada com a quebra dos bancos em 2008 chegava ao seu ápice. Portugal foi um dos primeiros países europeus a indignar-se após a Primavera Árabe, em 12 de março de 2011, com a “Geração à Rasca” (ou 12M, em referência à data), seguido pela Espanha, em 15 de maio de 2011 (por isso também foi conhecido como 15M ou “Indignados”), quando os cidadãos se organizaram espontaneamente para ir às ruas em 58 cidades espanholas. Todas essas convocações eram organizadas pela internet, em redes sociais e outras plataformas digitais, como o site *Democracia Real Ya!* (democraciarealya.es), e foram compartilhadas mundialmente pela rede. Como consequência de tamanha ebulição social, começaram as primeiras mobilizações pela internet para organização de protestos semelhantes nos Estados Unidos, com data marcada para 17 de setembro de 2011. Inspirados na ocupação pacífica das praças *Tahrir*, no Cairo, e *Puerta del Sol*, em Madri, os ativistas norte-americanos já convocavam a população com esta finalidade: “ocupar” as praças do centro econômico do planeta, com o mote “*Occupy Wall Street*”. Centenas de cidades dos Estados Unidos aderiram ao movimento, que se espalhou ainda por outros países, inclusive o Brasil, onde foram registradas ocupações no Rio, em São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Vitória, Salvador, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, entre outras cidades, como a “pequena” Niterói. O site “*Occupy Together*” (occupytogether.org) registrou mais de duas mil ocupações em todo o planeta nessa época, que reivindicavam um novo modelo de cidade, de país e de mundo.

Enquanto tudo isso acontecia, eu não me dava conta, como cidadã, da grandiosidade do fenômeno e da importância de fazer parte, até porque a velocidade e a efemeridade das notícias, tanto na mídia tradicional quanto na internet, nos dá pouco tempo para assimilar as causas dos acontecimentos em meio a uma rotina acelerada. Como disse Benjamin (1994, p. 203): “quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação”. Ou como disse Larrosa (2002, p. 21): “Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara”. Alguns amigos se envolviam com o Ocupa Rio, que acontecia na Praça da Cinelândia desde o dia 15 de outubro de 2011 (durou até o dia 5 de dezembro do mesmo ano), com grande adesão. Mas eu “não tinha tempo”. Foi então que algo me aconteceu. E aconteceu pelo *Facebook*.

Sem que eu pedisse, um amigo me incluiu num grupo dessa plataforma, chamado “Ocupa Niterói”. Achei interessante a ideia de que algo desse tipo – do que eu estava começando a entender sobre o movimento *occupy* – acontecesse na cidade onde moro. Eu via pelas discussões online que eles se preparavam para uma ocupação de algum espaço público local, se reuniam em “Assembleias” e se dividiam em “Grupos de Trabalho” (GTs) de áreas variadas: Infraestrutura, Comunicação, Jurídico etc. (achei curioso como, para criar algo novo, ainda utilizamos nomenclaturas antigas). No dia marcado para a ocupação da Praça Getúlio Vargas, no bairro de Icaraí⁴, 06 de dezembro de 2011, confirmei presença no evento criado no *Facebook* e fui com meu filho, então com 3 anos de idade. Um pequeno grupo de 10 jovens esteve presente nos primeiros momentos. Uma parte do grupo confeccionava cartazes enquanto outra argumentava com um Guarda Municipal. Achei que já eram os primeiros sinais de repressão ao ato, mas, para a minha surpresa, a discussão girava em torno de ser proibido deitar no banco da praça. Enquanto a discussão acontecia, um indignado permanecia deitado, em silêncio, enquanto os outros argumentavam em vão. Como era de se esperar, se não era permitido deitar no banco da praça, muito menos seria acampar por tempo indeterminado. Aproximadamente cinco barracas foram montadas na praça de manhã e no mesmo dia à noite foram retiradas pela Polícia Militar e Guarda Civil de forma arbitrária, pois não estávamos fazendo nada que fosse comprovadamente “ilegal”. O principal embasamento utilizado por ativistas e movimentos para esse tipo de ação é o Artigo 5º da Constituição Brasileira, que em seu parágrafo XVI afirma que “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”. Além de dialogarmos embasados nesse artigo e resistirmos pacificamente por meio de uma corrente humana ao redor das barracas, fazendo uso de nossas únicas “armas” que eram nossas câmeras e celulares que filmavam toda a ação, a ordem do Secretário Municipal de Segurança Pública da época, o tenente-coronel Rui França, foi suficiente para que as barracas fossem retiradas com truculência pela Polícia Militar e Guarda Municipal em poucos minutos. Como a praça em que estávamos era em

⁴ Trata-se de um bairro de classe média alta de Niterói, um dos metros quadrados mais caros da cidade, cuja renda *per capita* se situa em torno de 6 000 reais, dezenove vezes mais alta que a média nacional. Em 2014, foi considerado o IDH mais alto do Estado do Rio. Por não ter participado das reuniões prévias, não participei do processo de decisão do local da ocupação, mas ao longo do acontecimento aconteceram alguns questionamentos dos participantes sobre a escolha de um bairro nobre.

frente à Praia de Icaraí, fomos todos para a areia⁵ (nessa altura havia umas 30 pessoas) e fizemos nova assembleia para discutir os rumos do movimento. Por ser área supostamente de responsabilidade da Marinha⁶, não fomos incomodados ali e ali permanecemos até o fim do mês. Assim começou o #OcupaNiterói.

Naquele dia, um incômodo sentimento me fez constatar que, apesar de sempre ter estudado em escolas (particulares) consideradas de qualidade, apesar de já ter feito mestrado e ser uma professora universitária naquele momento, eu não sabia praticamente nada sobre o que era um espaço público e o que poderia ou não ser feito ali (podíamos de fato acampar ali?), pois simplesmente não conhecia a Constituição nem seu artigo 5º que era citado por aqueles jovens aos policiais, logo, não conhecia meus direitos nem sabia de fato o que significava ser uma cidadã e, afinal, eu percebi que no fundo eu não sabia o que caracterizava uma democracia, a “democracia real” a que se referiam os ativistas europeus. Foi assustador perceber isso e, ao mesmo tempo, descortinar esse universo político a partir daquela pequena ocupação e com aqueles poucos jovens. Ali, eu me despi de meus papéis sociais – de mãe, professora, doutoranda – e me coloquei em “ex-posição” (LARROSA, 2014, p. 26) para a experiência, junto daqueles jovens que acabara de conhecer, e ali iniciava um intenso processo de aprendizagens que passei a viver com o Ocupa. Exatamente três anos depois daquele dia, numa conversa coletiva com integrantes do Ocupa Niterói na mesma praça Getúlio Vargas, um dos ocupantes, Rodrigo, lembrou desse primeiro dia, trazendo alguns elementos que ficaram marcados para ele em relação aos limites entre público e privado e entre liberdade e coerção no território urbano:

Seguindo nessa linha de lembranças, outra que ficou muito forte pra mim (...) foi o Capitão França aqui, que era o comandante da [Guarda] Municipal na época falando pra gente assim, quando a gente reivindicava o artigo 5º, né, que a gente tem o direito de se manifestar, e ele dizia assim “não, tudo bem, eu sei que vocês têm o direito, só tô pedindo pra vocês fazerem isso do outro lado da rua.” Tipo, porra, então eu não tenho liberdade, né? [risos] Você tá definindo aonde é que eu posso me manifestar, isso não é liberdade!

E da mesma noite da ocupação quando alguém que mora aqui perto estava passeando com um cachorrinho aqui, aí o Rafão estava fazendo a filmagem. O cara ficou meio perplexo quando viu o portão da praça trancado, aí o Rafão, maroto na arte das gravações, já foi atrás dele pra filmar isso, e aí perguntou e ele falou: “cara, sei lá, é que eu moro aqui há uns dois anos e toda noite eu saio pra passear com o meu cachorro e essa praça tá aberta, hoje é a primeira vez que ela tá trancada”,

⁵ Caberia uma análise mais aprofundada sobre o importante papel que as praias exercem enquanto espaços públicos nas cidades litorâneas.

⁶ Segundo a Lei 7.661 de 16/05/1988, em seu artigo 10: “As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.” (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm. Acesso em: 15/01/15)

sendo que a justificativa pra gente não ficar aqui era que a praça tinha que ser trancada.

Ocupar se configurava então como um ato pacífico de desobediência civil, assim como todos os ocupas e acampadas que aconteceram no mundo, que também deixava explícita uma disputa pelo território da cidade. Quem decide se a praça deve ser trancada? Ou antes: por que gradear a praça? Por que não podíamos permanecer ali se estávamos de acordo com a Constituição? Naqueles dias do acampamento, muitas experiências aconteceram e eram assimiladas de maneiras distintas pelos diferentes sujeitos afetados por elas. Entre os passantes pelo calçadão de Icaraí, alguns obviamente não entenderam o que estava acontecendo, outros acharam que era um acampamento sem-teto, uns chamaram de favela e muitos consideraram apenas um acampamento de verão feito por jovens desocupados que querem mudar o mundo. Na parte de dentro, também não havia muito consenso sobre os motivos que levaram cada um até aquele local: uns estavam ligados no movimento *occupy*, outros passavam e resolviam entrar para ver do que se tratava; um desejava opor-se às grades das praças, muitos sentiam vontade de manifestar sua indignação sobre fatos ocorridos local ou globalmente e, juntos em suas diferenças, encontraram naquele movimento uma forma de expressão.

E por que eu estava ali? Minha primeira motivação era ser mais uma cidadã indignada e insatisfeita com a maneira como os poderosos locais e globais têm encaminhado situações que afetam todo o planeta. Também já me era familiar e atraente a ideia de instauração de um acampamento como Zona Autônoma Temporária (ZAT, ou TAZ, em sua versão original), conceito de Hakim Bey (2001), de 1985, muito citado para definir as ocupações e outros acontecimentos autônomos. Dizem mesmo que as TAZ devem se parecer “com uma festa incrível, na qual por um breve momento nossos desejos são manifestados e todos nos tornamos criadores da arte da vida cotidiana” (BOYD, 2013, p.218), talvez por isso minhas primeiras experiências mais próximas dessa ideia tenham sido em festivais de música eletrônica que aconteciam em cantos remotos do país, entre 2002 e 2005, quando jovens de diferentes partes se reuniam e acampavam durante dias num verdadeiro “universo paralelo”, como diz o nome de um desses festivais. Mas foi a partir do Fórum Social Mundial⁷, em

⁷ O primeiro Fórum Social Mundial aconteceu em 2001, em Porto Alegre (RS) e teve objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos que, desde 1971, defende as políticas neoliberais em todo mundo. Desde então, o evento acontece anualmente tanto em Porto Alegre como em diferentes partes do mundo, reunindo diversos movimentos sociais e cidadãos.

2005, dos encontros da Família Arco-Íris⁸, de 2005 a 2010, e dos Ocupas, a partir de 2011, que a ideia de Zonas Autônomas Temporárias me foi compreendida como seu autor disse que seria: na própria ação. Na definição de Hakin Bey:

A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la. Uma vez que o Estado se preocupa primordialmente com a Simulação, e não com a substância, a TAZ pode, em relativa paz e por um bom tempo, 'ocupar' clandestinamente essas áreas e realizar seus propósitos festivos. (BEY, 2001, p. 6)

Os propósitos festivos desses eventos que vivenciei foram fundamentais para me colocar em contato com aspectos políticos que me acompanham desde então e certamente me levaram até os acontecimentos Ocupa. Os grupos e indivíduos associados a essas práticas costumam vivenciar outras formas de organização (ou de não-organização, como dizem), mais participativas e horizontalizadas, fazendo uso de metodologias ancestrais como círculos de palavras, bastão de fala, a busca pelo diálogo e pelo consenso, a comunicação em rede e descentralizada. No Brasil e no mundo, há uma extensa rede de comunidades alternativas que possuem uma eficiente comunicação rizomática desde antes da criação ou popularização da internet, por meio dos nômades viajantes que levam e trazem as notícias de uma comunidade à outra, prática que entre os “malucos de estrada” é conhecida como “rádio cipó” (“INVENTÁRIO, 2012), e também por meio dos “círculos de visões” promovidos em encontros anuais dessas comunidades. Os *Rainbow Gatherings* (ou Encontros da Família Arco-Íris) são, sem dúvida, a experiência mais radical de Zonas Autônomas Temporárias que eu já vivenciei nesse sentido. O verbete da *Wikipedia* classifica a Família Arco-Íris como “a maior não-organização internacional de membros não-afiliados” (FAMÍLIA, 2013) do planeta. Pela primeira vez, participei de um coletivo totalmente aberto e não-hierárquico, conectado em uma rede internacional, cujas decisões eram tomadas em consenso e tudo era construído pelos próprios participantes num processo bastante orgânico e não pouco complexo, fundamentado no diálogo não-violento e evitando, inclusive, o uso das redes sociais da internet para circulação de informação sobre os encontros.

Essas experiências prévias fizeram com que a ideia de um acampamento de protesto como o Ocupa não me parecesse absurda. Não há como negar o clima de “festival” que os ocupas urbanos emanam, guardando as devidas diferenças de intenções e objetivos. As

⁸ O primeiro Encontro da Família Arco-Íris aconteceu em 1972, no Colorado, EUA, como fruto do movimento hippie dos anos 1960 e 1970, e seguiu acontecendo anualmente nas florestas norte-americanas, chegando a reunir milhares de pessoas e espalhar-se por diferentes países por meio de uma cultura nômade.

acampadas de protesto nos moldes das que vêm surgindo desde 2011 podem ser vistas também como fluxo dessa prática global de encontros rizomáticos pacifistas que acontecem desde o pós-guerra pelos muitos aspectos comuns que elas apresentam em suas formas de atuação: a ocupação temporária de um território, fazendo uso de barracas e improvisando outras estruturas quando necessário, autogestão e troca de experiências entre os indivíduos ali presentes; resistência pacífica ao sistema capitalista etc. De qualquer forma, como veremos no capítulo III, há ainda outros tantos fatores históricos que também podem ser enredados nesta narrativa.

Pretendo com essa contextualização apresentar os caminhos que me levaram a encontrar os Ocupas e a fazer parte deles, já que, da perspectiva histórico-cultural em que me posiciono nesta pesquisa, a pesquisadora é encarada como o principal “instrumento” da pesquisa e, por isso, deve estar contextualizada assim como seu objeto de estudo. Apesar das muitas diferenças entre as experiências narradas até aqui e o Ocupa Niterói, vi naquele pequeno acampamento de no máximo 10 barracas a mesma potência de resistência pacífica e construção colaborativa de um mundo novo que encontrei em outros modelos maiores de TAZ. Ao entrar em contato com os jovens ocupantes de Niterói e compartilhar com eles aquele importante ato simbólico de “retomada” do espaço público pelo público, o acontecimento finalmente me afetou, me tocou e me transformou. Sendo propositalmente redundante: o acontecimento me aconteceu.

Moradora do bairro, eu passava pelo acampamento do Ocupa Niterói todos os dias e me envolvia diretamente em suas atividades e sua organização. Cada dia estava aberto a muitas possibilidades e definíamos juntos o que gostaríamos de fazer a partir dos desejos e demandas que iam surgindo no acampamento: oficinas, biblioteca, atos, textos, divulgação, eventos. Poucos de fato dormiram no acampamento, eu mesma coloquei minha barraca no primeiro dia de ocupação, mas nunca dormi, justificando isso por ter um filho pequeno, morar ali perto, mas também por escutar de meus pais e amigos que era um grande risco ou uma grande loucura fazê-lo, sendo algo para “jovens desocupados”. Há obviamente alguns hiatos profundos entre as visões de mundo dos diferentes sujeitos envolvidos neste acontecimento, que coincidem, em muitos casos, com uma visão adultocêntrica do mundo, como retomarei adiante. Mas enquanto tudo isso acontecia, eu busquei não racionalizar a experiência, mantendo-me ali, presente, vivendo aquele momento fora da objetivação, não me importando com os julgamentos externos que rondavam o acampamento. Não imaginei, por exemplo, que ali mesmo poderia estar se delineando meu campo de pesquisa. Posteriormente, li em Jorge Larrosa (2008, p. 187) que o sujeito da experiência “é um sujeito ex-posto, ou seja, receptivo,

aberto, sensível e vulnerável. Além de ser também um sujeito que não constrói objetos, mas se deixa afetar por acontecimentos”, e senti-me próxima desse tipo de experiência. Larrosa (1998, p.85) diz também que o sujeito da experiência “está disposto a perder pé e a deixar-se derrubar e arrastar por aquele que lhe sai ao encontro: o sujeito da experiência está disposto a transformar-se numa direção desconhecida”.

Com a proximidade do ano novo, decidimos retirar o acampamento da praia, que ficaria intransitável para a festa de *réveillon*. E foi só após encerrada a primeira fase do Ocupa Niterói que eu percebi um potencial campo de estudo ali: o movimento *occupy* em sua versão “papa-goiaba”⁹, em meio à contextualização em que está inserido globalmente, serve como campo para se pensar “os modos juvenis de dizer-se” na interface entre cidades e redes. A potência daquela aprendizagem era visível e compartilhada em narrativas produzidas nesses encontros presenciais ou virtuais. Conversando com alguns ocupantes nos anos seguintes, eles narraram suas experiências no Ocupa, tornando visível aspectos sutis e profundos de cada aprendizagem. Essas falas ganharão mais destaque no quarto capítulo, mas aparecem em diferentes momentos ao longo de todo o texto. O depoimento de Rodrigo, abaixo, que na época do Ocupa Niterói tinha 19 anos, sintetiza alguns aspectos-chave das experiências dos sujeitos que passaram a repensar suas relações com o outro, com a cidade e consigo mesmos.

Acho que a relação com pessoas foi fundamental, saber dividir espaço, não só dividir o espaço pra passar..., a falsa ilusão de que a gente não tem mais espaço público, que a gente resolve as coisas sempre no espaço privado - daqui pro escritório, do escritório pra não sei aonde - e ali não, de fato, você tinha que dividir a sua comida, tinha dias que eu tava morrendo de fome, brother, mas o cara do meu lado tava morrendo de fome também, sabe, então meia fome pra mim, meia fome pra ele, e fica cada um, um pouco melhor. Isso acho que foi bem didático.

Não só com as pessoas que estavam convivendo ali, mas interagir com a população, assim, que não é normal. Você tá andando na rua, você vai passar por uma pessoa e não vai falar com ela, mas aí você tá ali acampado, levantando da sua barraca, com ‘mó’ cara de sono e ele chega pra falar com você. E isso é bem legal também, que você vai tirando umas pequenas histórias.

O Ocupa abre esse espaço: ali as pessoas chegam abertas pra conversar, por mais mala que o cara seja, você vai dar pelo menos cinco minutos de atenção pro cara, depois se você cansar, você sai também, porque acho que isso faz parte, não tem que aturar ninguém que você não queira, né, e pras pessoas entenderem que se não tá funcionando daquele jeito, vamos fazer de outro jeito. Acho que talvez nesse ponto

⁹ Termo de origem Tupi para designar os povos “fluminense”, ou seja, moradores do estado do Rio de Janeiro. (LUCAS, Jorge Alexandre. “Somos todos cariocas: identidade e pertencimento no mundo globalizado”. In: Revista Científica Ciência em Curso – R. cient. ci. em curso, Palhoça, SC, v. 3, n. 2, p. 111-123, jul./dez. 2014.) Nasce supostamente de uma prática indígena de conceituar habitantes de determinados lugares enquanto comedores característicos de algo: “papa-arroz é maranhense; papa-sururu é alagoano; papa-bode é piauiense; papa-goiaba é fluminense” (LYCURGO, Tassos. “Ixé Yumuru'war. Abá-pe endé? (Sou papa-jerimum. Quem és tu?)”. Disponível em: <http://www.ufnnet.br/~tl/artigos%20em%20pdf/ixeyumuruwar.PDF>. Acesso em: 07/05/15)

também tenha me gerado aprendizado. De umas práticas que incomodassem os outros, o respeito, é mais uma educação nesse sentido, educação na base do respeito, de inversão de valor, que é o que eu acho que a gente tá precisando pra evoluir culturalmente, a gente tem um valor muito trocado, é monetário, é econômico, não é mais valor subjetivo, é uma moral meio falha, e lá resgatou muito isso meu, do que de fato você dá importância.

Imagem 01 - #OcupaNiterói



Foram incontáveis experiências vividas nesses quatro anos de estudos. Tentarei destacar aqui as principais experiências que compuseram o cenário do campo, buscando com isso levantar algumas questões de pesquisa.

1.1.1 Ocupa Niterói (2011-2012)

Além do primeiro acampamento do Ocupa Niterói, em dezembro de 2011, descrito anteriormente, participei de outros acontecimentos-ocupa, a começar pelos desdobramentos do próprio Ocupa niteroiense. Ao longo de 2012, promovemos ocupações mais curtas e pontuais, como foi o #OcupaRepública, ocupação de um fim de semana, de 2 a 4 de fevereiro de 2012, na Praça da República, no centro de Niterói, e o #OcupaBarcas, ocupação de um dia (22 de março de 2012) na porta da estação das Barcas em Niterói, em protesto contra o aumento de 60% da tarifa. Nessas ações, além do desejo de manter vivo o espírito Ocupa na cidade, nos esforçávamos para atrair mais pessoas para o espaço público, aliando ações de comunicação via redes sociais e formatos mais concisos de ocupações, com programações mais focadas, como debates com convidados, oficinas e atrações culturais. Junto de muitos dos ocupantes, considerava naqueles momentos o espírito “ocupa” tão abrangente e acessível para a participação política da maior parte dos cidadãos – um espaço aberto e horizontal, onde todos podem falar e propor ações -, que sempre nos perguntávamos sobre os motivos de permanecermos um grupo tão pequeno, com no máximo 30 pessoas circundantes e umas 15 realmente engajadas. Talvez sua abrangência fosse o que o restringia? Por ser um acontecimento realmente novo no cotidiano das cidades, percebíamos que havia ainda grande resistência e estranhamento por parte do cidadão comum. Nosso maior desafio era saber narrar aquele acontecimento para o máximo de pessoas compreenderem, e tentávamos fazer isso por meio da comunicação face a face durante as ocupações aliada à comunicação via redes sociais digitais, com imagens e textos atualizando as informações e chamando as pessoas para a praça. Também participamos de eventos de mobilização da cidade (audiências públicas, passeatas, reuniões de conselhos etc.), portando cartazes ou algum manifesto impresso para distribuição.

Imagem 02 - #OcupaRepública e #OcupaBarcas



Autodeclarando-se apartidários (não todos os indivíduos, mas essa era uma classificação adotada coletivamente em ocupas no mundo todo), a maior parte dos ocupantes também ocupava-se em fiscalizar as ações do poder estatal. Uma ação importante para o Ocupa Niterói ocorreu dia 29 de dezembro de 2011, no final do primeiro acampamento, quando foi agendada uma votação às pressas na Câmara dos Vereadores de Niterói para aprovar a privatização dos serviços públicos de saúde por meio das OS (Organizações Sociais¹⁰). O grupo que já estava mobilizado no acampamento, foi para a Câmara de manhã e, junto da pressão dos outros movimentos presentes, fizeram com que a votação fosse adiada para o mesmo dia às 17h. Intensificamos o chamado via redes digitais para que mais pessoas fossem à Câmara de tarde e o resultado foi uma pequena multidão entrando à força na

¹⁰ “As Organizações Sociais de Saúde (OSS) são instituições do setor privado, sem fins lucrativos, que atuam em parceria formal com o Estado e colaboram de forma complementar, para a consolidação do Sistema Único de Saúde, conforme previsto em sua lei orgânica - Lei nº 8080/90”. Fonte: <http://www.transparencia.sp.gov.br/organizacoes.html>. Acesso em: 30/12/14

chamada “casa do povo”, ocupando todas as cadeiras e gritando palavras de ordem para os vereadores, que depois optaram por fazer a votação a portas fechadas. Nos relatos e imagens do protesto, os jovens ocupantes niteroienses performatizam a manifestação com máscaras, narizes de palhaço, abraços grátis e, claro, uma barraca de camping. Interessante observar esse acontecimento em retrospectiva e pensar que dois anos depois a Câmara seria novamente ocupada, já num contexto de insurreição nacional, quando várias Câmaras e outros espaços públicos serão ocupados no Brasil.

Imagem 03 – Ocupando a Câmara em 2011



A sensação de empoderamento desse dia é compartilhada por quase todos. “Ocupar a Câmara dos Vereadores foi incrível, vou contar pros meus netos isso.”, disse Gabriela, uma das ocupantes. Rodrigo, outro ocupante, observa que, diferente da costumeira sensação de impotência em não conseguir exercer nossos direitos, “aquele dia a gente conseguiu sair de lá com outra sensação”. Ele lembra ainda de um curioso encontro alteritário ocorrido nesse mesmo dia, à noite. Quando voltaram ao Ocupa Niterói, eles viram um dos vereadores num bar próximo ao acampamento e foram falar com ele munidos de câmeras e perguntas. O

vereador, que naquele dia havia votado a favor das privatizações apesar dos protestos que invadiram a Câmara, conversou com os jovens e disse: “eu já fui igual a vocês”.

É muito comum na nossa vida cotidiana, quando a gente tenta exercer nossa cidadania, exercer nossos direitos de fazer política, a gente sair com uma sensação de “sou um merda, eu não consigo fazer nada”. Sensação de formiguinha mesmo, de “eu sozinho aqui não tô fazendo nada” e aquele dia a gente conseguiu sair de lá com outra sensação, porque quando a gente viu que tudo estava perdido, a gente pulou pra dentro do plenário e ocupou assim e falou “não, aqui vocês não vão votar isso” e a gente obrigou eles a entrarem numa sala e votarem numa sala muito fechada. Por mais que a gente tenha perdido a votação que a gente não queria que tivesse sido aprovada, a gente saiu de lá com uma sensação de vitória. Ver todo mundo caminhando e tudo mais...

E a gente ainda encontrou um dos vereadores, não lembro o nome dele agora, aqui no barzinho aqui da frente. E a gente foi filmar e na conversa, em algum momento, ele falou “eu já fui igual a vocês, é, eu já lutei contra a ditadura”, né, aquela reivindicação assim. (...) Acusando a gente talvez de ser radical demais, de que ele entendia o que a gente estava fazendo, que ele também estava a favor da saúde mas que ele tinha que votar porque ele era comprometido com a saúde, enfim...

Apesar da maior visibilidade dada ao Ocupa Niterói após cada uma dessas ações, permanecíamos com o mesmo núcleo pequeno de pessoas a tentar articular novas ações e agregar mais adeptos a elas. Pensávamos em outras formas de intervir no espaço urbano que não se restringissem ao modelo de acampamento, pois este também poderia ser um dos motivos de estranhamento e dificuldade de aproximação pela falta de compreensão sobre aquela forma de resistência. Ao longo do ano de 2012, percebia via *Facebook* esse mesmo esforço de “não deixar a chama apagar” em muitos *occupies* e acampadas pelo mundo. Todos passaram pelas grandes ocupações e levantes de 2011, considerados momentos orgâsmicos por Slavoj Žižek (2012), e começavam agora a promover ocupações e atos mais pontuais, em torno de alguma demanda específica, a fim de manter a multidão nas ruas. Incontáveis ocupações aconteciam ao mesmo tempo no mundo. No Ocupa Niterói, o número reduzido de pessoas envolvidas demandava muito mais de cada participante, e o objetivo de agregar mais pessoas ao movimento não estava sendo necessariamente alcançado após cada ação, o que começou a gerar cansaço e desânimo no pequeno grupo que se estabeleceu, dispersando-o bastante. Junto disso, somou-se o fato de que, após o Ocupa, muitos daqueles sujeitos engajaram-se cada vez mais em outros coletivos autônomos e descentralizados que se fortaleciam na época, como a Marcha da Maconha¹¹, a Marcha das Vadias¹²; além de alguns

¹¹ O Coletivo Marcha da Maconha Brasil é um movimento social, cultural e político, cujo objetivo é levantar a discussão sobre proibição hoje vigente no país em relação ao plantio e consumo da *cannabis*, tanto para fins medicinais como recreativos. O coletivo funciona como uma rede de indivíduos e instituições que trabalham de forma majoritariamente descentralizada. Disponível em: www.marchadamaconha.org.

intensificarem sua militância no emergente Partido Socialismo e Liberdade¹³ (PSOL), principalmente com a chegada do ano eleitoral municipal de 2012. Nesse ano também passamos por uma grande greve nas universidades federais e estaduais, que mobilizou fortemente os integrantes do Ocupa, quase todos estudantes universitários, em seus respectivos cursos. Mantínhamos contato via grupo de *Facebook*, onde de vez em quando alguém apresentava uma ideia para ver se ela ganhava força e adesão. Eventualmente promovíamos um encontro/assembleia para pensar em uma nova ação, sempre com pouca adesão, motivo de nossas reclamações internas.

O coletivo que se formou em torno da proposta Ocupa Niterói promoveu seis ações em 2012: além do Ocupa República (fevereiro) e Ocupa Barcas (março), nossa barraca-alérgica esteve no Ato “Niterói quer Paz”, em 21 de abril, e também participamos do chamado de ação global 12M, em 12 de maio, que celebrava um ano do 12M-15M português-espanhol. Na ocasião, promovemos um rebatismo simbólico de uma das ruas mais nobres do bairro de Icaraí, a Rua Cel. Moreira César, pendurando grandes placas que diziam quem foi Moreira César, coronel sanguinário que morreu tentando destruir Canudos, e uma nova placa de rua onde se lia “Rua Antônio Conselheiro”, em homenagem ao líder daquela que pode ter sido uma das maiores “ocupações” brasileiras¹⁴. Nesse dia, também acontecia a Marcha da Maconha, em Niterói, e depois da intervenção na rua, montamos algumas barracas de camping no local onde a Marcha chegaria, no final da Praia de Icaraí. Lá, conseguimos alguma adesão para um debate sobre a descriminalização das drogas. No final do mesmo mês, promovemos uma outra intervenção artística no túnel que liga os bairros de Icaraí e São Francisco, fazendo o chamado “grafite reverso¹⁵”, que consiste em limpar a sujeira das paredes, escrevendo ou desenhando mensagens de protesto.

¹² A Marcha das Vadias surgiu no Canadá, em Toronto, em 2011, após um policial recomendar que as mulheres não se vistam como “vadias” para não serem estupradas. Desde então, mulheres em todo o mundo promovem suas “marchas das vadias” ou “*slutwalks*”, em inglês, “*marcha de las putas*”, em espanhol, “marcha das galdérias”, em português de Portugal etc. Em 2012, foi a primeira vez que aconteceram Marchas das Vadias simultâneas em todo o Brasil.

¹³ Fundado em 2005 após uma cisão interna no Partido dos Trabalhadores por ocasião do primeiro mandato do governo Lula, em 2002.

¹⁴ Volto a falar sobre esta ação e sobre Canudos no terceiro capítulo.

¹⁵ Essa técnica foi difundida via internet a partir do trabalho ativista de Alexandre Orion e já foi replicada em diferentes lugares.

Imagem 04 – Ações #OcupaNiterói



Havia uma crítica externa sobre a “falta de maturidade” dos ocupantes - considerados “jovens demais” por algumas pessoas, que associavam a pouca idade à imaturidade – e muitas vezes esse olhar era encarnado em nós mesmos, quando nos frustrávamos por não conseguir realizar algumas ações mínimas para manter o espírito ocupa vivo na cidade. No aniversário de um ano do Ocupa Niterói, após mais uma tentativa frustrada de encontro por falta de quórum, postei uma mensagem provocativa no nosso grupo de *Facebook* declarando a “morte do Ocupa Niterói” e celebrando a vida de novos ocupas, como o #OcupaBorel, que acontecia no mesmo dia¹⁶. Irritada ao perceber um potencial desperdiçado de mobilização local, escrevi assim ao compartilhar o vídeo sobre o Ocupa Borel: “*O Ocupa Niterói morreu, mas ainda*

¹⁶ Nessa época, começaram alguns Ocupas em favelas “ocupadas” pela UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), trazendo uma nova concepção de ocupação: o território que havia sido originalmente ocupado por moradores, é reocupado pela Polícia Militar com a justificativa que enfraquecer o poder do tráfico de drogas nas comunidades. No entanto, a Polícia passou a oprimir as populações dessas favelas, impondo toque de recolher, proibindo bailes e outros abusos de poder. Somando-se à multiplicação de Ocupas que aconteceram na cidade, os moradores decidem “reocupar” sua própria comunidade, exigindo seus direitos de ocuparem aquele local da maneira que consideram melhor. Assim surgiu o #OcupaBorel e o #OcupaAlemão, em dezembro de 2012. Uma narrativa sobre o Ocupa Borel aqui: MOTTA, Chico. “Ocupa Borel, resistência e alegria”. Revista *Vírus Planetário*: 06/12/12. Disponível em: <http://www.virusplanetario.net/ocupa-borel-resistencia-e-alegria/>. Acesso em: 09/01/15

bem que tem gente viva no mundo! Alguém tem que fazer um estudo antropológico/sociológico pra compreender por que nada nessa cidade funciona - nem o Ocupa!". Um menino com quem não tive muito contato no acampamento, M.¹⁷, foi o primeiro a comentar, forçando-me a ver a minha própria declaração com outros olhos: *"O fato de o Ocupa Niterói ter 'morrido' não significa que as pessoas não estejam 'vivas', até porque o Ocupa não é a única forma de intervenção social que existe..."*. Ele tinha razão, então tentei reformular minha ideia original: *"Então vou reformular: essas pessoas devem ter morrido para o Ocupa, ou o Ocupa morreu pra essas pessoas. Sei que muitos seguem fazendo suas 'intervenções sociais', mas que o Ocupa Niterói morreu, morreu. Não acha não?"*. A partir de então, os comentários que se seguiram apresentaram diferentes aspectos sobre a suposta morte do Ocupa Niterói, construindo novos sentidos até ressignificar a morte e restabelecer a vida. Entre uma coisa e outra, vários aspectos, podem ser destacados nessas falas que representam o diálogo alteritário em ação.

M: Levando em conta que a morte é algo eterno (a menos que vc acredite em reencarnação)... não, não acho. A ocupação física de locais públicos não terem mais ocorrido não significa (que não possam voltar a ocorrer e) que as ideias trazidas pelo movimento de ocupação tenham desaparecido. Muitos dos que estavam envolvidos com o Ocupa "migraram" (muitas aspas aqui) para outras frentes, outros movimentos, outras formas de intervenção. Não acho isso necessariamente ruim.

M: O que não dá, acho, é falar ou insinuar que as pessoas, por não estarem mais movimentando o Ocupa como antes, não estão se movimentando...

Sarah: Não foi isso que eu disse, M.

Sarah: Acho a migração normal, o que me entristece - e é o motivo desse meu desabafo/resmungo - é que, apesar do potencial de ações do chamado Ocupa Niterói, as pessoas realmente não correspondem/deram, como disseram que fariam, especialmente nas ações mais recentes (que acho que vc não participou). Mas numa coisa você me convenceu: o Ocupa Niterói realmente não morreu. E eu acredito em reencarnação. Amor, <3

Rafael: Acho que o que a Sarinha ta querendo dizer é que as pessoas mais jovens, que tiveram na Ocupa Niterói sua primeira oportunidade de assumir posicionamentos em relação à cidade e à política e de intervir na forma de ações diretas, com o fim do acampamento, parecem ter sido desmotivadas em relação ao que foi construído durante a Ocupa. Não significa que estas pessoas tenham se alienado e não façam mais nada pelo que acreditam. A bela campanha do PSol, a Marcha da Maconha e outros movimentos estão aí para provar que muitos que participaram da Ocupa continuam na luta. Concordo com a Sarah, no entanto, no fato de que a disposição da maioria das pessoas (sobretudo as mais jovens) para fazer coisas junto no sentido de manter viva a ideia da Ocupa realmente desapareceu. Para mim, desde o início, o movimento Ocupa Niterói deve ser relativizado, mesmo porque, somos a periferia da periferia do mundo, e o grupo que se formou no ano passado tem muito mais características de um grupo de amigos de classe média (e alta) do que de um movimento popular/ militante. Prova disso era a dificuldade das pessoas em dormir na praia, porque as mães não deixavam... Hoje, parece que não resta disposição nem para um encontro casual, ou para participar de outros movimentos afins. Não sei bem o que aconteceu, mas também fiquei um pouco decepcionado com as tentativas recentes de reunir novamente aquela galera para refletir sobre a Ocupa e pensar em novas formas de ação.

Zé: A cada tentativa de movimentação fracassada é uma maior desmotivação. Eu sempre

¹⁷ Há duas pessoas nesse diálogo com quem não conversei sobre a pesquisa, por isso, mantereí seus nomes em siglas.

tentei motivar encontros, até hoje me lembro quando me encontrei com Sarah na Cantareira. Talvez, passou o estado físico do Ocupa, devido a problemas nossos mesmos e do tempo que passamos pós eleitoral e desmotivações de muitos outros ocupas. Ocupa não tá nem um pouquinho morto, pois daquilo que houve, os efeitos se tornaram em cada um diferentes, e acho que só positivamente. E discordo dessa definição sua Geguerê. É óbvio que o movimento partia de classe, não porque findava e focava nela, mas porque as pessoas que constituíram tiveram mais acesso a informação e senso crítico, que advêm muito da educação e dos meios de comunicação. Fomos popular sim! Fomos militantes, sim! Provas como a ocupação da câmara é a evidência disso. Não me decepciono em si, me conformo que houve tempo, talvez, no futuro haja mais um propício para que retorne a acampada, de resto, só fico puto por nem haver um barzinho para nos encontrarmos e discutir politicamente as coisas.

Lucas: Bom, o Ocupa de certa forma nos fez ver td de uma outra forma. Concordo com M., podemos voltar sim a ocupar. Mas o Ocupa é igual nosso sistema em um ponto, está dentro de nossas mentes, isso faz com que ele nunca morra. Então a revolução e a evolução estão andando juntas nas nossa ações, maneira de agir e tal.... Então alguns objetivos nossos tem um pouco do Ocupa. Vou lhes contar o meu, a arte em meu ver é melhor forma, hj em dia, de trabalho. Quero por meio dela atingir mt gente com pensamentos que façam as pessoas raciocinar. Não é assim que tem ser, podemos ser mt mais do que somos. A arte muda, incrementa, questiona e une tem arma melhor? Bom é isso. Beijo a todos!

L: Eu acho que não morreu não! O que vcs fizeram, embora descentralizado no corpo agora, está vivo na memória de muitos que participaram de eventos onde vcs foram fundamentais; e certamente está vivo em vcs! Concordo com quem disse que mudou o modo de vcs verem o mundo e acho que nos ajudaram a mudar a ótica sobre o mundo da mesma forma. Parabéns pra vcs!

Zé: Parabéns a nós todos L.

Nessa troca de mensagens, o diálogo alteritário coloca diferentes aspectos da experiência da ocupação em relação e a visão do(s) outro(s) complementa e transforma a visão de si. Entre os elementos que considero interessante destacar, está a opinião já citada de Rafael, que associou o descomprometimento do Ocupa Niterói “sobretudo às pessoas mais jovens”, agregando ainda um aspecto de classe ao afirmar que o grupo que se formou “*tem muito mais características de um grupo de amigos de classe média (e alta) do que de um movimento popular/ militante*”. Essa última ideia, por sua vez, é contra-argumentada por Zé, que concorda que o movimento partia de classe “*não porque findava e focava nela, mas porque as pessoas que constituíram tiveram mais acesso a informação e senso crítico, que advêm muito da educação e dos meios de comunicação*” e afirma: “*Fomos popular sim! Fomos militantes, sim!*”. Zé também é o primeiro a defender a pós-vida do Ocupa dentro de cada sujeito. Lucas seguirá por esse caminho, afirmando que “*o Ocupa de certa forma nos fez ver tudo de uma outra forma*”, ou seja, o Ocupa estaria presente em nossas ações, objetivos e visões do mundo, que a partir de então teriam “*um pouco do Ocupa*”. O debate é concluído com um olhar ainda mais exotópico, já que L. é um incentivador externo do Ocupa, que participa de nossas redes online, mas não atua diretamente com o grupo. Seu ponto de vista, então, é de alguém mais “de fora”, quando opina: “*O que vcs fizeram, embora descentralizado no corpo agora, está vivo na memória de muitos que participaram de eventos onde vcs foram fundamentais; e certamente está vivo em vcs! Concordo com quem disse que mudou o modo*

de vcs verem o mundo e acho que nos ajudaram a mudar a ótica sobre o mundo da mesma forma. Parabéns pra vcs!". Assim, de um sentimento de indignação pessoal, que nos forçaria a uma eutanásia precipitada, terminamos esse diálogo com um compassivo "*Parabéns a todos nós*".

Nesse diálogo de *Facebook* já ficam evidentes alguns aspectos que estou chamando de "educativos" do Ocupa Niterói, especialmente pelo o que permaneceu na vida das pessoas independente de ainda fazerem parte ativamente desse coletivo. Como disse Zé, "*daquilo que houve, os efeitos se tornaram em cada um diferentes*". A evidência e curiosidade sobre esses efeitos (em mim mesma e nos outros) foram alguns dos fatores que me fizeram iniciar esta pesquisa em educação. A isso que os sujeitos dizem que os transformou e permaneceu em suas vidas estou chamando *aprendizagem*. E o Ocupa me fez perceber o quanto a aprendizagem está impregnada na *experiência* e no *encontro com o outro*, como as narrativas dos ocupantes, cujos perfis socioculturais serão descritos no quarto capítulo, demonstram. A partir desse momento, a rede construída a partir do Ocupa Niterói se expande e começo a transitar por outros Ocupas, mantendo contato com os ocupantes niteroienses nessas e em outras redes, retornando a eles ao final dessa jornada ou, literalmente, ao final das "Jornadas".

1.1.2 Ocupa dos Povos (2012)

Com as coisas indo devagar no Ocupa Niterói e já inserida na rede de ocupas nacionais, comecei a participar das reuniões do Ocupa Rio, que naquele momento planejava o Ocupa dos Povos, por ocasião da Cúpula dos Povos e da Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável). A Cúpula dos Povos era um espaço destinado para encontro dos movimentos sociais que viriam para a Rio+20 e foi alocado no Aterro do Flamengo, na zona sul da cidade, enquanto os chefes de estado tomariam suas decisões sobre o clima global no longínquo Rio Centro, na zona oeste da cidade. A presidenta Dilma Rouseff já havia anunciado a presença do exército nas ruas e de toda a Força Nacional para "reforçar a segurança" do evento e qualquer tipo de ocupação estava declaradamente proibida na cidade, especialmente após três meses de Ocupa Rio (e tantos outros ocupas pelo Brasil em 2011), que fizeram com que os governantes começassem a se prevenir contra essa nova tática. O evento aconteceria entre 15 e 23 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, cabendo naturalmente ao Ocupa Rio o papel de "anfitrião" dos demais ocupantes globais que certamente chegariam

à cidade. Sabíamos da infinidade de movimentos, coletivos e militantes do mundo inteiro – além da imprensa internacional – que estariam por perto e nossa intenção era criar um espaço de convergência e fluxos para todos eles, especialmente para os militantes globais do movimento *occupy*, que já se comunicavam e trocavam informações pela internet de muitas formas. A Rio+20 estava sendo muito criticada pelos movimentos sociais que viam ali uma perigosa estratégia de consolidação do chamado “capitalismo verde”, além dela estar acontecendo em meio aos processos de remoção de comunidades para as obras dos megaeventos Copa e Olimpíadas e também em plena construção da polêmica usina hidrelétrica de Belo Monte.

A proposta discutida nas assembleias do Ocupa Rio era a de criarmos então o #OcupaDosPovos, numa área externa ao evento da Cúpula dos Povos, também chamada jocosamente pelos ocupantes de “Cópula dos Povos”. Se a Cúpula era a via alternativa à Rio+20, o Ocupa seria a alternativa da alternativa, a radicalização do processo de resistência ao modelo de capitalismo que incluía a negação dos espaços patrocinados para o confinamento dos movimentos. Sabíamos que seríamos reprimidos. Numa reunião prévia, um ocupante deixou bem claro para os que tinham dúvidas sobre a legalidade do ato: “ocupar não pode, nunca pôde, mas nós vamos ocupar”. Tínhamos uma tática: a lei do artista de rua (nº 5429/2012), que havia sido aprovada recentemente, garantindo o direito à manifestação artística em espaços públicos. Nossa ocupação seria, então, uma “intervenção artística” na cidade durante a Rio+20. Seu nome era: “*Desculpe as obras, estamos em transtornos*”, como estava escrito no evento do *Facebook* para o dia 15 de junho de 2012. Apenas um pequeno grupo sabia o local da ocupação, como decidimos em assembleia, evitando que possíveis “infiltrados” (os chamados P2, policiais à paisana), muitas vezes presentes em encontros públicos, atrapalhassem o plano.

Nosso ponto de encontro foi a Praça Paris, onde começamos os preparativos de nossa “performance”: todos de capas de chuva amarelas munidos de latões para batucadas e outros apetrechos que foram pensados pelo GT responsável pela intervenção. Seguimos em bloco para o local da ocupação, que só saberíamos ao chegar. Caminhamos um pouco e, num canteiro ao lado da Praça Paris, paramos. Era ali. Ninguém sabia dizer o nome daquela praça, nem o *Google Maps*: era a desconhecida Praça Deodoro da Fonseca (que no *Google Maps* aponta para outro local próximo, enquanto o local da praça está sem nome algum), um entre-lugar entre as conhecidas Praça Paris, o Passeio Público e a Praça Mahatma Gandhi, no centro do Rio. Poucas pessoas reparam nela quando passam por ali, geralmente, em meio ao trânsito - é como se não houvesse “nada” lá. Não havia bancos ou algo que convidasse à

permanência, apenas o gramado e uma grande estátua de Deodoro da Fonseca sobre um cavalo – por isso, os moradores de rua chamavam aquele lugar de “Praça do Cavalo”, demonstrando a popularidade desse personagem conhecido (ou melhor, desconhecido) por ter promovido um golpe militar para proclamar a República e ter sido o primeiro presidente do Brasil, em meio a um processo político tão contraditório e complexo quanto os que se seguiram nesta República. Se não fosse aquela estátua, que marca um lugar de memória esquecido, aquele pedaço de gramado poderia ser apenas um grande canteiro. Esse espaço urbano costumava ser habitado por mendigos e usuários de crack, segundo disseram. No momento em que chegamos, não havia ninguém. O lugar estava desocupado. Ocupamos.

Sentamos no gramado e começamos a levantar as barracas. Logo chegaram os primeiros policiais, ainda muito educados, perguntando do que se tratava. Falamos sobre nossa “arte”. Eles foram embora e voltaram depois com um grupo ainda maior de Guardas Municipais e um ônibus. Mais explicações. Esse ritual se repetiria todos os 10 dias da ocupação, promovendo um dos grandes aprendizados desses espaços de exercício democrático: o diálogo incansável com o outro, incluindo aí o poder estatal, e o jogo de argumentação que acontece dos dois lados nas disputas pelo direito à cidade. Um desses momentos promoveu um dos diálogos mais significativos que presenciei. Um ocupante escutava pela enésima vez o argumento oficial de que “o poder público havia criado espaços de acampamento para os participantes da Rio+20 na Quinta da Boa Vista”, e que por isso a gente deveria ir pra lá. O ocupante contra-argumentava: “*o senhor está enganado, o poder público criou este lugar aqui*”. O guarda negava, insistindo que “o poder público havia criado um lugar na Quinta da Boa Vista”. O ocupante insistiu com seu argumento, explicando finalmente ao policial: “*o senhor está confundindo as coisas: deve estar se referindo ao poder estatal. O poder público somos nós!*”

Imagem 05 - #OcupaDosPovos



A ressignificação do espaço urbano é uma das grandes experiências promovidas num ocupa. Aquele espaço antes invisibilizado ganhou novos significados a partir da experiência Ocupa dos Povos, constituindo novas memórias até para quem só passou de ônibus e o viu. A ressignificação chegou ao ponto do rebatismo da Praça Deodoro, que passou a ser chamada pelos ocupantes de “Praça Marília”, em homenagem à ocupante de Porto Alegre, Estela Marília Machado Feijó, de 28 anos, que morreu atropelada no segundo dia da ocupação. Apesar de ter sido a maior tragédia que poderia ter acontecido num Ocupa, a morte de Marília trouxe uma incrível nova vida à ocupação, que estava com as barracas abaixadas desde a primeira noite por conta da negociação com o Estado. Com a morte de Marília, as barracas subiram e não abaixaram mais até o fim do evento, sendo toleradas pelo poder estatal. No local onde ela foi atropelada, os ocupantes fecharam a rua, pintaram uma faixa de pedestre no asfalto e pararam o trânsito que a matou. Em cartazes, mensagens como “*Por que ocupar incomoda mais que uma morte?*”. Assim, os Ocupas também encarnam e escancaram o território de disputas de sentidos da cidade, do uso do espaço público, das práticas de cidadania, das lutas e resistências cotidianas, suspendendo temporariamente os sentidos hegemônicos da cidade e ocupando esses espaços com outros sentidos.

O Ocupa dos Povos foi fundamental em vários aspectos. Ainda que naquele momento

eu não soubesse, havia algo do clima dos movimentos dos anos 90 (sobre os quais falarei no capítulo III) nessa nossa tática de ocupar um grande evento do capitalismo global em suas brechas. Esse foi o primeiro Ocupa transnacional de que tive notícia e ele surgiu quase naturalmente a partir do fortalecimento da rede que se estabeleceu pelo país e pelo mundo entre os ocupas nacionais e *occupies* internacionais. Quase todos que estiveram no Ocupa dos Povos já haviam ocupado em suas cidades e países, o que trazia uma experiência acumulada ímpar para ser trocada ao longo da ocupação. Alguns de nós já mantínhamos contato direto ou indireto via redes sociais, estabelecendo uma rede de colaboração e confiança que fazia com que pessoas viessem de diferentes lugares do mundo, mesmo sem saber o local exato da ocupação ou conhecer pessoalmente qualquer um dos seus contatos. Ali estiveram ocupantes do Rio, São Paulo, Porto Alegre, Bahia, Belo Horizonte, Belém, além de países como Estados Unidos, Grécia, Espanha, Uruguai, Argentina, Bolívia, Chile e muitos outros, promovendo uma rica troca de experiências e saberes.

Vários participantes do Ocupa Niterói passaram pelo Ocupa dos Povos, como João Paulo, que considerou a vivência na ocupação bastante conflituosa, tanto quanto os outros ocupas - *“é porque a questão da tolerância vem com muito conflito”*, disse ele – e, apesar de achar que *“a galera tava meio perdida”* sobre o que fazer com a experiência acumulada de outros ocupas, também considerou *“tão bonito que a galera conseguiu”* expandir e amadurecer a rede nacional e internacional do movimento, segundo ele, com *“todo mundo ativo em suas páginas”*.

foi uma coisa muito assim: já demos um primeiro passo e sabemos o que vamos fazer agora... A maioria já sabia o que era uma ocupação... Ali eu já achei que a galera já tava meio que perdida, tipo de o que que a gente faz agora, a gente já conseguiu chegar num ponto assim, ou mais. Tanto que foi tão bonito que até a galera conseguiu e tá saindo reuniões interestaduais via internet, que são frutos do Ocupa dos Povos, a gente conseguiu formar uma rede e materializar a ocupação como uma coisa concreta, todo mundo ativo em suas páginas.

A questão da experiência e da aprendizagem no território Ocupa – território constituído na interface cidades-ciberspaço - continuaram claras pra mim naquela nova experiência, tanto minha quanto a partir dos relatos de outros ocupantes. Um *post* no *Facebook* de um militante do Ocupa Rio durante o Ocupa dos Povos narra o encontro de uma menina de Salvador com o Ocupa ao chegar no Rio de Janeiro, e nos apresenta a mais uma legítima “sujeita da experiência” no espaço urbano, cujo texto reproduzo abaixo.

Ontem, Marina, de Salvador, tinha acabado de chegar ao Rio e ia para a casa de um amigo em Copacabana, viu de dentro do ônibus a ocupa e não pensou duas vezes.

Saltou e foi nos conhecer. Era um dia chuvoso, desses não muito convidativos a permanência em espaços abertos. Nos protegíamos sob dois gazebos que dão suporte a manifestação e lá veio ela, mochila nas costas, sorriso no rosto.

A Marina encontrou a ocupa sem precisar de *facebook*, *adbuster*, *anonymous*, panfletinho ou batsinal *occupy*. A Mariana encontrou o ocupa com o coração. Esse movimento mundial de participação popular sem líderes que criou um cantinho ali na frente da cúpula é muito forte, e vai conquistar o mundo por adesão.

Enquanto formos humanos, enquanto houver coração.

O Ocupa dos Povos foi mais uma experiência Ocupa, que ampliava cada vez mais meu olhar da pequena Niterói para o mundo.

1.1.3 Ocupa Cabral (2012)

Eu que parecia me preocupar tanto com o tamanho do Ocupa Niterói, deparei-me com uma ocupação de um sujeito só – ou um sujeito-ocupa. Foi assim a primeira ocupação da esquina da casa do então governador do Rio, Sérgio Cabral, em agosto de 2012, quando um jovem, que já havia feito greve de fome de 11 dias em frente à Rede Globo, no Rio de Janeiro, em protesto contra a cobertura do “Massacre de Pinheirinho”¹⁸, que ocorreu em São José dos Campos (SP) entre janeiro e fevereiro de 2012, decidiu comemorar seu aniversário ocupando a esquina da rua¹⁹ onde morava o governador em julho do mesmo ano. Ele havia participado do Ocupa Rio, em 2011, tendo em suas redes pessoas com essa afinidade, mas não convocou a ocupação em nome do Ocupa Rio, mas como indivíduo que manifestou um desejo, fez um vídeo divertido chamado “Tá puto com o governo?” (RIOS, 2012), postou no *YouTube* e distribuiu por suas redes para ver o que acontecia. O ocupante estava munido da lista de crimes cometidos pelo governador e pedia sua prisão usando um megafone em meio ao trânsito engarrafado do Leblon, que buzina em aprovação. Apesar dos muitos escândalos

¹⁸ Dia 22 de janeiro de 2012, a Polícia Militar de São Paulo (PMSP) e a Guarda Civil Metropolitana (GCM) da cidade de São José dos Campos, SP, cumpriu uma ordem de reintegração de posse da ocupação conhecida como Pinheirinho. Com uso de milhares de Policiais Militares e Guardas Civis, a desocupação aconteceu de forma extremamente violenta e ficou conhecida como “Massacre do Pinheirinho”. O terreno estava ocupado há 8 anos, onde viviam mais de 1500 famílias, algo entre 6 e 9 mil pessoas, e pertence à massa falida do especulador libanês Naji Nahas e de sua empresa, Selecta. “Nahas, que já chegou a ser preso pela Polícia Federal por crimes financeiros, passou a proprietário do terreno no início dos anos 80 embora não exista informação sobre como foi feito o processo de aquisição após o assassinato nunca solucionado dos antigos donos, em 1969.” (GARCIA, Raphael Tsavkko. “Brasil: ‘Massacre do Pinheirinho’ causa revolta e comoção no país”. *Global Voices*, 24 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2012/01/24/brasil-pineirinho-massacre/>. Acesso em: 12/01/15)

¹⁹ Avenida Delfim Moreira com Rua Aristides Espínola, no bairro do Leblon, Rio de Janeiro.

que envolviam o nome do governador, poucas pessoas se juntaram a ele.

Na segunda vez em que fui nessa ocupação, combinamos de representar a “farra dos guardanapos”, satirizando o encontro promovido por Sérgio Cabral em Paris, quando ele e seus secretários e empresários parceiros – como Fernando Cavedish, então dono da construtora Delta, principal construtora das obras públicas do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), envolvida em investigações de tráfico de influência e corrupção – tiraram fotos nitidamente embriagados de champanhe caríssimo, com guardanapos de pano amarrados na cabeça. Comprei alguns metros de tecido branco e umas gravatas de papel no mercado popular Saara, no centro, e levei uma tesoura para a ocupação. Lá, havia umas 4 ou 5 pessoas (uma delas reclamando da falta de manifestantes no local) e aos poucos ia chegando mais gente. Cortamos o tecido e amarramos em nossas cabeças, entre outros preparativos para a festa, esperando que mais convidados chegassem. Com lenço branco na cabeça e um cartaz escrito “*Cabral está te roubando*” nas mãos, eu interagia não só com os transeuntes, mas também com alguns policiais que apareceram no local. Eu sorria pra eles e os provocava num tom simpático em relação ao conteúdo da placa: “*Está roubando a todos nós, não é mesmo?*”. Eles sorriam e pareciam concordar. Não houve confronto com a polícia nessa ocupação, diferente do que veremos no ano seguinte, quando outros manifestantes ocuparão aquela mesma esquina, durante as chamadas “Jornadas de Junho”.

Fica claro no exemplo desse jovem ocupante a percepção das ocupações enquanto práticas de desobediência civil pacífica, à maneira de Mahatma Gandhi e inspirado por Henry David Thoreau (1997), autor do clássico *A Desobediência Civil*. Muitas experiências aconteceram naqueles 11 dias de ocupação da esquina da Delfim Moreira com Aristides Espínola, ainda que de fato poucas pessoas o tenham acompanhado de perto.

Imagem 06 - #OcupaCabral





A partir dessa pequena ocupação que reverberou na imprensa, nas redes e nas ruas, o nome do governador Sérgio Cabral fica cada vez mais em evidência nas manifestações pelo direito à cidade. A *hashtag* #ForaCabral, ao lado de #ForaPaes, #ForaFeliciano, #ForaBolsonaro, #ForaSarney, começam a impulsionar campanhas à moda argentina “*que se vayan todos*”, denunciando a crise do sistema político representativo. A intensificação do projeto de cidade-empresa imposto pela aliança Paes-Cabral e a aceleração das desocupações promovidas em nome dos megaeventos que desrespeitam os direitos das comunidades locais, junto do aumento constante dos gastos com as megaobras e do nítido monopólio de algumas poucas empresas em todo o processo de licitações – especialmente as empreiteiras chamadas de “quatro irmãs” Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e Camargo Corrêa -, aumentava a indignação local e o ritmo dos protestos na cidade ao longo de 2012.

1.1.4 Ocupa Aldeia Maracanã (2012-2013)

Uma ocupação em especial representava não só as violentas contradições do modelo político-econômico de desenvolvimento das cidades naquele momento, mas quase todas as contradições da violenta história do Brasil desde a sua colonização. A *Aldeia Maracanã* era uma ocupação urbana desde 2006, quando indígenas de diferentes etnias ocuparam o casarão abandonado onde havia sido o Serviço de Proteção ao Índio, em 1910, e depois o Museu do Índio, em 1953, desativado desde 1977. Ao redor do antigo casarão, que fica próximo ao gigantesco estádio de futebol Maracanã, havia uma pequena área de terra onde indígenas construíram casas de pau-a-pique, ocas de palha, plantações de milho, mandioca, banana. Ali fizeram um espaço de preservação e valorização da cultura indígena, onde promoviam ao

longo desses anos diversas atividades, inclusive em escolas e outras instituições, sempre abertos ao público – a Aldeia era um espaço público autogestionado e autônomo. Em outubro de 2012, com os preparativos para a Copa das Confederações e Copa do Mundo, o Maracanã se tornou um gigantesco canteiro de obras e o governador Sérgio Cabral anunciou ter comprado o imóvel da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), informando que demoliria o Museu do Índio, pois o prédio de 1862 não teria “qualquer valor histórico”, assim como também demoliria a Escola Municipal Friedenreich, o Centro de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Júlio Delamare, todos vizinhos ao estádio. Motivo: construção de estacionamentos e área de trânsito de pessoas para o Maracanã. A decisão revoltou diferentes setores da sociedade, vinculados às diferentes instituições afetadas, mobilizando uma série de novos protestos que miravam o Governo, a Copa do Mundo e a Fifa, que, inclusive, negou ter solicitado a demolição dessas áreas, como justificava o governador.

O tamanho do canteiro de obras do Maracanã estava em proporção monstruosa comparada à localização da Aldeia, no seu canto inferior esquerdo. Era um monstro que nitidamente desejava engoli-la. O “monstro” encarnava o projeto de cidade, de progresso e de civilização que até hoje se sobrepõe à força aos povos originários. A grande obra do Maracanã e sua “geração de emprego e renda”, os seus milhares de operários, sua produção de concreto, de ferro, de barulho, de poluição contrastavam com aquela casa em ruínas, pintada com diferentes temas indígenas, um pequeno núcleo autogestionado, com suas bioconstruções inspiradas nos saberes tradicionais, mantido com o trabalho voluntário das pessoas que se identificavam com a causa. Um dia, na Aldeia, quando a polícia ameaçava entrar para desocupá-la e muitos manifestantes dentro dela resistiam com cantos, danças, conversas, fogueira, consensos, os funcionários que trabalhavam para o Consórcio Maracanã, formado pelas empresas Andrade Gutierrez e Odebrecht, observavam tudo o que acontecia em seu interior (pois ela estava literalmente em meio ao canteiro de obras) até que dois deles aproveitaram a hora do almoço e pularam o muro para se juntar aos manifestantes, gerando forte comoção no local. Quando voltaram do almoço, tiveram seus crachás recolhidos e foram demitidos no dia seguinte, quando os simpatizantes da Aldeia fizeram uma campanha via redes sociais para sua contratação em outros lugares. Eles disseram à imprensa não terem se arrependido do seu ato: “pulamos o muro porque quisemos. Sou um homem de caráter e temos que honrar nossa cultura” (ALMEIDA, ALMEIDA, 2014), declarou um deles.

Quando as liminares que garantiam a permanência dos índios e a não demolição do prédio da Aldeia foram cassadas, em 13 de novembro de 2012, foi convocada uma ocupação de emergência – uma ocupação da ocupação - chamada *Ocupa Maraca-Nã*, começando dia 14

de novembro. (No mesmo dia, acontecia uma Greve Geral na Europa, o chamado #14N). Eu já tinha ido à Aldeia quatro anos antes, em 2008, para um mutirão agroecológico no terreno. Quando cheguei no dia 15 de novembro de 2012 para o *Ocupa Maraca-Nã*, reconheci uma das pessoas que focalizava a autogestão, da Família Arco-Íris. Ele afirmou que aquela era uma *tribo multiétnica* e que aquilo era uma *nova forma de fazer política – participativa, colaborativa –, fora do sistema*. Ele falou que estávamos vivendo a *batalha de libertação do capitalismo*, citando a famosa frase: “*Se não agora, quando? Se não nós, quem?*”. A cultura indígena trazia elementos novos ao discurso daquela ocupação, substituindo os tradicionais GTs por “Clãs” (Clã da limpeza, Clã da comida etc.) e agregando em cada elemento aspectos ligados à espiritualidade e à cosmovisão indígena.

Os apoiadores da Aldeia acompanharam de perto todos os trâmites políticos que envolviam o tombamento do prédio, lotando as galerias da Câmara em várias sessões até o final do ano, mas a votação foi adiada com descaradas manobras políticas repetidas vezes até janeiro de 2013, quando finalmente ganhamos a liminar que garantia o tombamento do prédio, mas ainda não garantíamos a presença dos indígenas no local. No dia 12 de janeiro, alguns carros do Batalhão de Operações Especiais da Polícia (BOPE) chegaram de madrugada para cercar o prédio alegando reintegração de posse. Pela rede, foram convocados mais manifestantes para a ocupação, que logo lotaram o prédio, pulando o muro dos fundos, já que a entrada principal estava interdita pelos policiais. Assim que cheguei, vi um casal pulando o muro para entrar e por ali entrei também, assim como o presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALERJ (Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro), Marcelo Freixo, e outros que estavam com ele prestando assessoria aos índios. Lá dentro, discutia-se o que aconteceria se os soldados entrassem. Falava-se sobre a resistência pacífica – inclusive, o “sujeito-ocupa” da esquina do Cabral, que estava na Aldeia naquele momento, defendeu que “a única saída era apanhar calado”. Outros discordaram. Havia pessoas de todas as “tribos urbanas” na Aldeia, incluindo punks, anarquistas, professores, estudantes, militantes, profissionais de todos os tipos. Os índios pediam que as lideranças indígenas fossem respeitadas e optavam pela resistência pacífica. Por não terem uma ordem judicial para entrar, os policiais deixaram o prédio no fim do dia. Foi um primeiro aviso do governador para o que estava por vir. Depois desse dia, várias ameaças de remoção deixaram a Aldeia e seus apoiadores sempre alertas, quando o Governo deu o novo prazo de 20 de março de 2013 para a desocupação. Novamente mobilização de emergência via redes para a ocupação – ativação do “enxame”, como diriam Negri e Hardt (2005) -, novamente fui pra lá.

Dia 20 de março de 2013 era equinócio de outono. Na Aldeia, o clima era tranquilo,

ainda não havia policiais, esperados para depois da meia-noite. Ao longo do dia, aconteceram dois casamentos indígenas (cujo ritual durava vários dias), exibição de filmes feitos por apoiadores da Universidade Federal de Viçosa (MG), ritual de preparação do tabaco para o rapé do casamento, contação de histórias, entre outras atividades. Constatar que em 2013 os povos originários ainda não eram respeitados no Brasil e, pelo contrário, continuavam sendo dizimados e despejados de suas terras, gerava uma revolta muda naquele momento. Havia tensão e silêncio no ambiente, só amenizados quando chegou a notícia de que os policiais não viriam mais naquela noite, ganhamos mais um dia. No dia seguinte, acompanhava a movimentação via *Facebook* e passei na Aldeia depois do trabalho para ver como estavam as coisas. Um dos indígenas mais velhos, Guajajara, demonstrava preocupação. Um grupo tinha ido negociar com o governo e levaram as propostas consensoadas pelos que viviam na Aldeia. A imprensa estava de prontidão em sua porta, esperando o pior. Os índios saúdam a todos que entram na Aldeia, agradecendo pela nossa força. Sou eu quem tenho vontade de agradecer a eles. Mais um dia em que a #AldeiaResiste, como “tageavam” os apoiadores.

No entanto, quando cheguei em casa, nessa mesma noite, soube pelo *Facebook* que a negociação com o Governo Estadual falhou: não houve acordo, pois os representantes governamentais nem escutaram as reivindicações deles e deram o prazo das 6h da manhã do dia seguinte, 22 de março de 2013, para a desocupação do prédio. De manhã, as notícias eram de total cobertura policial na área, Batalhões de Choque e Bope, vários carros, helicópteros, caminhões etc. Eles estavam prontos para o confronto. Fui pra lá. A pressão era dez vezes maior que da outra vez que resistimos de dentro da Aldeia. Dessa vez, não podíamos nem nos aproximar da calçada: a polícia cercou o lugar às 3h, já atacando com spray de pimenta os apoiadores que chegavam de madrugada para entrar na Aldeia. As negociações aconteciam sobre o mesmo muro que pulamos da outra vez. Os manifestantes apoiadores da Aldeia tinham que ficar num canteiro em meio às duas pistas da avenida Maracanã com carros passando dos dois lados. Quando cheguei, encontrei facilmente alguns companheiros do Ocupa Rio, Ocupa Cabral, Ocupa Niterói, pessoas do próprio Ocupa Maracanã. Alguns já tinham sido presos. Muitas horas de negociação, quando finalmente abriram o portão e começaram a sair primeiro as mulheres e as crianças. Uma indígena chorava com sua filha no colo, tentando falar algo com os manifestantes, que gritavam palavras de ordem contra Sérgio Cabral. Os indígenas foram entrando em duas vans brancas. Nessa hora, os acontecimentos sucederam muito rápido.

Na negociação, os índios aceitaram sair e pediram cinco minutos para um ritual de despedida da Aldeia. Um fogo alto subia no local enquanto um índio gritava em cima do

portão, sacudindo seu maracá. Eles botaram fogo na oca de palha que ficava na área externa; os bombeiros chegaram para apagar. Antes do tempo acordado, o Choque invadiu a Aldeia, indignando os manifestantes, que na mesma hora invadiram uma das pistas da avenida, parando o trânsito. Marcelo Freixo, que tentava mediar a negociação entre Polícia e indígenas, saiu de perto da Aldeia com o rosto todo vermelho, certamente afetado pelo spray de pimenta usado pelos policiais. No momento em que ele dava declarações à imprensa, condenando a ação policial, escutei pela primeira vez o barulho das bombas “de efeito moral” que começaram a explodir perto de todos nós: era o Choque tentando retirar os manifestantes que estavam sentados na pista. Um cenário de guerra surgiu em meio ao trânsito do Rio de Janeiro, com bombas para todos os lados, gases lacrimogêneos, sprays de pimenta, balas de borracha e até arma sônica, usada pela primeira vez no Rio de Janeiro. Foi a primeira de muitas vezes que manifestantes contrários à política estatal sentiram os efeitos dessas armas “não-letais”, que, a partir desse momento, seriam usadas em absolutamente todos os protestos que se seguiram no Brasil, repetindo procedimentos idênticos das polícias de outros países que reprimiam as multidões com as mesmas estratégias. Pode-se dizer que esses acontecimentos inauguram a jornada de lutas de 2013.

Imagem 07 - Ocupa Aldeia Maracanã



A ocupação da Aldeia Maracanã torna-se emblemática nesse contexto de ocupações

por vários motivos. A presença dos indígenas na cidade recoloca a problemática do progresso e do discurso neodesenvolvimentista em questão, sendo um reflexo do cenário devastador em que se encontra a maior parte das tribos indígenas, de onde os ocupantes saíram por não terem mais animais para caçar e por estarem constantemente ameaçados de morte – e sendo mortos – pelos grandes fazendeiros. O cenário devastador dos indígenas neste começo de século XXI impulsionou uma série de suicídios praticados, em sua maior parte, pelos jovens, assim como uma série de resistências e ocupações em todo o território nacional – inclusive em outro canteiro de obras faraônico do projeto desenvolvimentista: a usina de Belo Monte, no Pará, onde aconteceu o #OcupaBeloMonte²⁰. Além de chamar atenção para a situação indígena nos interiores do Brasil a partir da ocupação de um grande centro urbano, a Aldeia também sintetiza a problemática da cidade e sua disputa pelo território – disputa essa que há 500 anos justifica o genocídio indígena pelo colonizador e que nos levava ao slogan criado em 2013: “De Cabral a Cabral: 513 anos de despejo” – e evidencia o projeto de cidade/país/mundo em curso. Querer demolir um prédio histórico considerado patrimônio indígena, uma escola de referência e um polo esportivo para guardar os carros dos frequentadores do novo Maracanã, que, por sua vez, perdeu as arquibancadas populares e passaria a cobrar preços ostensivos por cada jogo, tornava mais do que explícito um projeto de cidade que beneficiava uma elite econômica em detrimento das práticas populares já existentes no local, nas áreas da cultura, da educação e do esporte – áreas que deveriam ser priorizadas pelo Estado.

As imagens que circulavam na rede mostrando diferentes levantes pelo mundo repetiam a mesma cena: policiais fortemente armados de um lado, com as mesmas armas não-letais, inclusive muitas delas produzidas no Brasil, e, do outro lado, uma multidão composta por cidadãos de muitas cores, exigindo apenas que a democracia fosse respeitada, entregando flores ou lendo livros para os policiais, beijando-se, cantando, dançando, reclamando

²⁰ A primeira ocupação do canteiro de obras de Belo Monte aconteceu em 2 de maio de 2013, quando os indígenas permaneceram por oito dias reivindicando que fossem consultados em relação às obras nas suas terras. Saíram após o governo prometer diálogo e, com o descumprimento do acordo, voltaram a ocupa-lo no mesmo mês, em 27 de maio. Na ocasião escreveram a sétima carta ao Governo Federal, que recusava a recebê-los: “Esperar e chamar não servem para nada. Então nós ocupamos mais uma vez o seu canteiro de obras. Não queríamos estar de volta no seu deserto de buracos e concreto. Não temos nenhum prazer em sair das nossas casas nas nossas terras e pendurar redes nos seus prédios. Mas, como não vir? Se não viermos, nós vamos perder nossa terra. (...)E não mande a Força Nacional para negociar por vocês. Venham vocês mesmos.” (Disponível em: <https://ocupacaobelomonte.wordpress.com>). Em 2014, com a continuidade da ausência de diálogo e com as obras avançando sobre as terras indígenas, houve nova ocupação, tanto de Belo Monte, quando da empresa Norte Energia, responsável pela construção e operação da Usina. Entre 2011 e 2014, os indígenas também ocuparam diversas vezes a Fundação Nacional do Índio (Funai), e seguem tendo seus direitos previstos pela Constituição violados pelo próprio Estado, como recentemente denunciou a ex-presidente interina da Funai (disponível em: ARANHA, Ana. “‘A Funai está sendo desvalorizada e sua autonomia totalmente desconsiderada’, diz ex-presidente da Funai”. Agência Pública:27/01/15. Disponível em: <http://apublica.org/2015/01/a-funai-esta-sendo-desvalorizada-e-sua-autonomia-totalmente-desconsiderada-diz-ex-presidente/>).

pacificamente o direito de estar ali - e sendo duramente atacados por isso, pelo Estado que supostamente deveria protegê-los. A questão da violência do Estado é observada e debatida em vários aspectos desses levantes globais. Com o Ocupa dos Povos e com a Aldeia Maracanã, ficou claro para mim que a exposição a esses movimentos da cidade não era só um grande risco no sentido da entrega aos acontecimentos, ao outro e ao novo, mas a possibilidade imanente de expor o corpo a uma série de perigos e violências reais, promovidas pelo Estado pela primeira vez no corpo de muitos manifestantes de classe média, mas já conhecidos dos cotidianos das favelas e periferias.

Como observou Castells (2013, p. 111), “para que o movimento avançasse em sua ação não institucional, engajando-se amplamente na desobediência civil, ele precisava ter a coragem de enfrentar as possíveis consequências do confronto: a possibilidade de violência”. Em todos os ocupas que participei, de fato todos sabiam da possibilidade de repressão policial, como também apontou Castells (2013, p. 111): “ao ocupar o espaço público, os manifestantes expuseram-se à repressão policial”. O sociólogo conta de um debate que surgiu nas acampadas espanholas sobre o papel da autodefesa, semelhante ao debate que tivemos na Aldeia Maracanã, que incluía a defesa física como forma de ação. “Afinal, argumentaram alguns, a violência está no sistema...” (CASTELLS, 2013, p. 112). E, no entanto, reafirmou-se como axioma do movimento que a não violência era essencial”, ele conta: “opor-se à violência, em todas as suas formas, e independentemente da origem, é um princípio básico da nova cultura da paz e da democracia que o movimento deseja propagar” (CASTELLS, 2013, p. 112). Enquanto isso, principalmente nos meses seguintes, a violência do Estado se torna cada vez mais institucionalizada.

1.1.5 “Jornadas de Junho” (2013)

Ao longo dos acontecimentos de 2011 e 2012, uma sensação compartilhada entre os ativistas com quem convivi nos ocupas era a de que éramos poucos e quase sempre os mesmos. A conexão em rede nos colocava em contato com uma rede global de “ocupantes” e ativistas de todos os tipos, e nos ajudava a acreditar sermos poucos localmente, mas muitos globalmente, e essas relações em rede mobilizavam solidariedades de todas as partes, como aconteceu entre Brasil e Turquia ao longo do mês de junho de 2013. Ainda que as causas pelas quais lutássemos fossem de cunho coletivo e apontassem para uma ideia de “público”,

sentíamos que havia algum hiato entre nossas intenções e a baixa adesão popular até então. O velho paradigma de alcançar o homem e a mulher idealizados como “do povo” (RIOK, 2004) continuava presente entre nós: desejávamos a adesão do maior número de pessoas afetadas pelas mesmas crises do capital e da representatividade que acreditávamos assistir em vários níveis, mas éramos basicamente os mesmos “jovens”, em sua maior parte, “universitários”, a alimentar sonhos de revolução. Foi quando 2013 aconteceu.

Relendo meu caderno de campo, vejo que dias antes das grandes Jornadas, éramos realmente poucos e vivíamos dias de “banzo” em relação ao que já havíamos feito e vivenciado num passado recente. No aniversário de dois anos do 15M espanhol, ou seja, em 15 de maio de 2013, aproximadamente um mês antes das mobilizações maciças nas ruas do Rio, aconteceu um encontro chamado “Ruas e Redes”, no “Buraco do Lume”, na Praça Mario Lago, no centro do Rio, organizado pelo pessoal da Universidade Nômade²¹ e outros coletivos. Pouca gente compareceu e um dos participantes, companheiro de Ocupa dos Povos, me falava que estávamos vivendo a “ressaca de 2011/2012”, pois estava tudo meio suspenso. Um outro companheiro de Ocupa ficou com os olhos cheios d’água ao trazer à memória os encontros que aconteceram no Ocupa Rio e as experiências vividas. O sempre presente “Presidente”, um senhor de aproximadamente 60 anos, morador de rua e companheiro de ativismo, estava lá e disse ao reencontrar algumas das pessoas com quem conviveu no Ocupa Rio e Ocupa dos Povos: “saudades do Ocupa, vamos ocupar!”. Naquela época, o Rio de Janeiro era um enorme canteiro de obras em nome dos megaeventos, e a cidade estava cada vez mais cara de se viver. O texto de chamada do evento dá o tom:

A elite carioca está em festa! O projeto de cidade global, feito de megaeventos, megaobras e um gigantesco aparato midiático, festejado em palanques e coquetéis, regado a banquetes e intermináveis celebrações, avança a pleno vapor. BOPE, UPP, Choque de Ordem, Recolhimento Forçado e Remoções, a velha receita contra pobre, preto, índio e qualquer um que ouse resistir. Pobre daquele que ouse ser diferente ao que se espera do trabalhador brasileiro para o século 21, constrangido a tudo e sem real direito a nada, senão à degradação da vida na iniquidade cotidiana dos transportes, hospitais, escolas, na precariedade no trabalho, renda insuficiente, sem direito sequer a manifestar-se livremente pelas ruas. (...) Reúnem-se no projeto e modelo “de cima a baixo” de uma imagem do Rio, por meio da qual se continua a explorar, oprimir, expulsar, criminalizar, internar, prender e matar. Sim, e matar. (15M-RIO, 2014)

Outra lembrança do “marasmo” ativista que vivíamos naqueles dias tomou forma no final desse mesmo mês de maio, quando um acontecimento do outro lado do oceano reacendeu a chama ocupa que andava em cinzas - mesmo que ainda em brasas - dentro de

²¹ Disponível em: <http://uninomade.net/>. Acesso em: 12/12/12

muitos: no dia 31 de maio de 2013, um pequeno grupo de ambientalistas protestava contra o corte de árvores no Parque Gezi, em Istambul, onde seria construído um shopping center. Como de praxe, a manifestação pacífica foi violentamente reprimida pela polícia, aumentando a indignação local e transformando o protesto ecológico em uma revolta popular contra a política institucional. Ocupar o Parque Gezi foi a tática inevitável adotada por centenas e milhares de pessoas sob as *hashtags* #OccupyGeziPark e #DirenGeziPark (Resiste Gezi Park). Já no dia 1º de junho de 2013 aconteceram manifestações em vários lugares do mundo em apoio aos manifestantes turcos, demonstrando mais uma vez a rede de solidariedade global que se formou na internet entre os movimentos de causas tão diferentes quanto comuns: o direito à cidade e a luta por sociedades mais democráticas.

Durante o Ocupa Gezi, um aspecto desses novos ocupas ficou cada vez mais evidente: o poder das narrativas em rede. Textos e, principalmente, imagens circulavam em alta velocidade e se tornavam logo *memes*²²; mobilizavam afetos diversos. Uma imagem que acabou se tornando um símbolo da chamada revolução turca foi intitulada “A Mulher de Vermelho”, a fotografia de uma estudante sendo atingida por spray em seu rosto. A postura impávida da mulher contrasta com a força do spray, que faz seu cabelo voar. Essa imagem circulou por todo o mundo e foi representada de muitas maneiras durante a revolução turca, como mostram alguns exemplos a seguir. Durante os mesmos acontecimentos em Istambul, surgiu a imagem de uma outra mulher, dessa vez “A Mulher de Azul”, que resistiu sorrindo ao jato de água dos militares. Das imagens “originais”, surgiram variadas. As imagens e os acontecimentos geravam enorme empatia global, ainda que circulassem em contextos diferentes, pois davam a impressão de que poderiam ter acontecido em qualquer lugar do mundo, onde as táticas de luta e repressão também se globalizaram. Assim, a experiência vivida pela “mulher de vermelho” e pela “mulher de azul” e por tantos outros personagens que emergiram nessas narrativas, era reconhecida por diferentes cidadãos no mundo e, como escreveram Antoun e Malini (2013, p. 249) “quanto mais os sujeitos estão juntos e imersos em um acontecimento de rua, mais intenso e emocional fica o compartilhamento das informações na Internet”.

²² São chamados “memes” imagens, vídeos ou textos, geralmente engraçados, que “viralizam” na rede, ou seja, se espalham rapidamente, como um vírus, pela internet. O nome teria surgido do livro “O gene egoísta”, de Richard Dawkins, que define meme como uma “unidade de evolução cultural” que se propaga de indivíduo para indivíduo. Uma genealogia do termo e dos memes pode ser encontrada no site do Museu de Memes (Estudos de Mídia/UFF) disponível em: www.museudememes.com.br/o-que-sao-memes/

Imagem 08 - A Mulher de Vermelho e a Mulher de Azul



Instigados pelos acontecimentos na Turquia, um dos ativistas do Ocupa Rio propôs um encontro na Cinelândia, dia 06 de junho de 2013, para discutir nosso apoio à causa turca. Eu que acompanhava entusiasmada os acontecimentos do Parque Gezi fui a primeira a chegar nas escadarias da Câmara, depois chegou esse companheiro que fez a proposta e, ao constatar que estávamos só nós dois afirmou: *“Então somos nós que vamos fazer a revolução?”*. Depois chegaram mais três pessoas e combinamos um ato para o dia 08 de junho, dia em que compareceu um pequeno número de pessoas novamente. As coisas pareciam meio mortas no campo do ativismo carioca. E então, dois dias depois, iniciam-se as manifestações contra o aumento da passagem de ônibus no Rio e em outras capitais do Brasil, que marcaram um novo ciclo de revoltas contra o transporte público no país, após as conhecidas Revolta do

Vintém (1879-1880, Rio de Janeiro), Revolta das Barcas (1959, Niterói), Revolta do Buzu (2003, Salvador) e Revolta da Catraca (2004, Florianópolis).

São muitos os acontecimentos que compõem a complexa rede de significados das chamadas Jornadas de Junho e não é o objetivo deste trabalho dar conta de todos eles. Especialmente porque, enquanto eles aconteciam, era quase impossível formular um pensamento que desse conta de entender a complexidade do que estava se passando. Fomos todos surpreendidos pelo desenrolar dos acontecimentos e ainda estamos tentando digeri-los, com um pouco mais de distanciamento, após o primeiro aniversário das Jornadas de Junho, que caiu em meio à controversa Copa do Mundo da Fifa, em 2014, com baixa adesão aos protestos nas ruas. Há muito ainda para ser digerido dessa experiência antropofágica, como observou Bruno Cava em uma das obras recém-lançadas sobre o assunto que nos ajudam a ampliar o debate teórico. Cava (2013) narra a partir dos acontecimentos do Rio de Janeiro em “A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out)”, enquanto Elena Judensnaider, Luciana Lima, Marcelo Pomar e Pablo Ortellado (2013) narram a partir dos acontecimentos de São Paulo em “20 centavos: a luta contra o aumento”. Com textos de vários autores, “Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas de todo o Brasil” (MARICATO, 2013) foi uma das primeiras obras a serem publicadas ainda em julho de 2013. Em 2014, Cava organizou com Giuseppe Cocco (2014) a coletânea de textos “Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou”, que também aborda os acontecimentos da campanha #NãoVaiTerCopa. Sobre as Jornadas de Junho, Maria da Glória Gohn (2014) lançou “Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo”, na qual me parece narrar menos do ponto de vista das ruas e mais de sua Sociologia dos Movimentos Sociais, outra obra recente de referência. Apesar de Castells ter escrito textos sobre os acontecimentos brasileiros, suas contribuições estarão mais presentes na análise da conjuntura internacional, no terceiro capítulo.

Para não reproduzir aqui os extensos acontecimentos daquele ano, vou destacar apenas alguns aspectos centrais que surgiram no debate atual. O tema do aumento da tarifa foi fundamental para unificar uma luta comum do cidadão urbano, seja ele usuário de transporte coletivo ou não, já que o valor da passagem e a qualidade dos transportes e da mobilidade urbana afeta a vida material dos brasileiros de muitas formas. Avalia-se inclusive que um dos problemas centrais das grandes mobilizações foi justamente quando perdeu-se o foco da Tarifa Zero – quando se espalhou a ideia de “Não são só 20 centavos” - e as pautas dos protestos tornaram-se excessivamente difusas, sendo posteriormente cooptadas pela grande imprensa como uma luta genérica contra a corrupção no Governo. No entanto, além desse

ponto de partida, o tema da violência do Estado é sem dúvida um dos fatores mais citados para justificar o crescimento das manifestações nos primeiros dias de junho: a cada pequena passeata reprimida com violência policial, uma outra se seguia com um número muito maior de pessoas, que ao final de cada ato repetiam: “*Amanhã vai ser maior, amanhã vai ser maior...*”.

A produção de narrativas em rede e a construção de sentidos em disputa é também uma das principais chaves de acesso aos acontecimentos, já que essas narrativas foram produzidas em excesso e por uma infinidade de produtores, incluindo os inéditos repórteres “NINJA”, que inauguraram uma nova forma de narrativa jornalística, transmitindo os protestos em tempo real (via *streaming*) por um telefone celular. A pauta única da grande imprensa era “vandalismo” dos manifestantes, enquanto nas redes sociais da internet circulavam todo tipo de narrativas que enfatizavam contra-discursivamente o “vandalismo do Estado”. O ponto de virada da grande mídia aconteceu quando uma repórter da Folha de São Paulo foi atingida por uma bala de borracha no olho, dia 13 de junho de 2013, e sua imagem ferida acompanhada de seu depoimento sobre a barbárie policial circulou por todas as mídias e fez mudar o monodiscurso da grande imprensa até então. Ainda assim, o discurso hegemônico seguiu dicotomizado entre “manifestantes pacíficos” e uma “minoridade vândala”. Enquanto isso, a prisão de “vândalos” por porte de vinagre (usado para amenizar os efeitos dos gases nos olhos) mobilizava todo tipo de *memes* sobre a “Revolta do Vinagre”, a “Revolta da Salada”, “V de Vinagre”.

Nessa época, o Ocupa Niterói não estava atuando enquanto coletivo, o que me deixava ainda mais confusa em relação aos rumos que a pesquisa tomaria, mas os indivíduos que o compunham se encontravam em outras redes e espaços da cidade. No dia em que aconteceria a primeira manifestação convocada em Niterói, que sofreria o mesmo aumento da passagem, eu atuava como professora substituta no curso de Estudos de Mídia, da Universidade Federal Fluminense. No dia da manifestação, 14 de junho de 2013, o tema da “Oficina da Escrita” que eu ministrava na época era “pauta jornalística”. Levei aos alunos a proposta de irmos ao encontro das pautas onde elas estavam: na rua. Todos toparam e, quando chegamos à avenida Amaral Peixoto, ficou claro que o que estávamos fazendo não se tratava apenas de uma “aula externa”, pois sair da segurança da sala de aula para a insegurança do mundo, particularmente para a previsível violência de uma manifestação, era colocar em “ex-posição” nossos corpos de professora e alunos. No entanto, o acontecimento se tornou maior que nossos objetivos pedagógicos e optamos pela experiência. Tudo correu bem até uma primeira dispersão da manifestação e nos despedimos antes da violência policial começar, curiosamente era o

mesmo horário do término da aula; rimos disso. Fui para um edifício ali perto de onde via as cenas subsequentes - pela janela, pela internet e pela televisão, simultaneamente - de barricadas em chamas na tradicional avenida niteroiense, bandos de policiais vestidos como exterminadores do futuro e um grupo pequeno de manifestantes resistindo o máximo de tempo possível, frente a frente com uma barreira de soldados fortemente paramentados. Eu pensava: o que motiva essas pessoas a resistirem assim? De onde manifestam tanta força e coragem?

Após terem seus repórteres expulsos de muitas manifestações, as organizações Globo captavam suas imagens a partir de um helicóptero, que voava intermitentemente sobre nossas cabeças, dividindo o barulho nos ares com o helicóptero da própria Polícia Militar. Eu pensava sobre as muitas maneiras de estar (ou não estar) nesses acontecimentos: do manifestante na rua, do policial em serviço, do repórter no helicóptero, dos que resistem na barricada, dos que acompanham via *streaming*, dos midiativistas que registram do “front”. As imagens do helicóptero não davam conta da complexidade dos acontecimentos de baixo, da diversidade de pessoas envolvidas, do calor das palavras de ordem, da sensação de empoderamento popular. Do alto, mostravam apenas “um pequeno grupo de manifestantes” que certamente atrapalhava o trânsito. O distanciamento dessas imagens aéreas me fez voltar a refletir sobre o conceito de experiência, pois me lembrou o trecho de “Rua de Mão Única” em que Benjamin (2011) observa a diferença da experiência de quem anda pela estrada ou de quem a sobrevoa. Para ele, “somente quem anda pela estrada experimenta algo de seu domínio”. Isso dizia muito sobre as diferentes experiências em jogo.

A força da estrada do campo é uma se alguém anda por ela, outra se a sobrevoa de aeroplano. (...) Quem voa vê apenas como a estrada se insinua através da paisagem, e, para ele, ela se desenrola segundo as mesmas leis que o terreno em torno. Somente quem anda pela estrada experimenta algo de seu domínio e de como, daquela mesma região que, para o que voa, é apenas a planície desenrolada, ela faz sair, a seu comando, a cada uma de suas voltas, distâncias, belvederes, clareiras, perspectivas, assim como o chamado do comandante faz sair soldados de uma fila (Benjamin, 2011, p. 14).

Enquanto tudo isso acontecia, eu tentava me situar enquanto cidadã, ativista e, o mais difícil, situar-me enquanto pesquisadora. O que inicialmente era uma pequena experiência com um grupo de ativistas em Niterói se tornou algo muito maior, tão gigante que eu não conseguia lhe dar forma nem sabia como narrá-lo. “O gigante acordou”, diziam. No entanto, na segunda marcha em Niterói, algo diferente acontecia. Enquanto eu caminhava para o local da concentração, via pessoas vestidas de verde e amarelo nas ruas, com as cores da bandeira no rosto como os “caras-pintadas” da campanha “Fora Collor”, de 1992, talvez a mais recente

insurreição popular a permanecer na memória nacional. Enrolados na bandeira do Brasil, cantando o hino nacional e seguindo o trio elétrico que orientava a multidão, me senti em um carnaval fora de época ou em uma comemoração de Copa do Mundo. Pensei que era um fenômeno tipicamente niteroiense, mas, a partir do dia seguinte, percebi o mesmo se repetindo nas marchas do Rio, que reuniam uma multiplicidade muito maior de manifestantes, muitos pela primeira vez nas ruas. Ao mesmo tempo em que era animador ver a enorme mobilização popular, que inicialmente era o que tanto desejávamos em nossas ações anteriores, começaram a emergir novos elementos contraditórios desse momento socialmente catártico.

Como disse anteriormente, o Ocupa Niterói não se reunia mais enquanto coletivo, mas os sujeitos que faziam parte dele estavam certamente conectados aos acontecimentos e, em muitos casos, indo juntos às manifestações. No dia 20 de junho, encontrei por acaso alguns deles ainda na estação das Barcas, indo em direção ao Rio, quando os passageiros cantavam para a concessionária CCR-Barcas: “Ô CCR / pode esperar / a sua hora vai chegar!”. O clima de revolta estava no ar. Moreno, João Paulo e Rafael foram alguns dos ocupantes que encontrei naquele momento. Os dois primeiros faziam parte do bloco musical “Planta na Mente”, que acompanha a Marcha da Maconha, e fui junto deles para a passeata - eles tocando seus instrumentos musicais e usando máscaras de folhas de maconha na cabeça, provocando sorrisinhos por onde passavam. Chegamos um pouco atrasados na concentração, cantando “sou maconheiro / mas não sequelo não / eu to na luta contra o aumento do busão” e seguimos pela Avenida Presidente Vargas atrás da marcha. Ainda não sabíamos que toda a avenida estava tomada de pessoas naquele momento. No entanto, mal chegamos à Central do Brasil, na metade do caminho, e começamos a perceber um fluxo contrário e barulhos de bombas ao fundo. Seguimos mais um pouco no contrafluxo até não ser mais possível: uma multidão de pessoas vinha correndo na nossa direção. Voltamos também, inicialmente devagar, pedindo calma a quem corria, mas os barulhos de bombas se aproximavam e já podíamos sentir os olhos ardendo e a garganta coçando. Na confusão, nos dispersamos, e fiquei junto apenas de Rafael e sua companheira. Até chegarmos às Barcas, o clima era de terror e pânico, que se prolongou no momento em que estávamos já na plataforma e a embarcação da vez foi embora sem levar os passageiros, que ficaram literalmente entre o mar e as bombas. Um dia terrível. (Não esqueceremos.)

Conversando com alguns ocupantes de Niterói em 2014 sobre o que aconteceu no ano anterior, alguns revelaram que não se envolveram com as grandes manifestações e outros que se envolveram no começo e depois se afastaram. A confusão ideológica emergida nas ruas

que misturava caras-pintadas, *black blocs*²³, *selfies*²⁴, *hashtags*²⁵, gritos de “sem partido”, “sem vandalismo”, “sem bandeiras”, “sem moralismo”, é narrada por Gabriela, que, após testemunhar uma série de violências, decide se afastar das manifestações até “entender o que está acontecendo”:

eu acho que muita gente foi pra rua de bobeira, né. (...) De você ver as pessoas subindo no poste pra tirar foto, selfie e colocar #manifestação e tal. Eu acho que acabou se tornando um movimento muito egóico e muito de mostrar que você estava na rua sem entender o porquê. Sendo que começou como sempre começa toda manifestação, que foram com os partidos historicamente de luta, apesar das controvérsias, né; porque aí tinha juventude do PT, do PSTU, PSOL. E na primeira manifestação em Niterói puxaram o grito de sem partido, foi um grito que eu e o Bruno, né, gritamos “Sem partido, não acredito que isso tá acontecendo, porra!”, e depois começaram as agressões às pessoas dos partidos, então eu acho que as pessoas, até eu mesmo posso falar isso, eu me perdi naquelas manifestações diversas vezes assim, porque eu acho que ninguém estava entendendo o que estava acontecendo, a gente estava indo sem saber o que estava acontecendo, então quando a gente começou a ver as pessoas enroladas na bandeira do Brasil e eram aquelas pessoas que xingavam os black blocs, a gente falou “cara, mas calma ai...”, a gente não estava entendendo o que acontecia. Só que quando eu caí na real pra isso, quando eu falei “cara, na primeira manifestação de Niterói eu gritei sem partido, e agora tem gente saindo machucada porque uma direita se infiltrou e tá batendo nessa galera”, foi aí que eu decidi e falei “não quero participar enquanto eu não entender o que está acontecendo.”

Com o acirramento da violência policial e com a constatação de que as grandes passeatas estavam mais confundindo do que ajudando, os ocupas voltaram a ganhar força nas lutas que se seguiram, mostrando o quanto essa tática de desobediência civil se consolidou na cultura política nacional. Praticamente todas as cidades do país tiveram suas praças, câmaras ou prédios públicos ocupados nessa época. No Rio de Janeiro, no dia seguinte da marcha de 20 de junho, começou o então chamado #OcupeDelfimMoreira, conhecido posteriormente

²³ “Os Black Blocs são compostos por agrupamentos pontuais de indivíduos ou grupos de pessoas formados durante uma marcha ou manifestação. A expressão designa uma forma específica de ação coletiva, uma tática que consiste em formar um bloco em movimento no qual as pessoas preservam seu anonimato, graças, em parte, às máscaras e roupas pretas. Embora os Black Blocs por vezes recorram à força para exprimir sua crítica radical, eles costumam se contentar em desfilar calmamente. O principal objetivo de um Black Bloc é indicar a presença de uma crítica radical ao sistema econômico e político”. (DUPUIS-DÈRI, Francis. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014, p. 10). No Rio de Janeiro, grupos de Black Blocs começaram a surgir nas manifestações após a violência policial ao final da marcha do dia 20 de junho de 2013. Nas marchas seguintes, jovens mascarados, vestidos de preto e portando escudos personalizados passaram a posicionar-se à frente das marchas e promoverem barricadas contra os ataques policiais. Caso estes ocorressem, adotavam medidas de contra-ataque, chutando de volta as bombas da Polícia e jogando pedras e/ou coquetéis molotov nos Policiais e em instituições ícones do capitalismo, como bancos e redes multinacionais de *fast food*.

²⁴ Nome dado aos autorretratos digitais cada vez mais comuns com a utilização em massa de dispositivos móveis.

²⁵ As *hashtags*, criadas com palavras precedidas por uma cerquilha, marcam os assuntos que serão indexados como *links* (ligações) entre os conteúdos de uma mesma plataforma.

também como #OcupaCabral. No novo contexto de revolta de massas, a segunda edição do Ocupa Cabral felizmente cresceu daquele ocupante solitário de 2012 para uma pequena multidão que ocupou durante semanas a esquina da casa do governador do Rio, muitos deles certamente nunca souberam da primeira edição do ano anterior. O imaginário novelesco do bairro do Leblon, construído pelo romancista Manoel Carlos nas novelas da TV Globo, deu lugar a um cenário de guerra misturado com realismo fantástico, com policiais do Choque fechando a rua do governador e os vizinhos dele a reclamar da bagunça no bairro; com Sérgio Cabral apelando pelo fim da ocupação “por seus filhos” e no dia seguinte aparecer pichado na rua “papai é ladrão”; com o ataque aos manequins da loja *Toulon* gerando mais repercussão e revolta na imprensa do que o ataque sofrido pelos manifestantes no bairro da zona sul; ou com o dia em que moradores da Rocinha desceram o morro para apoiar o Ocupa Cabral e repetir a pergunta que todos faziam na época: “*Cadê o Amarildo?*”²⁶.

Depois de semanas tensas e cheias de acontecimentos, no dia da final da Copa das Confederações (apelada pelos manifestantes como “Copa das Manifestações”), em 30 de junho, a engenhosidade dos vendedores ambulantes na praça Saens Peña mostrava que as táticas do cotidiano e a antropofagia cultural hibridizavam as dicotomias construídas no imaginário popular entre “coxinhas²⁷ versus vândalos²⁸”: em seus panos esticados pelo chão eram vendidas, lado a lado, bandeiras do Brasil e máscaras *Anonymous*²⁹ - tinha para todos os gostos. Como não poderia deixar de ser, a “revolução” muitas vezes se confundiu com uma

²⁶ Amarildo de Souza, pedreiro de 43 anos, morador da Rocinha, foi detido e levado para a UPP da comunidade no dia 14 de julho de 2013 durante uma operação da PM, e nunca mais foi visto, gerando enorme campanha viral #OndeEstáOAmarildo.

²⁷ Gíria usada naquelas ocasiões para identificar os manifestantes mais nacionalistas, cobertos com as cores da bandeira do Brasil nas grandes manifestações, cantando o hino nacional e apresentando um discurso mais conservador e genérico pautado pela “corrupção no Governo”. O termo teria surgido nos anos 1980 para designar os policiais militares que recebiam um vale-refeição tão baixo que era chamado de “vale-coxinha”, em referência ao popular salgadinho de frango. Segundo matéria na Folha de São Paulo, de 22/04/2012, esta gíria teria origem paulistana e refere-se a “gente engomada, certinha, que segue a maioria. Gente convencional e conservadora, em suma”. Já uma matéria no Correio do Brasil, de 23/06/13, apresentou uma versão sociológica: “Coxinha, sociologicamente falando, é um grupo social específico, que compartilha determinados valores. Dentre eles está o individualismo exacerbado e dezenas de coisas que derivam disso: a necessidade de diferenciação em relação ao restante da sociedade, a forte priorização da segurança em sua vida cotidiana, como elemento de ‘não-mistura’ com o restante da sociedade, aliadas com uma forte necessidade de parecer engraçado ou bom moço.”. Fonte: ALBUQUERQUE, Sergio da Motta e. “O surgimento dos ‘coxinhas’”. Observatório da Imprensa, edição 762, 03/09/13. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitas/_ed762_o_surgimento_dos_coxinhas/ Acesso em: 10/01/15.

²⁸ Eram chamados de vândalos os mascarados, em geral de roupa preta, que depredavam símbolos do capitalismo global e dos megaeventos locais.

²⁹ Grupo descentralizado e global de ativistas anônimos que atuam particularmente no campo do hackativismo. Em manifestações presenciais e em vídeos pela internet adotaram a máscara de Guy Fawkes representada no romance gráfico *V de Vingança*, de Alan Moore. A máscara se tornou o símbolo principal desse grupo.

“carnavalização” e isso passou a ser cada vez mais usado intencionalmente pelos ativistas como tática³⁰. As engenhosas hibridizações e apropriações fizeram o *jingle* de uma empresa de automóveis que queria promover a Copa e dizia “Vem pra rua porque a rua é a maior arquibancada do Brasil” virar a trilha sonora e a *hashtag* oficial das revoltas: #VemPraRua. Após diversos conflitos entre manifestantes verde-amarelos (os “coxinhas”), vermelhos (à esquerda), azuis (à direita) e pretos (*black blocs* e anarquistas), as bandeiras dos partidos voltaram a aparecer nesse ato da final, para alívio até de apartidários, que não concordavam com o clima de hostilidade que se instaurou contra militantes de partido, ainda que concordassem que o modelo de democracia representativa estivesse em descrédito. Nesse dia, o ato “O Maraca é nosso”, na Praça Saens Peña, pregava a “Revolta dos Sacis”. Bruno Cava aposta na antropofagia para superar o medo que surgiu do outro, o medo do golpe, o medo de todas as diferenças que emergiram daquela inventada unidade nacional e nos recorda os ensinamentos oswaldianos:

Se querem Brasil, Pau Brasil; se querem anticorrupção, que seja a corrupção do poder, a corrupção entranhada num sistema intolerável; se querem hino, façamos nossas próprias versões em ritmo de rap, funk, hip hop. Só a antropofagia une. Discutamos isso nas organizações de eventos, protestos e grupos. Não há o que temer. A força das ruas não vai se adaptar, somos nós que precisamos aprender a comer e digerir (CAVA, 2013, p. 42).

Nos encontros que tive com meus colegas de Ocupa Niterói nas manifestações de 2013, sentíamos que após aqueles momentos catárticos era a hora de retomarmos uma prática democrática fundamental aprendida nas ocupações: o diálogo. Não fazia mais sentido seguir multidões confusas que terminariam no mesmo desfecho violento. Em Belo Horizonte, uma enorme Assembleia Popular Horizontal acontecia embaixo do viaduto Santa Tereza, e confirmava nosso desejo de recompor a prática das assembleias de rua naquele momento. Assim, marcamos para dia 25 de junho uma primeira tentativa de assembleia popular em Niterói após um terceiro ato na cidade que terminou em confusão, dificultando a chegada ao local do encontro. Tentamos outra data, dia primeiro de julho, quando nos encontramos na cinzena praça JK, um dos muitos trechos mal construídos do superfaturado Caminho Niemeyer, em Niterói, embaixo de muita chuva. Do grupo de 10 pessoas que apareceram, apenas uma não era conhecida do Ocupa Niterói: era um militante de ocupas anteriores que

³⁰ Como o bloco de carnaval que invadiu o Palácio Guanabara, sede do Governo do Rio, na madrugada de 29 de setembro de 2013, após o governo ter sancionado uma lei que proibia o uso de máscaras em manifestações. Em 2014, foi desenvolvido o conceito de “carnavandalirização” durante os preparativos #NãoVaiTerCopa, na Casa Nuvem, Rio de Janeiro.

aconteceram na cidade, promovidos por estudantes da UFF na própria universidade (no campus Gragoatá, de 2006 a 2008, chamado Acampamento Maria Julia Braga; na reitoria da UFF, em 2011; e novamente no campus Gragoatá e na reitoria, durante a greve das universidades, em 2012³¹), que trouxe uma experiência diferente para a discussão, mais focada na prática anarquista da autogestão. Os diálogos foram intensos na tentativa de formular algum pensamento sobre o que estava acontecendo no país e percebemos que aquele espaço que se criava, apesar de o considerarmos fundamental e manifestarmos o desejo de sua continuidade e crescimento, ainda não podia ser chamado de “Assembleia Popular” da cidade, devido à baixa adesão popular, por isso optamos por chama-lo de “Vozes da Rua”. Acreditando que a ideia vingaria em meio à euforia indignada que havíamos vivido, criamos página no *Facebook* e tentamos um segundo encontro que nunca mais aconteceu. Era notável que as grandes marchas não necessariamente levaram mais pessoas para outros espaços de articulação democrática e autogestionada da cidade. Abaixo, a imagem e o relato do único encontro chamado “Vozes da Rua”, postado em sua página do *Facebook*:

UM RELATO SOBRE NOSSO ENCONTRO DIA 01|07|13

Debaixo de muita chuva, um grupo de 10 pessoas se reuniu sob o teto da praça JK entre 18h e 22h30 para conversar sobre algumas das questões pulsantes neste momento da história. Muitas falas procuraram contextualizar os conflitos atuais, como o embate entre direita e esquerda e as contradições próprias dos movimentos sociais, que sempre serão plurais. A ideia de autogestão foi a mais citada como alternativa para os movimentos do presente, a autogestão das lutas e da vida, junto da clareza sobre a identificação dos paradigmas com os quais queremos romper. A proposta de assembleias autogestionadas de bairros foi bem aceita e ao mesmo tempo problematizada, levando em consideração a divisão capitalista do espaço das cidades em bairros, assim como a divisão do mundo em países. O projeto de cidade-empresa também foi colocado como uma questão a se combater. Ao nos questionarmos sobre o motivo das lutas, na busca de um inimigo comum, os mais citados foram o Estado e o Capital. Fazemos parte de um longo fluxo de lutas anticapitalistas e é preciso resgatar esse conhecimento acumulado para colocar-nos em perspectiva. Conversou-se também sobre a importância desses encontros serem na rua, no espaço público. Esses espaços autogestionados como o que estávamos promovendo ali na praça, assim como outros tantos que poderiam ser criados, teriam uma finalidade de construir espaços de socializações, trazendo saberes e fazeres para um lugar comum; construir contra-hegemonia; criar uma nova gestão da cidade baseada na autogestão e na democracia de rua. Naquela roda, estávamos nos conhecendo, cada um trazendo suas visões de mundo a partir das experiências individuais. Conversamos sobre a importância de não escamotearmos nossas divergências em nome de um desejo de unidade; aceitar a pluralidade e a diferença dos movimentos e dos indivíduos, buscando encontrar os pontos de convergência e a compreensão de até onde era possível seguir juntos; aceitar a divergência como parte do processo autogestionário. Um senso de bem comum nos uniria. Lutamos contra a opressão. Ao mesmo tempo combatemos e reproduzimos a lógica do capitalismo: a luta primeiro é contra nossos próprios valores.

³¹ Alguns desses acontecimentos estão no documentário “Utopia e Cidade”, de Arthur Moura, e outros vídeos desse documentarista, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eFiywD-HjSY>. Acesso em: 09/01/15

Repensamos o nome daquele espaço autogestionado que se abriu, pois não se adequava ao de "assembleia popular" da cidade, permanecendo a ideia do "vozes da rua" para melhor defini-lo por hora. Em relação às proposições, algumas ideias surgiram - de ocupar o Museu do Cinema até promover esses encontros dentro de comunidades - mas o único consenso foi de que não seria possível esgotar as questões nesse primeiro encontro e que deveríamos manter esse espaço periódico de discussão. Assim, combinamos a quarta-feira, dia 10/07, como o próximo encontro, na mesma praça JK, entre as Barcas e a UFF.

Junho passou e os acontecimentos continuaram intensos em todo o Brasil, especialmente no campo das ocupações, mostrando que o rótulo "Jornadas de Junho" contempla apenas uma parte das manifestações de 2013, justamente as que mobilizaram multidões, deixando de lado outras muitas ações que aconteceram antes e seguiram acontecendo depois. Em 31 de julho, a Câmara do Rio de Janeiro é ocupada, iniciando então o #OcupaCâmaraRio, que durou alguns meses em diferentes fases: com os ocupantes, que se autodenominaram "Amarildos", acampados fora e dentro da Câmara³². Em 05 de agosto, indígenas reocupam a Aldeia Maracanã, exigindo a criação de uma Universidade Indígena no local. Voltei à Aldeia nesse dia e conversamos sobre o quanto ali já era um tipo de "universidade" em relação ao que todos nós aprendíamos, "muito mais que na minha própria universidade", alguns disseram. Na roda que fizemos na Aldeia nesta noite, foi lida uma mensagem num papel escrita pelos ocupantes do Ocupa Câmara Rio e Ocupa Cabral em apoio à reocupação da Aldeia Maracanã. Nessa hora percebi que a cidade estava literalmente #ocupada e que a rede de ocupas locais, nacionais e internacionais estava conectada de muitas formas, até através de cartas de papel, mas principalmente pela internet, por meio da qual apoiavam-se, inspiravam-se e aprendiam com as experiências narradas e imaginadas uns com os outros.

Dois exemplos dessa troca online estão abaixo, quando o #OcupaCocó³³, no Ceará, enviou uma mensagem de apoio aos ocupantes cariocas, e quando os acontecimentos na Turquia e no Brasil aconteceram simultaneamente, manifestantes dos dois países enviaram mensagens de apoio mútuo (MIRANDA, 2013). No mesmo mês, uma carta assinada por "Camaradas do Cairo" endereçada a "*vocês que lutam do mesmo lado que nós*", tem como título "*Nós podemos sentir o cheiro de gás lacrimogêneo do Rio e de Taksin a Tahir*" na qual eles afirmam terem se inspirado nas lutas do Brasil e da Turquia para suas novas insurreições

³² Não cheguei a participar do Ocupa Câmara Rio, que começou no dia da qualificação desta tese e, também, por ter preferido envolver-me com o Ocupa Câmara Niterói que começou dias depois, pois, apesar da proximidade e participação das atividades no Rio, a questão da proximidade com o local é fundamental para o engajamento cotidiano nas ações.

³³ Em julho de 2013, manifestantes ocupam o Parque do Cocó, em Fortaleza, protestando contra a construção de viadutos que avançariam pelo parque, uma das poucas áreas verdes da cidade.

contra o Estado egípcio (CAIRO, 2014).

Imagem 09 - Mensagem do #OcupaCocó ao #OcupaCamaraRio



Imagem 10 - Mensagem da Turquia ao Brasil em 2013



Ao menos 23 Câmaras Municipais foram ocupadas no Brasil nessa época, cada uma apresentando pautas locais diferentes. Em 07 de agosto, após um ato #ForaCabral, no Rio, e contra a CCR-Barcas, em Niterói, as respectivas Câmaras dessas cidades foram ocupadas. Eu acompanhava os acontecimentos pela internet e no dia seguinte fui ao #OcupaCâmaraNiterói, ansiosa por ver o que estava acontecendo. Lá encontrei um grupo de jovens fazendo uma assembleia na plenária da Câmara e havia poucos rostos conhecidos, me fazendo constatar com alegria que não se tratava de uma iniciativa dos ocupantes de sempre, mas de novas pessoas. No entanto, rapidamente começaram a surgir acusações de que todos que estavam ali eram “de partido”, criando um clima de paranoia e agressividade entre os presentes - alguns

de vertente anarquista, outros de direita, a maior parte de esquerda, muitos apartidários - que acabou inviabilizando o diálogo e quase inviabilizou a ocupação várias vezes. Conversando, anos depois, com o pessoal do Ocupa Niterói, compartilhamos desse sentimento de estranheza em relação a esse novo Ocupa que diferia significativamente das outras experiências de Ocupa que havíamos passado. Uma das principais diferenças era, sem dúvida, a tomada de decisões feita através do voto, motivo de quase todos os conflitos. Talvez por, de fato, terem muitos militantes de partido envolvidos, acostumados com uma determinada cultura política, ou talvez pelo simbolismo do lugar ocupado, o Ocupa Câmara Niterói acabou reproduzindo algumas das velhas práticas que os diferentes ocupas globais consideravam, afinal, que “não nos representam” mais. Na carta escrita no dia da ocupação, os ocupantes dirigem-se aos vereadores da cidade e apresentam uma lista de demandas locais.

Imagem 11 - #OcupaCamaraNiterói



CÂMARA MUNICIPAL DE NITERÓI OCUPADA!

Segue a carta provisória entregue aos vereadores presentes na Câmara Municipal dia 8 de Agosto. A juventude do Estado do Rio de Janeiro está ocupando a Câmara de Vereadores de Niterói, assim como a juventude de todo o Brasil vem fazendo, no intuito de expressar seu repúdio, contido em anos de opressão e descaso dos governantes para com a população. Depois das lutas ocorridas no mês de junho, os governos da presidente Dilma e Sérgio Cabral não atenderam as demandas apresentadas pelo povo nas ruas. Em Niterói não é diferente, o prefeito Rodrigo Neves, do PT, vem fazendo da cidade um balcão de negócios, entregando a cidade aos empresários. As negociatas que bancaram sua campanha estão pagas por favores, cargos contratos. Dessa forma, o prefeito remove os trabalhadores ambulantes do espaço público da cidade a partir do projeto Calçada Livre. Além disso, mantém os lucros das empresas de transportes públicos, entrega a cidade à especulação imobiliária, removendo por vezes de maneira branca a população pobre da cidade. Em pleno desacordo com a população, enviou, em regime de urgência, o PL 143/13, que cria a Operação Urbana Consorciada (OUC), que pretende vender o centro da cidade para empreiteiras que financiaram a campanha eleitoral do atual prefeito de Niterói. Sabendo-se que a OUC reproduzirá o modelo de renovação branca da população pobre de Niterói. Com espírito público anti-privativo, nos indignamos com o silêncio do prefeito e da Câmara de Vereadores de Niterói perante a privatização do Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP). Por isso o povo OCUPA a Câmara Municipal de Niterói em resposta a todos os crimes que o povo vem sofrendo. Nossas reivindicações emergenciais são: a. Fora Cabral; Exigimos que a Câmara assine uma moção de repúdio escrita pelo povo esta noite,

durante nossa assembléia. b. Abaixo ao Choque de Ordem do Rodrigo Neves; Projeto Calçada Livre, feito pelo Secretário Marcus Jardim. c. Pela estatização dos transportes “públicos” de Niterói. Nosso movimento de Ocupação definirá coletivamente durante a noite de hoje (08/08/13) o curso a ser seguido em função das pautas expressas neste documento emergencial. Inicialmente só iniciaremos a discussão quando tivermos um posicionamento da maioria dos vereadores em apoio as nossas reivindicações sobre sair da Câmara. Niterói, 8 de Agosto de 2013 Assinaram a carta com as pautas do povo: - Renatinho Ribeiro de Freitas (PSOL) - Luiz Carlos Gallo de Freitas (PDT) - Henrique Vieira (PSOL) - Milton Carlos Cal (PP) - Pastor Ronaldo (PMN) - Paulo Eduardo Gomes (PSOL) - Leonardo Jordano (PT); Ressalvo discordância em relação ao texto político introdutório mantendo firme apoio às propostas e ao movimento. - Bruno Lessa (PSDB); Ressalvo proposto 3 de estatização do transporte público.

Alguns ocupantes do Ocupa Niterói passaram ou frequentaram o Ocupa Câmara Niterói e relataram desconforto com o que viram. Sobre a descrição dos presentes, Bernardo resume: *“Tem o anarquista, tem o cara de tudo que é partido, tem gente que finge que não é de partido, tem gente querendo fazer a campanha de vereador dele, tem de tudo. É que nem a vida aí, sacou?”*. A comparação da diversidade dos ocupantes com a vida é de fato o ponto-chave para a reflexão sobre a importância do diálogo com o diferente para a prática política e para a educação como um todo, que são refletidas nas práticas cotidianas da cidade. Minha decepção naquele momento foi constatar, a partir das experiências conflituosas do Ocupa Câmara Niterói e também das Jornadas de Junho de uma maneira geral, o quanto ainda estávamos distantes de uma cultura política do diálogo, da aceitação do outro enquanto “legítimo outro” (MATURANA, 2002), e da construção de um projeto coletivo, que não nega mas constrói a partir das diferenças. Gabriela conta sua primeira impressão ao chegar no Ocupa Câmara Niterói e aponta algumas de suas contradições:

A gente chegou lá querendo ver qual era (...). Soubemos pelo Facebook, não foi? (...) A gente não foi imediatamente, a gente chegou lá pra ver o show do El Efecto e falou “ah, vamos ficar então”. A primeira coisa que a gente ficou completamente chocado foi porque a porta estava trancada com corrente e cadeado, eu até conheço o menino que estava lá (...) e ele ficava tipo “Ah, quem vai entrar? Vocês querem entrar? Pra que querem entrar?” e a gente ficou “Pera aí, não é uma ocupação? Você quer controlar quem vai entrar e quem vai sair?”. “Ah não, porque eu sou do GT Segurança” e a gente começou a questionar isso “GT Segurança? Mas você vai barrar o quê? Quem você acha que é P2, quem você acha que vai roubar, quem você acha que vai criar confusão?”. E eles tiveram até mais contradições nessas questões do que a gente, porque eles expulsaram pessoas, teve um cara que agrediu uma menina que foi expulso. (...) Acho que eles estavam muito mais tensos que a gente. (...) Mas o primeiro impacto que eu tive foi com esse lance da porta trancada e de uma pessoa querendo controlar quem podia fazer parte daquele espaço e quem não podia.

Um diálogo entre Bruno e João Pedro apresenta outras impressões daquela experiência. Como destacarei melhor no capítulo quatro, muitos dos ocupantes de 2011

declaram terem sentido dificuldade de se aproximar ou desconfiança em relação aos movimentos sociais após terem participado do Ocupa Niterói, em relação ao que eles passaram a entender como política, e especialmente após as “Jornadas de Junho”, com todas as suas contradições e conflitos. Por isso, muitos decepcionaram-se ao chegar no Ocupa Câmara Niterói, que parecia inicialmente ser um avanço em relação à tática ocupa na cidade, e encontrarem ali as velhas práticas do Estado que combatíamos sendo reproduzidas naquela que deveria ser uma nova forma de luta, embasada, como diz João Pedro, “num diálogo, numa coisa alternativa”. Por isso, Bruno considerou que aqueles manifestantes estavam ali “muito mais pelo poder” e “fazendo por eles mesmos”.

Bruno: nesse episódio eu já estava muito com o pé atrás diante de todo movimento, do que eu entendia também como política naquele momento e aí, acabou assim. Eu falei “cara, esses caras estão aí querendo representar uma coisa mas eles estão ao mesmo tempo...”; foi uma contradição que pra mim ali foi muito forte e significou pra mim a confirmação também de todo esse lance, deles estarem fazendo por eles mesmos.

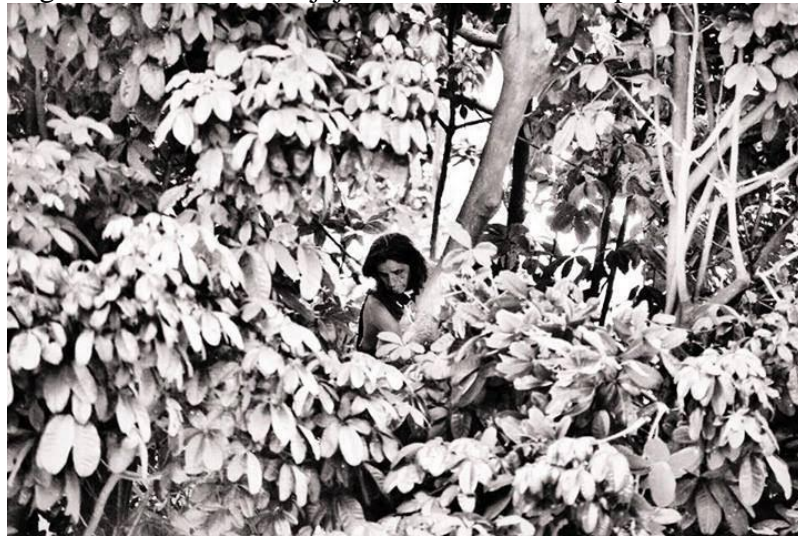
João Pedro: Exatamente, tipo assim, ao invés de entrar num diálogo, numa coisa alternativa, numa resolução mais condizente dum movimento mais libertário e tal, tipo assim, tá buscando as mesmas medidas do Estado, da escola que a gente critica.

Bruno: Justamente, eles estavam ali muito mais pelo poder, pela sensação que eu tive, do poder de estar certo ou estar num discurso certo, do que de realmente querer entender a situação. Isso pra mim foi muito importante, inclusive mudou minha postura diante de todo o desenrolar.

Por fim, após tantos acontecimentos que não cabem na narrativa, o ano de 2013, como nos ciclos da cosmovisão indígena, começou e terminou na Aldeia. Após a violenta desocupação de março, que deu início aos protestos e à repressão declarada, os indígenas foram alojados pelo Governo do Estado em abrigos temporários feitos de contêineres numa ex-colônia de hansenianos chamada Colônia Curupaiti, em Jacarepaguá, na zona oeste da cidade, com promessa de ficarem ali por, “no mínimo”, um ano. Os indígenas tinham inúmeros documentos e argumentos que lhes garantiam a posse do local da Aldeia e passaram por um processo kafkaniano ao longo de todo o ano em busca de uma solução, em vão. A reocupação de agosto foi tolerada pelo Estado até o dia 16 de dezembro de 2013, quando, sem qualquer documentação ou procedimento legal, a Polícia Militar promove o que já estava sendo chamado de “violência padrão FIFA”. No entanto, durante essa desocupação, uma outra tática de desobediência pacífica foi adotada, à moda indígena: Urutau Guajajara, de 64 anos, subiu no alto de uma árvore e se recusou a sair enquanto não aparecesse um documento que comprovasse a reintegração de posse. Urutau, que significa coruja, ficou no alto da árvore durante 26h, gerando enorme comoção em torno da causa #AldeiaResiste. Os policiais impediram que qualquer comida chegasse a ele. Guajajara finalmente é convencido a descer e,

no dia seguinte, ocupa com estudantes e outros moradores da Aldeia a reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para pedir apoio à causa da “Universidade Indígena”. Como resposta, o reitor da UERJ na ocasião, Ricardo Vialves de Castro, antecipou as férias de toda a instituição para o dia seguinte, fechando as portas da universidade. Os índios ainda ocuparam a Fundação Darcy Ribeiro e voltaram a acampar do lado de fora da Aldeia, no dia 23 de dezembro. Na madrugada do dia 27, o Grupo de Operações Especiais da Guarda Municipal destruiu o acampamento e jogou os pertences dos ativistas num caminhão de lixo da Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb) que, ao final de todo o procedimento, “lavou” todo o chão com uma mangueira, “higienizando” o local e impedindo que as pessoas dormissem ali. Um vídeo³⁴ da última desocupação da Aldeia, desse longo ano de 2013, mostra que, após a lavagem do chão, os indígenas ainda ficaram ali, ao redor de uma árvore e sobre o único pedaço de terra que restou em meio ao concreto da obra, tocando seus maracás. Talvez esse seja, como diria Benjamin, “um som bárbaro. Perfeito.” (BENJAMIN, 1995, p. 119)

Imagem 12 - Urutau Guajajara no alto da árvore por 26h. #AldeiaResiste



³⁴ Rio na Rua (27 de dezembro de 2013). “Guarda Municipal destrói acampamento da resistência indígena da Aldeia Maracanã – 27/12” [vídeo do Youtube]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=axNDpS9MTvo>

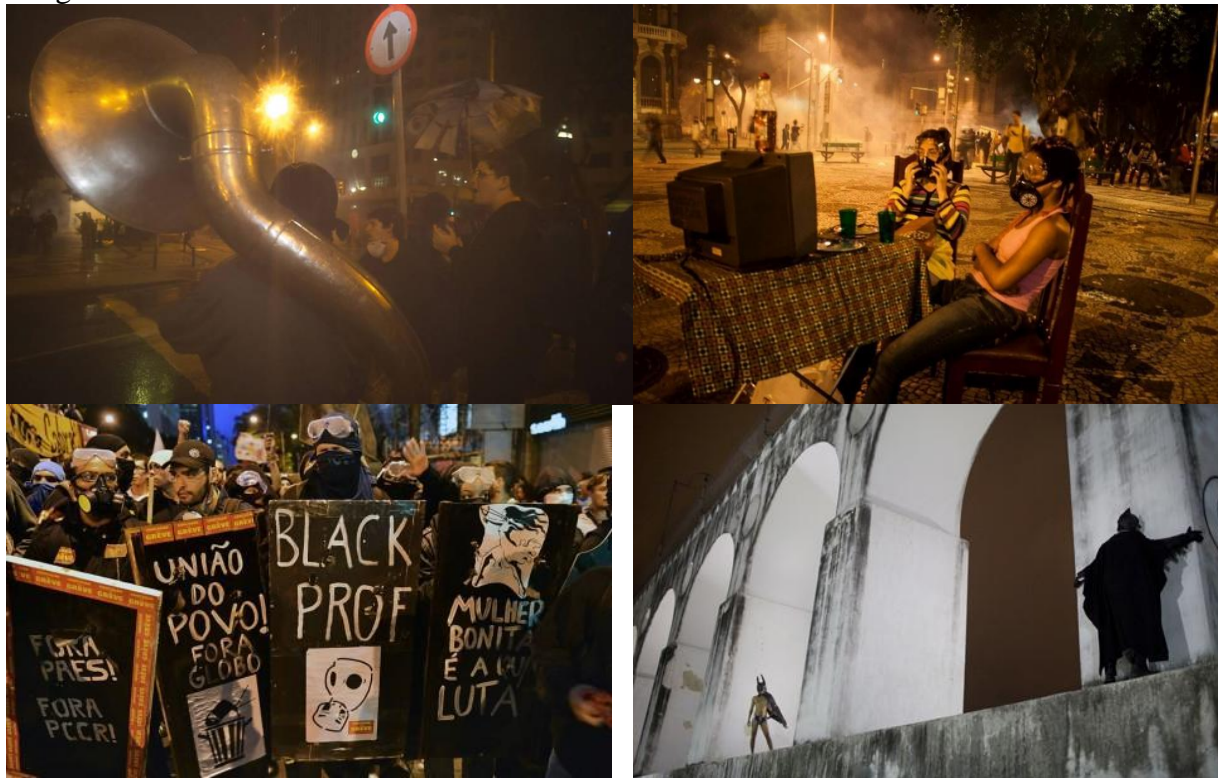
Imagem 13 - um dos poucos pedaços de terra que restou em meio ao concreto das obras do Maracanã. #AldeiaResiste



“Nunca houve um monumento de cultura que não fosse um monumento de barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (BENJAMIN, 1994, p. 225). Essa é uma verdade que os indígenas conhecem bem. Os violentos acontecimentos do ano de 2013 colocaram em perspectiva uma luta literal existente na sociedade, talvez seja o que os marxistas chamam de “luta de classes” ou o que Hardt e Negri (2005) chamam como as “lutas em rede da multidão”. Pela primeira vez, me vi literalmente em luta, enfrentando soldados, fugindo de bombas, e preparando-me para uma manifestação, não como quem vai para um campo de pesquisa, mas para um campo de batalha. “Surge assim uma nova barbárie”, afirmou Benjamin (1994, p. 115) em 1933 algo que ecoou para mim em 2013. A barbárie policial, a barbárie dos manifestantes, a barbárie do Estado, a barbárie da mídia, a barbárie das empreiteiras, a barbárie do “cidadão de bem”, a barbárie da direita e da esquerda. Nesse longo ano, tivemos muitos fatos “bárbaros”, incluindo a polêmica performance em que ativistas enfiaram santos e crucifixos no ânus em frente a uma igreja católica durante a visita do “pop” Papa Francisco ao Rio. A Marcha das Vadias e a Jornada Mundial da Juventude católica (JMJ) se encontraram, assim como a marcha “Grito dos Excluídos” cruzou a tradicional marcha militar de 7 de Setembro – “o cortejo triunfal” dos vencedores, quando simbolicamente “os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão” (BENJAMIN, 1994, p. 115) - e a bandeira do Brasil foi retirada do mastro e em seu lugar trepidou uma bandeira negra. Em greve, professores do Estado, de todas as idades, são igualmente atacados pela Polícia Militar no dia em que foram proibidos de entrar na Câmara quando seu plano de cargos e salários estava sendo votado; nesse e em

outros momentos em que foram atacados, os professores se viram protegidos pelos “demonizados” *black blocs* e atacados pelo Estado em diferentes níveis, quando iniciam a campanha: “*O black bloc é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo*” e também “*O black bloc é meu aluno, mexeu com ele, mexeu com todo mundo*”, surgindo, assim, uma nova categoria de vândalo, o *Black Prof*. E em meio a bombas, gases e fumaças, surgem os personagens mais inusitados, um menino que toca tuba durante todo o ataque policial, duas meninas sentadas com suas máscaras de gás assistindo a uma tevê, um *Batman Pobre* e um *Batman* “rico”. Todos bárbaros.

Imagem 14 - Jornadas de Junho 2013



Por isso, diz Benjamin (1994, p. 225), “o materialista histórico considera sua tarefa escovar a história a contrapelo”. Quando o Estado se torna ilegal, o que fazer? Os poderosos são bárbaros, diz Benjamin, “mas não no bom sentido” (BENJAMIN, 1994, p. 119). A nova barbárie surge quando confessamos a pobreza de experiência, não só nossa, mas de toda a humanidade. Assim, o conceito positivo de barbárie impele o bárbaro “a partir pra frente, a começar de novo, a contentar-se com pouco, sem olhar nem para a direita nem para a esquerda” (BENJAMIN, 1994, p. 119). Os acontecimentos descritos aqui parecem ter colaborado para a criação de um novo bárbaro, um novo vândalo, que aos poucos ou subitamente procura destruir os símbolos desta velha civilização para então construir uma

outra sociedade.

1.2 Algumas questões de pesquisa

Ao final desses quatro anos de doutorado e com o tema de minha pesquisa coincidindo com os intensos acontecimentos políticos globais dessa época, me vi perdida muitas vezes. A pesquisa começou com um grupinho de 15 jovens que aderiram ao movimento global *occupy* numa praia urbana de um bairro de classe média alta em uma cidade de 500 mil habitantes. E, após um processo aparentemente morno em 2012, ainda que com inúmeros pequenos ocupas ao longo do ano, a tática #Ocupa passa a ser adotada no Brasil inteiro em 2013, sem falar no resto do planeta. Nesse momento, pensei que minha pesquisa se ampliava demasiado e eu não poderia ir tão longe. Era impossível dar conta de tantos acontecimentos, ainda que eles apresentassem algumas características comuns e ainda que eu identificasse em todos eles o aspecto central da investigação que me propus a fazer no campo da Educação: o poder transformador e, logo, educativo da experiência. Por isso, ao final de toda essa caminhada, foi necessário voltar para o ponto de partida e reencontrar os sujeitos do Ocupa Niterói para praticar umas das nossas maiores “lições” do Ocupa: estar juntos, dialogar e aprender com o outro. E assim, no quarto capítulo, a pesquisa retorna para as experiências dos ocupantes e percebe que o Ocupa Niterói foi uma experiência formadora de uma nova cidadania e segue compondo os modos de estar no mundo dos sujeitos envolvidos desde então.

Ao encontrar-me com esta pesquisa, ainda em 2011, uma das primeiras questões que emergiram foi: como pesquisar estando completamente imersa no campo? É possível pesquisar o Ocupa sendo uma ocupante? Em muitos dos acontecimentos descritos aqui, sei que me despi do papel de pesquisadora inúmeras vezes, já que a pesquisa nasceu quando eu já estava envolvida com os acontecimentos enquanto sujeito histórico e sujeito da experiência, sem contar que os acontecimentos em si foram muitas vezes arrebatadores. Felizmente, os estudos sobre método nas ciências humanas me fizeram compreender que era possível e até necessário pesquisar e produzir conhecimento de maneira semelhante ao método dialógico que praticávamos na própria ocupação, desde que eu soubesse pesquisar *com* os sujeitos – e não só *sobre* eles ou até *apesar* deles. Assim, a imersão no campo e o envolvimento com os jovens ocupantes, obrigou-me a encarnar uma nova maneira de fazer ciência, que não só

assume como escolhe intervir em seu meio para a transformação de si, do outro e do mundo. O segundo capítulo abordará essas questões teórico-metodológicas.

Apesar de encarar a proximidade como método, os acontecimentos também exigiram a necessidade de tomar distância para contextualizá-los em seu processo histórico. Foi então que comecei a seguir as pistas que os próprios acontecimentos me sinalizavam e fui ampliando o contexto mais imediato do objeto, que envolvia a Primavera Árabe, os Indignados europeus e o *Occupy Wall Street*, para então rememorar alguns acontecimentos que me ajudaram a compreender os levantes contemporâneos, como o emblemático ano de 1968, o simbólico levante zapatista e os carnavalescos movimentos dos anos 90, além da revolta popular de 2001, na Argentina. No entanto, a rede de relações que contextualiza os ocupas na história pode ser tão extensa quanto uma narrativa que começa em Canudos e chega até as favelas cariocas (que inclusive ganharam este nome de Canudos). Enfim, não sendo possível dar conta de todas essas relações, algumas delas aparecerão no terceiro capítulo enquanto reminiscências de um passado que relampeja, nas palavras de Benjamin, autor que acompanha todo o texto com suas reflexões, principalmente, em “Sobre o conceito de História” (1940), “Experiência e Pobreza” (1933) e “Experiência” (1913), mas em muitos outros artigos que me ajudaram a refletir sobre os acontecimentos presentes.

Este estudo pode ser pensado, assim, numa esfera macro e micro. Há, sem dúvida, uma rede global de relações entre os ocupas, *occuppies*, indignados, ativistas e todas as ocupações do espaço público promovidas pelas grandes e pequenas multidões que se levantam em todo o mundo desde a Primavera Árabe. Por outro lado, há o riquíssimo cotidiano e as especificidades de cada um desses acontecimentos, cada ocupação, cada ato, cada levante, a experiência corporal do estar-lá compartilhando um espaço-tempo com outros sujeitos, o que faz de cada Ocupa um acontecimento completamente singular para cada sujeito participante. As duas esferas, micro e macro, são interrelacionais e complementares, tecendo uma complexa trama entre cada sujeito, cada ocupa, cada contexto nacional e global - cada parte relacionando-se com o todo. O conceito benjaminiano de *mônada* me ajuda a compreender essa relação entre partes-todo: “Quando o pensamento pára, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto *mônada*” (BENJAMIN, 1994, p. 231) A *mônada* deste estudo é o Ocupa Niterói, que apresenta uma “configuração saturada de tensões” que pode nos ajudar a compreender diversos outros fenômenos relacionados a este no mundo.

Assim, do campo da pesquisa emergiram as categorias a partir das quais eu pude ler o acontecimento em diálogo com os estudos no campo da educação. A primeira categoria a

emergir foi *juventudes*, escrita aqui no plural em sintonia com os estudos das culturas juvenis que rejeitam uma concepção única e homogeneizadora dos jovens, tema que é discutido no segundo e no quarto capítulos. Essa categoria surgiu quando eu passei a me envolver no Ocupa Niterói e críticas externas diziam que os ocupantes eram “jovens demais”. Senti esse corte alteritário quando eu mesma me perguntava se seria então “jovem demais” ou “adulta demais” para estar ali, aos 29 anos, já sendo mãe, professora etc., ao lado daqueles sujeitos que, em sua maioria, eram estudantes de 16 a 20 anos. Questionei-me então, junto dos autores que estudam as juventudes: o que é ser jovem na contemporaneidade? Por que as práticas juvenis são desqualificadas no discurso adulto? Quais são os modos juvenis de dizer-se na relação cidades-ciberespaço? O que dizem os jovens com suas práticas cidadãs emergentes neste início de século XXI?

A *cidade e o espaço público* também emergiram como categorias comuns nos diferentes levantes pelo mundo que parecem todos reclamar pelo “direito à cidade”, como diz Harvey (2013, p. 38-43), citando Lefebvre (2001). Pelo direito de intervir nas decisões políticas sobre o local onde vivem e de reconstruir espaços de convivência, de coletividade e de criação do que talvez Negri e Hardt (2005) chamam de “comum”, pois estaria além do público e do privado. Os Ocupas instituem então esse espaço comum que, além de ressignificar o território, transforma as relações das pessoas com a cidade ao promovem essa experiência fundamental: *o encontro com o outro*. Assim surge a categoria central para compreender o aspecto educativo que envolve todos os acontecimentos: a *alteridade*. O que motivou aquelas pessoas, em sua maioria jovens, mas também pessoas de todas as idades, a saírem de seus espaços privados e compartilharem o espaço público com sujeitos desconhecidos? Que fatores seriam responsáveis por essa disposição para a alteridade nos territórios Ocupas? O que acontece nesse encontro com o outro que faz as pessoas saírem transformadas da experiência?

Por fim, não há dúvidas de que a presença e mediação das *redes sociais da internet* e dos *dispositivos móveis de comunicação*, mas principalmente de uma *cultura de rede* promovida pela internet inauguram novas relações entre os sujeitos e as cidades e nos ajudam a refletir sobre as implicações desses usos para as práticas educativas e cidadãs. Além dessas tecnologias estarem intimamente relacionadas aos movimentos Ocupas, é fundamental colocar em perspectiva que a própria noção de rede é responsável pelas transformações que vêm acontecendo nas sociedades, que procuram inverter em diversos níveis uma lógica centralizadora e hierarquizada para dinâmicas mais colaborativas, abertas e horizontais. A internet vem sendo um laboratório de novas práticas que estão transbordando do ciberespaço e

afetando as instituições sociais, fazendo do Ocupa também um laboratório dessas novas redes de sociabilidade na cidade. Como escreveu Henrique Antoun (2010, p. 215), “ainda que não se possa prever o que resultará desta mudança radical, já se pode afirmar que as redes modificaram para melhor o perfil das sociedades”. Como se dá a relação dos ocupas entre as cidades e o ciberespaço? Como a cada vez mais presente cultura da rede afeta as novas produções de subjetividades, práticas políticas e cidadania?

Em síntese, essa pesquisa procura entender: como se caracterizam os processos educacionais nos espaços de cidadania instaurados pelos novos movimentos da sociedade civil, em especial, nos Ocupas? Como os jovens se constituem cidadãos na contemporaneidade? O que esses jovens pensam (ou repensam) sobre as ideias de cidadania, democracia e público? O que os jovens ocupantes narram de si e de suas aprendizagens no Ocupa? O que acontece quando algo *nos* acontece?

2 PESQUISANDO COM O OCUPA: A PESQUISA COMO TRANSFORMAÇÃO DE SI, DO OUTRO E DO MUNDO

Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria – a vida humana – não seria ela própria uma relação artesanal. Não seria sua tarefa trabalhar a matéria-prima da experiência – a sua e a dos outros – transformando-a num produto sólido, útil e único?

Walter Benjamin

2.1 Pesquisar com: um encontro entre sujeitos

Quando comecei o doutorado em Educação, vinda do campo da Comunicação, uma das coisas que mais me chamaram atenção foi a dedicação deste novo campo em estudar profundamente questões metodológicas. No cerne dessas discussões nas Ciências Humanas está a multifacetada relação sujeito-objeto. Sob a tradição positivista, o pesquisador-sujeito é visto como um ser neutro e imparcial, que deve distanciar-se de seus objetos de estudo (geralmente mudos e sem vida) a fim de alcançar alguma verdade científica. Para se contrapor a esses valores, autores vinculados ao materialismo histórico e dialético, como Bakhtin, Vygotsky e Benjamin, dedicarão parte de seus estudos para marcar uma distinção entre os métodos hegemônicos precedentes e uma outra forma legítima de fazer ciência tendo como foco os sujeitos concretos e seus contextos histórico-culturais. Especialmente a partir dos estudos de Bakhtin, o *dialogismo* e a *alteridade* tornaram-se, para alguns pesquisadores, não só categorias a serem adotadas em suas análises, mas princípios epistemológicos constitutivos do processo da pesquisa. Quando pesquisador e pesquisado são sujeitos, a tradicional relação de poder entre o “sujeito cognoscente” e o “objeto cognoscível” deve ser problematizada. Em seu texto sobre “Metodologia das Ciências Humanas” (datado de fins dos anos 1930 e publicado na primeira edição de *Estética da Criação Verbal*, de 1979), Bakhtin faz a distinção entre o “conhecimento da coisa” e o “conhecimento do indivíduo”, assumindo ser possível estudar o homem como coisa, mas propondo o método *dialógico* como o mais adequado para o estudo dos sujeitos.

As ciências exatas são uma forma monológica do saber: o intelecto contempla uma *coisa* e emite enunciado sobre ela. Aí só há um sujeito: o cognoscente (contemplador) e falante (enunciador). A ele só se contrapõe a *coisa muda*. Qualquer objeto do saber (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido como coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser *dialógico* (BAKHTIN, 2003, p. 400, grifos do autor).

Encarando o desafio da pesquisa dialógica, autoras do campo da Educação, como Rita Ribes Pereira (2009; 2012); Solange Jobim e Souza (2009); Maria Teresa Freitas (2002; 2010), Lúcia Rabello de Castro (2008) e Maria Luiza Oswald (2009), propõem a fundamental mudança entre estudar *sobre* e estudar *com*, denunciando assim a desigualdade estrutural que normalmente existe entre pesquisador e pesquisado. No caso das autoras citadas, seus focos de estudo são as crianças e os jovens, personagens igualmente invisibilizados e inferiorizados em nossos cotidianos adultocêntricos. Partindo da constatação de que “crianças e jovens não são apenas diferentes do adulto pesquisador”, mas também “ocupam posições de sujeitos na sociedade e na cultura estruturalmente desiguais em relação aos adultos” (CASTRO, 2008, p. 21), observa-se o quanto os estudos envolvendo esses públicos como pesquisados podem aumentar ainda mais as relações autoritárias de poder no contexto da pesquisa. Para pesquisar *com* crianças e jovens, e não *sobre* crianças e jovens, é preciso considerar que eles são sujeitos de fala e de pensamento, e portanto merecem ser ouvidos e levados em consideração a partir de uma perspectiva não-discriminatória (SALGADO; JOBIM E SOUZA, 2009). É necessário, portanto, “pensar os lugares de alteridade experimentados” por pesquisadores e pesquisados (sendo estes crianças, jovens etc.) ao longo de todo o processo de pesquisa (PEREIRA, 2012).

Esses modos de pensar a ciência foram fundamentais para colocar em perspectiva a pesquisa que estava me propondo a fazer com os praticantes do Ocupa Niterói. Antes de levantar questões, era preciso colocar-me em questão: por que pesquiso? Por que pesquisar o Ocupa? Como lidar com as pessoas que ocupam comigo após torná-los sujeitos da pesquisa? Fui descobrindo com essas autoras da Educação um fazer científico que não precisa se distanciar da vida para ganhar validade, pelo contrário: assume e acolhe as implicações que toda pesquisa deixa no mundo e nos sujeitos que dela participam. Nesse encontro entre sujeitos que é a pesquisa em ciências humanas, todos saem transformados. Isso significa que, independente de possíveis esforços de neutralidade, a presença do pesquisador interfere no ambiente e nos sujeitos com quem ele dialoga, e esses sujeitos são invariavelmente afetados pelo processo da pesquisa, assim como o próprio pesquisador. Como diz Maria Tereza Freitas

(FREITAS, 2002, p. 17), “o pesquisador tem possibilidades de aprender, se transformar e se ressignificar durante o processo de pesquisa. O mesmo acontece com o pesquisado, que, não sendo coisa mas sujeito, tem também oportunidade de refletir, aprender e se transformar no transcorrer da pesquisa”.

Bakhtin (2003, p. 395) diz que o campo é o “encontro de duas consciências” – o eu e o outro – é “a penetração mútua com manutenção da distância”. Nesse encontro com o outro, o critério não seria a exatidão do conhecimento, mas a “profundidade da penetração” no outro, o que não anula a manutenção da distância – manutenção esta que assegura o excedente de visão (exotopia). Esse excedente de visão possibilita-nos ver o que está além do horizonte do outro, e vice-versa. De acordo com Rita Ribes Pereira, os conceitos bakhtinianos de *horizonte*, *ambiente* e *exotopia* nos ajudam a compreender alguns dos processos de negociação existentes na *pesquisa com*. O *horizonte* é a perspectiva que cada personagem/sujeito tem, seu ponto de vista singular. O outro – no caso, o autor/pesquisador – cria para o personagem um *ambiente*, ou seja, “o terreno em que se desenvolve a história, a informação do lugar que ela ocupa e a percepção de como é vista” (PEREIRA, 2012, p. 74). Assim, Bakhtin enfatiza que só o outro pode nos dar acabamento. A *exotopia* seria então essa visão de fora, esse excedente de visão que o outro tem de nós mesmos. “A exotopia exige ir ao outro – experimentar o desafio de ver o mundo como se fosse ele. Esse exercício implica, num primeiro momento, abdicar ideologicamente de si e aceitar a perspectiva do outro como uma possibilidade legítima de ver o mundo” (PEREIRA, 2012, p. 75). Essa relação de alteridade singular é um dos maiores desafios ao se optar pela realização de um trabalho de campo na perspectiva do *pesquisar com*, como enfatiza Pereira, pois coloca face a face pesquisador e pesquisado, fundando um tipo específico de acontecimento e criando “uma realidade presencial de alteridade no interior do próprio processo de pesquisa” (PEREIRA, 2012, p. 78).

Bakhtin ainda nos ajuda a pensar em como pesquisar sujeitos concretos dentro de uma contextualização histórica mais ampla, afirmando que cada sujeito é um texto, que se relaciona (dialoga) com outros textos e contextos. A ampliação do caráter dialógico da pesquisa se dá através do correlacionamento entre textos e contextos, buscando perceber a “expressão do indivíduo e a expressão das coletividades, dos povos, das épocas, da própria história” (BAKHTIN, 2003, p. 395). O papel da interpretação – logo, o papel da pesquisa – seria justamente promover esse correlacionamento dialógico entre textos e textos, e textos e contextos, construindo assim novos sentidos. Na pesquisa com o Ocupa, são nítidas as relações entre os indivíduos entre si, que comungam um desejo comum de transformação, e também entre suas práticas locais e o contexto global em que estão inseridos. A intensidade

das relações estabelecidas nos territórios do Ocupa, quando os ocupantes convivem intimamente, compartilhando espaços, visões de mundo, alimentos etc., faz com que essa penetração no outro, de que trata Bakhtin (2003, p. 394) seja percebida cotidianamente: me vejo dentro de cada um deles - “o reflexo de mim mesmo no outro” - assim como os vejo dentro de mim. Nesses pedaços de mim que são os outros, também vejo pedaços de todos os ocupantes do mundo. Vejo aquele pequeno acampamento em Niterói como um fragmento de uma rede de milhões de outros acampamentos que aconteceram simultaneamente pelo globo, de formas tão semelhantes: textos e contextos.

Quando pesquisamos *com* os sujeitos, assumimos o desafio de não ter controle de inúmeras variantes da pesquisa. No campo, várias consciências são postas em diálogo e não há qualquer garantia por parte do pesquisador em relação ao que surgirá desse encontro. Bakhtin enfatiza que “o ser que se auto-revela não pode ser forçado e tolhido. Ele é livre e por essa razão não apresenta nenhuma garantia” (BAKHTIN, 2003, p. 395). Quais eram minhas expectativas em relação aos ocupantes? O que eu buscava encontrar com eles? Em alguns momentos, questioneimei-me sobre uma provável mudança de atitude minha ao transformar aquele acontecimento em “objeto”. Obviamente surgiriam expectativas, objetivos, intenções, que eram só minhas e não deles. Afinal, “o processo de pesquisa, independente de se tratar de pesquisa *com* (...), é fundado pelo pesquisador” (PEREIRA, 2012, p. 72). Perguntei-me algumas vezes se a Sarah que entrevistava nas ações do Ocupa era a Sarah ocupante ou a Sarah pesquisadora. Naturalmente, esses papéis se misturam, e para resolver essa questão internamente optei por seguir o conselho do “sujeito da experiência” de Larrosa, que troca a *intenção* pela *atenção*. Procurei diminuir minhas expectativas enquanto pesquisadora, sair dessa *posição* de autoridade e colocar-me em *ex-posição*, a fim de priorizar a experiência, e não tolher a liberdade dos sujeitos com o meu ato de conhecimento, como recomenda Bakhtin quando diz que “o ser da totalidade, o ser da alma humana, o qual se abre livremente ao nosso ato de conhecimento, não pode estar tolhido por esse ato em nenhum momento substancial. Não se pode transferir para eles as categorias do conhecimento material” (BAKHTIN, 2003, p. 395).

Assim, a relação entre vida, arte e ciência também tratada por Bakhtin, em “Arte e Responsabilidade”, no mesmo *Estética da Criação Verbal*, se mostra muito presente ao longo do meu pesquisar com o Ocupa. Em muitos momentos, me perguntei: “será que estaria aqui se não fosse pela pesquisa”? Em todos os casos, a resposta era sim. Além de ter sido afetada pelo Ocupa antes mesmo de levá-lo para o mundo da ciência, tornando-o pesquisa, sinto-me imersa nesse “espírito do tempo” e identifico-me com as causas dos indignados globais, vivendo

“uma desilusão radical com o século e ao mesmo tempo uma total fidelidade a esse século”, para usar as palavras de Benjamin (1994, p. 116). “De onde emergem nossas questões de pesquisa? Em que medida elas respondem às demandas da vida?” (PEREIRA, 2011, p. 2). Minhas utopias, militâncias, pesquisas, trabalhos, relações etc. encontram-se reunidos nesse campo maior do estudo chamado vida, do qual o Ocupa faz parte. Bakhtin (2003, p. XXXIII) acredita que esses três campos da cultura humana – vida, arte e ciência - devem adquirir unidade no indivíduo, ainda que sejam diferentes entre si: “Arte e vida não são a mesma coisa, mas devem tornar-se algo singular em mim, na unidade da minha responsabilidade” (BAKHTIN, 2003, p. XXXIV). O que ele chama de responsabilidade seria a coerência interna de responder com a própria vida sobre tudo o que já se vivenciou e se compreendeu nela, para que não permaneça inativa. Assim, vejo minha experiência no Ocupa como o resultado de um somatório de outras tantas experiências, como as já citadas na apresentação do trabalho, entre certamente outras.

Mas o próprio Bakhtin deixa claro que vida e ciência não são a mesma coisa. Rita Ribes Pereira ajuda a compreender esse jogo de aproximação e distanciamento entre as duas instâncias, esclarecendo que o que a vida oferece - o fenômeno social - é singular por natureza; a ciência, por sua vez, busca tornar suas questões universais. Segundo a autora, “a vida é o terreno das singularidades e a teoria científica, o terreno onde se torna possível a universalidade das questões” (PEREIRA, 2012, p. 66). Nesse sentido, deveria levantar da singularidade da experiência com o Ocupa questões que tivessem algum caráter universal. Isso não seria difícil, por um lado, levando em consideração que o campo local estava de fato conectado a um campo global que já explicitava questões universais em torno dos conceitos de democracia, cidadania, público, direitos humanos etc. Mas, por outro lado, não estava sendo fácil dar conta de tantas problemáticas em plena disputa de sentidos no momento da pesquisa. A vida é algo de incomensurável que inevitavelmente a pesquisa tenta enquadrar. Rita Ribes ajuda novamente a pensar aqui: “Na vida, o pensar segue o ritmo de urgência das ações. Na ciência, o pesquisador pinça da vida uma problemática que lhe inquieta e trabalha densamente esta questão num outro ritmo temporal, enquanto a vida segue seu fluxo, prenhe de problemáticas” (PEREIRA, 2012, p. 65-66).

Na companhia desses referenciais teóricos, senti-me amparada quando tropeçava em algumas situações de caráter metodológico/epistemológico ao longo dessa minha caminhada com o Ocupa. Fui tentando construir a cada dia uma pesquisa mais humana, viva, dialógica, alteritária em busca não só de algum conhecimento do mundo, mas da compreensão da potência do encontro com o outro e sua conseqüente transformação - de si, do outro, do

mundo. Para além da produção de conhecimento científico validado pelos tribunais da razão, fui aprendendo a viver a pesquisa enquanto experiência, como um acontecimento que instaura novas relações frente ao desconhecido e que promove intervenções na realidade. Como Bakhtin ensinou, a pesquisa pode ser vista simultaneamente como acontecimento no mundo e como um modo de participação nele. Fiz desta pesquisa o meu modo de participação no mundo. A partir das experiências vividas em campo, apresentarei algumas noções fundamentais que me levaram a pensar as bases teórico-metodológicas da pesquisa, somadas às noções de *alteridade* e *dialogismo* na perspectiva do *pesquisar com*. Assim, apresentarei a seguir novos aspectos que surgiram na pesquisa de campo com o Ocupa, onde percebi a pesquisa simultaneamente como: acontecimento, experiência, cuidado de si e transformação do mundo.

2.1.1 A pesquisa como acontecimento

A complexa noção de acontecimento, segundo Morin (2010, p. 250), foi utilizada na história das ciências para designar “o que é improvável, acidental, aleatório, singular, concreto, histórico”. No livro *Ciência com Consciência* (2010), o autor relata que o acontecimento foi perseguido durante muito tempo no campo acadêmico por ser identificado com “a singularidade, a contingência, o acidente, a irreducibilidade, o vivido”, enquanto as ciências tendem a se ordenar em torno de “leis, modelos, estruturas, sistemas” (MORIN, 2010, p. 233). Morin (2010, p. 233) afirma que a perseguição ao acontecimento não veio apenas das ciências físico-químicas, mas também da sociologia e até da história, quando esta se torna, “cada vez mais, o estudo dos processos que obedecem a lógicas sistemáticas ou estruturais, sendo cada vez menos uma cascata de sequência de acontecimentos”. No entanto, ele apresenta uma inversão: “no momento em que as ciências humanas se moldam segundo um esquema mecanicista, estatístico e causal, proveniente da física, é que a própria física se transforma radicalmente e levanta a questão do acontecimento” (MORIN, 2010, p. 234). Assim, assume-se que a origem do universo e sua evolução são resultados de uma série de acidentes-acontecimentos cósmicos originários, o que não o impede de obedecer a relações necessárias. Segundo Morin (2010, p. 234), “o universo é um acontecimento que evolui há mais de dez milhões de anos”. Nesse sentido, a própria vida na Terra seria também um acontecimento, entre explosões de estrelas.

Para Bakhtin (2003, p. 401), o mundo também seria acontecimento, assim como nossa participação nele. A singularidade do acontecimento – em micro e macro cosmos - também funda e perpassa a pesquisa em diferentes níveis. Da perspectiva bakhtiniana, a pesquisa como acontecimento seria “um processo dinâmico de interlocução e produção de sentidos que implica um modo de ser no mundo” (PEREIRA, 2012, p. 62). Pesquisar *com* os sujeitos funda uma realidade “em que a experiência da pesquisa é necessariamente diferente daquela que poderia ser vivida no diálogo com outros interlocutores, temas ou contextos” (PEREIRA, 2012, p. 63). O Ocupa abrange uma série inumerável de acontecimentos interligados pelo globo. Cada Ocupa é, em si, um acontecimento no que tem de único e irrepitível, e também proporciona outros fenômenos similares dentro de seu campo de atuação, particularmente no que diz respeito ao encontro entre os sujeitos: explosões de estrelas. E da mesma forma que a vida manifesta-se, segundo Morin, simultaneamente como acidente-acontecimento e sistema-estrutura, é possível pensar o acontecimento dentro de uma rede de relações não antagônicas, como a que podemos tentar mapear em relação aos levantes das multidões que se sucederam desde a Primavera Árabe no mundo. Segundo Bakhtin (2003, p. 401), “a realidade não é dada, mas socialmente construída” já que “o conhecimento é produção social, que envolve interlocução e o pensar de sujeitos concretos”. Segundo Pereira (2012, p. 62):

...o acontecimento é da ordem do Ser. É criação humana, realidade socialmente construída, cronotopicamente contextualizada, única e irrepitível. É terreno de imprevisibilidade (e não de acasos), de enunciação, de implicação e de escolhas. Isso só se torna possível pela não indiferença dos sujeitos entre si e destes em relação ao conhecimento e à linguagem que produzem. (...) Nessa linha de pensamento, a pesquisa é a instauração de um acontecimento que pressupõe uma ativa relação entre os sujeitos que se põem em diálogo, o tema sobre o qual eles dialogam e o contexto no qual esse diálogo se dá. Alterando-se um desses elementos (...) altera-se o todo da interlocução e o próprio sentido do pesquisar.

Como nasce o pequeno Ocupa Niterói? Do encontro de quais sujeitos? O que aconteceria se os sujeitos fossem outros? Essa noção de singularidade é sentida nos relatos de cada ocupante sobre suas experiências com o Ocupa: as maneiras como chegaram até ali, como se comportam no território ocupado, o resultado dos encontros e associações entre os sujeitos, as aprendizagens e transformações cotidianas muitas vezes impronunciáveis. Nada daquilo poderia ser previsto ou projetado, já que nunca havíamos participado de experiência do tipo e, ainda após a primeira ocupação, cada Ocupa apresenta-se diferente um do outro justamente porque as pessoas são diferentes e não há como prever o que surgirá desses encontros. Como pesquisar o acontecimento e levantar questões universais a partir de tamanha singularidade? Como transpor a imprevisibilidade da vida para o sentido? A narrativa é esse

campo de significação. Segundo Rita Ribes Pereira (2012, p. 83-84), não há como reapresentar o acontecimento “senão pela via do discurso, ou seja, não mais o acontecimento tal como ele se deu, mas proferido por alguém que o viveu de maneira posicionada e que, desse lugar, constrói sua interpretação”. Assim, resgatar o acontecimento a partir das experiências é trazê-lo para o campo das narrativas: as que os sujeitos fazem de si e a que a pesquisadora faz do que ouve, vê e sente. Por isso é tão importante definir os princípios que fundamentarão a relação estabelecida entre o pesquisador e os interlocutores da pesquisa, e da pesquisa com a realidade social (PEREIRA, 2012, p. 77). Concordando com Pereira (2012, p. 77), “entendemos que é aqui, na criação do acontecimento da pesquisa que se define o que se chama de 'ética na pesquisa'. Ou seja, é aqui que se firmam os princípios em torno dos quais se pautará a relação de alteridade do pesquisador com”.

Já a narrativa, entendida por Lúcia Rabello de Castro como “o processo pelo qual os participantes se revelam mutuamente como sujeitos singulares, contando suas experiências, escutando as dos demais, enfrentando as diferenças em relação ao modo particular de cada um compreender as situações, se sentir e estar no grupo”, serve de “mediação entre os indivíduos e a cultura no processo de construção de inteligibilidade de si e do mundo”, estruturando a experiência do mundo e de nós mesmos. Nas definições dessa autora, a narrativa é o “dispositivo pelo qual os participantes constroem outros sentidos para sua experiência individual”; ela também interpela os sujeitos à “revelação do que são: o que fizeram e como fizeram; o que fazem e como fazem” (CASTRO, 2008, p. 32). Castro (2008, p. 33) destaca ainda que narração é ação, o que também escapa ao controle do sujeito. “A ação tem a qualidade de surpreender o ator. Por isso mesmo, a ação e a narração produzidas no trabalho de grupos de discussão abrem inexoravelmente o caminho para o acolhimento do imprevisível como aspecto constitutivo do 'estar junto”.

As narrativas no Ocupa acontecem em diferentes níveis. As narrativas que os ocupantes produzem de si, do cotidiano das ocupações, de suas causas, em nível individual e coletivo. Produzindo suas próprias imagens, vídeos, textos, fazem um contraponto às narrativas tradicionalmente vistas como “oficiais” dos meios de comunicação de massa que, do ponto de vista dos ocupantes, apresentam uma realidade completamente distorcida da que é vivenciada nos espaços ocupados, pois ainda tentam explicá-la a partir de categorias tradicionais que já não fazem sentido nesses novos contextos. Ao longo de todo o processo da pesquisa, observa-se uma intensa disputa narrativa em jogo, caracterizando-se, portanto, numa disputa de sentido, na qual os diferentes agentes – ocupas, midiativistas, mídia tradicional, cidadãos – tencionam os espaços de significação a fim de explicar os acontecimentos

complexos e contraditórios em andamento.

O método dialógico acontece não só na pesquisa, mas no próprio cotidiano das ocupações. Os diálogos são constantes – sejam eles espontâneos e sem finalidade declarada ou criados com alguma intenção, como debater um assunto específico ou definir as atividades e os rumos da ocupação – e apresentam-se como oportunidades constantes de aprendizagem na interrelação com o outro. Mantive esse método dialógico do cotidiano como fonte de análise e interpretação dos acontecimentos, pincelando aqui e ali momentos que me levariam a uma reflexão mais ampla relacionada às temáticas da pesquisa, mas também combinei conversas individuais com alguns sujeitos do Ocupa Niterói a fim de abordar especificamente o estudo que passei a fazer depois da ocupação de 2011 e aprofundar algumas questões pontuais. Sinto como se essas conversas fossem ao mesmo tempo planejadas e espontâneas, pois ainda que eu estivesse criando esse espaço oficial de interlocução, não sabia o que poderia emergir dali, já que propositalmente não busquei fixar todos os pontos a serem abordados naquele momento. Defini apenas três eixos de interesse comum para todas as conversas: primeiro, conhecer algo das trajetórias pessoais daqueles sujeitos até chegarem ao acontecimento Ocupa Niterói; depois, saber da experiência em si, como foi do ponto de vista de cada um; e, por fim, investigar com eles quais foram as aprendizagens que aquela experiência lhes proporcionou, de que maneira foram transformados por ela. O objetivo é que essas vozes e falas sejam enredadas nesta narrativa que escrevo agora, compondo novos sentidos polifônicos.

Assim, mesmo as conversas “oficiais” com os ocupantes para a pesquisa configuram-se como acontecimento, como “um processo dinâmico de interlocução e produção de sentidos” (PEREIRA, 2012, p. 62). Por não ser possível reviver o acontecimento integralmente, optamos por reconstruí-lo pela via da narrativa a partir do ponto de vista dos praticantes, cujos sentidos são construídos em diálogo e narrados pela pesquisadora, que também se coloca no texto como sujeito da experiência. Dessa forma, percebemos o Ocupa como um acontecimento que emergiu da realidade social, assim como a pesquisa: “o acontecimento no mundo e a participação nele”. No entanto, como enfatiza Bakhtin (BAKHTIN, 2003, p. 401), o mundo como acontecimento não está dado, não é um ser em prontidão, e ainda se relaciona com uma série infundável e não-linear de outros acontecimentos em níveis pessoais e universais. “Isso faz com que a pesquisa seja um acontecimento no mundo entre outros tantos acontecimentos de que participa o pesquisador” (PEREIRA, 2012, p. 72). Em meio a todas as situações e complexidades da vida, felizmente um acontecimento me aconteceu e me convocou a participar dele. Desse acontecimento,

nasceu a experiência.

2.1.2 A pesquisa como experiência

Apesar de Benjamin ser nossa principal referência para pensar o conceito de experiência, foi a partir dos estudos de Jorge Larrosa que essa noção entrou definitivamente em minha vida e na maneira como passei a me relacionar com a ciência, e também me ajudou a compreender o pensamento benjaminiano. O tipo de experiência que Larrosa (2008, p. 196) apresenta nos convida a revisar de maneira profunda e às vezes incômoda a nossa relação com o mundo, com os outros e com nós mesmos, especialmente no campo da pesquisa. Na definição desse autor, “a experiência não é outra coisa senão a nossa relação com o mundo, com os outros e com nós mesmos. Uma relação em que algo nos passa, nos acontece”. Muitas coisas passam conosco diariamente, mas poucas coisas *nos* passam, *nos* acontecem. Ele concorda com Benjamin sobre a pobreza de experiência do mundo que vem acompanhada do desenvolvimento das forças produtivas e da imprensa, e enumera alguns motivos da sua extinção entre nós, entre eles: o excesso de informação, o excesso de opinião, a falta de tempo e o excesso de trabalho (LARROSA, 2002). Todos esses fatores, além de não darem espaço para a experiência em nossas vidas, seriam verdadeiras antiexperiências, o contrário dela, e responsáveis por sua aniquilação.

Eu era esse sujeito do trabalho, da informação, da falta de tempo quando os acontecimentos de 2011 surgiram. Por isso passei o ano inteiro procurando um objeto de estudo e não o encontrei. Só após ter sido afetada pelo acontecimento Ocupa Niterói no final de 2011, percebi que ali estava o campo que tanto procurei enquanto lia Benjamin e Larrosa sobre diferentes nuances da experiência. Percebi, afinal, que minha busca pelo objeto era a busca pela experiência. Mas quando a experiência aconteceu, obviamente não se mostrou sob a forma de objeto ou de um “ser em prontidão”, como diria Bakhtin, pelo contrário: a experiência, assim como o outro e o mundo, sempre escapa de nossas tentativas de apropriação e de transformação dela em algo utilizável. Larrosa (2008, p. 187) afirma que o desejo de experiência é também um desejo de alteridade. “Mas de uma alteridade que não tenha sido anteriormente capturada pelas regras da razão identificante e identificadora. Uma alteridade que se mantenha como tal, sem identificar, em sua dimensão de surpresa”. Sempre aproximando suas reflexões ao campo da pesquisa, Larrosa (1998, p. 71) afirma ainda que

estes sujeitos outros (entre eles, as crianças e os jovens) não são objetiváveis pelo saber acadêmico nem servem aos nossos propósitos. Para ele, a experiência da criança (e, diríamos, dos jovens) como outro é “o encontro com uma verdade que não aceita a medida de nosso saber” e também “um encontro com o estranho e com o desconhecido que não pode ser reconhecido nem apropriado” (LARROSA, 1998, p. 71).

Esse aspecto da alteridade é muito caro a mim. Como então pesquisar e consequentemente escrever sobre esses sujeitos no campo acadêmico se eles escapam a qualquer objetivação e desviam de todo objetivo? Em minha pesquisa de mestrado, concluí com Certeau (2002), em *A Escrita da História*, que o outro permanecerá ausente e inabarcável, estará sempre fora do texto. Apesar de argumentos contrários e de produtos de grande beleza que também me convencem da necessidade de narrar, sempre me parecia afinal que não valeria a pena insistir e que a saída para o impasse seria não escrever, não produzir, não torná-los um produto utilizável pelo poder, mas apenas viver a experiência inabarcável, estar em contato com o outro fora da representação, silenciosamente. Larrosa (1998, p. 85) aponta que, na impossibilidade de narrá-los, resta-nos “uma imagem do encontro com o outro”, uma imagem *a partir* do encontro com o outro: “um autêntico face a face com o enigma, uma verdadeira experiência”.

Encontrei sujeitos incríveis nos territórios do Ocupa: jovens, adultos, crianças, velhos. Alguns deles entraram em mim mais que outros, mas quase todos me tocaram, me afetaram com suas presenças. Eu participava do(s) acampamento(s) como outro sujeito qualquer, vivendo aquele(s) momento(s) com intensidade e sem preocupar-me com os julgamentos da razão que insistiam em me rondar. Identifiquei-me depois com a figura do “sujeito da experiência”, apresentado por Larrosa (2002, p. 24), que “se define não por sua atividade, mas por sua passividade, por sua receptividade, por sua disponibilidade, por sua abertura”. Além de mim mesma, era observável em quase todos os participantes dos territórios Ocupa essa mesma disponibilidade e abertura para o diferente, na contramão dos discursos sobre o risco de se viver em cidades e fazer contato com estranhos. Além disso, eu não estava ali inicialmente como pesquisadora, mas como sujeito da experiência, “que não constrói objetos, mas se deixa afetar por acontecimentos” (LARROSA, 2008, p. 187). Esse tipo de sujeito não se posiciona – como professora, pesquisadora, mãe –, mas sai de suas posições, se expõe, tornando-se vulnerável para a experiência. A experiência é um risco? Sim. E o sujeito da experiência “está disposto a perder pé e a deixar-se derrubar e arrastar por aquele que lhe sai ao encontro: o sujeito da experiência está disposto a transformar-se numa direção desconhecida” (LARROSA, 1998, p. 85).

Contraponto àquele sujeito da informação, da opinião, da velocidade e do trabalho – este sujeito que somos a maioria de nós -, o sujeito da experiência nos convida a uma pausa, a um gesto de interrupção para que algo nos aconteça, para que algo nos toque. Ocupar é suspender temporariamente o tempo produtivo imposto à vida pelo modo de produção capitalista, possibilitando assim a chegada da experiência. Benjamin (1994, p. 205) apontou para a extinção dos espaços de tédio na cidade, o que fazia desaparecer o dom de ouvir e a comunidade dos ouvintes. Um acontecimento como o Ocupa abre uma nova dimensão espaço-temporal nas cidades, onde a lógica do tempo produtivo é temporariamente suspensa, produzindo um tempo-outro e um espaço-outro revelados como potência para qualquer outra coisa acontecer. É nesse espaço-tempo “ocupado” por outros sentidos e práticas onde se desenrola a experiência da pesquisa. No entanto, mais desafiador que adotar o conceito de experiência como categoria é incorporá-la como procedimento metodológico. Como já foi apontado, carregamos conosco uma carga científica que por séculos expurgou esse conceito (e essas experiências) de suas práticas, privilegiando experimentos de pretensões assépticas, sem muitos contatos ou trocas entre pesquisadores e pesquisados. Resgatar e incorporar a experiência em nossos textos contribui não só para a nossa compreensão do sentido da pesquisa, mas também, num gesto de generosidade e integridade, apresenta-a para o leitor, a fim de aproximá-la dele até, quem sabe, chegar a tocá-lo e transformá-lo.

Para Benjamin (1994, p. 201), a narrativa está diretamente relacionada à experiência - do narrador e de seus ouvintes: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”. No entanto, o filósofo acredita que as ações da experiência estão em baixa no mundo moderno, e vêm declinando ainda mais, como se estivéssemos privados da faculdade de trocar experiências. Esse processo de definhamento da narrativa estaria acompanhado da “evolução secular das forças produtivas” e do desenvolvimento da imprensa burguesa e seu novo meio de comunicação: a informação (BENJAMIN, 1994, p. 201). Para Benjamin (1994, p. 203), “se a arte da narrativa hoje é rara, a difusão da informação é decisivamente responsável por esse declínio”. O excesso de informação, como também enfatizou Larrosa, não só nos afasta da arte narrativa, mas da experiência em si. Atualmente, vivemos um aceleração cada vez maior dos fluxos de informação que nos chegam via mídias tradicionais e novas mídias, o que torna cada vez mais atual a afirmação de Benjamin de que a “cada manhã recebemos notícias de todo mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. (...) quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação” (BENJAMIN, 1994, p. 203).

Como narrar a história do tempo presente em meio a cada vez mais intensos fluxos de informação? Benjamin (1994, p. 223) aponta para a figura do cronista, “que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos [e] leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”. A imagem do cronista – como um narrador vinculado ao tempo, *crhonos*, que encontra no cotidiano elementos para pensar o seu tempo – nos ajuda a encontrar uma narratividade possível para as micro e macro narrativas envolvidas nessa pesquisa com o Ocupa. O cronista seria o narrador possível da história, que liberta-se do ônus da explicação verificável do historiador, substituindo-a pela preocupação em como inserir os fatos no fluxo insondável das coisas (BENJAMIN, 1994, p. 209).

2.1.3 A pesquisa como cuidado de si

Com a percepção do *acontecimento* e da *experiência* nos Ocupas, tendo como postura metodológica o *dialogismo* e a *alteridade*, e ex-pondo-me enquanto *sujeito da experiência* na interseção entre *vida*, *arte* e *ciência*, fui percebendo a construção de um processo de pesquisa completamente novo para mim, enquanto buscava compreender também os sentidos educativos de tudo aquilo. Foi quando me aconteceu uma nova experiência, dessa vez explicitamente educativa: nosso programa de pós-graduação na UERJ receberia cinco professores de universidades e nacionalidades diferentes, além de 30 estudantes belgas e mais tantos brasileiros de diferentes estados para um curso imersivo na cidade do Rio de Janeiro³⁵. A proposta, já praticada em outras cidades do mundo, tinha como objetivo encontrar uma escola “pública” no Rio de Janeiro, em seu sentido mais literal: um espaço de “educação para todos” no território urbano. Nossa investigação aconteceria por meio de muitas caminhadas, observações e conversas pela cidade. Para além das discussões mais específicas dessa aprendizagem, que aparecerão em muitos momentos deste trabalho, interessa-me apontar agora para um aspecto novo que tenho “encarnado” nesta pesquisa, como nos ensinaram os professores que estiveram presentes no curso: trata-se do sentido formativo da investigação

³⁵ O curso se chamava “Sobre a escola (pública) e o ato educativo ou sobre a experiência da pesquisa como verificação da igualdade. Encontrar uma escola pública em/para o Rio: andar e falar como práticas de pesquisa educativa” e aconteceu em novembro de 2012, na UERJ, resultando no livro: MARTINS; NETTO; KOHAN (orgs.). *Encontrar escola: o ato educativo e a experiência da pesquisa em educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2014, no qual publiquei o artigo: CHAVES, Sarah Nery Siqueira. “Cidade e experiência: andar, flunar, investigar(-se)”.

educativa.

Jan Masschelein foi um desses professores a defender, num texto escrito com Maarten Simons (2008), que a pesquisa no campo da Educação possui, em sua própria atividade, uma dimensão educativa ou formativa para o pesquisador e os demais sujeitos afetados por ela, ideia próxima da perspectiva histórico-cultural descrita anteriormente. Aqui, os autores vão enfatizar a dimensão educativa ou formativa da própria atividade de pesquisa, que pressupõe a transformação do pesquisador. Inspirados por Foucault, eles procuram distinguir duas linhas de pensamento em relação à noção de “acesso à verdade”: uma dessas tradições científicas, a hegemônica, acredita que a produção de conhecimento válido pressupõe o cumprimento de certos métodos, normas, regras e valores. Segundo a outra tradição, que tem estado à sombra e à margem da primeira, “o acesso à verdade requer a transformação do eu. Então, a transformação do pesquisador é imprescindível para poder se obter a verdade, um certo tipo de verdade” (SIMONS, MASSCHELEIN, 2008, p. 2). Nesse sentido, “a pesquisa e o estudo têm a ver, em primeiro lugar, com a mudança de uma condição de existência do pesquisador, isto é, uma questão existencial” (SIMONS, MASSCHELEIN, 2008, p. 5).

Tomando emprestado o conceito de Foucault, os autores também resgatam a noção grega de ética pedagógica enquanto “cuidado de si”, que implicaria em uma determinada *atitude* – relacionar-se de certo modo com si próprio, mas também com os demais e com o mundo – e também em uma determinada *atenção*, no sentido de estar atento a si próprio, aos próprios pensamentos e ações. Nas palavras de Sócrates, “ocupar-se da alma”, sendo a alma o nome do eu que vive, pensa e atua – o sujeito da existência (SIMONS, MASSCHELEIN, 2008, p. 6). Essa ética que dá forma e sentido à vida implica em mudanças de comportamento que visam alcançar o domínio de si, ou seja, a coincidência entre as ações e as ideias. A coerência entre as ações e as ideias seria o parâmetro para o reconhecimento da verdade no sujeito. Segundo os autores, “(re)conhece-se que uma pessoa diz a verdade quando presta atenção a si mesma de um modo determinado, quando mostra um domínio de si que se concretiza em suas ações e em seus pensamentos, e quando seus atos e suas palavras estão inspirados por sua verdade” (SIMONS, MASSCHELEIN, 2008, p. 7).

A busca pela coerência na pesquisa também entrou em minhas salas de aula e colocou-me em questão novamente: pode uma professora ocupar? No momento da pesquisa, a maior parte dos meus alunos estava conectada comigo também pelo *Facebook* e outras plataformas de redes sociais da internet, acompanhando o que penso, faço, curto e compartilho em meus perfis pessoais. Em diversos momentos, pensei em “filtrar” algumas informações para não me “expor” demais aos alunos. Mas em outros tantos, não só permitia essa “ex-posição”, como

também levava para as aulas muitos desses questionamentos sobre o que se passava no mundo. Afinal, se considerasse que aquilo que eu fazia fosse “errado” ou que merecesse ser escondido, provavelmente não o estaria fazendo. Segundo Masschelein e Simons, para o pesquisador falar com propriedade, ele deve expor a si e a seus valores determinantes. Assim, além de proporcionar um mergulho ainda maior no processo da pesquisa, as ideias desses autores me fizeram refletir diretamente sobre minhas práticas pedagógicas, aproximando pela primeira vez a Sarah pesquisadora da Sarah professora. Durante o curso na UERJ, quando suspendi por 10 dias minhas atividades regulares para imergir na cidade a pé, senti um enorme peso ao voltar para o “tempo produtivo” imposto pelo sistema educacional, já que estávamos forjando no curso um “tempo livre” educativo, muito distante da realidade para onde voltava. Uma noite, após um dia inteiro de imersão no curso, tive que ir trabalhar na universidade privada onde era professora. Tentava preparar uma aula “de conteúdo” com enorme dificuldade, quando li o seguinte trecho dos professores belgas:

Aqui, exercer o conhecimento não significa aplicá-lo, senão encarná-lo em um certo domínio de si. O professor que cuida de si busca a coincidência entre o que diz e o que faz, e só dessa maneira, somente mediante o que é, pode se converter em pedra de toque para os alunos e inspirá-los (assim como convidá-los a cuidar de si próprios). O êxito de uma aula situa-se ao nível da inspiração. (SIMONS, MASSCHELEIN, 2008, p. 12)

Dessa forma, passei a compreender mais um aspecto de ser professora, que tem a ver antes de tudo com o *ser*. Paulo Freire diz que tão importante quanto a atividade pedagógica do professor, que não deve ser reduzida apenas ao ensino de conteúdos, é o testemunho ético ao ensiná-los, o que ele nomeia de “coerência na classe”: “a coerência entre o que eu digo, o que escrevo, o que faço” (FREIRE, 1996, p. 103). O pedagogo diz ainda que “é importante que os alunos percebam o esforço que faz o professor ou a professora procurando sua coerência. É preciso também que este esforço seja de quando em vez discutido na classe” (FREIRE, 1996, p. 103-104). A potência do encontro em sala de aula e a necessária atenção do professor a cada oportunidade oferecida pelo espaço-tempo educativo me fizeram entender na pele o sentido do hífen na expressão ensino-aprendizagem, que conheci no campo da Educação. O acontecimento e a experiência Ocupa inevitavelmente entraram em minhas salas de aula, não só por fazerem parte de minha visão de mundo a partir de então, ou estarem no meu mural do *Facebook*, mas também pela falta de vontade de separar esses diferentes papéis sociais: a ocupante e a professora. Diz Paulo Freire (1996, p. 44):

Obviamente, o papel de uma educadora crítica, amorosa da liberdade, não é impor

ao educando o seu gosto da liberdade, a sua radical recusa à ordem desumanizante; não é dizer que só existe uma forma de ler o mundo, que é a sua. O seu papel, contudo, não se encerra no ensino, não importa que o mais competente possível, de sua disciplina. Ao testemunhar a seriedade com que trabalha, a rigorosidade ética no trato das pessoas e dos fatos, a professora progressista não pode silenciar (...) em face do discurso que diz da impossibilidade de mudar o mundo porque a realidade é assim mesmo.

A unidade da responsabilidade, de que fala Bakhtin em relação à vida, arte e ciência, se enquadra nesse sentimento. Paulo Freire (2000, p. 34) também escreveu algo parecido sobre a unidade entre discurso, ação e utopia, quando disse que: “É por isso que devo trabalhar a unidade entre meu discurso, minha ação e a utopia que me move. É neste sentido que devo aproveitar toda oportunidade para testemunhar o meu compromisso com a realização de um mundo melhor, mais justo, menos feio, mais substantivamente democrático”. Os autores belgas defendem ainda que, como pedagogos (e, podemos acrescentar, como pesquisadores), devemos estar “dispostos a confrontar o que pensamos e o que dizemos com o que fazemos e com o que somos”, ou seja, dispostos a trabalhar continuamente em nós mesmos (SIMONS; MASSCHLEIN, 2008, p. 12).

Por esses motivos, Simons e Masschlein (2008, p. 12) afirmam que a pesquisa educativa não se trata tanto de “adquirir uma base de conhecimentos, mas de alcançar um estado de atenção e transformação do eu”. O conhecimento é obviamente importante e preparatório para o processo de transformação na pesquisa, mas eles enfatizam que esse conhecimento é algo que se encarna: “trata-se de uma verdade encarnada” (SIMONS; MASSCHLEIN, 2008, p. 8). Assim, “o pesquisador deve mostrar naquilo que ele é uma forma particular de ‘viver o presente’” (SIMONS; MASSCHLEIN, 2008, p. 13). Compreendi, assim, que o fato de eu estar “cuidando de mim”, vivenciando os Ocupas e outros acontecimentos da pesquisa, era uma forma de também cuidar do outro, inspirando as pessoas a cuidarem de si mesmas. Esse tipo de conhecimento não tem uma dimensão crítico-jurídico-avaliativa, senão inspiradora e atrativa (SIMONS; MASSCHLEIN, 2008, p. 12). Por isso, os autores questionam se hoje em dia “não deveríamos priorizar a relação de cuidado à frente da relação de conhecimento” (SIMONS; MASSCHLEIN, 2008, p. 15). Assumir o cuidado de si na pesquisa e na vida não é simples e requer colocar-se em questão. Ou então a questão seria indagar “se estamos dispostos a pagar o preço de uma pesquisa pedagógica formativa, encarnada, inspirada e inspiradora” (SIMONS; MASSCHLEIN, 2008, p. 16). O preço a se pagar é a transformação da pesquisadora.

2.1.4 A pesquisa como transformação do mundo

Toda a trilha epistemológica que tracei até aqui aponta para a intrínseca transformação de si e do outro no processo de pesquisar com os sujeitos. Somadas a isso, estão as constatações de que toda pesquisa promove uma intervenção na realidade, e que isso, ao invés de combatido, deve ser a missão primeira do conhecimento do mundo. Por que estudamos? Para que investigamos o mundo senão para transformá-lo? Há muitos métodos que defendem esse tipo de postura afirmativa na pesquisa, com nomes diversos, como: pesquisa-intervenção; pesquisa-ação; pesquisa participante; copesquisa, entre outros. Em todos eles, está a necessidade de abolir a falsa ideia de neutralidade do pesquisador e também as fronteiras que dissociam o pensamento da *práxis*. De acordo com a perspectiva histórico-cultural, devemos não só descrever a realidade, mas também explicá-la, buscando, nesse movimento, *transformá-la* (FREITAS, 2010, p. 23). Já Paulo Freire (2000, p. 31) considerou que, *intervindo* no mundo, o tornamos inteligível e, em consequência, comunicamos o inteligido. Esse pedagogo é um dos principais autores da educação a nos ensinar “*do direito e dever de mudar o mundo*”, não só como educadores, mas como mulheres e homens da história. Para Paulo Freire, a educação jamais foi, é ou pode ser neutra.

Se a minha não é uma presença neutra na história, devo assumir tão criticamente quanto possível sua politicidade. Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes (FREIRE, 2000, p. 31).

Nessa perspectiva, o pesquisador/educador que tem compromisso com a transformação social deve colocar em questão o próprio dispositivo de pesquisa em relação à manutenção das desigualdades em jogo, politizando sua prática com coerência. Segundo Freire (1996, p. 98), a educação como intervenção no mundo “*implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento*”. Por isso, além de romper com a “*linha imaginária entre pesquisa ‘pura’, que serve à reprodução institucional do establishment da pesquisa e dos seus grupos de interesse majoritários, e a pesquisa participante que atende às demandas dos grupos (minoritários) com que se envolve*” (CASTRO, 2008, p. 29), é preciso problematizar os aspectos éticos e políticos de toda pesquisa, resultando em uma “*reflexão sobre como os interesses de grupos hegemônicos*

podem se reproduzir no nível do dispositivo de pesquisa” (CASTRO, 2008, p. 38). Lúcia Rabelo de Castro (2008, p. 29) enfatiza que “o saber pode estar ou não a serviço da reprodução da estrutura das desigualdades”.

É por isso que a pesquisa com esses sujeitos deve avaliar e reavaliar continuamente seus objetivos, métodos e resultados, levando em conta questões de ordem ética e política, e problematizando permanentemente a atividade do pesquisador, “de modo a torná-la sempre aberta e incompleta, em que o conhecimento da realidade ocorre simultaneamente à transformação de todos os que estão aí envolvidos” (CASTRO, 2008, p. 22). Nos dias atuais, pode ser mais fácil visualizar a abertura e incompletude da pesquisa como partes constitutivas de toda ciência. Temos visto o surgimento de metodologias inovadoras junto da comunicação em rede, nas quais a noção de hierarquia é abolida e a lógica da competição é cada vez mais deixada de lado em nome da cooperação. Sendo assim, pesquisar o mundo em mudanças do século XXI é ousar experimentar essas novas tecnologias de comunicação em suas próprias práticas, colocando seus procedimentos em questão, como recomenda Bakhtin: (2003, p. 378) “o sujeito da compreensão não pode excluir a possibilidade de mudança e até de renúncia aos seus pontos de vista e posições já prontos. No ato de compreensão desenvolve-se uma luta cujo resultado é a mudança mútua e o enriquecimento”.

No trecho abaixo, Freire sintetiza muitos dos argumentos aqui apresentados, em sintonia com as ideias do *pesquisar com* e da pesquisa-intervenção, defendendo a necessidade de mudar o mundo:

A consciência do mundo, que viabiliza a consciência de mim, inviabiliza a imutabilidade do mundo. A consciência do mundo e a consciência de mim me fazem um ser não apenas no mundo, mas *com* o mundo e *com* os outros. Um ser capaz de intervir no mundo e não só de a ele se adaptar. (FREIRE, 2000, p. 40).

Para Paulo Freire, o mundo também é um texto a ser lido – e reescrito. Por isso, ele recomenda o exercício constante da “leitura do mundo”, que demanda uma compreensão crítica da realidade. Tentei exercitá-la nesta pesquisa, não só metodologicamente, mas enquanto vivi a experiência de ocupar. Segundo Freire (2000, p. 42), a leitura do mundo envolve, de um lado, sua *denúncia*, e de outro, o *anúncio* do que ainda não existe. Na maior parte dos encontros promovidos pelas ocupações dos espaços públicos, o exercício da denúncia e do anúncio do mundo acontece constantemente, apesar das críticas que muitos fazem sobre a ausência de projeto dos ocupantes globais. Seria impossível estabelecer um projeto único, é claro, mas sem dúvida existem muitas convergências de propostas entre os

diferentes ocupas no mundo, que giram em torno, principalmente, da denúncia do sistema capitalista, por um lado, e do anúncio de uma democracia “real”, participativa, por outro. Fazer parte desses grandes diálogos que são estabelecidos nos Ocupas – sejam em seu território físico nas cidades ou em suas redes transnacionais –, com suas múltiplas leituras do mundo, não só tem constituído minha formação política e cidadã a partir da rua, mas também coloca para a *pesquisa com* o desafio de ler e inteligir esse vivido, transpondo-o para uma narrativa que, se possível, proponha uma reescrita do mundo.

2.2 Juventudes e alteridade na pesquisa

A categoria juventude(s) destaca-se em muitas narrativas sobre os acontecimentos micro e macro da pesquisa, merecendo atenção teórico-metodológica especial não só no que diz respeito à relação pesquisadora-pesquisados, mas também às disputas de sentido apresentadas em torno desse público em diferentes contextos. A partir da percepção da relação de alteridade particular que se apresentou em campo ao pesquisar com jovens, passei a refletir sobre meu papel no Ocupa enquanto sujeito inserido socialmente no mundo adulto, e as tensões e contradições que apareciam em diversos momentos em relação a essa diferenciação, pautada nas construções sociais criadas em torno do que é ser jovem ou adulto na sociedade em que vivemos. Estudos sobre as culturas juvenis apresentam a necessidade de desconstruir as concepções recorrentes de juventude a fim de compreender melhor esse público, evitando noções que tentem unificá-la e buscando alcançar sua pluralidade aproximando-se do cotidiano dos jovens. Foi pautada nesses ensinamentos que busquei relacionar-me com os sujeitos na pesquisa.

Afinal, o que é ser jovem? Coloquei-me essa questão quando comecei a envolver-me com o Ocupa Niterói, em 2011. Eu tinha 29 anos, uma idade limítrofe entre o que pode-se considerar jovem ou adulto na sociedade contemporânea. Naquele momento, eu era mãe de um menino de 3 anos, professora universitária, doutoranda – atributos que, como define Pais (1990, p. 141) em relação às “responsabilidades” do mundo adulto, me encaixariam mais na segunda categoria. A maioria dos ocupantes mais assíduos eram estudantes universitários ou prestes a entrar na universidade, nascidos no começo da década de 1990, tendo por volta de 18 anos na época da ocupação, alguns poucos mais velhos, todos sem filhos, a maioria não trabalhava e era sustentada financeiramente pelos pais. Ainda que esses aproximadamente 10

anos de diferença entre nós instaurassem algum grau de diferenciação entre eu e eles, não me sentia em situação diferenciada em relação àquilo que fazíamos juntos, já que experimentávamos no cotidiano uma nova prática de resistência desconhecida de todos e nos relacionávamos pautados na horizontalidade. Não me considerava muito mais velha – e muitos deles pensavam que eu fosse mais nova - nem ficava investigando quantos anos eles tinham durante a experiência, pois sentia que esse mero dado numérico poderia restringir a minha experiência com o outro por necessariamente vir acompanhado de um determinado padrão de comportamento esperado. O fato de eu ser professora, apesar do papel social que isso representa, também não me colocava necessariamente em uma posição privilegiada de saber no território Ocupa, pois das coisas que vivenciávamos e discutíamos - relacionadas à democracia, ao espaço público, à cidadania -, eu tinha tantas ou mais perguntas quanto eles. A horizontalidade era praticada também na percepção de que a diferença de idade – ou de profissão ou qualquer outra – não distinguiria as pessoas dentro do Ocupa, apesar de, ainda assim, naturalmente emergirem algumas questões nesse sentido.

Enquanto eu me perguntava se seria jovem ou adulta nesse contexto, um comentário frequente fora do acampamento criticava os ocupantes por serem “jovens demais”. Muitos amigos e familiares me diziam isso, justificando assim o seu não-interesse em participar do acontecimento e, na maior parte das vezes, desmerecendo com esse argumento o acontecimento em si. O problema da pouca idade dos ocupantes estava diretamente relacionado a uma consequente “falta de experiência” deles em relação ao que estavam fazendo, ou o que se costuma chamar “experiência de vida”. Como mostra Carrano (2003, p. 110), é bastante comum, nas sociedades ocidentais, que a juventude seja definida por critérios que vinculam a cronologia etária com a imaturidade psicológica ou a irresponsabilidade. No entanto, paradoxalmente, os que teriam essa “experiência” não estavam dispostos a ir lá dialogar e construir com aqueles jovens, alegando estarem ocupados com outras coisas (com as responsabilidades da vida adulta) e que esse tipo de intervenção era para “estudantes desocupados”. Assim, o pequeno acampamento do Ocupa Niterói – e certamente muitos outros – foi encarado por uma parcela dos cidadãos como apenas mais um delírio juvenil, o que aparentemente impedia o contágio e a troca entre diferentes agentes da cidade, descontando as exceções³⁶, com aquele acontecimento que estava conectado a uma imensa teia global.

³⁶ Vale enfatizar que essa característica dos “jovens demais” diz respeito à experiência do primeiro Ocupa Niterói, e se refere à cultura e identidade locais, mas em outros ocupas no Brasil e no mundo, como no vizinho Ocupa Rio, é possível observar mais diversidade de idades entre os ocupantes.

Essa descrença em relação aos jovens ocupantes niteroienses me remeteu ao conhecido texto de juventude de Benjamin, “Experiência”, de 1913, no qual o filósofo trata a experiência do ponto de vista adultocêntrico. Segundo ele, a experiência é a “máscara do adulto”, esse adulto que “já vivenciou tudo” e concluiu que “foi tudo ilusão”, agora dedica-se a transmitir sua “experiência” aos mais novos: “também ele foi jovem um dia, também ele quis outrora o que agora queremos, também ele não acreditou em seus pais; mas a vida também lhe ensinou que eles tinham razão. E então ele sorri com ares de superioridade, pois o mesmo acontecerá conosco” (BENJAMIN, 2002, p. 21). De forma semelhante ao que aconteceu durante o Ocupa Niterói, Benjamin nos mostra como, do ponto de vista adulto, as utopias juvenis são convertidas em asneiras da juventude que precedem a “longa sobriedade da vida séria” (BENJAMIN, 2002, p. 22), destino inexorável de todas as crianças e jovens, para onde são treinados e encaminhados ao longo de toda sua vida escolar, inclusive: para o mundo do trabalho e do consumo. “Assim é a vida, dizem os adultos, eles já experimentaram isso”.

Vinte anos depois de escrever “Experiência”, Benjamin escreve “Experiência e Pobreza” (1933), e reforça essa ideia: “Tais experiências nos foram transmitidas, de modo benevolente ou ameaçador, à medida que crescíamos: 'Ele é muito jovem, em breve poderá compreender'. Ou: 'Um dia ainda compreenderá’” (BENJAMIN, 2002, p. 22). Para Benjamin, no entanto, o que os adultos sim experimentaram foi a falta de sentido da vida, a brutalidade, e transmitem agora aos jovens a “mensagem da vulgaridade da vida”, ainda que também eles tenham sido uma vez “convocados pela voz do espírito”, que convoca a todos os homens. Apesar dessa tradição que insiste no tolhimento da infância e da juventude em referência ao mundo adulto, as juventudes insistem em reafirmar seus sonhos, como afirma o jovem Benjamin: “conhecemos uma outra experiência” e ela “é o que existe de mais belo, de mais intocável e inefável, pois ela jamais estará privada de espírito se nós permanecermos jovens” (BENJAMIN, 2002, p. 24).

A esse espírito da juventude de que fala Benjamin, que transcende a idade se “permanecermos jovens”, somam-se teorias a respeito do que é ser jovem no mundo contemporâneo, nas quais enfatizam-se aspectos culturais, históricos e sociais em torno da experiência da juventude, não restringindo-a, portanto, a aspectos biológicos. A discussão em torno do conceito de juventude é ampla e abrange muitos campos do conhecimento, coincidindo na constatação de que sua complexidade e pluralidade são inabarcáveis em um conceito único. José Machado Pais afirma que “a diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias”

(PAIS, 1990, p. 151). Apresento aqui uma síntese de alguns conceitos de juventude dos principais autores que me ajudam a pensar essa temática. Grifei os conceitos principais nas definições abaixo.

Para Canclini (2005, p. 209), avançamos no conhecimento da juventude quando nos indagamos “o que é ser jovem” como uma “*pergunta social*”, e não geracional, pedagógica ou disciplinar, mas como uma “*pergunta pelo tempo*”. Já Melucci (1997, p. 9) considera que “na sociedade contemporânea, de fato, a juventude não é mais somente uma condição biológica, mas uma *definição cultural*”. Segundo Carrano (2003, p. 109), “a noção de juventude é resultante da *experiência social de determinado tempo histórico*”. Já Dayrell (2003, p. 40) busca compreender os jovens como “*sujeitos sociais* que, como tais, constroem um determinado modo de ser jovem”. Peralva (1997 apud DAYRELL 2003, p. 41) entende que a juventude é, ao mesmo tempo, uma *condição social* e um tipo de *representação*. Pais (1990, p. 144) ainda define a juventude como uma *construção social*, um *problema social*, um *mito*. É possível, portanto, compreender a juventude a partir de muitas “chaves” de pensamento, e por isso muitos desses autores preferem chama-la no plural: juventudes. Todos eles afirmam que o desafio maior para construir um pensamento a respeito dessa parcela da população é promover a necessária desconstrução (desmistificação) das representações sociais que rondam as culturas juvenis, que, como alerta Pais (1990, p. 145), existem mais como representação do que como realidade. Alguns jovens reconhecem-se como parte desses mitos, outros não.

Segundo Pais, a sociologia da juventude compreende a juventude em duas tendências principais: numa delas, o principal atributo da juventude é pertencer a uma “fase da vida”, definindo-a em termos etários e a partir de uma “cultura juvenil” específica. Na outra, “a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis”, em função de diferentes aspectos, como classe (PAIS, 1990, p. 144). Histórica e socialmente, segundo esse autor, “a juventude tem sido encarada como uma fase da vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados ‘problemas sociais’. Se os jovens não se esforçam por contornar esses ‘problemas’, correm mesmo riscos de serem apelidados de ‘irresponsáveis’ ou ‘desinteressados’”. Já um adulto tem sua imagem construída em torno da ideia de “responsabilidade”, que pode ser “de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e provisão)” (PAIS, 1990, p. 141). Aí encontra-se um parâmetro de diferenciação para definir e diferenciar um jovem e um adulto: “A partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades, os jovens vão adquirindo estatuto de adultos” (PAIS, 1990, p. 144).

Pais conta que, nos anos 60, aconteceu uma ruptura nas representações sociais dominantes da juventude. “À juventude ‘militante’, ‘utópica’ e cultivadora da ‘solidariedade’ dos anos 60 e princípios da década de 70, a *doxa* dominante contrapõe uma juventude mais ‘céptica’, ‘pragmática’ e ‘individualista’” (PAIS, 1990, p. 144). Enfatizando o papel dos *media* na construção social da juventude, o autor aponta que “nalguns *media* é possível encontrar uma imagem das culturas juvenis retratada como ‘ameaçadora’ para a sociedade” (PAIS, 1990, p. 145). Sem dúvida, a construção social das juventudes passa intensamente pelas mídias. Do conteúdo publicitário ao jornalístico, passando pelas redes de compartilhamento de informação online, há imagens hegemônicas e contra-hegemônicas da juventude em disputa a todo momento. A tensão entre uma juventude classe média branca e outra juventude pobre e negra aparece de diversas formas nas narrativas midiáticas e dialoga com outras tensões e representações existentes no território da cidade. Durante as manifestações de 2013 no Brasil, por exemplo, foi construída uma narrativa midiática nos grandes meios de comunicação que representa antagonicamente uma “juventude pacífica” com as cores da bandeira brasileira *versus* uma “juventude vândala” mascarada e vestida de negro, enquanto nos múltiplos canais de mídias da internet há representações mais diversificadas em torno de juventudes plurais e cidadãs.

As imagens que nos deparamos no cotidiano a respeito da juventude interferem na nossa maneira de compreender os jovens, como afirma Dayrell. Na sociedade do consumo, o jovem já parece nos chegar etiquetado e com seus nichos de mercado definidos, enquanto a juventude vem sendo catalogada por jornalistas de comportamento e cientistas de todas as áreas, apesar de sabermos que a construção da identidade é um processo complexo em interrelação com fatores distintos. Essa “catalogação” da juventude, promovida principalmente pelas mídias e pelas ciências, apresenta algumas ideias recorrentes que devem ser identificadas inclusive para serem desconstruídas, como essas que são destacadas por Dayrell (2003, p. 40-41):

- a) a juventude na sua condição de transitoriedade, em que o jovem é um “vir a ser” adulto, um projeto ainda inconcluso de futuro, sendo visto, assim, em sua negatividade, no que ele ainda não é ou no que ele deverá ser.
- b) a visão romântica da juventude, cristalizada principalmente após o crescimento de uma indústria cultural e de um mercado de consumo dirigido aos jovens nos anos 1960, a juventude seria um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos.
- c) a noção de moratória, ou seja, a juventude como um tempo para o ensaio e o

erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade.

d) o jovem reduzido apenas ao campo da cultura, “como se ele só expressasse a sua condição juvenil nos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais”. (DAYRELL, 2003, p. 40-41)

e) a juventude vista como um momento de crise, uma fase difícil dominada por conflitos com a auto-estima e/ou com a personalidade.

f) o processo de distanciamento da família, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora.

Para Dayrell (2003, p. 40-41), precisamos colocar em questão essas imagens se quisermos compreender como os jovens constroem suas experiências. Seguindo a orientação desse autor, seria interessante perguntar: *como os jovens constroem um determinado modo de ser jovem em seu cotidiano?*. Muitos autores coincidem na necessária aproximação do cotidiano para alcançar um tipo de conhecimento sobre as práticas juvenis, sem deixar de entrelaçá-las com perspectivas culturais, históricas e sociais mais amplas. Melucci (1996, p.5) considera que devemos entender a ação juvenil na cultura simultaneamente a partir de uma “perspectiva macro-sociológica” e também das “experiências individuais na vida diária”. Dialogando com as representações dominantes dos jovens, Pais (1990, p. 145) também afirma: “A realidade poderá ser diferente. Para a ela chegar, torna-se contudo necessário penetrar nos meandros dos quotidianos dos jovens”. A aproximação dos sujeitos pesquisados neste trabalho se deu principalmente nos quotidianos de um território Ocupa. A sensação de proximidade era intensa, e compartilhar esse espaço-tempo era sentir-se parte de uma rede aberta de relações cujos laços se fortaleciam no convívio cotidiano pautado por um dialogismo radical. A convivência com esses jovens e o diálogo sobre suas respectivas experiências compõem grande parte da substância desta narrativa e procuram apresentar diferentes modos de ser jovem na contemporaneidade.

Nos movimentos que serão aqui retratados, a juventude sempre aparece como protagonista. Na obra *Redes de Indignação e de Esperança* (2013), Castells (2013, p. 34) apresenta diversos dados sobre os participantes dos levantes populares na Islândia, na Primavera Árabe, nos Indignados espanhóis e no *Occupy Wall Street*, e em todos estes há uma maioria composta de jovens estudantes universitários, em cuja faixa etária também estavam as taxas mais altas de desemprego em todos esses países. “Uma vez que há conexão direta entre juventude, educação superior e uso da internet, os desempregados com diploma universitário que foram atores-chave da revolução também era usuários frequentes da rede”. No entanto,

especialmente após o Ocupa Niterói, quando comecei a envolver-me com outros Ocupas cariocas, a questão geracional ou mesmo de classe não aparece tão determinante, pelo contrário: é nítida a mistura entre pessoas de diferentes idades e posições sociais, com destaque para o mais “jovem” de todos os manifestantes, o mitológico “Presidente³⁷”, um senhor morador de rua de aproximadamente 60 anos, que desde o Ocupa Rio, pode ser encontrado em absolutamente todos os atos, encontros e manifestações da cidade. Presidente não usa *Facebook*, mas sua rede de relações no espaço urbano o coloca em contato com todas as atividades com as quais ele participa incansavelmente. Ele e muitos outros atores sociais apontam para uma mistura geracional que não limita entre os jovens etários o protagonismo das ações. Presidente parece ter mantido o “espírito da juventude”, de que fala Benjamin, vivo dentro de si.

Vale destacar ainda que a crise econômica caminha junto de uma crise de representatividade, e o slogan “Não nos representa” ecoa em todos esses movimentos. Pais comenta o resultado de uma pesquisa sobre a participação política dos jovens europeus, que retrata uma juventude “desencantada com as instituições e com os modos tradicionais de participação política” (LAURITZEN; FORBRIG; HOSKINS, 2004 apud PAIS, 2005, p. 54). O autor acredita que “no Brasil, como em Portugal, o panorama não é diferente”. Isso não quer dizer que tais jovens desencantados não estejam promovendo outras formas políticas e de práticas cidadãs. Pais (2005, p. 65) acredita que “alguns jovens reclamam, no fundo, uma cidadania diferente daquela que lhes é oferecida” nos espaços institucionais, por isso criam outras práticas, mais performativas e alegres, ritualizadas nos domínios da vida cotidiana, no lazer, no lúdico, no cultural. “Nessas culturas performativas - tantas vezes incompreendidas – temos o fluir de uma energia injustamente desprezada. Temos um desejo de participação, de protagonismo” (PAIS, 2005, p. 66). Algumas falas dos sujeitos no quarto capítulo coincidirão com esse contexto apresentado.

Canclini (2005, p. 210) concorda que há um “desencontro entre as formas organizativas hegemônicas e os comportamentos predominantes entre os jovens”. Segundo ele, os jovens estão mais dispostos a participar de *causas* do que de *organizações*, “embora haja várias maneiras de ser jovem e de interessar-se pelo social, aderindo a movimentos indígenas, ecológicos ou musicais, uma característica comum é sintonizar com acontecimentos ou mobilizações que expressam causas e desconfiar das instituições que pretendem representa-las ou querem dar formas aos fluxos públicos” (CANCLINI, 2005, p.

³⁷ Sérgio Luiz Santos das Dores

221-222). Ele também destaca que há um problema real relacionado ao desemprego entre os jovens e a falta de perspectivas num mercado que os convidam para serem trabalhadores e consumidores globais, mas os reservam aos subempregos que os colocam em uma situação de vulnerabilidade (CANCLINI, 2005, p. 211). A crise econômica que impulsiona cada vez mais levantes contra a hegemonia das elites financeiras é uma reação a décadas da proposta neoliberal, que, segundo Canclini (2005, p. 212), leva-nos a uma modernização seletiva: passamos da integração das sociedades para a submissão da população às elites empresariais, e destas aos bancos, investidores e credores transnacionais. Nesse sistema, “antes de propor-se aos jovens que se globalizem nos seus trabalhos e consumos, eles são globalizados como devedores” (CANCLINI, 2005, p. 212).

Canclini, no entanto, também observa na multiplicidade dos movimentos juvenis perspectivas de uma sociedade intercultural, já que estes concebem a política como “rede variável de crenças, uma bricolagem de formas e estilos de vida” (REGUILLO, 2002, apud CANCLINI, 2005, p. 223). A principal finalidade desses movimentos seria mais expressiva do que de configuração, por isso não aspiram o poder ou controlar o Estado, mas teriam como objetivo legitimar ou expressar identidades (CANCLINI, 2005, p. 223). Travariam, assim, lutas pela significação (CANCLINI, 2005, p. 223). Castells (2003, p. 15) concorda que “a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas”, e nesse sentido temos visto o quanto as lutas sociais apresentadas neste trabalho configuram-se como lutas de significação e de transformação de consciência. É nesse sentido que a discussão em torno das juventudes volta ao centro do debate. Segundo Canclini (2005, p. 210), quando a sociedade responde aos jovens que não há lugar para eles na transformação social, “está respondendo a si mesma que tem pouca capacidade, por assim dizer, de rejuvenescer-se, de escutar os que poderiam muda-la”.

3 UM “TEMPO SATURADO DE AGORAS”: ENREDANDO FIOS DE MEMÓRIA PARA NARRAR O PRESENTE

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência tal como ela relampeja no momento de um perigo.

Walter Benjamin

3.1 Quando e onde começa esta história?

Algumas reminiscências do passado relampejaram sobre os acontecimentos da pesquisa, iluminando uma rede de relações a ampliar a contextualização dos ocupas e outras manifestações contemporâneas no espaço e no tempo. Neste capítulo, tento reconstruir algumas dessas histórias “em seu relampejar fugaz” (CANCLINI, 2005, p. 225). Inspirada pela descrição do materialista histórico de Benjamin, que encara o presente como “transição” e a história não como “um tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras” (CANCLINI, 2005, p. 229), fui tecendo essa rede, puxando alguns fios de memória, inicialmente em sentido cronológico inverso: dos ocupas brasileiros ao *Occupy Wall Street*, passando pelos indignados europeus até chegar à Primavera Árabe. No entanto, três anos antes desta, a chamada “revolução islandesa” já havia sido um marco importante para os acontecimentos que sucederam. Mas quanto mais esse campo espaço-temporal se abria, mais a pergunta se tornava latente para a escrita: quando e onde começa essa história?

É claro que, como já foi enfatizado, a história não é vista aqui como um “*continuum*” e, portanto, não possui começo, meio e fim. Das culturas nômades milenares ao movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, a rede de relações que conecta os ocupas na história pode ser tão extensa quanto a história conhecida. Se destacarmos os principais conceitos colocados em questão em todos os acontecimentos recentes - democracia, cidade, cidadania, espaço público, política -, a *pólis* grega seria sem dúvida um ponto fundamental desta rede. Da Àgora Antiga às assembleias de bairro contemporâneas há muitas correlações possíveis, e nossa história partiria então das origens da democracia e da civilização na Grécia Antiga até a Grécia em crise do século XXI, com conflitos violentos entre jovens e policiais nas ruas, suicídios de

idosos em praça pública e pessoas vasculhando lixo para comer. Afinal, em quantas temporalidades estamos?

Para não ir tão longe - nos nômades ou nos gregos -, e para dar ênfase ao contexto brasileiro, ousaria começar essa história por Canudos. Posso justificar essa escolha insinuando que Canudos era uma ocupação? Sim. E como muitas outras da história, ela aconteceu em meio a uma grande crise – nesse caso, no Nordeste, após uma das maiores secas da história, em 1877, quando centenas de milhares morreram e parte dos sobreviventes formaram bandos de cangaceiros ou aderiram a grupos de peregrinos messiânicos, de onde surgiu Antônio Conselheiro, este enigmático religioso cearense que saiu a peregrinar pelo sertão após uma desilusão amorosa. Em junho de 1893, Conselheiro chega à cidade de Canudos, no sertão da Bahia, com 800 seguidores que decidem “ocupar” as margens do Rio Vaza-Barris, onde construíram o Arraial de Canudos, que até 1897 se tornaria a maior cidade da Bahia, com 25 mil habitantes. O rápido crescimento do arraial, rebatizado de Belo Monte, incomodou governo, fazendeiros e igreja, já que, segundo historiadores, ali desenvolveram uma forma de viver baseada no igualitarismo, onde todos trabalhavam, colhiam o que plantavam, não havia seca, fome ou prostituição e havia escola para todas as crianças. O Arraial de Belo Monte se formou quatro anos após a proclamação da República e cinco anos após a abolição da escravidão, fazendo com que metade da sua população fosse negra, incluindo suas lideranças. Conta-se que havia também índios (UM DOCUMENTO..., 2014, p. 6). Os miseráveis sertanejos souberam da República especialmente quando chegaram as cobranças de impostos do novo governo, sendo incentivados por Conselheiro a não pagar. Quem chegasse em Canudos podia construir sua casa, feita de pau-a-pique ou taipa de pilão em esquema de mutirão. Enquanto no resto do Brasil prevalecia um modelo de produção baseado no grande latifúndio, em Canudos a terra era coletiva e seus frutos eram distribuídos de acordo com as necessidades, ainda que houvesse alguma hierarquia em relação a Conselheiro e seus “12 apóstolos”. Um ex-morador de Canudos, Honório Vilanova, conta que “quem queria plantar, plantava; quem queria cuidar da roça, cuidava da roça; quem tinha mulher e filhos, cuidava da mulher e filhos; quem queria ir à igreja rezar, rezava. [Canudos] A todos pertencia e não pertencia a ninguém, segundo a regra do peregrino” (UM DOCUMENTO..., 2014, p. 7). No entanto, na capital do país, especulava-se que aquela movimentação era uma ameaça ao ainda instável regime republicano.

Havia um total descompasso entre o que se dizia sobre Canudos na imprensa e o que de fato acontecia no arraial, cuja população estava apartada do resto do país, não apenas do ponto de vista geográfico, mas também cultural e social. Canudos não era

um centro de conspiração monárquico, nem constituía uma ameaça ao regime republicano, como se fazia crer. Os seguidores de Conselheiro buscavam uma vida melhor, eram vítimas da fome, da miséria e da ausência de perspectivas em relação ao futuro. (UM DOCUMENTO..., 2014, p. 3)

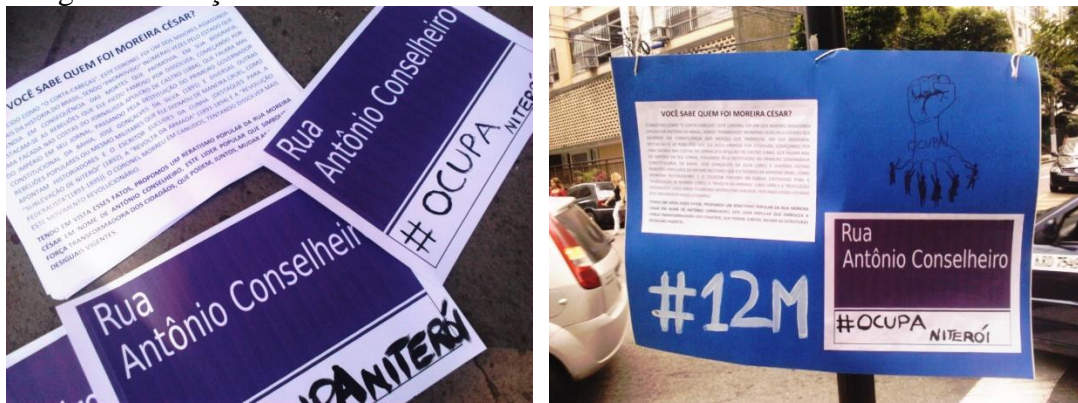
Sabe-se que quatro expedições militares foram enviadas para destruir Canudos, e apenas a última teve êxito, quando metade das forças de segurança nacional combateram por dois meses um grupo de sertanejos que, já famintos e doentes, ofereceram sua rendição com a promessa de que não sofreriam represálias. Contrariando a “ética da guerra”, foram todos presos e depois degolados. Crianças e mulheres sobreviventes foram distribuídas entre latifundiários, usadas como escravas ou empregadas, vítimas de abusos sexuais (UM DOCUMENTO..., 2014, p. 14), nos primeiros anos da república brasileira. Canudos caiu em 5 de outubro de 1897 e a Guerra de Canudos é considerada um dos maiores massacres da história do país, estimando o número de mortos em 20 mil.

Há muitos ensinamentos ainda a serem elaborados dessa história. Canudos pode ser vista como uma ocupação e uma “zona autônoma” que nasceu da desobediência civil e funcionava com regras próprias bem diferentes da política imposta na época, com resultados notadamente positivos, e que, como todas as tentativas de construção de alternativas, foi dizimada pelas forças que estão no poder. No entanto, além de trazer à tona inúmeras contradições da história nacional, o legado de Canudos e sua ocupação do território não terminou ali. Conta-se que muitos soldados foram levados à Bahia sem saber o que estava acontecendo, “quando estavam vagabundando na Praça da República, no Rio de Janeiro. Botaram uma farda neles, ensinaram a dar uns tiros com fuzil e os mandaram para Canudos” (UM DOCUMENTO..., 2014, p. 11). Os que sobreviveram, voltaram ao Rio de Janeiro esperando serem recebidos como heróis de guerra, mas os soldos prometidos pelo Exército não foram pagos. Para pressionar as autoridades a atenderem seus direitos, os ex-combatentes “ocuparam” o morro atrás do Ministério da Guerra, chamado Morro da Providência. Ali, começaram a fazer seus casebres e se viram numa situação semelhante aos casebres que destruíram em Canudos e, talvez percebendo que estavam do mesmo lado dos inimigos que combateram, ergueram um oratório no alto do morro e ali puseram uma imagem de Cristo benzida por Antônio Conselheiro, uma lembrança que haviam trazido da guerra, e apelidaram aquele morro de “Morro da Favela”, em referência ao morro homônimo que ocuparam em Canudos, de onde tinham uma visão privilegiada do arraial e onde havia enorme incidência da árvore chamada Favela, abundante na caatinga (BARCINSKI, 2011). O nome se popularizou e virou sinônimo para todos os morros ocupados por habitações improvisadas na cidade. Os favelados cariocas também são, assim, herdeiros de Canudos, e suas ocupações continuam

oscilando entre o abandono e a repressão do Estado.

Precisamos falar de Canudos: da sua autogestão, da sua agroecologia, da sua autonomia e do massacre que sempre acontece na história quando o grupo que monopoliza o poder se vê ameaçado por um modo de viver no qual ele não é necessário. Mas é claro que este trabalho não dá conta de tão complexa empreitada. Canudos surge, na realidade, do relampejar de uma outra reminiscência: uma pequena intervenção do Ocupa Niterói, no dia 12 de maio de 2012 (durante a comemoração global do primeiro aniversário do 12M-15M), quando mudamos simbolicamente o nome da Rua Coronel Moreira César, uma rua-shopping num dos bairros mais elitizados da cidade, o mesmo bairro onde ocupamos no ano anterior, que homenageava este coronel, conhecido como “o corta-cabeças”, enviado para Canudos por sua fama sanguinária e por sua eficiência em dissolver inúmeras revoltas populares ou militares, incluindo a “Sublevação de Niterói”, em 1892. Moreira Cesar morreu em 1897 tentando destruir Canudos, durante a terceira expedição. Nos anos próximos a 2012, algumas intervenções propunham a mudança dos nomes das ruas que homenageiam torturadores e assassinos. E, assim, tivemos essa ideia e, por um dia, rebatizamos simbolicamente a Rua Cel. Moreira César, em Icaraí, de “Rua Antônio Conselheiro”.

Imagem 15 – Ação 12M



Incluo Canudos nesta rede de relações, lembrando com Benjamin (1994) que “nem os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”. Mas sigo buscando outras pistas para contextualizar o Ocupa para além do acontecimento em si. Parto para a história mais recente dos movimentos sociais, campo de estudo que se consolida após os acontecimentos dos anos 1960 no mundo. Ao chegar nesse campo, uma pergunta se impõe: afinal, o Ocupa é um movimento social? Em “Sociologia dos Movimentos Sociais”, Maria da Glória Gohn afirma ser este um campo de pesquisa que estuda “as ações coletivas organizadas em movimentos sociais, associações e redes civis, grupos de interesse e

de pressão, contestações, disputas e litígios políticos de vários sujeitos sociopolíticos” (GOHN, 2014, p. 11). Segundo Céli Regina Jardim Pinto (2012, p. 129), as manifestações dos movimentos sociais são consideradas uma “reação ao político-institucional, tanto nos regimes autoritários/totalitários como nos regimes democráticos. Nestas manifestações houve sempre um padrão de tensão entre a sociedade civil e o Estado, onde a primeira tendeu fortemente a se apresentar como uma alternativa ao segundo”. Com essas definições iniciais, parece ser possível compreender o Ocupa como um movimento social, categoria que dialoga historicamente com os conceitos de *sociedade civil* e *esfera pública*. No entanto, autores como Toni Blanco, da *Global Revolution Research Network* (GRRN), da Universidade Aberta da Catalunha (UOC), afirmam que esses movimentos não podem ser chamados de movimentos sociais, pois configuram-se de uma forma diferenciada dos movimentos tradicionais. Ele propõe o termo “rede” no lugar de “movimento”, e usa a definição “*rede tecnopolítica cidadã*” para designar movimentos como o 15M espanhol (GUTIÉRREZ, 2014, p. 121). Javier Toret (2014, p. 121) concorda que “os marcos teóricos tradicionais não estão à altura para a complexidade destes novos movimentos em rede”. Quando fala sobre o 15M, Castells (2013, p. 100) também observa que nunca houve uma organização formal conhecida como “o movimento”. Para ele, “não existe ‘o movimento’ com estrutura organizativa nem representantes, mas pessoas em movimento que compartilham de uma denúncia básica às formas de representação política” (Castells, 2014). Assim, o Ocupa dialoga com o conceito de movimento social de forma nova e um tanto escorregadia, às vezes se aproximando e outras vezes se afastando. Na maior parte dos casos (em textos, artigos, livros), essas manifestações são chamadas de “movimento”, talvez por falta de uma palavra que dê conta de nomear esse novo fenômeno social.

De qualquer forma, para ajudar a contextualizar os fenômenos contemporâneos, vou resgatar um pouco da história dos movimentos sociais no mundo ocidental pós-Segunda Guerra, quando, segundo Céli Regina Pinto (2012, p. 130), aconteceu um retraimento na relação da sociedade civil com o espaço público. “A redemocratização do pós-nazifascismo não trouxe a sociedade para a rua, mas, ao contrário, a levou para o privado, para a casa, para a dedicação ao trabalho, à família”. A influência da economia norte-americana e sua ideologia do *self-made-man*, somados à acomodação do Estado de Bem-Estar foram fatores desmobilizadores. Já na década de 1960, experimentamos uma ruptura e uma forte reação a este mundo idealizado pelos vencedores da Segunda Guerra. Primeiro com o movimento *hippie* nos Estados Unidos, que contrariavam o *american way of life*, pregavam uma vida longe do consumismo, do individualismo e da moral vigentes, e posicionavam-se contra a

Guerra do Vietnã (1959-1975), pregando “faça amor, não faça a guerra”. Assim que, no final dos anos de 1960, reações diversas ao *status quo* emergiram em diferentes países e continentes. “Esta é a primeira vez no pós-guerra que indivíduos saem do privado para se manifestarem como grupos na esfera pública” (PINTO, 2012, p. 130).

3.1.1 O ano de 1968

Nesse contexto, o ano de 1968 é emblemático e, apesar das diferenças óbvias entre uma época e outra, é uma referência constantemente citada nos dias atuais. Um amigo ativista dizia: “2013 será nosso 1968” (mesmo que depois tenha complementado: “só que não”). Sem dúvida, os acontecimentos impulsionados pelo movimento estudantil francês de 1968, por terem provocado ocupações em universidades e fábricas, manifestações nas ruas em países europeus, americanos e orientais, e terem se espalhado pelo mundo sem as facilidades tecnológicas do mundo atual, nos ajudam a pensar os acontecimentos presentes.

Foi um ano repleto de fatos intensos: acontecia a Guerra do Vietnã e surgiam os insurgentes vietcongues; estudantes franceses ocuparam a administração da Universidade de Nanterre e criaram o movimento 22 de março, marcando a data da ação; menos de um mês depois, o ativista negro Martin Luther King é assassinado nos Estados Unidos, mobilizando agitações em diferentes cidades daquele país; em 10 de maio, a mobilização universitária francesa se transformava em insurreição, com barricadas e incêndios de viaturas policiais; uma greve geral no dia 13 do mesmo mês paralisa a França; protestos contra a Guerra do Vietnã se instalam nos campi norte-americanos e o “maio parisiense” se estende à Itália, Alemanha, Turquia, Japão e Brasil. No dia cinco de junho, na noite de sua vitória nas primárias democratas da Califórnia, o senador Robert Kennedy, irmão mais novo do ex-presidente John F. Kennedy (assassinado em 1963), recebe vários tiros à queima-roupa e morre no dia seguinte. Em outubro, acontece ainda um massacre no México, quando entre 200 e 300 estudantes mexicanos que realizavam protestos morrem após serem atacados pelas forças de ordem do Estado³⁸. O massacre ocorre dez dias antes da abertura dos Jogos Olímpicos, quando dois atletas afroamericanos sobem ao pódio com os punhos erguidos com

³⁸ Durante os eventos de memória desses acontecimentos, em setembro de 2014, 43 estudantes da Escola Normal Rural de Ayotzinapa, na cidade de Iguala, foram novamente assassinados pelo Estado mexicano, em parceria com narcotraficantes, gerando enorme insurreição popular no México e apoio global em torno da causa #AyotzinapaSomosTodos, #YaMeCansé e #NosFaltan43.

luvas negras, uma saudação do grupo de defesa dos direitos civis aos negros Panteras Negras (CONHEÇA..., 2008)

O Brasil de 1968 vivia uma ditadura militar desde 1964. Em 12 de setembro de 1968, Caetano cantava (e era vaiado por cantar) “É Proibido Proibir” no 3º Festival Internacional da Canção, cujo título da canção é homônimo a uma das célebres frases escritas nos muros franceses naquele ano (VEJA..., 2008). Três meses depois dessa apresentação, era promulgado o AI-5 (Ato Institucional 5), marcando o início dos “Anos de Chumbo” da ditadura brasileira e levando muitos ao exílio. No mesmo mês do início dos protestos franceses, um acontecimento local contribuiu para o acirramento dos ânimos no Brasil, quando o secundarista Edson Luís de Lima Souto, de 18 anos, foi assassinado pela Polícia Militar durante um protesto de estudantes contra o aumento das refeições do restaurante universitário “Calabouço”, no Rio de Janeiro. Durante o velório do estudante, aconteceram confrontos com policiais em várias partes da cidade. Nos dias seguintes, manifestações sucederam-se no centro, todas reprimidas com violência. No início de junho de 1968, o movimento estudantil começou a organizar um número cada vez maior de manifestações públicas. Uma manifestação estudantil, em frente à embaixada norte-americana, gerou um conflito que terminou com 28 mortos, centenas de feridos, mil presos e 15 viaturas da polícia incendiadas, sendo conhecida como “Sexta-Feira Sangrenta”. Diante da repercussão negativa do episódio, o comando militar acabou permitindo uma manifestação estudantil, marcada para o dia 26 de junho. Esta passeata ficou conhecida como a Marcha dos 100 mil. Tendo à frente uma enorme faixa, com os dizeres: “*Abaixo a Ditadura. O povo no poder*”, a passeata prosseguiu, durante três horas, encerrando-se em frente à Assembleia Legislativa, sem conflito com o forte aparato policial que acompanhou a manifestação ao longo de todo o seu percurso (SOBRINHO, 2008). A Marcha dos 100 mil e muitos outros acontecimentos de 1968 foram várias vezes rememorados durante as marchas e acontecimentos de 2013 no Brasil.

Edgar Morin classificou o ano de 1968 como “o êxtase da História” (VENTURA, 2008, p. 17). Habermas, que chamou os jovens de 1968 de “fascistas de esquerda” chegou a reconhecer que “toda a atualidade cultural, da ecologia ao individualismo, começou a brotar naquele ano” (VENTURA, 2008, p. 17). Para Zuenir Ventura (2008, p. 18), o que foi considerado na França o acontecimento mais importante depois da II Guerra Mundial, apesar dos muitos mitos criados em torno dele, os acontecimentos de 68 ainda povoam o imaginário coletivo brasileiro, mas não como objeto de reflexão. “É uma vaga lembrança que se apresenta, ora como totem, ora como tabu: ou é a mitológica *viagem* de uma geração de heróis, ou a proeza irresponsável de “um bando de *porralocas*”, como se dizia então”. Na

edição de 2008 de seu livro *1968*, Zuenir Ventura (2008, p. 18) acredita que nenhuma outra geração depois dessa se entregou com tanta paixão à luta por sua utopia, e que “há muito o que recuperar de sua experiência” (VENTURA, 2008, p. 18). Sem dúvida, as memórias construídas em torno de 1968 foram algumas vezes citadas ao longo dos acontecimentos recentes, trazendo de volta memórias da ditadura militar e das práticas contraculturais de então. Como sintetiza Pinto (2012, p. 131-132), “a década de 1960 caracterizou-se pela contestação, o mundo ocidental saiu diferente dela, e isto se deveu em grande parte ao movimento de opinião provocado pelas manifestações”. As novidades se expressavam especialmente no comportamento, nas formas de vida, no exercício da sexualidade.

A partir da década de 1970, os movimentos sociais - feminista, negro, indígena, sem-teto etc. – ganham força. Pela intensidade desses acontecimentos, a partir dos anos 1960 o estudo dos movimentos sociais “ganhou espaço, densidade e *status* de objeto científico de análise”, como mapeia Gohn (2012, p. 20). Já no Brasil dos anos 1970, “intelectuais da academia e setores da esquerda que se organizavam na resistência ao regime militar discutiram a questão: como nasce o novo? Qual a diferença entre o novo e a novidade?” (GOHN, 2012, p. 21). Os acontecimentos de 1968, assim como os que o precederam nas décadas de 1950 e 1960, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, relacionados aos movimentos dos direitos civis, das feministas, movimentos pacifistas, ambientalistas, e movimentos de estudantes e culturas alternativas, foram considerados então os “novos movimentos sociais”, em contraposição aos “clássicos”, cujo foco eram as lutas sociais do movimento operário, com análises de abordagem predominantemente marxista. Na síntese de Graciela Hopstein (2007, p. 31):

A crise que caracterizou as décadas de 1960 e 1970 colocava em evidência que o Estado de bem-estar social e os seus ensaios nos países do capitalismo periférico, com suas políticas protecionistas e assistencialistas, não tinha sido capaz de reconciliar as populações com a sociedade capitalista. As ações de insurreição e insubordinação nas grandes fábricas e nas universidades, que se multiplicaram em todos os âmbitos da vida social e política, indicavam o esgotamento dos ideais de integração econômica e social. A subjetividade criativa e combativa emergente não partiu exclusivamente do chão da fábrica e do movimento sindical. Vários outros movimentos de resistência apareceram no cenário: movimentos estudantis, feministas, étnicos e de contracultura que implicaram não apenas manifestações de recusa, mas também instalaram as condições para a consolidação de uma outra densidade social.

Esses movimentos, especialmente na América Latina, foram duramente reprimidos pelas ditaduras militares que se instalaram no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Chile. A repressão aberta implicou não só na crise do Estado desenvolvimentista, como marcou a passagem para uma nova ordem política, econômica e social. “As experiências, tanto na

Inglaterra e nos Estados Unidos na década de 1980, como, posteriormente, na América Latina durante os anos 90, difundiram a ideia de que o neoliberalismo era a chave para resolver a crise do Estado e restabelecer a ordem” (HOPSTEIN, 2007, p. 32). A nova ordem global precisava liberar as fronteiras dos mercados, globalizando o capital financeiro. A definição de David Harvey (HARVEY, 2011, p. 16) para neoliberalismo diz que esse conceito:

se refere a um projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarado por muita retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre-comércio, legitimou políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista. Esse projeto tem sido bem-sucedido, a julgar pela incrível centralização da riqueza e do poder observável em todos os países que tomaram o caminho neoliberal.

A partir da década de 1980, junto da abertura política em países como Brasil, Argentina e México, intensifica-se o projeto neoliberal no planeta, segundo o qual o mercado passa a ser o espaço possível de mobilização social, quando promove-se a privatização do público e transformam-se os direitos dos cidadãos basicamente em poder de compra (NEGRI; COCCO, 2005, p. 53). Também nos anos 80, lembra Ortellado, o movimento anarquista renasce, “fruto da abertura ‘democrática’, do legado político dos movimentos dos anos 1960 e 1970 e da consolidação da orientação política do movimento punk” (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 9). Os movimentos sociais dos anos 90 começam a alertar para a necessidade de nos desvencilharmos das leis férreas do mercado e nos abrimos para uma “inovação democrática radicalmente fundada nas dimensões constitutivas de desejo e de liberdade coletiva” (NEGRI; COCCO, 2005, p. 54). Assim, na década de 1990, diversos movimentos – que foram considerados posteriormente como “anticapitalistas” ou “altermundistas” - conjugam ao mesmo tempo reivindicações vinculadas aos problemas históricos de exclusão, a crítica aos programas neoliberais e ao sistema de governança global e de representação, e aos pactos corporativos atrelados a esse momento, como OMC, G8, NAFTA etc. (HOSPTEIN, 2007, p.33)

3.1.2 Os Zapatistas

“*Hoy decimos BASTA!*” era o título do manifesto zapatista apresentado no dia primeiro de janeiro de 1994, quando cerca de três mil homens e mulheres integrantes do *Ejercito Zapatista de Liberacion Nacional* (EZLN) assumiram o controle das principais

idades adjacentes à Floresta de Lacandon, no estado mexicano de Chiapas, região sul do México. Neste mesmo dia entrava em vigor o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), um dos muitos acordos de livre comércio que instaurava a nova ordem global. Diferente dos movimentos políticos até então, os zapatistas falavam não apenas à sociedade mexicana, mas a todos os “oprimidos e excluídos do mundo” (HOSPSTEIN, 2007, p. 33). Segundo Castells (1999b, p.102), os zapatistas lutam contra as consequências excludentes da modernização econômica, e também opõem-se à ideia de inevitabilidade de uma nova ordem geopolítica sob a qual o capitalismo torna-se universalmente aceito.

Armado com pistolas, mas também com “palavras e silêncios” (HOPSTEIN, 2007, p. 41), o movimento zapatista se tornou uma referência para a maior parte dos movimentos contrários à nova ordem global, especialmente por sua maneira de usar a comunicação e os símbolos. Tendo como ícone a figura mascarada de Marcos, o eterno “sub” comandante, um suposto professor de filosofia, muito bem articulado, que redigia textos impactantes e representava um personagem (com máscara, cachimbo), os zapatistas geravam assim um “evento de mídia” para difundir sua mensagem, ao mesmo tempo evitando um conflito bélico. Castells (1999b, p. 104) observa o quanto a máscara se tornou um dos recursos dramáticos mais inovadores da revolução, associado ao uso das telecomunicações, vídeos e comunicação via computador. Os zapatistas falavam de Chiapas para o mundo, por isso são considerados “o primeiro movimento de guerrilha informacional” (CASTELLS, 1999b, p. 104), cujo sucesso deveu-se em grande parte à sua estratégia de comunicação autônoma.

A utilização amplamente difundida da Internet permitiu aos zapatistas disseminarem informações e sua causa a todo o mundo de forma praticamente instantânea e estabelecerem uma rede de grupos de apoio que ajudaram a criar um movimento internacional de opinião pública que praticamente impossibilitou o governo mexicano de fazer uso da repressão em larga escala (CASTELLS, 1999b, p. 104).

Hopstein (2007, p. 41) concorda que a comunicação – por meio de discursos, comunicados, ou de prolongados silêncios – se instala como “a principal ferramenta de luta” dos zapatistas. Sobre o silêncio, uma ação recente do movimento foi considerada a maior manifestação zapatista depois da tomada de Chiapas em 1994. Uma enorme Marcha Silenciosa aconteceu em cinco cidades de Chiapas, no mitológico dia 21 de dezembro 2012, quando especulava-se sobre um suposto “fim do mundo”, segundo interpretações dos calendários Maias, antepassados dos mexicanos. Os zapatistas aproveitaram a oportunidade para anunciar o início de um “novo mundo”: milhares de crianças, jovens, homens e mulheres marcharam com suas tradicionais máscaras negras passa-montanha completamente em

silêncio, levantando os punhos cerrados em algumas ocasiões. Horas depois, divulgaram a mensagem assinada pelo subcomandante Marcos: “Escutaram? É o som do seu mundo desmoronando. É o do nosso ressurgindo. O dia que foi o dia, era noite. E noite será o dia que se tornará o dia. Democracia! Liberdade! Justiça!” (A MARCHA, 2012).

Outra estratégia de comunicação recente foi o anúncio “desaparecimento” do subcomandante Marcos, em 25 de maio de 2014. Após 20 anos à frente do EZLN, Marcos fez seu último pronunciamento público, anunciando que “já havia uma geração que podia seguir em frente, que podia escutar e falar sem esperar guia ou liderança”. E completou: “Marcos, o personagem, já não era necessário. A nova etapa da luta zapatista estava pronta”. Em sintonia com a horizontalidade radical praticada pelos movimentos contemporâneos, subcomandante Marcos disse ainda que “para lutar não são necessários nem líderes, nem caudilhos, nem Messias, nem salvadores; para lutar só é necessário um pouco de vergonha, um tanto de dignidade e muita organização” (SUBCOMANDANTE, 2014). Lembrando a primeira insurgência de 1994, assumiu a estratégia da criação de Marcos para chamar atenção dos meios de comunicação ao que se passava em Chiapas: fruto de “*una compleja maniobra de distracción, un truco de magia terrible y maravilloso, una maliciosa jugada del corazón indígena que somos; la sabiduría indígena desafiaba a la modernidad en uno de sus bastiones: los medios de comunicación*”. Assim, a figura de Marcos deu a volta ao mundo desde as primeiras horas de primeiro de janeiro de 1994 e, vinte anos e quatro meses depois, Marcos anuncia o fim desta etapa³⁹.

Primeiro movimento social pós-queda do Muro de Berlin de posicionamento planetário – e até “intergaláctico”, como são chamados seus encontros –, o movimento zapatista coloca em cena novos sujeitos políticos e novas formas de fazer política radicalmente diferentes da teoria política dominante, como observa Hopstein (2007, p. 34), para quem a luta contra a dominação proposta pelo EZLN procura novas (ou outras) relações de poder. “A busca orienta-se no sentido de construir uma verdadeira sociedade comunitária por meio de autênticas práticas democráticas, sem hierarquias e representações.”. Muitos movimentos desde então se dizem inspirados pelos zapatistas. Segundo Ortellado, “no meio do entusiasmo generalizado que a experiência zapatista despertou, alguns ativistas começaram a pensar que suas experiências concretas de práticas sociais autônomas e as cooperativas poderiam ser uma espécie de equivalente urbano da experiência zapatista” (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 30).

³⁹ <http://desinformemonos.org/2014/05/adios-al-subcomandante-marcos-nace-galeano/print/>

Uma matéria na revista Carta Capital (LOCATELLI, 2014), por ocasião dos 20 anos do levante de Chiapas, apresenta alguns movimentos de ocupação de São Paulo, como a Rede Extremo Sul, que numa resposta coletiva enviada à reportagem afirma: “Temos referência na ousadia zapatista, na sua postura antidogmática e, sobretudo, na percepção de que não basta trocar padrões e governantes, maquiagem os regimes políticos”. A reportagem descreve um pouco das ocupações de terrenos feitas pelo movimento, no bairro paulista do Grajaú, onde os moradores possuem diversas funções e participam ativamente das atividades ligadas à educação, comunicação, cultura e resolução de conflitos. “Nas assembleias, todos têm vez para falar e existe um esforço para que as decisões relevantes sejam tomadas em conjunto.”, afirma o texto, que destaca por fim o aspecto da experiência nas ocupações: “A experiência da vida coletiva nas ocupações representa certa ruptura com o individualismo da vida cotidiana, de modo que elas se apresentam como espaços propícios a este exercício de autonomia e de mudança de cultura política”. Para Ortellado,

Esses espaços autônomos, muitas vezes precários e carentes de recursos, expressam um desejo de abandonar a sociedade atual e construí-la sobre outras bases – desertá-la, na expressão de Negri. É esse desejo que vemos no movimento pelas rádios livres, na proliferação de coletivos de mídia independente, nas ocupações autogeridas rurais e urbanas, nos centros sociais e centros de cultura comunitários e nas cooperativas de produção e serviço. (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 30)

Em 1996, os zapatistas lançaram um chamado para um encontro internacional de ativistas e intelectuais em Chiapas, com o intuito de se discutir estratégias comuns, problemas e soluções. Seis mil pessoas atenderam ao chamado e passaram dias conversando e compartilhando suas histórias de luta contra um inimigo comum: o capitalismo. No ano seguinte aconteceu um novo encontro, na Espanha, onde surgiu a ideia de uma campanha global mais concreta, chamada *Ação Global dos Povos*.

3.1.3 Dias de Ação Global e A Batalha de Seattle

Se o capitalismo globalizava-se, a resistência a ele seguia o mesmo caminho. Assumidamente inspirados pelos zapatistas e aproveitando os primeiros benefícios da conexão em rede via internet, os movimentos do final dos anos 1990 e começo de 2000, que questionavam as políticas neoliberais e os tratados de livre comércio, desenvolveram uma

nova estratégia: os *Dias de Ação Global* ou *Ação Global dos Povos* (AGP). A ideia foi desenvolvida, segundo Ludd (2002), “por um grupo formado por dez dos maiores e mais inovadores movimentos sociais, incluindo o Movimento Sem-Terra brasileiro e o Sindicato dos Agricultores do Estado de Karnataka (KRRS), dos agricultores radicais da Índia”. Quatro pontos de partida comuns foram propostos por esse grupo:

[1] “Uma rejeição explícita das instituições que as multinacionais e os especuladores construíram para tomar o poder das pessoas, como a OMC e outros acordos de liberalização do comércio (como a APEC, a UE, a NAFTA etc.)”;

[2] “Uma atitude de confronto, uma vez que não achamos que tentar influenciar e participar possa ter um grande impacto nessas viciadas e antidemocráticas organizações, nas quais o capital transnacional é o único verdadeiro orientador das políticas”;

[3] “Uma chamada para a desobediência civil não-violenta e a construção de alternativas locais pelas comunidades locais, como resposta para a ação dos governos e das corporações”;

[4] “Uma filosofia organizacional baseada na descentralização e autonomia”.(LUDD, 2002, p. 14-15)

A primeira *Ação Global dos Povos* aconteceu em Genebra, Suíça, sede da Organização Mundial de Comércio (OMC), entre 23 e 25 de Fevereiro de 1998, quando foi lançada a proposta de uma coordenação mundial de resistência ao capitalismo globalizado. Mais de 300 delegados de 71 países foram a Genebra manifestar insatisfação e resistência ao domínio corporativo. Um dos objetivos concretos desse primeiro encontro era coordenar ações contra dois eventos de importância global que aconteceriam em maio daquele ano: a reunião anual do G8, dos líderes das oito nações mais industrializadas, que teria lugar em Birmingham (Grã-Bretanha), e a segunda reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, que ocorreria um dia depois em Genebra. E assim fizeram: durante a 2ª conferência da OMC, em Genova, Itália, em 16 de maio de 1998, o grupo mobilizou mais de 10 milhões de pessoas em mais de 60 cidades nos cinco continentes. Em seguida, aconteceram *Dias de Ação Global* contra o G8, em Colônia, Alemanha (18 de junho de 1999), na 3ª conferência da OMC, em Seattle, EUA (30 de novembro de 1999); além da reunião do Banco Mundial e do FMI, em Praga (26 de Setembro de 2000), e na 4ª conferência da OMC, em Qatar (novembro de 2001) (BRIEF..., 2014).

Por quatro dias consecutivos, em maio de 1998, atos de resistência ecoaram não só nos locais das reuniões, mas, como programado, manifestações aconteceram em todo o planeta. Ludd conta que em Hyderabad, Índia, 200 mil agricultores manifestaram-se contra a OMC; em Brasília, 50 mil agricultores sem-terra e trabalhadores desempregados foram às ruas; mais

de 30 festas *Reclaim The Streets*⁴⁰ ocorreram em diversos locais do mundo. Em Praga, ocorreu a maior mobilização na história da República Checa, levando milhares de pessoas às ruas. No Reino Unido, cinco mil pessoas paralisavam o centro de Birmingham enquanto os líderes do G8 fugiam da cidade para um *resort* local, a fim de continuarem a reunião longe das manifestações. No dia seguinte, conta Ludd (2002, p. 16), “as ruas de Genebra explodiram”. O G8 e muitos outros líderes mundiais convergiram para a reunião ministerial da OMC e para a celebração do quinquagésimo aniversário do Acordo Geral de Comércio de Tarifas (GATT), o precursor da OMC. Mais de 15 mil pessoas de toda a Europa e muitos de outros continentes se manifestaram contra a tirania da OMC. Bancos tiveram suas janelas quebradas, o Mercedes do diretor-geral da OMC foi virado, e três dias com os maiores distúrbios já vistos em Genebra se seguiram. Os líderes mundiais isolados em uma casa de vidro ao lado do lago Genebra produziram uma declaração dizendo que queriam que a OMC se tornasse “mais transparente” (LUDD, 2002, p. 17).

Já em 1999, os acontecimentos em Seattle, EUA, se tornaram outra grande referência dos movimentos mais recentes. Ortellado considera Seattle a “vitrine midiática de um movimento que pode ter muitas origens, mas que, em sua vertente radical, remonta à inspiração da revolta zapatista em 1994 e à articulação dos dias de ação global em 1998” (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 10). Conta este autor que, depois de uma primeira tentativa de articular as manifestações contra a OMC, em 1998, os protestos começaram a se intensificar após as ações de junho de 1999 contra o G8. Cinco meses depois, aconteceriam manifestações mais intensas contra a OMC em Seattle. A tática dos manifestantes consistiu em bloquear os cruzamentos do centro da cidade, impedindo que os delegados da conferência chegassem ao local do encontro. Bem-sucedida, a tática impediu que a reunião de abertura acontecesse. No fim da tarde, a repressão policial deu lugar à batalha que ficou conhecida na mídia da época e posteriormente nos cinemas como “A Batalha de Seattle”. Segundo Ludd (2002, p. 47-8, “o próprio ministro do Meio Ambiente inglês, Michael Meacher, que estava em Seattle para participar da reunião da OMC, culpou a polícia por transformar um protesto pacífico numa batalha”.

A rede de relações que reúne os Dias de Ação Global – com destaque para os acontecimentos mais marcantes de Seattle - e os zapatistas também conecta os movimentos

⁴⁰ *Reclaim The Streets* (RTS) começou como grupo ativista criativo em Londres, mas suas táticas, misturando festa e protesto, logo se espalharam ao redor do mundo. Mesclando a ação direta do movimento anti-road da Grã-Bretanha e da natureza carnavalesca da cena contracultural *rave*, RTS tornou-se um catalisador para os movimentos anticapitalistas globais do final dos anos 90. Tradução livre de: <http://beautifultrouble.org/case/reclaim-the-streets/>

pacifistas dos anos 60 e as insurreições de maio de 1968, como se nota na fala de Ortellado: “Foram precisos anos de mobilização nos Estados Unidos nos anos 1960 para finalmente se obter uma vitória com o fim da guerra do Vietnã. Seattle foi diferente. Foi como Maio de 1968, na França: um acontecimento impressionante e inesperado que incendiou a imaginação e contaminou a todos” (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 11). Em São Paulo, assim como em diversas outras cidades do mundo, aconteceram reflexos desses movimentos. Foi com a imagem de Seattle em mente que se construiu a mobilização contra o FMI e o Banco Mundial em São Paulo, dia 26 de setembro de 2000 (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 11). Outra iniciativa surgida no Brasil foi o Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, que tinha como objetivo inicial se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos, inclusive simultaneamente. Mesmo criticado por ser internamente hierarquizado e institucionalizado (PLEYERS, 2012), considera-se que o FSM foi sendo afetado pela pluralidade dos movimentos autonomistas e horizontais e se tornou um importante espaço de encontro e aprendizagem (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 13). Com o slogan “um outro mundo é possível”, a maior parte dos coletivos e movimentos que fazem parte dos FSM ficaram também conhecidos como “altermundistas”.

Enquanto o termo “movimento antiglobalização”, segundo Ludd, seria uma invenção da “mídia burguesa” que sempre quer definir os termos da discussão, a expressão “anticapitalista”, segundo Ortellado, teria sido empregada pela primeira vez para designar esses movimentos no final de 1999, como resultado das primeiras reflexões teóricas a respeito das manifestações de junho e novembro desse ano. “‘Anticapitalista’ era o termo usado para designar a convergência das lutas que supostamente tinham cindido o movimento nos anos 1960 e 1970”, conta Ortellado, complementando que o objetivo declarado da campanha contra o G8 era “fazer convergir essas diferentes lutas numa luta comum contra a sociedade existente, a sociedade ‘capitalista’” (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 13). Entre as diferentes formas de ser “anticapitalista” - as lutas contra a hierarquia, a homofobia, o sexismo, o racismo, o militarismo e a destruição ambiental – todas orientavam-se pelas ideias de autonomia, igualdade e respeito às diferenças em todos os níveis, e da liberdade, com o direito à participação direta nas decisões. “A unidade dessas lutas estava na oposição à sociedade existente – uma forma específica e comum de oposição: a oposição pautada pela autonomia” (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 13-14).

Uma característica marcante destes novos movimentos é o seu caráter *lúdico* e suas dimensões estética e criativa, outra herança direta da política dos anos 1960 (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 23). O folheto de convocação internacional do dia 18 de junho de

1999 afirma que será “um dia internacional de protesto, ação e *carnaval* dirigido ao coração da economia global” (LUDD, 2002, p. 19, grifo nosso). Um coletivo de artistas destacou-se nas manifestações de Gênova com suas táticas de guerrilha criativa e também serviram de inspiração para muitos coletivos contemporâneos: os *Tute Bianche*, cuja tradução literal é “macacões brancos”, eram um coletivo formado por militantes dos chamados “centros sociais” italianos⁴¹. Eles usaram essa indumentária (macacões brancos) e acessórios (como escudos de pneus) para promover ações criativas de desobediência civil, cujo uso estratégico da comunicação performática também foi inspirado nos zapatistas (LUDD, 2002, p. 19). “Os *Tute Bianche* causaram um grande impacto ao utilizar nos protestos estratégias criativas como os macacões brancos, o uso de escudos e capacetes e estratégias de ‘confrontação não violenta’ com a polícia. (...) nessas ações os impactos na mídia foram criteriosamente planejados e explorados”, conta Ortellado (RYOKI; ORTELLADO, 2004, p. 26).

As grandes manifestações contra a reunião do G8 em Gênova, em 2001, que ficaram conhecidas como as “Jornadas de Gênova”, deixaram cada vez mais claro o caráter de *rede* desses movimentos, mais especificamente o fato se serem constituídos de *redes de redes*, configurando-se assim, como muitos analistas classificam, um *movimento de movimentos*. A globalização aparece como o espaço de um novo tipo de luta. Como descreve Cocco:

Nas formas originais de organização em *rede de redes* do *Genoa Social Forum* (GSF), o chamado “povo de Seattle” anunciou a transformação das manifestações de Praga, Gotemburgo e Québec City contra as cúpulas do FMI, da OMC e do BM em um verdadeiro ciclo de lutas cujo ator é um movimento *múltiplo* (feito de muitos movimentos), *globalizado* (feito de fluxos de mobilização internacional) e *constituente* (o *Genoa Social Forum* tornou-se o embrião de um novo tipo de mobilização social em quase todas as cidades italianas onde foram se constituindo *Social Forum* locais): um “movimento dos movimentos”. (COCCO; HOPSTEIN, 2002, p. 9)

O que parecia ser uma nova era global para os movimentos anticapitalistas foi drasticamente abalada no dia 11 de setembro de 2001, nos EUA. Com os ataques de aviões às torres gêmeas de Nova Iorque, os processos de globalização sofreram mudanças significativas quando instaurou-se no mundo uma era paranoica envolvendo política, mercado e religião em uma guerra global permanente, nas palavras de Cocco. “No momento em que aparecia um

⁴¹ “Quase como se fossem novos tipos de câmaras do trabalho, os ‘centros sociais’ reúnem, em quase todas as cidades italianas, as novas figuras de um proletariado metropolitano (em sua maioria composto de jovens) que tem uma relação completamente nova com o trabalho e, pois, com o emprego. Marginais em relação à organização salarial formal (ligados a relações de trabalho bastante precárias e de grande mobilidade, inclusive do ponto de vista das contínuas passagens de períodos de emprego a outros de desemprego), esses trabalhadores assumiram suas dimensões de ‘invisíveis’ representando-as pelo uso, nas manifestações de rua, dessa indumentária de tipo novo” (COCCO, G.; HOPSTEIN, G. *As multidões e o império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 10)

movimento capaz de explicitar as dimensões constituintes de uma mundialização alternativa, na sistemática deslegitimação das instâncias de governo sistêmico do planeta (OMC, FMI, BM, G-8, Otan etc.), a máquina de guerra transforma a própria substância e a realidade dos processos de globalização” (COCCO; HOPSTEIN, 2002, p. 9). Ainda assim, este início de século XXI ainda apresentaria muitas movimentações diferenciadas e imprevisíveis para a história dos movimentos. Neste mesmo ano de 2001, ao sul do mesmo continente americano, o som de panelas nas ruas traz de volta o espírito de revolta dos movimentos anticapitalistas.

3.1.4 A experiência argentina

O fracasso do projeto neoliberal em todo o planeta aprofunda a crise econômica e política também na Argentina, caracterizada pelo esgotamento tanto do modelo instalado desde o segundo pós-guerra quanto da democracia representativa, como conta Graciela Hopstein (2002). Com o grito “*que se vayan todos, que no quede ni uno solo*”, o movimento de revolta de 19 e 20 de dezembro de 2001 - conhecido como *cacerolazo* ou *argentínazo* - “não contou com nenhum tipo de organização *a priori*, nem com a participação dos atores políticos tradicionais. Não houve autor nem promotor, mas sim a presença multitudinária, aberta, desorganizada e espontânea de sujeitos desobedientes manifestando seu direito de resistir” (HOPSTEIN, 2007, p. 18). Assim, os movimentos sociais e políticos emergentes na Argentina na década de 1990 ganharam visibilidade nacional e global a partir desses acontecimentos, que simbolizam uma ruptura importante na história do país, marcando um novo ciclo com a criação de uma nova dinâmica política, novos sujeitos políticos e novas formas de organização coletivas.

Durante toda a movimentação apresentada naqueles dias de dezembro, que certamente não se resumem apenas aos emblemáticos dias 19 e 20, três grandes frentes destacaram-se nas manifestações populares, como apresenta Hopstein: 1) o movimento *piquetero*; 2) as fábricas ocupadas e recuperadas pelos trabalhadores; 3) as assembleias de bairros. Atuando desde a década de 1990, o movimento *piquetero* apresenta como principal estratégia de luta o *piquete*, ou seja, a interdição e bloqueio de passagens (ruas, estradas, pontes). Associado a isso, o movimento também atua na criação de novas modalidades de organização e de produção de caráter coletivo, autogestivo e cooperativo, como em creches, restaurantes, padarias e hortas comunitárias, constituindo dessa forma novas formas de trabalho vivo para além da relação

salarial, como conta Hopstein (2007, p. 16). Nos fluxos do movimento piqueteiro, existe também na Argentina um forte movimento de ocupação e recuperação de fábricas e empresas abandonadas por seus proprietários durante a crise, que passaram a ser autogeridas pelos próprios trabalhadores, baseados nos princípios de autogestão, auto-organização, autonomia e cooperativismo. Hopstein considera que, para além das manifestações de rua, os movimentos na Argentina conseguiram fazer o salto da produção, com a instalação de formas inovadoras de trabalho e organização produtiva.

Já as assembleias de bairros, formadas de forma espontânea por vizinhos, foram outra prática importante desses movimentos que perduram até os dias atuais. Segundo Hopstein (2007, p. 15), elas “conseguiram criar efetivamente um âmbito de afirmação e de resistência, construindo, ao mesmo tempo, tanto modalidades contestatórias de poder, quanto de organização e administração local alternativas baseadas na ação coletiva e na recuperação do espaço público”. Enquanto as assembleias de bairros argentinas surgiram em 2001, dez anos depois, no Brasil, começamos a experimentar as assembleias dos Ocupas, que se caracterizam por espaços de diálogo horizontal, na maior parte das vezes de caráter deliberativo, e que baseiam sua tomada de decisão por consenso. No Rio de Janeiro, as assembleias de bairros, no entanto, só começaram a surgir a partir dos movimentos de 2013, especialmente após a desocupação violenta do Ocupa Câmara Rio, que fez surgir a Assembleia Popular da Cinelândia⁴², que passou a acontecer toda quarta-feira no mesmo local. Após uma grande assembleia convocada para acontecer no ICHIF, no Largo de São Francisco, no centro do Rio, durante as “Jornadas de Junho”, que de tão grande não coube dentro da Universidade e teve que acontecer no Largo de São Francisco, passou a existir também a Assembleia do Largo⁴³, todas as terças. A Assembleia Popular do Grande Méier⁴⁴ é outra assembleia de bairro no Rio bastante ativa, na praça Agripino Rocha, que já acolheu diversas ações de ocupação, e também existe a Assembleia Popular da Grande Tijuca⁴⁵ e, mais recentemente, a Assembleia Popular do Largo do Machado⁴⁶, que surgiu em 2014, entre outras que passaram a surgir em seus microcosmos de bairros e comunidades.

⁴² Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Assembleia-Popular-na-Cinel%C3%A2ndia/1437596839812322>

⁴³ Disponível em: <https://www.facebook.com/AssembleiadoLargo?ref=ts&fref=ts>

⁴⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/assembleiadomeier?fref=ts>

⁴⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Assembleia-Popular-da-Grande-Tijuca/159645024218688?fref=ts>

⁴⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/assembleia.lgo.machado?fref=ts>

Voltando ao caso Argentino que, mesmo uma década antes, possui inúmeras relações com os acontecimentos no Brasil e no mundo, por já estarem conectados às consequências de uma falência do sistema neoliberal, também conta com outro aspecto comum aos movimentos mais recentes: a “radical descrença e oposição frente ao sistema político moderno baseado na democracia representativa”, que é, segundo Hopstein (2007, p. 19), a originalidade e especificidade dos movimentos de dezembro de 2001 (e esse aspecto se repete nos levantes de 2011 a 2014 no mundo). A autora conta que nenhuma das minorias atuantes na multidão que se levantou tinha aspirações de se tornar maioria ou governo, mas pretendia, ao contrário, obstruir os mecanismos clássicos de representação política e, além de manifestar sua posição contrária, também apresentar sua posição a favor, sua afirmação e construção de uma nova experiência criativa e constituinte (HOPSTEIN, 2007, p. 19). Por isso, a rebelião argentina está enredada nesta rede de relações globais, que em muitos aspectos transcendem as questões locais e, segundo Hopstein (2007, p. 18), deve ser entendida como inerente (e própria) à era da globalização: “o questionamento radical do sistema político moderno e do modelo de democracia realmente existente emergente nas manifestações de dezembro na Argentina só foi possível no novo contexto internacional”. Por isso, a autora enfatiza que esses acontecimentos devem ser pensados num contexto global.

Porém, a dinâmica instalada por esses coletivos não pode ser pensada apenas num nível local, mas, principalmente, no contexto global. Assim, as multidões argentinas compartilham com outros movimentos emergentes em escala planetária a vontade de autonomia frente ao Estado, o desenvolvimento de novas práticas de desobediência e resistência civil, além da rebelião frente ao poder das grandes corporações econômico-financeiras e do seu sistema de governança (HOPSTEIN, 2007, p. 17).

Atualizando sua análise com os dias atuais, Hopstein afirma que “o movimento”, no sentido amplo do termo, “vem atravessando por permanentes processos de transformação, crises e rupturas”. Ela conta que, na avaliação de alguns, trata-se de “uma derrota, uma experiência fracassada”, uma força que teria sido dizimada pelas estruturas partidárias e pela lógica corporativa. Uma outra corrente acredita que “os coletivos e movimentos emergentes definiram efetivamente espaços cheios de potência, dando origem a uma outra densidade e dinâmica social. (...) conseguiram mudar não apenas o discurso dos argentinos, mas também, e daí em diante, os modos de pensar e exercer a política e a democracia” (HOPSTEIN, 2007, p. 20). Essa avaliação em relação ao “sucesso” ou “fracasso” dos movimentos de rua brasileiros também foi feita em muitos momentos de aparente desânimo após o êxtase das Jornadas de Junho e o #NãoVaiTerCopa, mas aqui também se percebeu uma mudança nas

subjetividades dos cidadãos em diferentes níveis, algo que pretendo analisar no último capítulo deste trabalho. Na Argentina, pude ver e sentir por toda a parte essa herança cultural dos acontecimentos de 2001 nos cotidianos das cidades.

No final de 2013, tive a oportunidade de participar do convênio estabelecido entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade de La Plata, e vivi três meses na Argentina, entre as cidades de Buenos Aires e La Plata. Aterrissei no país justo no mês de dezembro, então pude participar das muitas comemorações em memória da “Revolta Popular de 2001”, que ocuparam as ruas da cidade com marchas e outros eventos. No entanto, antes mesmo de encontrar-me com os acontecimentos de 2001, em meu primeiro dia de flangem por Buenos Aires, encontrei um pequeno acampamento de protesto nos moldes idênticos aos ocupas vivenciados no Brasil, em frente ao Congresso Nacional da Argentina. Era o “*Acampe contra Monsanto frente al Congreso*”, minha primeira e mais importante experiência “ocupa” na Argentina durante o período em que estive lá. A partir dela, com seus praticantes, fui conhecendo a cidade “*al revés*”, a cidade vista de baixo, de quem se coloca literalmente no chão da praça, na rua, e a história do país me foi sendo contada a partir das perspectivas e visibilidades desses sujeitos.

A Monsanto é a maior produtora de agrotóxicos e sementes transgênicas do mundo, cujos comprovados danos à saúde das pessoas, dos animais e da terra fizeram com que seus produtos fossem proibidos em muitos países⁴⁷. Na Argentina, assim como no Brasil (país que é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo), a Monsanto ainda exerce seus negócios com tranquilidade, gerando lucros milionários que interessam mais aos Governos desses países do que as incontáveis denúncias de mortes e contaminações no campo e na cidade. No entanto, ao anunciar a construção da maior unidade de tratamento de sementes de milho transgênico da América Latina em Malvinas Argentinas, uma pequena cidade rural de 15 mil habitantes, próximo a Córdoba, a multinacional foi recebida com um acampe-bloqueio em seu canteiro de obras, iniciado no dia 18 de setembro de 2013 e ativo até a conclusão deste texto, em dezembro de 2014, após haver completado um ano e ter conseguido a paralização das obras para que sejam feitos novos estudos de impacto ambiental e uma audiência pública. Na primeira tentativa de desalojar o acampamento, doze dias depois da sua instalação, com a violência e a ilegalidade policiais de praxe, a mobilização aumentou em torno da causa, não só em Córdoba, mas também na capital do país, onde, dia 21 de outubro de 2013, um outro grupo de ativistas instaurou um novo acampe, dessa vez em frente ao Congresso Nacional, em

⁴⁷ Os documentários “O mundo segundo a Monsanto” (Marie-Monique Robin, 2008) e “O veneno está na mesa” 1 e 2 (Silvio Tendler, 2011 e 2014) oferecem informações sobre o assunto.

Buenos Aires. Assim surgiu o *Acampe Contra a Monsanto frente al Congreso*, que permaneceu ali por aproximadamente três meses e, depois de levantado o acampamento, os ativistas argentinos seguem com a campanha “*Todos los 25 hasta que se vaya Monsanto*”, quando diferentes cidades do país se mobilizam contra essa corporação, no dia 25 de cada mês, “até que Monsanto se vá”.

Cheguei a gravar algumas conversas com ocupantes de Buenos Aires e de Córdoba, que traziam muitos elementos comuns em relação aos demais ocupas, mas perdi as gravações junto do aparelho celular na capital argentina. Apenas um pequeno trecho já havia sido transcrito, de um ocupante de Malvinas Argentinas, de 24 anos, que destacou, como os demais ocupantes de Niterói, “o tema das relações humanas” afirmando que “o mais difícil de sustentar na luta é como nos relacionamos uns com os outros” e que eles chegaram “ao ponto de morrer uns pelos outros”.

O que mais vale do bloqueio que estamos sustentando – que começou em 18 de setembro de 2013 – é o tema das relações humanas. ... Temos notado que o mais difícil de sustentar na luta é como nos relacionamos uns com os outros. Foi uma experiência muito nova e muito enriquecedora porque, de repente, pessoas muito heterogêneas, de diferentes ângulos, nos unimos em uma só luta que a grande maioria não tinha nem ideia porque estávamos lutando, mas o sentia com o coração. E fomos nos encontrando e fomos nos olhando nos olhos e fomos tratando de construir apesar de nossas diferenças. Inclusive instalamos relações pessoais muito fortes, do jeito que chegou ao ponto, como hoje, que estamos ao ponto de morrer uns pelos outros e nos amamos e nos encontramos e nos vemos, e sentimos realmente que ao final estávamos com irmãos. Isso creio que vale ouro porque para nós também foi um lugar de cura.

Não demorou muito para perceber que os “Acampe” – como são chamados os “Ocupa” por lá⁴⁸, ou seja, as ocupações temporárias do espaço público com uso de barracas – são uma prática relativamente comum na cultura política argentina, especialmente na capital Buenos Aires, onde está a Casa Rosada, sede do Governo Federal, na famosa Plaza de Mayo, onde acontecem ocupações de todo tipo, com pessoas e causas de várias partes do país. Essas ocupações podem durar anos, como era o caso da ocupação dos ex-combatentes da Guerra de Malvinas, que em 2014 completou seis anos de existência, ou como foi o caso da “Carpa Blanca Docente⁴⁹”, que ocupou de 1997 a 1999 a frente do Congresso argentino. Percebe-se a

⁴⁸ Na Argentina, chamam de “Ocupa” as ocupações de imóveis. Quando é uma ocupação do espaço público com barracas, chamam “Acampe”.

⁴⁹ Após uma longa greve de alcance nacional, o sindicato dos professores iniciou novas táticas de luta, como a instalação de uma enorme tenda branca na frente do Congresso; jejum feito em rodízio pelos professores ao longo de 600 dias, e atividades diversas nesta ocupação do espaço público que durou de 1997 a 1999 (HOPSTEIN, 2007, p. 86)

importância das praças na composição urbanística das cidades argentinas que conheci; na maior parte dos casos, são espaços públicos valorizados e ocupados pelas pessoas das mais diversas formas. O fato da sede do Governo Federal também estar numa praça no centro da cidade favorece a intervenção no espaço democrático, apesar das grades que ocultavam a frente da Casa Rosada e controlavam a passagem de pedestres. Nessas grades, haviam diversas intervenções com tinta, onde se lia: “*Desde 2001 a quien protegen estas vallas? Si los muertos son del pueblo*”.

Mais intensamente após a rebelião popular de 2001, mas mesmo antes, na década de 90 (como no caso da Carpa Blanca Docente), multiplicam-se por Buenos Aires e demais cidades argentinas ocupações cidadãs do espaço público de diversos tipos, como é o caso dos acampes contra a Monsanto. Essa contextualização foi fundamental para compreender o processo histórico particularmente na América Latina dos movimentos de ocupação que vimos proliferar no Brasil quase 10 anos depois da experiência Argentina. É perceptível a memória presente desses acontecimentos nas ruas, nos *stencils*, nas paredes, nos acampes, nos centros ocupados, nas práticas autogestionadas, nas hortas urbanas e no estilo de vida dos jovens com quem convivi e que interagem com a cidade reciclando o que encontram no lixo, de móveis a roupas, como parte de uma cultura política que pode ser percebida nos cotidianos de diferentes sujeitos. Para além das inventadas divergências culturais entre esses países, pareceu-me que o Brasil ainda tem muito a aprender com a experiência Argentina.

3.2 Não somos mercadorias nas mãos de banqueiros: nós somos os 99%

Chegamos finalmente ao ano de 2011, onde encontram-se alguns dos principais acontecimentos que influenciaram mais diretamente a criação dos Ocupas brasileiros. A rede de relações que os conecta nesta narrativa se alimenta mutuamente de seus nós e fazem constantes trocas e referências uns aos outros globalmente, seja por meio de mensagens diretas pela internet ou em referências citadas nos locais ocupados. Em 25 de janeiro de 2011, na primeira manifestação de massa realizada na Praça Tahrir, no Cairo, milhares gritavam “*A Tunísia é a solução*”. Já em 15 de maio de 2011, os indignados da Espanha diziam: “*A Islândia é a solução*”. O primeiro acampamento *Occupy Wall Street*, em 17 de setembro de 2011, chamou-se *Liberty Square*, em homenagem à Praça Tahrir (Praça da Liberdade), assim como a acampada da Calatunha, em Barcelona. Castells (2013, p. 27) pergunta: “Qual seria o

fio comum que unia, na mente das pessoas, suas experiências de revolta, a despeito de contextos amplamente diversos em termos culturais econômicos e institucionais?”, e ele mesmo responde: “Em resumo, era a sensação de empoderamento”.

Castells (2013, p. 28), assim como muitos outros analistas desses acontecimentos, considera que há algo de novo nesses movimentos e nessa nova geração de ativistas que promovem “novas vias de mudança social, mediante a capacidade autônoma de comunicar-se e organizar-se”. A onda que se espalhou pelo mundo especialmente após a Primavera Árabe foi acompanhada por meio de diferentes canais de comunicação, com destaque enorme e inédito para o uso das plataformas de redes sociais da internet. Tudo o que foi acontecendo no mundo desde então, trouxe aos analistas sociais o sentimento de que estamos frente a um fenômeno com qualidades diferenciadas. Em síntese, o que muitos concordam é que estamos frente a uma nova forma de fazer política e essa novidade se daria a partir de uma nova postura dos movimentos em relação à sociedade e ao Estado (CASTELLS, 2013, p. 135). Maria da Gloria Gohn (2014, p. 12) segue na mesma direção, apontando a diferença dos acontecimentos atuais e os anteriormente citados neste capítulo, afirmando que

há um novo momento e um novo modelo de associativismo civil dos jovens no mundo contemporâneo. Ele é diferente das rebeliões dos anos 1960, assim como é distinto das ações coletivas dos movimentos altermundialistas recentes (...). As diferenças passam pelos campos temáticos tratados, pelos repertórios, formas de comunicação, identidades criadas, pertencimentos de classe e sociocultural, as formas como aproveitam as oportunidades políticas socioculturais que surgem e a forma como veem os partidos e organizações políticas.

A crise econômica de 2008 é um marco temporal importante para esta história. Desde 2006, a taxa de despejos em áreas de baixa renda nos Estados Unidos começou a explodir, mas foram negligenciadas pelas autoridades e pela mídia até então por se tratarem de despejos de pobres e imigrantes. A crise imobiliária fez com que muitos se envolvessem em empréstimos conhecidos como *subprime* e perdessem muito dinheiro e seus imóveis nesse processo. Mas foi só em 2007 que a onda de despejos atingiu a classe média branca e chamou a atenção das autoridades e da imprensa norte-americanas. David Harvey (2011, p.9) conta que até o fim de 2007, “quase 2 milhões de pessoas perderam suas casas e outros 4 milhões corriam o risco de ser despejados”. Por outro lado, os ganhos financeiros das pessoas por trás das hipotecas foram correspondentes às perdas da base da pirâmide. No entanto, enquanto em janeiro de 2008 esses bônus estavam acumulados em 32 bilhões de dólares em *Wall Street*, em setembro o quadro mudou radicalmente: “a crise das hipotecas *subprime*”, como veio a ser chamada, levou ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimento de *Wall*

Street” (HARVEY, 2011, p. 10). Quando o até então sólido banco de investimentos *Lehman Brothers* pediu concordata em 15 de setembro de 2008, o mercado inteiro congelou. “Os mercados de ações se desintegraram na medida em que especialmente as ações de bancos perderam quase todo o seu valor; fundos de pensão racharam sob a tensão; orçamentos municipais encolheram; e espalhou-se o pânico em todo o sistema financeiro” (HARVEY, 2011, p. 12).

A grande questão mobilizadora da indignação durante a crise econômica foi a forma como cada um dos governos afinados à ideologia neoliberal lidou com a crise, seguindo um dos princípios pragmáticos surgidos na década de 1980 de que o Estado deve proteger as instituições financeiras a todo custo (HARVEY, 2011, p. 16). Em síntese, essa política que ficou conhecida como “risco moral sistêmico”, segundo Harvey, consiste em “privatizar os lucros e socializar os riscos; salvar os bancos e colocar o sacrifício nas pessoas” (HARVEY, 2011, p. 16). Isso foi feito em todos os países afetados pela crise econômica, tanto nos Estados Unidos como na Europa, quando os governos promoveram medidas de “austeridade fiscal”, cortando gastos sociais para evitar a falência das instituições financeiras, aumentando a indignação dos que sofriam as consequências. Como diz Harvey (2011, p. 174), “em tempos de crise, a irracionalidade do capitalismo se torna evidente para todos” ou em outras palavras: “as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo” (HARVEY, 2011, p. 18). Para Harvey (2011, p. 18), esta é só mais uma crise das muitas pelas quais o capitalismo já passou e potencialmente vai continuar passando enquanto o sistema manter-se inalterado. Para esse pensador anticapitalista, a possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente “depende do grau com que a massa da população se levanta e diz: ‘Já basta, vamos mudar o sistema’”.

E foi nesse contexto em que cidadãos de várias partes do planeta globalizado pelo mercado financeiro se levantaram para dizer que “*não somos mercadorias nas mãos de banqueiros*” e “*nós somos os 99%*” afetados pelo 1% que nos colocou nessa crise. O processo foi intenso e segue reverberando em ondas até hoje, não se restringindo a questões econômicas, mas relendo a cultura e a política a partir de novos sujeitos globais conectados em rede. Como lembra Castells (2013, p. 11), “ninguém esperava (...), aquilo apenas aconteceu”. E das encruzilhadas da crise, um pequeno país de 320 mil habitantes ao norte da Europa foi o primeiro a “quebrar” no continente e também o primeiro a apontar um caminho.

3.2.1 Islândia

Um relatório da Organização das Nações Unidas publicado em outubro de 2007 afirmava que a Islândia, segundo todos os indicadores sociais, era a o melhor país do mundo para se viver. Exatamente um ano depois, em 6 de outubro de 2008, o primeiro-ministro Geir Haarde fazia um pronunciamento à nação que terminava assim:

Compatriotas, se jamais houve um momento em que a nação islandesa precisou demonstrar coesão e estoicismo na adversidade, este momento é chegado. Frente à tempestade que se inicia, exorto as famílias a conversarem entre si, a não se deixarem dominar pelo desespero, ainda que para muitos as perspectivas sejam sombrias. Precisamos explicar aos nossos filhos que o mundo não está à beira do apocalipse e que temos de arrancar, do fundo de nós mesmos, a coragem para enfrentar o futuro. Que Deus abençoe a Islândia. (SALLES, 2009)

“Quando ele encerrou com ‘Que Deus proteja a Islândia’, todo mundo pensou: ‘Fodeu.’”, conta o personagem entrevistado por João Moreira Salles. “Foi a semana louca (...). Em sete dias, todos os bancos quebraram” (SALLES, 2012). Quarenta e oito horas depois desse pronunciamento, o primeiro-ministro inglês Gordon Brown invocou uma lei promulgada depois do 11 de Setembro e incluiu a Islândia na lista de países e organizações terroristas. “O Banco Central, o Ministério das Finanças e os dois maiores bancos islandeses se juntavam à Al-Qaeda e ao Talibã” (SALLES, 2012). Entre os dias 30 de setembro e 9 de outubro de 2008, a Islândia sofreu o que um dos relatórios do FMI descreve como “uma crise financeira de proporções catastróficas”. Os maiores bancos da região faliram e a moeda local sofreu uma desvalorização de 80% em relação ao euro. A taxa de desemprego aumentou nove vezes, a dívida do país chegou a 900% do PIB (SETTI, 2014).

Um dia depois da quebra do último banco islandês, em 11 de outubro de 2008, o cantor Hordur Torfason sentou-se com sua guitarra em frente ao prédio do *Althing* (o Parlamento islandês) e iniciou um protesto contra os banqueiros e os políticos que lhes eram subservientes. Poucas pessoas juntaram-se a ele, mas ainda assim decidiram se reunir ali todos os sábados “até que o governo caísse”. Então, alguém registrou a cena e a divulgou pela internet. Nos sábados seguintes, centenas e depois milhares de pessoas juntaram-se a eles na histórica praça *Austurvöllur*, dando início a uma das insurreições mais bem-sucedidas desses tempos recentes. O documentarista brasileiro João Moreira Salles estava na Islândia na véspera do sétimo sábado, e conta:

Sete dias antes, haviam comparecido 6 mil pessoas: 2% da população. Às duas e meia da tarde, sob frio intenso e céu baixo, com nuvens carregadas, a Praça do Parlamento ainda estava relativamente vazia. Um homem dava entrevista a uma televisão da Letônia: “Dez sujeitos endividaram meus netos, é por isso que estou aqui. A democracia deixou de existir.” (...) A praça vai sendo tomada pela multidão e quase todos carregam cartazes. Às três em ponto, com cada palmo de chão ocupado, todos cantam o hino nacional. Hördur pega o microfone e grita: “Vocês querem derrubar o governo?” A resposta é estrondosa. (SALLES, 2009)

Um manifestante havia sido preso no dia anterior e, ao saber desta notícia, um grupo parte para a delegacia. Curiosamente, a primeira reação dos policiais foi fechar a porta e apagar as luzes. Salles conta que, na porta da delegacia, uma pessoa pergunta: “*Onde estão as pedras? (...) Isso é típico da gentileza islandesa...*”. Aos poucos as pessoas vão atirando coisas e dando chutes na porta até se tornar um verdadeiro embate já com a Tropa de Choque à frente da delegacia. Alguém diz: “*É histórico! Se a gente conseguir umas cem pessoas para entrar à força e libertar o cara, isso significa que o governo acabou.*” E então acontece:

Quando tudo parecia levar ao impasse, a tropa de choque abre caminho e do fundo da delegacia surge um rapaz franzino, de capuz e mascarado, vestindo uma camisa do *Iron Maiden* e carregando uma mochila *Nike*. É o preso. Há um momento de choque, e então a linha de frente dos manifestantes se atira sobre o rapaz. Ele é erguido nas costas da multidão e, sem tirar a máscara, à moda do subcomandante Marcos, responde às perguntas dos repórteres. (SALLES, 2009)

De acordo com Castells (2013, p. 43), a revolução islandesa, embora provocada pela crise econômica, não teve apenas o propósito de restaurar a economia, pois acabou impulsionando uma transformação do sistema político responsabilizado pela incapacidade de administrar a crise e pela subordinação aos bancos. “Só 11% dos cidadãos confiavam no Parlamento e, obviamente, apenas 6% confiavam nos bancos”. Em 20 de janeiro de 2009 começou o processo que seria conhecido como a “revolução das panelas”. Os manifestantes foram às ruas exigir a renúncia do governo e a realização de novas eleições, e, assim como em outros países do mundo, sofreram repressão policial e pelo menos 20 pessoas foram presas (em 22 de janeiro, a polícia teria usado gás lacrimogêneo pela primeira vez na Islândia desde os protestos anti OTAN, em 1949). Os manifestantes também pressionavam pela refundação da República, que segundo eles se tornara corrupta pela subordinação dos políticos e partidos à elite financeira. Por isso também pediam a elaboração de uma nova Constituição, já que a sua era datada de 1944 e era praticamente uma cópia da constituição da Dinamarca, país do qual se tornou independente naquele ano. Em 21 de janeiro de 2009, os protestos se intensificaram, o carro do primeiro-ministro foi atingido por bolas de neve, ovos e latas, os prédios governamentais foram cercados por uma multidão que lançava tinta e ovos contra os

prédios (PROTESTOS..., 2009). Em 23 de janeiro de 2009, foi anunciada a antecipação das eleições pro Parlamento e o primeiro-ministro conservador, Geir Haarde, anunciou que não concorreria à reeleição, alegando “problemas de saúde”. Em 1º fevereiro de 2009, uma nova coalização “formada por social-democratas e ‘verdes-vermelhos’”, assumiu o poder (CASTELLS, 2013, p. 40).

Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado. (CASTELLS, 2013, p. 46)

Foi então que a reação à crise institucional pôs em curso uma nova forma de fazer política por meio das novas tecnologias digitais acessíveis, naquele caso, à imensa maioria da população. Uma Assembleia Nacional composta de mil cidadãos aleatoriamente selecionados decidiu elaborar uma nova constituição. O Parlamento organizou uma eleição popular para designar um Conselho da Assembleia Constitucional (CAC), com 25 membros. Todos os cidadãos podiam candidatar-se e 522 deles disputaram os 25 assentos. O CAC buscou a participação de todos via internet: o *Facebook* foi a plataforma escolhida para debate, pois aparentemente todos os cidadãos participavam dessa plataforma, enquanto o *Twitter* servia para relatar e tirar dúvidas. Também usaram *Youtube*, para vídeos, e *Flickr*, para fotos. Após quatro meses de debates e deliberações online, em 29 de julho de 2011 foi enviado um projeto de lei com 114 artigos em nove capítulos ao Parlamento. Assim, temos pela primeira vez na história uma lei constitucional desenvolvida por *crowdsourcing*, ou, como foi chamada, uma *wikiconstituição* (CASTELLS, 2013, p. 44). Aprovada em referendo popular em 30 de junho de 2012, o texto, em 2014, seguia parado no Parlamento, onde a ala mais conservadora prefere redigir por conta própria as novas leis (LARAZI, online).

Castells (2013, p. 46) considera que

os cidadãos islandeses realizaram plenamente seu projeto de transformação do sistema político elaborando uma nova Constituição, cujos princípios, se aplicados, garantiriam a prática da verdadeira democracia e a preservação dos valores humanos fundamentais. Nesse sentido, em particular, foi de fato um experimento verdadeiramente revolucionário, cujo exemplo, com todas as suas limitações, tem inspirado uma nova geração de idealistas pragmáticos na linha de frente dos movimentos sociais que se posicionaram contra crise.

Apesar de suas particularidades (a Islândia é uma das mais antigas democracias do mundo, possui 320 mil habitantes, não possui exército e sua polícia não anda armada, 95% da população local está conectada, 100% alfabetizada etc.), o caso islandês é considerado um caso bem-sucedido que poderia ser uma referência importante para outros países interessados em ampliar o processo democrático, especialmente através da internet, mas ainda é pouco citado e analisado.

3.2.2 Primavera Árabe

A autoimolação de Mohamed Bouazizi poderia ter sido mais um entre muitos casos desse tipo, relativamente comuns na cultura árabe. No entanto, o suicídio de um pobre vendedor de frutas de 26 anos, num pequeno país africano, acendeu a ira de muitos cidadãos comuns que, como Bouazizi, viviam suas vidas em condições precárias sob a custódia de um governo corrupto. Conta-se que Mohamed Bouazizi trabalhava desde criança para ajudar a sustentar uma família de oito pessoas, cujo pai morreu quando ele tinha três anos de idade, no mesmo ano em que Ben Ali chegava ao poder, em 1987. À época de sua morte, vendia frutas e legumes na rua e ganhava menos de US\$ 150 por mês (GARDNER, 2011). Sua irmã conta que, naquele dia 17 de dezembro de 2010, Mohamed saiu de casa para trabalhar como sempre fazia, mas quando colocou seus produtos à venda, três inspetores do governo pediram propinas e ele se recusou a pagar. Os inspetores teriam apreendido os produtos e, com a resistência de Bouazizi de entregar as balanças, bateram nele, que em seguida foi à sede do governo municipal pedir seus produtos de volta, mas recusaram-se a recebê-lo. Assim, ele comprou um latão de gasolina, jogou o combustível sobre si mesmo e acendeu um fósforo. Antes, escreveu um post no seu mural do *Facebook*, pedindo perdão à sua mãe (THE LAST..., 2012). O feirante foi levado às pressas para um hospital com queimaduras em 90% de seu corpo. Seu primo, Ali Bouazizi, filmou a cena da autoimolação e em seguida postou o vídeo-protesto na internet, que começou a circular pelas redes sociais. Uma equipe de novas mídias da *Al Jazeera* encontrou a postagem no *Facebook* e veiculou o material na mesma noite em seu canal (RYAN, 2011). Em poucos dias, muitos cidadãos tunisianos começaram a mobilizar-se em solidariedade a Bouazizi, cujo gesto indignado fez eco com as insatisfações da população local e, depois, global.

Durante os 18 dias em que Bouazizi esteve no hospital, diversas manifestações aconteciam na cidade tunisiana de Sid Bouzid e nos arredores enquanto o presidente Ben Ali tentava reestabelecer a ordem com repressão militar e melhorar sua imagem com uma visita a Bouazizi no hospital. Em vão. No dia da morte de Bouazizi, 4 de janeiro de 2011, as manifestações viraram verdadeiras insurreições nas ruas de diversas cidades da Tunísia, que sofreram violenta repressão policial, com centenas de pessoas mortas e milhares presas. Nove dias após a morte de Bouazizi, o presidente Ben Ali fugiu com sua família para a França, mas foi impedido de pousar no território de seu aliado mais próximo, pedindo então asilo para a Arábia Saudita, que só permitiu sua estadia se ele renunciasse a todas as suas atividades políticas. Foi então que, no dia 14 de janeiro de 2011, o primeiro-ministro anunciou que o presidente estava "impossibilitado de exercer suas funções". A queda de Ben Ali encorajou os manifestantes a continuarem exigindo o afastamento de todo o regime no poder, liberdade política e de imprensa, e eleições democráticas, sob nova lei eleitoral. Comboios de solidariedade formaram-se e centenas de carros convergiram para a capital Túnis. Um deles, o “Comboio da Liberdade”, em 22 de janeiro de 2011, promoveu o primeiro ocupa que se tem notícia da Primavera Árabe: ocuparam a praça do *Gouvernement*, local onde estão a maioria dos ministérios. “Eles montaram barracas e organizaram um fórum permanente envolvido em ardentes debates que se estendiam noite adentro. (...) Eles filmavam-se e divulgavam o vídeo dos debates pela internet. Mas sua linguagem não era apenas digital. Os muros da praça foram cobertos com slogans em árabe, francês e inglês” (CASTELLS, 2013, p. 30). Os ocupantes tunisianos foram várias vezes expulsos da praça com brutalidade policial, mas voltaram a ocupa-la em 20 de fevereiro e em 1º de abril de 2011. Este ocupa tunisiano já apresenta as características de muitas ocupações que se seguirão a partir de então, como narra Castells (2013, p. 30):

Embora não houvesse líderes, surgiu uma organização informal para cuidar da logística e aplicar regras de participação nos debates da praça: as discussões tinham que ser educadas, respeitadas e sem gritarias, todos tinham o direito de expressar sua opinião, mas sem longos discursos, de modo a haver tempo suficiente para que todos pudessem exercer a recém-obtida liberdade de expressão. Uma discreta rede de vigilância, organizada pelos próprios manifestantes, garantia que as regras fossem respeitadas.

A repercussão sobre a morte de Bouazizi me fez lembrar o texto em que Gayatri Spivak (2010) analisa as autoimolações de viúvas hindus e seus significados culturais, cuja pergunta-título ecoa nessas investigações sobre o outro: “*Pode o subalterno falar?*”. Com a morte de Bouazizi eu pensava se, após uma vida silenciada pelo discurso hegemônico, a

morte seria uma forma do subalterno falar ou seria seu último silêncio? Em seu estudo, Spivak conclui que o subalterno não pode falar, pois mesmo quando tenta fazê-lo, não encontra meios de se fazer ouvir. O caso de Bouazizi apresenta algum dado novo para este debate, conjuga novos e distintos fatores que o tornaram um estopim de algo maior em curso. Sem dúvida, a internet e os novos meios de comunicação são alguns desses fatores diferenciados no caso de Bouazizi a serem analisados. Sobre a fala subalterna, quando outros casos de autoimolação aconteceram em referência ao ato de Bouazizi, a mãe deste declarou à imprensa: “*A mensagem que eu daria aos jovens homens que queimaram a si mesmos é que vocês não deveriam fazê-lo apenas para terem suas vozes ouvidas*”⁵⁰.

Das muitas insurgências nos países do norte da África que seguiram o exemplo tunisiano, o caso egípcio ganhou destaque, especialmente pela intensa ocupação da Praça Tahrir e também pela queda do ditador Hosni Mubarak, no poder há 30 anos. Após uma série de autoimolações no Egito em protesto contra o aumento da comida, um vídeo na internet também foi considerado um importante mobilizador da juventude local, produzido por uma das fundadoras do “Movimento da Juventude 6 de abril⁵¹”, estudante de administração na Universidade do Cairo, Asmaa Mafhouz, que tinha a mesma idade de Bouazizi na época, 26 anos. Em 18 de janeiro de 2011, ela postou um vídeo em sua página no *Facebook*, com seu rosto coberto por um véu, no qual se referia com vergonha às autoimolações recentes de egípcios e afirmava que ela, “uma moça”, iria sozinha à Praça Tahrir dia 25 de janeiro, portando uma bandeira, e estimulava as pessoas a irem para as ruas, enviarem SMS e fazerem posts na rede. Alguém colocou o vídeo no *YouTube* e ele teve uma difusão viral por milhares de pessoas. “Assim, em 25 de janeiro, dezenas de milhares de pessoas convergiram para a praça Tahrir (praça da Liberdade), um lugar simbólico e central, e, resistindo aos ataques da polícia, ocuparam a praça e a transformaram no espaço público visível da revolução” (CASTELLS, 2013, p. 51-52). Estima-se que mais de dois milhões de pessoas tenham participado das manifestações na praça Tahrir em diferentes momentos.

Apesar de ter ficado explícito o poder das redes nas revoltas árabes, especialmente da articulação entre as redes da internet, as redes de celulares, as redes sociais preexistentes e as manifestações de rua, como destaca Castells, foram as ocupações de praças públicas a forma

⁵⁰ “*The message I would give to the young men who have burned themselves is you should not do it just to get your voices heard*”. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2011/jan/20/tunisian-fruit-seller-mohammed-bouazizi>. Acesso em: 14/12/14.

⁵¹ O Movimento da Juventude 6 de Abril nasceu da luta que se seguiu à “greve das fábricas de tecido de Mahalla-al-Kubra, em 6 de abril de 2008, seguida de distúrbios e da ocupação da cidade em reação à repressão sangrenta aos grevistas” (CASTELLS, 2013, p. 50).

social básica desses movimentos. A ocupação e autogestão da praça Tahrir criou um tipo de solidariedade comunal que ficou como referência para os movimentos de acampadas e ocupações que aconteceriam nos meses seguintes. “A solidariedade expressou-se numa variedade de práticas sociais, de autogerenciamento da logística da vida cotidiana durante a ocupação” (CASTELLS, 2013, p. 51-52). A jornalista **Wendell Steavenson** (2011) narra com detalhes a sua experiência na praça Tahrir. “*O povo e o exército são um só!*”, as massas entoavam, escalando os tanques, pichando ‘Fora Mubarak!’ nas laterais, e dialogando diretamente com os soldados. ‘*Somos seus irmãos*’, as pessoas diziam. ‘*Não vamos ferir vocês*’, um soldado retrucou.”

Dentro, era a República de Tahrir, onde manifestantes instauraram uma espécie de utopia revolucionária. Assim que você atravessava as barricadas pela Ponte *Qasr al Nil*, um funil de manifestantes dava as boas vindas e aplaudia e cantava: “Bem-vindo! Bem-vindo aos livres, que se uniram aos revolucionários!” A cena era indescritivelmente comovente. Não havia hierarquia formal na praça, mas mesmo assim as tarefas eram divididas: alguns patrulhavam as barricadas, outros acumulavam os entulhos em pilhas, e outros revistavam as pessoas atrás de armas de fogo. As pessoas traziam alimentos e água e remédios à praça e distribuíam-nos de graça. “Nós estamos nos preparando!”, me disse um militante que havia batizado a sua barraca de *Motel da Liberdade*, incrédulo do número de pessoas fluindo à praça. “Qual foi a última vez que você viu os egípcios se preparando assim?”. Perguntei a uma jovem voluntária com um lenço florido na cabeça se ela estava com alguma organização em particular. “Não estou com ninguém”, me respondeu com simplicidade, “Eu estou com o povo.” (STEAVENTSON, 2011)

Após as revoluções tunisiana e egípcia, aconteceram os chamados “Dia da Fúria” em diferentes países do mundo árabe ao longo de 2011: 7 de janeiro na Argélia; 12 de janeiro no Líbano; 14 de janeiro na Jordânia; 17 de janeiro na Mauritânia, no Sudão e em Omã; 27 de janeiro no Iêmen; 14 de fevereiro no Bahrein; 17 de fevereiro na Líbia; 18 de fevereiro no Kuwait; 20 de fevereiro no Marrocos; 26 de fevereiro no Saara Ocidental; 11 de março na Arábia Saudita; 18 de março na Síria (CASTELLS, 2013, p. 77). Todas essas insurreições tiveram diversos elementos comuns: começaram espontaneamente, foram convocadas pela internet, constituíram redes no ciberespaço e ocupações do espaço urbano, pressionaram governos ditatoriais a renunciar e exigiram reformas democráticas. “Dignidade e pão” foi a bandeira levantada pela maioria dos movimentos árabes.

Por meio de diversas plataformas da internet, principalmente *Twitter*, *Facebook* e *Youtube*, foi possível acompanhar os acontecimentos da Primavera Árabe em muitas partes do mundo, apesar das tentativas de boicote à internet promovidas por alguns governos locais, como no Egito, que teve o acesso à internet cortado em todo o país (27 e 28 de janeiro de 2011), as redes de telefonia celular e também as mensagens de texto, numa tentativa do

Estado de conter as informações que circulavam rapidamente e promoviam os encontros em massa. No entanto, qualquer ação de censura à internet e à imprensa acabava tendo um efeito contrário: multiplicavam-se ativistas, hackers, coletivos pelo mundo engajados em fazer a informação circular, incluindo duas das empresas centrais de informações, Google e Twitter, que criaram um meio de os manifestantes tuitarem via telefone, permitindo que as mensagens fossem ouvidas em qualquer lugar do mundo, mesmo sem acesso à internet. Segundo relatório da *Dubai School of Government*, a hashtag #Egypt foi a mais usada no Twitter em 2011. Castells (2013, p. 33) também destaca o importante papel do canal de TV *Al Jazeera*, que chegou a desenvolver um programa de comunicação para permitir que celulares fossem diretamente conectados a seu satélite. “Houve uma relação simbiótica entre jornalistas, cidadãos utilizando seus celulares para carregar imagens e informações no *YouTube*, e a *Al Jazeera*, usando *feeds* por eles enviados e depois transmitindo-os à população em geral”.

Muito se falou sobre o assunto nos meios de comunicação e em comunidades acadêmicas, inclusive com debates acirrados que tentavam dicotomizar a situação: a revolução foi feita pelas pessoas ou pelos aparatos tecnológicos? Obviamente, os dois aspectos caminharam juntos e esse foi o dado novo. “As redes da internet forneceram um espaço de autonomia do qual os movimentos emergiram sob diferentes formas e com resultados diversificados, a depender de seu contexto social” (CASTELLS, 2013, p. 33). Como todos os protestos que testemunhamos desde então, a Primavera Árabe aconteceu na conexão entre as redes sociais da internet e as redes pessoais: eles começam com organização, debate e convocação pela internet, seguindo e se configurando no espaço urbano. Sem dúvida, as tecnologias não determinam os movimentos sociais, mas é notável que a cultura da rede que chega com a internet tem contribuído para a construção de formas mais horizontais, colaborativas e dialógicas de organização, favorecendo a autonomia política. Por isso Castells (2013, p. 33) destaca que “a precondição para as revoltas foi a existência de uma cultura da internet”. Como bem resumiu este sociólogo espanhol: “*No fue una revolución por internet. Pero sin internet esta revolución concreta no se hubiera producido*” (CASTELLS, 2011).

É verdade que *Facebook* e *Twitter* não causam revoluções, mas seria tolo ignorar o fato de que usos cuidadosos e estratégicos da mídia digital para conectar públicos regionais, juntamente com redes de apoio internacionais, habilitaram os ativistas de novas formas que conduziram a algumas das maiores manifestações de protesto desta década... (CASTELLS, 2013, p. 88)

É interessante observar que o crescimento avassalador do mercado de telecomunicações, que fez com que quase 100% das populações desses países árabes tenham

telefone celular, é um dos fatores que favorecerá a organização dessas ações contra o sistema. Esse aparelho – o telefone celular – é considerado a principal “arma” da revolução em tempos de internet móvel. Não por acaso o perfil sociocultural traçado dos manifestantes aponta, em geral, para uma maioria de jovens, relativamente bem instruídos, familiarizados com os usos das redes de comunicação digitais - e desempregados. O uso tático das tecnologias transcende os objetivos estratégicos do mercado de telecomunicações e torna-se um instrumento de construção de autonomia e fortalecimento da democracia.

3.2.3 Indignados europeus

“*Un Tahrir en cada barrio*” (MONTERDE, 2012, p. 40) é a frase pendurada num balcão de Madri durante as manifestações que ficaram conhecidas como 15M ou “Indignados”. Inspirados pelas revoltas árabes, pela revolução islandesa e no ápice de uma crise econômica, países do sul europeu - não por acaso os mais próximos geograficamente dos países da Primavera Árabe e que, como aponta Boaventura de Souza Santos (2014), sofrem a mesma política imposta pela Europa Central e do Norte, via União Europeia (UE) -, Portugal, Espanha e Grécia foram os primeiros países europeus pós-Islândia a incorporar o espírito da revolta contra a crise econômica e a reivindicação por justiça e democracia. Na Europa ainda tiveram destaque em 2011 os tumultos na Inglaterra, entre os dias 6 e 10 de agosto, a princípio em distritos de Londres, espalhando-se por outras cidades e vilas do país, onde houve confrontos entre a população e a polícia, saques a lojas e incêndios, após a morte de Mark Duggan, um jovem negro de 29 anos, em 4 de agosto de 2011, por membros da Polícia Metropolitana de Londres. A alegação da polícia é de que ele estaria armado, mas a investigação revelou que não. Uma manifestação pacífica com aproximadamente 200 pessoas em 6 de agosto de 2011 que pedia esclarecimentos às autoridades sobre seu assassinato terminou em dias de revolta nas ruas da Inglaterra, que mesclavam revolta contra policiais e saques a lojas.

Fala-se muito do movimento dos “indignados europeus” a partir da Espanha, mas foi em Portugal onde as grandes manifestações começaram, no dia 12 de março de 2011, com o protesto que ficou conhecido como “Geração à Rasca” ou M12M (movimento 12 de Março), que reuniu cerca de 500 mil pessoas nas ruas de todo o país. O sociólogo português José

Machado Pais⁵² explica a polissemia do termo “rasca” na língua portuguesa local, que, quando usado sozinho, significa chulo, ordinário, desprezível, descarado. Já a expressão “à rasca” traz outro significado à palavra: estar “à rasca” é estar numa situação difícil, crítica, apertado, enrascado, complicado. Tal palavra foi usada nessas duas variações para representar a juventude portuguesa, originalmente, em maio de 1994, durante as tradicionais “praxes acadêmicas” das universidades de Coimbra, um tipo de trote universitário/rito de passagem para calouros e formandos. Nessa data (maio de 1994) aconteceram manifestações de estudantes secundaristas contra as provas globais de acesso à universidade, quando os estudantes tomaram e cortaram as ruas, enfrentaram a polícia e, em algum momento, dois ou três jovens abaixaram as calças e mostraram suas bundas para as câmeras. Após esse fato amplamente noticiado na mídia, começaram a surgir artigos classificando essa geração como uma “*geração rasca*”, no primeiro sentido da palavra, ou seja, uma geração chula, ordinária, ao que os jovens responderam: “*não somos uma geração rasca, mas uma geração à rasca*”, colocando-se como uma geração em apuros. Por isso, em março de 2011, os jovens que se manifestaram nas ruas de Lisboa se autodenominaram “Geração à Rasca” e, mesmo com essa ênfase geracional em sua convocatória, que representava a maioria jovem portuguesa diplomada e desempregada naquele momento, pessoas de todas as idades se reuniram nas ruas e se manifestaram contra uma sociedade que, afinal, estava completamente “à rasca”. O M12M se classifica como “um movimento informal, não hierárquico, apartidário, laico e pacífico que defende o reforço da Democracia em todas as áreas da nossa vida”⁵³. Seu manifesto começa assim:

Nós, desempregados, “quinhentoseuristas” e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal. (...) Estamos aqui, hoje, porque não podemos continuar a aceitar a situação precária para a qual fomos arrastados. Estamos aqui, hoje, porque nos esforçamos diariamente para merecer um futuro digno, com estabilidade e segurança em todas as áreas da nossa vida. Protestamos para que todos os responsáveis pela nossa actual situação de incerteza – políticos, empregadores e nós mesmos – actuem em conjunto para uma alteração rápida desta realidade, que se tornou insustentável.⁵⁴

⁵² “Geração à rasca: Jovens em contexto de crise”: conferência realizada dia 25 de novembro de 2011 na UniRio. Vídeo disponível em: <http://ufftube.uff.br/video/55UUNHHU5UOA/Confer%C3%AAncia-com-Prof-Dr-Jos%C3%A9-Machado-Pais>. Acesso em: 30/11/14

⁵³ Disponível em: <https://geracaoenrascada.wordpress.com/manifesto/>. Acesso em: 12/12/14

⁵⁴ Disponível em: <https://geracaoenrascada.wordpress.com/manifesto/>. Acesso em: 12/12/14

Na Grécia também aconteceram greves e mobilizações mais violentas em reação às medidas de austeridade dos governos. Em 2008, a morte de um jovem de 15 anos executado pela polícia local, como tantas vezes aconteceu na história recente, fez explodir uma revolta popular nas ruas de Atenas, que se repetiu nos anos seguintes. A Grécia foi um dos primeiros países europeus a “quebrar” com a crise econômica e as primeiras medidas de austeridade chegaram em maio de 2010, quando o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ofereceram um empréstimo de 110 bilhões de euros, a juros mais baixos, exigindo, em contrapartida, cortes com gastos sociais. Um ano após sofrerem rebaixamentos de salários, redução de direitos previdenciários e aumento de impostos, e prestes a sofrerem novas sanções pelas mesmas instituições financeiras, milhares de manifestantes gregos voltaram às ruas dia 11 de maio de 2011 e marcharam até o parlamento, junto de uma nova greve geral (que se repetiu ainda em 2011 e em 2012). Gritos como “*não se pode mais, que paguem os ricos e evasores fiscais*” ou “*nós não pagaremos pela crise*” ecoaram na praça Sintagma, no centro de Atenas, quando a polícia foi acionada e 24 pessoas foram detidas, dezenas feridas e doze intoxicadas por gases (NAGAO, 2011). Particularmente em 2011, a Grécia viveu longos dias de uma verdadeira guerra civil entre população e Estado, além de muitos casos de suicídios. Um deles, já em abril de 2012, foi de um aposentado de 77 anos, que foi para a frente do Parlamento, em Atenas, num horário muito movimentado, e se matou com um tiro. Em seu bolso, um bilhete dizia: "Sou aposentado. Não posso viver nestas condições. Me nego a buscar comida no lixo. Por isto decidi por fim à minha vida" (APOSENTADO, 2012).

Já na Espanha (onde também aconteceram casos de suicídio e a prática de procurar comida no lixo se tornou tão comum que, em 2012, o governo tomou uma atitude: colocou cadeados nas lixeiras...), entre fevereiro e maio de 2011, um movimento auto-organizado foi sendo formado por milhares de personas anônimas nas redes sociais com o nome de *Democracia Real Ya* (DRY) e com o lema “*não somos mercadoria nas mãos de políticos e banqueiros*”. O objetivo da rede que se formava era organizar uma mobilização coletiva e um acontecimento distribuído em mais de setenta cidades espanholas. Começaram criando um grupo no *Facebook* e depois *Twitter*, *Youtube* e *Tuenti*, as redes sociais mais utilizadas na Espanha naquela época (ORET, 2012, p. 19). Sem apoio de partidos políticos, sindicatos ou associações da sociedade civil e divulgado basicamente pelas redes sociais da internet, sem nenhuma liderança formal, no dia 15 de maio de 2011 (por isso o movimento ficou conhecido como 15M), dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se em Madri (50 mil), Barcelona (20 mil), Valência (10 mil) e cinquenta outras cidades da Espanha.

Assim começa o manifesto *Democracia Real Ya*:

Somos personas normales y corrientes. Somos como tú: gente que se levanta por las mañanas para estudiar, para trabajar o para buscar trabajo, gente que tiene familia y amigos. Gente que trabaja duro todos los días para vivir y dar un futuro mejor a los que nos rodean. (...) Pero todos estamos preocupados e indignados por el panorama político, económico y social que vemos a nuestro alrededor. Por la corrupción de los políticos, empresarios, banqueros... Por la indefensión del ciudadano de a pie. Esta situación nos hace daño a todos diariamente. Pero si todos nos unimos, podemos cambiarla. Es hora de ponerse en movimiento, hora de construir entre todos una sociedad mejor.⁵⁵

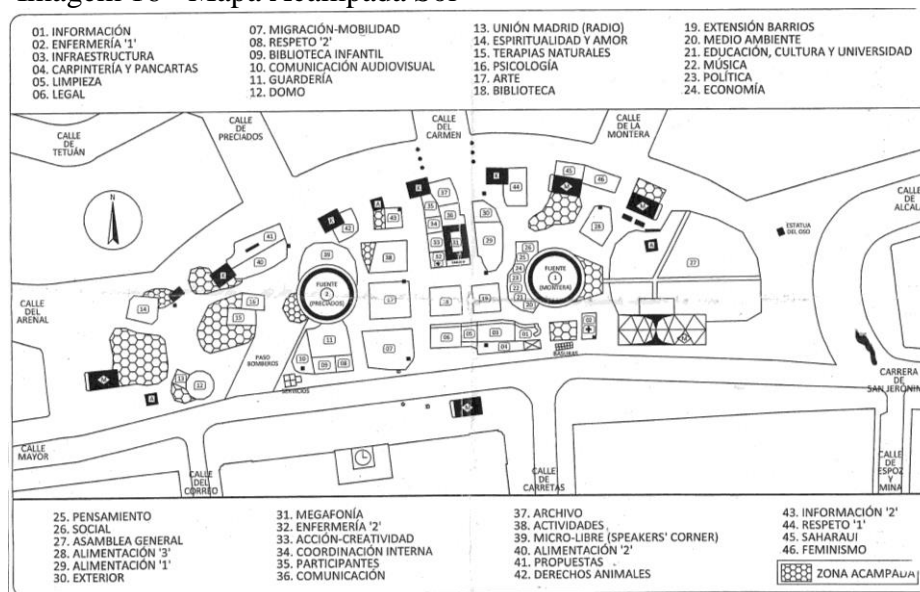
No anoitecer do dia 15 de Maio de 2011, no que parecia ser o término de um dia intenso de manifestações em mais de 50 cidades espanholas, um pequeno grupo de 40 manifestantes que estava na Praça *Puerta del Sol*, em Madri, decidiu autonomamente acampar no local. Ao final da manifestação, via chat, Javier Toret (2014, p. 13) recebe assim a notícia: “*Hemos acampado en Sol, Democracia Real Ya es un virus y ha impregnado a la sociedad y nosotros vamos a quedarnos aquí y ya veremos que pasa*”. Assim começava uma situação não prevista pelo movimento e que veio a se tornar uma de suas práticas mais importantes e a inspirar muitos outros a fazerem o mesmo: a acampada (NERY, 2012). Primeiro surgiram acampadas na *Puerta del Sol*, em Madri, e na praça *Catalunya*, em Barcelona. Depois, mais de cem cidades espanholas seguiram o exemplo, desencadeando um movimento de ocupação que em poucos dias se espalhou para cerca de oitocentas cidades do mundo (CASTELLS, 2013, p. 93).

A ausência de liderança e a tomada de decisão em assembleias horizontais foram a novidade mais marcante dessas manifestações que propunham reinventar a democracia na prática, ou criar o que chamaram de *democracia distribuída* (DEMOCRACIA..., 2012, p. 10). A autorepresentação radical, ou seja, a ausência de porta-vozes oficiais e lideranças deixou a mídia convencional sem saber como lidar com esse dado novo, e também os movimentos mais tradicionais e as instituições políticas, acostumados a uma militância tradicional de esquerda. Como já foi destacado, essas características da construção colaborativa horizontal e descentralizada emergem da “experiência das redes da internet, em que a horizontalidade é a norma e há pouca necessidade de liderança” (CASTELLS, 2013, p. 110). As acampadas funcionavam como mini cidades autogestionadas, com seus grupos de trabalho, com seus espaços temáticos, com suas muitas atividades, como representa o mapa da Acampada Sol abaixo. Antonio Negri (2011) assim descreveu sua passagem pelas acampadas espanholas:

⁵⁵ Disponível em: <http://www.democraciarealya.es/manifiesto-comun/>. Acesso em: 12/12/14

“não havia apenas pessoas protestando diante do colapso do sistema. Naquelas acampadas estava o novo protótipo de mundo. E isso estava nos detalhes. Em suas creches, em suas bibliotecas abertas, em suas hortas, em seus streamings, em seus mecanismos analógicos e digitais para propor mudanças”.

Imagem 16 - Mapa Acampada Sol



Um glossário dos termos do 15M foi organizado por Eduardo Serrano (2012) e traduzido na obra de Castells (2013, p. 104), que destacou a multiplicidade e riqueza dos discursos do movimento. “Slogans criativos, frases de efeito, palavras significativas e expressões poéticas constituíam um ecossistema de linguagem indicativo de novas subjetividades”. Os conceitos dessa nova subjetividade nascente estão destacados abaixo e podem ser facilmente encontrados nas outras manifestações que acontecem neste período.

Comum: autoadministração da comunidade, espaço compartilhado.

Consenso: decisões resultam da interação de diferentes propostas, do respeito de todas as ideias, de um processo não linear de tomada de decisão, não do voto, mas da síntese...

Qualquer um: singularidades, cidadãos anônimos.

Sem futuro: agora mesmo.

Sem chefes: autorregulação, rede distribuída...

Não representação: participação, democracia direta, políticas de expressão.

Não violência: ...campo de força intangível pela deslegitimação da violência dos outros.

Respeito: Reciprocidade, dignidade, autolimitação, verdadeira cidadania.

Sem dinheiro: Riqueza não é monetária, desconexão do sistema financeiro, moedas locais...

Sem medo: juntos nós conseguimos, você não está sozinho...

Lentidão: Coevolução, processos de maturação gradual (SERRANO, op. cit., apud CASTELLS, 2013, p. 104).

Apesar de serem movimentos bastante espontâneos e orgânicos, que se constroem enquanto acontecem e com as pessoas que ali estiverem dispostas a construir algo, há também muitos métodos próprios aperfeiçoados de experiências anteriores de construção colaborativa, seja dos movimentos anticapitalistas e altermundistas, seja de inspiração anarquista ou do conhecimento dos povos originários, que, somados à experiência cotidiana na rede e à experiência de cada um, trouxeram para as praças novos métodos de convivência pacífica e auto-organização que se multiplicaram pelas acampadas, *occupies* e ocupas do mundo. Esses métodos eram compartilhados de uma acampada a outra por meio da rede. As assembleias são uma parte fundamental desse novo modo de fazer. A novidade de estar numa situação igualitária, dialogando horizontalmente e tomando decisões a partir de consensos foi a primeira experiência verdadeiramente democrática de muitos cidadãos, por isso Castells conta que as primeiras assembleias foram muito emotivas. Era o primeiro momento de fala e as pessoas queriam falar e serem ouvidas. Por isso também Castells (2013, p. 110) considera que as assembleias e comissões “não eram meios, mas fins em si mesmos”. Com a retirada das acampadas até julho de 2011, as assembleias permanecem como espaço de encontro e deliberação, e começam a surgir cada vez mais assembleias de bairros na Espanha, que passam a se articular em rede nacionalmente. Essa organização que se seguiu mostrou ser possível a articulação de deliberações e consensos em diferentes níveis - do bairro ao país – constituindo assim a “democracia real”, como descreve Negri:

De um lado, as redes; de outro, as assembleias. Partindo das assembleias nas praças centrais das cidades, se chega “em rede” às assembleias locais, nos bairros das metrópoles e, finalmente, às pequenas cidades e vilas. O retorno, por sua vez, é direto e veloz. A organização da base — *pela base* — pelas assembleias constitui assim o percurso e a estrutura da “democracia real”, além da representação. A rede oferece uma temporalidade imediata. (NEGRI, 2011)

Um argumento comum para desclassificar a democracia direta, especialmente no caso brasileiro, é o tamanho da população e a dificuldade de tomar as decisões por consenso em grande escala. Talvez por isso o caso Islandês seja muitas vezes desconsiderado, já que sua população nacional é de apenas 320 mil pessoas (menos que a população de Niterói, quem em 2011 era de aproximadamente 500 mil pessoas). No entanto, mesmo sem dados precisos sobre o número e o grau de envolvimento, o caso espanhol fornece mostras de que é possível construir uma rede nacional de democracia direta mais ampla e complexa. Negri descreve ainda mais esse fenômeno:

Das acampadas nasceu uma estratégia da distribuição geográfica e temática. Cada bairro já tem sua assembleia popular no espaço público. Assembleias políticas conectadas entre si, que usam ferramentas digitais para unir redes e ruas. Assembleias que têm ressuscitado a vida política dos bairros, associações de vizinhos, centros sociais. O método participativo – aberto, com atas, em tempo real, transparente – tem cozinhado um imaginário de democracia em tempo real e distribuída pelo território. (NEGRI, 2011)

Como consequência desse processo de atuação política em rede, que engloba naturalmente diversas vertentes político-ideológicas, surgiram também algumas iniciativas para entrar no sistema político-partidário, que foram a *Rede Cidadã Partido X – o Partido do Futuro*⁵⁶, em janeiro de 2013, e o *Podemos*⁵⁷, em março de 2014, ambos apresentando um discurso totalmente diferente dos partidos tradicionais, em sintonia com o discurso das praças e com a intenção de serem canalizadores das demandas surgidas nas ruas e nas redes. Para Boaventura de Souza Santos (2014), *Podemos* é “um partido de tipo novo, um partido-movimento, ou melhor, um movimento-partido”. Uma tentativa de apropriar-se do discurso da “rede” também foi feita no Brasil em 2013, quando a ex-ministra Marina Silva tentou fundar um partido chamado “Rede Sustentabilidade”, descrito como “uma associação de cidadãos e cidadãs dispostos a contribuir de forma voluntária e colaborativa para aprofundar a democracia no Brasil e superar o monopólio partidário da representação política institucional⁵⁸”, mas não conseguiu as assinaturas necessárias para sua fundação até as eleições de 2014.

No entanto, para além de uma possível “tomada do poder”, que não era o objetivo do “não-movimento” espanhol, todos esses acontecimentos expressam a “ascensão de uma nova cultura econômica e política – uma cultura econômica alternativa”, nas palavras de Castells, que se manifestava nas práticas de vida cotidianas tanto nos acampamentos quanto na vida desses manifestantes engajados em autoprodução, cooperativismo, redes de trocas, moeda social, ética bancária e redes de solidariedade. Por isso, o que fica evidente é a “profundidade da transformação cultural personificada pelo movimento” (CASTELLS, 2013, p. 105). Houve muitas ações, mas “desde os estágios iniciais do movimento, estava claro que sua principal ação era elevar o nível de consciência de seus participantes e da população como um todo” (CASTELLS, 2013, p. 110).

⁵⁶ Disponível em: <http://partidox.org/>

⁵⁷ Disponível em: <http://podemos.info/>

⁵⁸ Disponível em: <http://redesustentabilidade.org.br/a-rede/>

Depois de 28 dias de permanência, a Acampada Sol foi levantada em 12 de junho de 2011 com o lema “*não nos vamos, nos expandimos*”. Após os acontecimentos intensos que marcaram as acampadas e o arrefecimento natural da onda indignada nas ruas nos meses que se seguiram, no final desse ano, em 19 de dezembro de 2011, membros da comissão do setor internacional da Acampada Sol declararam-se em greve de reflexão:

O 15-M está perdendo participação, percebemos isso nas manifestações, nas assembleias, nos bairros, nas atividades, na internet... é hora de pararmos e formularmos para nós mesmos algumas perguntas sérias... Teríamos nos esquecido de ouvir um ao outro? Estaríamos reproduzindo as antigas formas de ativismo que se mostraram inúteis por excluírem tantas pessoas? ... O sucesso do movimento depende de sermos novamente os 99%... Vivemos um momento histórico singular, em que é possível mudarmos o mundo – e não podemos perde-lo... Esperamos ser capazes de sair de nossas assembleias para nos juntarmos novamente com os outros, sem as restrições de nossas comissões e grupos de trabalho, para respirarmos novamente o ar fresco e construirmos um caminho comum. (CASTELLS, 2013, p. 117-118)

Após todos os levantes desse tipo, surge enorme expectativa sobre o que vai acontecer em seguida. Um tipo de visão utilitarista sempre pergunta: o que ganhamos com isso? “A resposta mais direta é que a verdadeira transformação estava ocorrendo na mentalidade das pessoas”, diz Castells (2013, p. 118). Essas novas subjetividades talvez sejam o que estamos “ganhando” em todo o mundo com essas experiências: uma mudança cultural, comportamental, política, cuja questão seria justamente como transformá-la em ações práticas na vida cotidiana e nas instituições. Essa seria a nova política em construção. Naquele momento, conta Castells (2013, p. 119), “um sereno sentimento de paciência invadiu muitos ativistas. Vamos reconstruir a nós mesmos, diziam eles, de dentro para fora, sem esperar que o mundo mude para encontrarmos a alegria de viver em nossa prática cotidiana. Agora é inverno, e a primavera virá. Ela é a estação da vida e da revolução. Estaremos aqui”. Nesse sentido, para uma corrente mais autoreflexiva, o que importa é o processo, mais que o produto. “Na verdade, o processo é o produto” (CASTELLS, 2013, p. 119). Compreende-se, assim, que a nova política e nova sociedade vão resultar desse processo, muito mais do que de um projeto preconcebido do que a sociedade deveria ser. A verdadeira transformação revolucionária emergiria, assim, “das experiências conectadas dos autores do movimento” (CASTELLS, 2013, p. 119). Mais uma vez, a experiência aparece como chave de transformação das subjetividades.

3.2.4 *Occupy*

A ideia da ocupação do espaço público enquanto tática de protesto começa a ganhar novos contornos após as emblemáticas ocupações da *Tharir*, no Cairo, e da *Puerta Del Sol*, em Madri, em 2011, e já chegam aos Estados Unidos com essa proposta definida: ocupar *Wall Street*. Segundo Castells (2013, p. 123), alguns ativistas viajaram para a Europa, viram os acampamentos, participaram de assembleias gerais e vivenciaram essa nova forma de deliberação e tomada de decisão, “na verdade conectando-se com uma tradição histórica de movimentos liderados por assembleias de ambos os lados do Atlântico”. No dia 13 de julho de 2011, a revista de crítica cultural *Adbusters*, com sede em Vancouver, Canadá, lançou a convocação #occupywallstreet em seu blog, pedindo pelo fim da influência corporativa no processo político ou, em suas palavras: “*It's time for DEMOCRACY NOT CORPORATOCRACY*” (2011). O texto do artigo analisava as novas táticas apresentadas pelas ocupações egípcias e nas acampadas espanholas, afirmando que “*a beleza dessa nova fórmula... é sua pragmática simplicidade: falamos uns com os outros em vários encontros físicos e em assembleias populares virtuais*” (CASTELLS, 2013, p. 124).

No dia combinado, 17 de setembro de 2011, cerca de duas mil pessoas, compareceram a *Wall Street*, no distrito financeiro de Manhattan e, depois de um bloqueio policial no local, um grupo deu a volta em algumas quadras e ocupou o *Zuccotti Park*, rebatizando-o de *Liberty Square*, em homenagem à *Tahrir*. Antes do *Occupy* começar, já estavam acontecendo diversas manifestações contra os pacotes de austeridade nos Estados Unidos, como em 17 de fevereiro de 2011, que mobilizou mais de 20 mil cidadãos de Wisconsin carregando cartazes e bandeiras do Egito. A referência a *Tahrir* é constante desde essa primeira chamada, como mostra a imagem abaixo retirada do post original da *Adbusters*, que pergunta: “*você está pronto para um momento Tahrir?*” Castells (2013, p. 122) considera essa inversão de valores (a potência EUA tendo como referência um país do Oriente Médio) “uma ironia histórica”.

Imagem 17 - Imagem do *post* da Adbusters que convocava o OWS



O slogan “Nós somos os 99%”, que trata da maior parte da população cujo bem-estar foi sacrificado em benefício do 1% que controla 23% das riquezas do país, tornou-se tema regular na vida política norte-americana e ecoou não só em todos os estados do país mas no mundo inteiro. A frase surgiu no mês anterior à ocupação, quando um rapaz de 28 anos criou uma página homônima na plataforma *Tumblr* (*wearethe99percent.tumblr.com*), em 23 de agosto de 2011, com a ideia de contribuir com a campanha em prol da ocupação de *Wall Street*. Ele se inspirou num folheto da Assembleia Geral de Nova Iorque que começava assim: “Nós, os 99%...”. Assim, ele criou esse tipo de blog colaborativo com a proposta de que as pessoas postassem cartazes escritos à mão, nos quais escrevessem como foram afetadas pela crise econômica provocada pelo sistema financeiro e assinassem como os 99% e colocassem o site “occupywallst.org” ao final. No primeiro dia foram feitos cinco posts na página e em menos de um mês eram centenas ao dia⁵⁹, confirmando uma característica importante desses movimentos em contarem suas próprias histórias por meio de narrativas pessoais nas diversas plataformas de redes sociais da internet. O movimento *Occupy* foi um dos que mais criou sites com objetivos diversos, seja para contar suas histórias (como o *occupiedstories.com*) ou disseminar os métodos de ocupação para todos (*howtooccupy.org*).

Em sintonia com os outros fenômenos de ocupação, o *Occupy* também experimentou novas formas de organização, deliberação e tomada de decisão, sem lideranças, baseado em

⁵⁹ WEINSTEIN, Adam. “‘Whe are the 99 percent’ creators revealed”. *Mother Jones*: 07/10/11. Disponível em: <http://www.motherjones.com/politics/2011/10/we-are-the-99-percent-creators>. Acesso em: 12/12/14

assembleias e consenso, construindo um modelo de democracia direta da prática do movimento, como disse Castells (2013, p. 141), enfatizando o caráter de aprendizagem contido nesse processo: um “modo de aprender, fazendo, o que é a verdadeira democracia”. Havia um desejo dos ocupantes em não reproduzir as “velhas” práticas de um mundo que desejavam transformar, por isso foram inventando, pouco a pouco, “um novo modelo organizacional que, com variações, esteve presente na maioria das ocupações”, incluindo as do Brasil. Os ocupantes também “ignoraram partidos políticos, desconfiaram da mídia, não reconheceram nenhuma liderança e rejeitaram toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e a tomada de decisões” (CASTELLS, 2013, p. 13). Foram construídas barracas, sanitários, cozinhas, creches, jardins, bibliotecas, “universidade occupy”, centro de mídia, assistência médica, equipe jurídica, wifi, sites, segurança, acolhimento, mediação de conflitos, doações online e tudo o que fosse necessário ou fosse do desejo dos ocupantes. Segundo algumas pesquisas feitas no local, o perfil dos ocupantes seguia a tendência de reconhecê-los como jovens profissionais e estudantes na faixa dos vinte aos quarenta anos, cujo nível de renda parecia estar em torno da média dos americanos. Segundo os levantamentos feitos por Castells (2013, p. 131), somente cerca de 1/5 dos manifestantes realmente dormia nos acampamentos; a ampla maioria participava das atividades diárias, e cerca de 3/4 das manifestações de rua.

Tanto o *Occupy* quanto outras manifestações semelhantes do ano de 2011 foram “acusadas” ao mesmo tempo de excesso e falta de demandas. Na realidade, essa crítica parece surgir do fato desse “movimento” não ser um “movimento” unificado e, ao mesmo tempo, contemplar demandas globais e locais de acordo com cada ocupação. Como resume Castells (2013, p. 148), “o movimento exigia tudo e nada ao mesmo tempo”. Uma fala de uma ativista do Ocupa Niterói, Gabriela, retrata bem o espírito da época que pairou também no nosso pequeno ocupa:

Uma situação que me marcou muito foi quando a gente estava no último encontro da pré-ocupação e a gente tinha que definir as pautas do movimento e era tanta coisa... Tipo, tinha Geral / Local: “espaço de companhia pra Balé de Niterói” e... sei lá, “paz mundial”. Sabe? (risos). Era tudo naquelas bandeiras, então... só que gente chegava num consenso cara, e isso era incrível.

Doze dias após o início da ocupação do Zucotti Park, em 29 de setembro de 2011, a Assembleia Geral de Nova Iorque divulgou a “Declaração da Ocupação da Cidade de Nova Iorque”, que, de fato, apresenta mais denúncias do que demandas (DECLARAÇÃO..., 2011). No site do movimento eles se autodenominam (tradução livre) “um movimento de resistência

sem liderança, com pessoas de muitas cores, gêneros e persuasões políticas. A única coisa que todos temos em comum é que Nós Somos Os 99% que não vão mais tolerar a corrupção gananciosa do 1%.” Eles declaram ainda estarem lutando contra o poder corrosivo dos grandes bancos e corporações multinacionais sobre os processos democráticos e o papel de *Wall Street* em criar um colapso na economia global. O movimento também se diz inspirado pelos levantes populares no Egito e na Tunísia. Construída num processo consensual com o objetivo de declarar o “sentimento de injustiça em massa” que reuniu as pessoas, o final da “Declaração da Ocupação” diz o seguinte:

Aos povos do mundo,
 Nós, da Assembleia Geral de Nova Iorque ocupando Wall Street em Liberty Square, os exortamos a afirmar o seu poder.
 Exercitem seu direito de se reunir pacificamente, ocupem o espaço público, criem um processo para resolver os problemas que enfrentamos e gerar soluções acessíveis a todos.
 A todas as comunidades que agirem e formarem grupos com o espírito da democracia direta, oferecemos apoio, documentação e todos os recursos à nossa disposição. (DECLARAÇÃO..., 2011)

Apesar das críticas sobre a ausência de demandas, o movimento OWS promoveu diversas ações e campanhas específicas com o tema da moradia, como no dia 6 de dezembro de 2011 (dia em que começávamos o Ocupa Niterói, diga-se), quando ativistas ocuparam casas que foram desalojadas em várias partes do país para pressionar os credores a modificarem as condições dos empréstimos, com resultados significativos, além de implementarem o “Dia da Transferência Bancária”, em 5 de novembro, quando os correntistas foram estimulados a transferirem suas contas para instituições financeiras cooperativas locais, seguindo campanhas que já haviam sido feitas antes nessa linha. Em seu aniversário de 2 anos, o grupo *Strike Debt* (*strikedebt.org*), surgido a partir do OWS, promoveu uma grande ação de compra de dívidas no mercado secundário dos EUA, perdendo os endividados. Nesse tipo de mercado, as dívidas são vendidas por valores muito baixos para serem rapidamente quitadas, enquanto os credores continuam cobrando os valores originais, ou seja, lucrando abusivamente com as dívidas alheias. Os ativistas desse coletivo conseguiram levantar colaborativamente U\$ 400 mil com os quais puderam perdoar dívidas no montante de U\$ 14 milhões, a maior parte no setor da saúde. No aniversário de 3 anos, foi a vez de perdoar U\$ 3,85 milhões de dívidas de 2.700 estudantes. O grupo continua arrecadando dólares e perdendo dívidas no site *rollingjubilee.org*.

Voltando a 2011, menos de um mês depois de sua permanência nos espaços públicos, o movimento promoveu uma chamada de ocupação global para o dia 15 de outubro (15O) de

2011, sob a bandeira “Unidos pela mudança global”, muito provavelmente sem imaginar que esse simples chamado feito pelas redes da internet mobilizaria centenas de milhares de pessoas em 951 cidades de 82 países, que se uniram ao coro dos 99% e reivindicaram democracia real. Esse chamado chegou ao Brasil, quando diferentes capitais aderiram ao movimento: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Vitória, Salvador, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Florianópolis, Belém, São Luiz, Fortaleza, entre certamente outras, com o nome “Ocupa”. Multiplicaram-se sites de *occupies* e ocupas pela web. O site “*Occupy Together*” (*occupytogether.org*) registrou mais de duas mil ocupações em todo o planeta, como representa o mapa colaborativo abaixo⁶⁰, que reivindicavam um novo modelo de cidade, de país e de mundo. Nesse dia, chovia no Rio de Janeiro e o grupo de autoconvocados que receberam o chamado pela web reuniu-se abaixo dos pilotis do Edifício Gustavo Capanema, no centro da cidade, e planejou uma ocupação da praça da Cinelândia na semana seguinte, dia 23 de outubro. Inicialmente dezenas e depois centenas de barracas ocuparam a praça e ficaram lá até o dia 5 de dezembro do mesmo ano.

Imagem 18 - Mapa #150 do site 15october.net



⁶⁰ Imagem do site <http://15october.net/>, acessado em 2012. Essa página não está mais disponível na web, mas a imagem ainda pode ser acessada neste link: <http://www.digitaljournal.com/print/article/322569>. Acesso em: 17/12/14

Apesar de ter nascido digital e viver intensamente nas redes da internet, nota-se novamente que a potência do movimento, especialmente o *Occupy* se dá na ocupação do espaço público, onde a experiência acontece, já que nesses espaços “os manifestantes podiam reunir-se e formar uma comunidade para além de suas diferenças. Um espaço de convivência. Um espaço de debate (...). Em suma, um espaço de autonomia” (CASTELLS, 2013, p. 132). O fluxo seguia mais ou menos o mesmo: as organizações começavam pela internet, partiam para a ocupação do espaço público e se reorganizavam na internet novamente e, da mesma forma, uma vez que as ocupações eram esvaziadas pela repressão do Estado, os indivíduos continuavam conectados de muitas maneiras nas redes para desenvolver novas ações de ocupação do espaço público. Castells diferencia os dois principais espaços de configuração desses novos fenômenos sociais como “espaço dos fluxos” da internet e “espaços dos lugares” das ocupações, e percebe-se que o movimento seguiu transitando entre esses espaços ao longo dos anos seguintes. Desde a primeira ocupação do OWS, os diversos sites e coletivos formados em torno dessa causa seguiram pensando em novas formas de sair dos espaços dos fluxos para os espaços dos lugares da cidade, como aconteceu mais recentemente no aniversário de 3 anos do OWS, em 22 de setembro de 2014, quando eles promoveram a campanha #FloodWallStreet, unindo a crise financeira com a crise ambiental e propondo “inundar” Wall Street com um “mar de gente” fluindo pelas ruas de Nova Iorque vestidas de azul. Assim, define-se o OWS como “um movimento híbrido em rede que liga o ciberespaço ao espaço urbano por intermédio de múltiplas formas de comunicação.” (CASTELLS, 2013, p. 140) Assim como aconteceu na Espanha (e também considero que aconteceu algo semelhante no Brasil pós-Jornadas de Junho), observa-se como principal legado do movimento uma perceptível mudança na consciência dos americanos sobre a disparidade entre os 99% e o 1%, tema que se tornou comum no discurso local e também global. Como observa Castells (2013, p. 155), “o mais decisivo na avaliação do efeito político de um movimento social é seu impacto sobre a consciência das pessoas”. Nesse sentido, OWS segue influenciando processos políticos de diversas maneiras.

3.2.5 Alguns (outros) acontecimentos no Brasil de 2011

Nesse intenso ano de 2011, um sentimento estranho dava o tom de um mundo ao revés: nossas eternas referências primeiro-mundistas, Europa e EUA, viviam um colapso

financeiro, fome, miséria, desemprego, enquanto nós, os eternos “subdesenvolvidos”, parecíamos surfar numa onda de prosperidade e aquecimento econômico após dois mandatos de Luis Inácio Lula da Silva - que chegou a declarar em 2008 que a crise econômica era um “tsunami” nos EUA, mas “uma marolinha” no Brasil – e com o surgimento da então chamada “emergente classe C” no Brasil, que abriu novas frentes de consumo. Somados aos anúncios de que a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 aconteceriam no país, e ainda com a vitória de Dilma Rousseff, a primeira mulher presidenta do Brasil, cujo mandato começava em 2011, o país passou a ser também uma referência constante no mundo do consumo cultural global: estávamos “na crista da onda”, e essa era uma sensação rara. Além dessas novidades, as revoltas populares começaram e tiveram êxito onde menos se esperava: na África e no Oriente Médio, derrubando ditaduras há décadas no poder, fazendo com que países outrora orgulhosos de seu sistema democrático fossem buscar numa praça do Egito a inspiração para sua própria rebelião. Foi um ano cheio de acontecimentos políticos novos e muitas expectativas.

Antes dos movimentos Ocupa chegarem ao Brasil em outubro de 2011, diversos atos e marchas aconteciam no país nesse mesmo ano: contra o aumento da passagem, contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, pela legalização da maconha e pela liberdade de expressão. O livro *Movimentos em Marcha: ativismo, cultura e tecnologia* (ABDO, et. al., 2013), escrito por vários autores e coletivos, narra partes dessa história por quem a vivenciou. Na introdução da obra, Silvio Rhatto, Henrique Parra, Pablo Ortellado e Anah Assumpção lembram que os debates sobre novas formas de mobilização social no Brasil eram pautados pelas novidades apresentadas pelos movimentos árabes e europeus e foi sob o impacto desse debate que testemunhou-se e debateu-se a nova onda de ativismo que promoveu mobilizações de rua nos primeiros meses de 2011 (ABDO, et. al., 2013p. 9). Especialmente após a gestão de Gilberto Gil e Juca Ferreira no Ministério da Cultura, entre 2002 e 2009, considerada um avanço em relação a projetos de descentralização das verbas da cultura (especialmente com os Pontos de Cultura) e de fomento ao software livre e a políticas de direitos autorais mais abertas (com adoção da licença *Creative Commons* em diversos projetos do setor), a indicação de Ana de Hollanda para esse Ministério, em janeiro de 2011, também foi um fator mobilizador de diferentes setores do campo da cultura, especialmente vinculados à chamada “cultura digital”, por ter sido considerada um retrocesso (ABDO et. al., 2013, p. 9-10).

As lutas pelo Passe Livre e contra os consecutivos aumentos da passagem já aconteciam desde o começo dos anos 2000 em diferentes capitais, mas do início de 2011 até abril, passaram a reunir uma quantidade de pessoas cada vez maior em São Paulo, quando, em

vez de esvaziarem, os atos mantiveram-se cheios, como conta o Coletivo Passa Palavra (ABDO et. al., 2013, p. 31). Outros acontecimentos de disputa pelo direito à cidade geravam ações cada vez mais inusitadas em diálogo com as redes online e o espaço urbano, como aconteceu após os moradores de Higienópolis, um bairro nobre de São Paulo, organizarem um abaixo-assinado para impedir a construção de uma estação da linha amarela do metrô no local. Uma moradora fez uma declaração à imprensa alegando que a estação faria com que “gente diferenciada” passasse a frequentar a região. Espontaneamente, começou a ser organizado pela internet o “Churrascão da gente diferenciada”, a ser realizado nas ruas de Higienópolis. O evento no *Facebook* contou com mais de 60 mil pessoas confirmadas e, no dia do churrasco, cerca de mil pessoas compareceram e, segundo alguns manifestantes, ao todo, 2 mil passaram pelo local (ABDO et. al., 2013, p. 30). (Em 2014, outro “churrascão de gente diferenciada” aconteceu em São Paulo, após um novo abaixo-assinado de moradores de outro bairro classe A, Jardim Europa, que dessa vez reclamavam do excesso de frequentadores do Museu da Imagem e do Som...).

Desde o começo dos anos 2000, indivíduos e coletivos a favor da descriminalização das drogas tentavam articular a “Marcha da Maconha”, que era sistematicamente proibida sob a justificativa de apologia. Em 21 de maio de 2011, foi a primeira vez que a Marcha saiu em São Paulo e sofreu violenta repressão policial, atraindo mais pessoas indignadas, que logo articularam uma nova Marcha a acontecer sete dias depois, agora com o nome de “Marcha da Liberdade”, agregando assim diversos movimentos e indivíduos em prol dessa causa universal. No dia 28 de maio de 2011, estima-se que entre 5 e 10 mil pessoas marcharam pela liberdade de expressão na Avenida Paulista e, dia 15 de junho, o Supremo Tribunal Federal autorizou a realização da Marcha da Maconha (ABDO et. al., 2013, p. 31). Com o chamado amplificado pelas redes sociais, 40 cidades também fizeram suas edições da Marcha da Liberdade, dia 18 de junho de 2011. Credita-se a esse momento um marco importante para uma nova fase de mobilizações de rua, em sintonia com os levantes globais, como demonstra o final do Manifesto da Marcha da Liberdade: *“Estamos diante de um momento histórico global. Pela primeira vez, temos chance real de conquistar a liberdade. O mundo está despertando. Levante-se do sofá e vá à luta. Vamos juntos construir o mundo que queremos! Espalhe a rebelião. #marchadaliberdade #worldrevolution”* (ABDO et. al., 2013, p. 25). Outro trecho do Manifesto dava o tom da horizontalidade em rede que contaminava diversos movimentos no mundo, e afirmava:

Não somos uma organização. Não somos um partido. Não somos virtuais. Somos REAIS. Uma rede feita por gente de carne e osso. Organizados de forma horizontal, autônoma, livre. Temos poucas certezas. Muitos questionamentos. E uma crença: de que a Liberdade é uma obra em eterna construção. Acreditamos que a liberdade de expressão seja a base de todas as outras: de credo, de assembléia, de posições políticas, de orientação sexual, de ir e vir. De resistir. Nossa liberdade é contra a ordem enquanto a ordem for contra a liberdade. (ABDO et. al., 2013, p. 24)

Além desses acontecimentos, vale lembrar que na América Latina, em 2011, ainda aconteceram duas grandes insurreições de estudantes que se somaram às multidões de muitos países: primeiro, no Chile, quando estudantes chilenos reivindicaram uma educação gratuita e de qualidade⁶¹, e o movimento #YoSoy132⁶², no México. Todos esses acontecimentos me ajudam a compreender melhor um processo histórico que se desenrolava antes do acontecimento fundador da pesquisa, o Ocupa Niterói.

3.3 Como se expressa hoje a sociedade civil?

Ainda que tenham sido feitos alguns enquadramentos, não é possível encaixar todos os fenômenos descritos neste capítulo em um único quadro. Há uma infinidade de particularidades que os diferenciam, mesmo que muitos aspectos também os unam. Os movimentos descritos compõem uma ampla e complexa rede de movimentos, que não buscam ser uma unidade, mesmo quando articulados entre si, mas compõem identidades múltiplas em

⁶¹ “Em 28 de abril de 2011 milhares de estudantes saíram às ruas de Santiago do Chile protestando contra o custo da educação superior e o alto nível de endividamento estudantil consequente. Essa foi a primeira marcha de uma série que seguiria nos próximos meses, chegando a mobilizar aproximadamente 700 mil pessoas em manifestações espalhadas por todo o país em 4 de agosto do mesmo ano, pedindo a queda da “educação de Pinochet” (GARCÉS, 2012). Por todo o país estudantes se organizavam para expressar seu descontentamento, e a paralisação dos estabelecimentos de ensino, tanto particulares quanto públicos, chegou a durar quatro meses.” (ALVAREZ, L.A.G.M; MONTEBELLO, M.N. “O movimento estudantil de 2011 e a crise de legitimidade do sistema político chileno”. II SEMIC ESPM, 2013. Disponível em: http://www2.espm.br/sites/default/files/pagina/lara_antonia_alvares_-_ii_semic_2013_0.pdf)

⁶² O movimento começou no início de maio de 2012, quando o candidato à presidência do México pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), Enrique Peña Nieto, foi visitar a Universidade Iberoamericana. O candidato, que representa uma linha política conservadora e de direita no país, foi recebido pelos estudantes da universidade com muitas críticas e reagiu de forma autoritária às contestações. No dia seguinte, os estudantes observaram que a televisão e os jornais fizeram uma cobertura completamente distorcida do que ocorreu. O movimento passou a se chamar #YoSoy132 depois que os universitários produziram um vídeo desmentindo a informação repercutida pela grande imprensa mexicana de que eram apenas 131 jovens protestando. Depois desse vídeo, estudantes de outras universidades e pessoas de outros espaços da sociedade começam a dizer: 'eu sou 132'. Por meio de assembleias e grupos de trabalho, o movimento vem propondo reformas constitucionais pela regulação e democratização da mídia. Fonte: <http://www.intervozes.org.br/direitoacomunicacao/?p=27288> Acesso em: 31/10/16

suas realidades diversas que revelam problemas a serem superados globalmente e inauguram um tipo de cidadania planetária que expõe uma crise de legitimidade política associada à crise do capitalismo especulativo global. Castells (2013, p. 113) sugere que “se quiséssemos identificar um objetivo para unificar o movimento, ele seria a transformação do processo político democrático”. Mesmo ressaltando-se as singularidades, não há dúvidas de que “os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero” (CASTELLS, 2013, p. 24) e apresentam aspectos comuns visíveis que foram se espalhando por contágio num mundo conectado pela internet, mas não se limitaram à rede online, ocupando o espaço público das cidades. Após a descrição de todos esses acontecimentos, podemos observar algumas recorrências comuns em todos esses levantes recentes, com a ajuda dos autores com quem dialoguei aqui, em especial, Castells:

- a) São desencadeados por um evento dramático, seja uma crise com consequências drásticas, a morte de um jovem ou uma ação violenta do Estado;
- b) Telefones celulares e redes sociais da internet desempenharam um papel fundamental, não apenas como um instrumento de comunicação, mas como uma forma de organização;
- c) As ações passaram do ciberespaço para o espaço urbano, com a ocupação de praças públicas, e vice-versa;
- d) Constituíram, assim, um espaço público híbrido, composto por redes sociais digitais e por uma recém-criada comunidade urbana;
- e) As ocupações se tornam um laboratório de uma nova forma de fazer política e de vivenciar a democracia no cotidiano;
- f) Propõem novos modos de organização em rede baseados na autogestão, na ausência de lideranças e na tomada de decisão por consenso;
- g) São movimentos políticos apartidários ou suprapartidários. A maior parte dos partidos políticos não souberam como lidar com esses novos movimentos;
- h) Há forte presença da juventude diplomada, desempregada e com acesso às redes sociais, apesar de também contarem com o apoio e o protagonismo de pessoas de diferentes idades;
- h) Estão comprometidos com uma “democratização da democracia”.

No texto “Como se expressa hoje a sociedade civil” (2010), escrito antes de muitos desses acontecimentos, Canclini (2010, p. 2013) já fala sobre a “incapacidade das políticas para absorver o que está acontecendo na sociedade civil”. Ele observa que em meio à globalização continuam existindo necessidades locais e questiona para quem servem os

processos de integração comercial transnacionais quando ainda carecemos de recursos básicos que nos permitam entrar em contato com nossos semelhantes. Canclini aponta a diferença da época em que se depositavam todas as esperanças em alguma transformação mágica do Estado ou na crença de que todas as mudanças se originariam no proletariado ou nas classes populares, e lembra também que a temporada de privatizações neoliberais demonstrou que as empresas privadas não trouxeram melhor funcionamento aos serviços que nossos governantes lhes cederam, fracasso que não justifica qualquer restauração ao Estado como guardião do nacionalismo, nem como administrador eficiente ou agente de doações populistas. Para ele, “o desafio é, principalmente revitalizar o Estado como representante do interesse público, como árbitro ou assegurador das necessidades coletivas de informação, recreação e inovação, garantindo que estas não sejam sempre subordinadas à rentabilidade comercial” (CANCLINI, 2010, p. 217). Ou seja, “agora se trata de ver como podemos refazer conjuntamente o papel do Estado e da sociedade civil” e, para tanto, precisaríamos repensar ao mesmo tempo as políticas e as formas de participação.

Canclini destaca ainda que estamos lidando com macroempresas que reordenaram o mercado de acordo com os princípios de administração global e criaram uma espécie de ‘sociedade civil mundial’ da qual são protagonistas, com uma capacidade de decisão muito maior do que a dos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais de alcance nacional. E se elas fazem isso em escala mundial e subordinam a ordem social a seus interesses privados, incluindo aí uma remodelação do espaço público, “conceber o exercício da cidadania somente em nível local ou nacional é o equivalente político a enfrentar a Sony ou a Nestlé com estratégias de varejistas”, enfatiza Canclini (2010, p. 205). Por isso ele aponta para uma redefinição internacional do público, que se aproxima da ideia emergente de cidadania planetária: “Em um processo de integração transnacional, a reivindicação do público não pode ser uma tarefa a ser empreendida apenas dentro de cada nação” (CANCLINI, 2010, p. 206). Entre as muitas disputas em jogo, também estaria, dessa forma, uma disputa pelo o que é público.

É claro que no centro desta reformulação está a tentativa de reconceber o público. Nem subordinada ao Estado, nem dissolvida na sociedade civil, a esfera pública reconstituiu-se simultaneamente na tensão entre ambos. Tendo em vista a reflexão hermenêutica que se valeu igualmente das contribuições de Habermans e Bakhtin, a esfera pública é ‘um campo de tradições em concorrência’, ‘um espeço de heteroglossia’, em que ‘certos significados e tradições são fortalecidos’ (o papel do Estado), ‘mas, neste processo, novas forças podem atribuir diferentes significados ou ênfases aos mesmos conceitos’ (o papel da sociedade civil), evitando deste modo os riscos de unilateralidade e autoritarismo. (CANCLINI, 2010, p. 217-2018)

Em relação à reformulação do público, autores como Negri e Hardt (2005, p. 12) vêm trabalhando com a ideia de *comum* [*common*], que estaria além do público e privado e seria compartilhado e produzido por essa “emergente classe global” chamada por eles de “multidão”. A multidão seria “a alternativa viva que vem se constituindo dentro do Império”, temas tratados por esses autores em duas obras principais: “Império” (2002) e “Multidão” (2005), quando desenvolvem uma genealogia das lutas até as atuais “lutas em rede da multidão” das quais voltarei a falar um pouco mais adiante. Para eles, a multidão pode ser encarada como uma rede aberta e em expansão que expressa um desejo de democracia a partir de sua multiplicidade de desejos e identidades. A multidão é múltipla, multicolorida e difere de conceitos mais “cinzas”, como povo, massa, classe trabalhadora. É um conceito aberto e abrangente que também tenta apreender as recentes mudanças na economia e política globais.

Hopstein (2007, p.26) enfatiza ainda que a originalidade dos movimentos emergentes reside no surgimento de um novo sujeito político e nas formas de entender e fazer política. A nova dinâmica instalada por esses acontecimentos recentes implica não apenas na “instalação de formas inovadoras de organização, mas principalmente de novas linguagens, identidades, estratégias de luta e concepções políticas”. A autora aponta ainda para o surgimento de uma nova subjetividade nas lutas atuais, para além das clássicas organizações modernas. Seguimos com a problemática da representação em muitos desses conceitos e movimentos. “A representação está em crise, mas a crise não é apenas decorrente a falhas internas no sistema. Ela deve ser entendida como um sintoma que percorre de modo geral os movimentos: o desejo de democracia e de liberdade” (HOPSTEIN, 2007, p.26).

3.4 Pelo direto à cidade

À medida em que os anos da pesquisa foram passando e minhas redes de atuação no movimento Ocupa e outros coletivos foram se ampliando, as cidades tornaram-se cada vez mais visíveis como o território de disputa e mediações de sentidos entre os acontecimentos do presente. Como diz o título do filósofo marxista Henri Lefebvre (2008), escrito no catártico ano de 1968, é pelo “direito à cidade” que esses cidadãos se levantam, saem de seus espaços privados e refundam o público. A ideia do “direito à cidade” tem sido bastante citada por analistas como David Harvey, como uma síntese possível de algo que estaria presente nesses diferentes levantes recentes pelo mundo. A partir da leitura Lefebvre e de sua crítica ao

urbanismo, Harvey diz que é através da mobilização social e da luta política que conseguiremos exercer o direito à cidade pela mudança da vida urbana. O direito à cidade não seria apenas o direito de ter acesso àquilo que já existe, mas o direito de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com as necessidades coletivas e reinventar as formas de ser humano no ambiente urbano. Harvey (2013, p. 33) lembra que “se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito”.

nós, individual e coletivamente, fazemos nossa cidade através de nossas ações diárias e de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. Todos somos, de um jeito ou de outro, arquitetos de nossos futuros urbanos. O direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes disso ou não. HARVEY, 2013, p. 33)

Vários movimentos reclamam pelo direito à cidade, como, no Rio de Janeiro, o emblemático “O Maraca é nosso”. Criado por torcedores indignados com a privatização do Maracanã e tudo o que ela acarreta, incluindo as demolições no entorno, o movimento agregou em seu slogan o complemento: “a cidade é nossa”. Esse movimento reclama pela cidade a partir do estádio do Maracanã, promovendo atos cujas causas extrapolam os limites do bairro: “contra a privatização do Rio de Janeiro”, dizia o evento de 16 de março de 2012. Na Turquia, os ocupantes da praça Taksim gritavam “Taksim é nossa, Istambul é nossa!” (GUTIERREZ, 2013) No #OcupeEstelita, em Pernambuco, 2012, escreveram em um grande cartaz: “A cidade é nossa! Ocupe-a!”. Nas lutas contra o aumento da tarifa, catalisadoras das revoltas de junho de 2013, o transporte é entendido como uma questão transversal a outras pautas urbanas, como afirma o Movimento Passe Livre de São Paulo (2013, p. 16): “Se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa, também se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos. A cidade é usada como arma para sua própria retomada”. Assim, percebe-se que a sensação de empoderamento pessoal compartilhada por esses sujeitos da história possui relação direta com um empoderamento do local. Os territórios e espaços da cidade passam a ser disputados por diferentes forças que procuram apropriar-se deles, tanto do ponto de vista neoliberal da privatização quanto do ponto de vista dos cidadãos que tentam reinventar o público.

Se lembrarmos das bases da cidade moderna de que trata Simmel em “As grandes cidades e a vida do espírito”, de 1903, levaremos em conta o “espírito contábil” da modernidade e seu pensamento predominantemente objetivo em detrimento do subjetivo como constituinte do espírito das grandes cidades, que sempre teriam sido lugares

consagrados da economia monetária, onde o dinheiro passa a ser o valor que regula as relações sociais. Na cidade moderna, segundo Simmel (2005, p. 580), a vida dos seres humanos seria preenchida com “comparações, cálculos, determinações numéricas” e seriam reduzidos os valores qualitativos em favorecimento dos quantitativos. Em outro texto clássico, “Estilo de vida urbano e Modernidade” (1993), Gilberto Velho também fará referência às bases da modernidade na constituição do urbano e ao momento em que Simmel (2005, p. 580) e outros pensadores estão debruçados sobre esse fenômeno social. Velho defende que a metrópole contemporânea é consequência e, simultaneamente, causa de novas visões de mundo e noções de tempo, espaço e indivíduo.

Harvey (2013, p. 28-29) enfatizará que a globalização e a guinada em direção ao neoliberalismo acentuaram, ao invés de diminuir, as desigualdades sociais, especialmente nas grandes cidades. O poder de classe teria sido restaurado às elites ricas e os resultados desse processo estariam gravados nas formas espaciais de nossas cidades, que assim passaram a ser feitas cada vez mais de “fragmentos fortificados”, diz ele, referindo-se à divisão social dessas “cidades globais do capitalismo avançado” que segrega as elites financeiras das grandes porções de trabalhadores de baixa renda, que se fundem aos marginalizados e desempregados. Harvey (2013, p. 29) ressalta que as cidades sempre foram lugares de desenvolvimentos geográficos desiguais, mas agora estaríamos nos aproximando de uma desigualdade quase patológica que inevitavelmente semeia uma tensão civil. “Tais desenvolvimentos urbanos desiguais traçam o cenário para o conflito social”, alerta.

Dois anos depois de lançar “O Direito à Cidade”, prevendo um processo que ele chamou de “urbanização da sociedade”, Lefebvre (1999, p. 16) publicou “A Revolução Urbana”, em 1970. Nesse processo de transformação de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial – que o autor chamou de “sociedade urbana” –, aconteceria o fenômeno denominado de “revolução urbana”: quando a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano, prevalecendo decisivamente frente ao modelo centrado no crescimento e na industrialização. Estaríamos vivendo cada vez mais o campo de tensões e disputas envolvidos nesse processo? Diferente dos esforços de padronização e ordenamento que os especialistas tentam cada vez mais impor à força, a cidade, ou o que Lefebvre prefere chamar de urbano, implicaria, na realidade, na *liberdade de produzir diferenças* (“de diferir e de inventar o que difere”), seria o *lugar da expressão dos conflitos* (e não da segregação que produz desagregação da vida mental e social) e também o *lugar do desejo* (que emerge das necessidades).

“Poder-se-á objetar: ‘sem os urbanistas seria o caos’. Ora, exatamente, é o caos, sob

uma ordem imposta” (LEFEBVRE, 1999, p. 137). A crítica de Lefebvre (1999, p. 137) ao urbanismo é feita tanto em relação às ideologias quanto às práticas urbanísticas em todas as suas variações: “o dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado e dos tecnocratas”. Assim, Lefebvre (1999, p. 147) classifica o urbanismo em termos marxistas, como uma superestrutura da sociedade neocapitalista, que “organiza um setor que parece livre e disponível, aberto à ação racional: o espaço habitado”. No entanto, aproximando-se da sociologia do cotidiano, ele também observa a relação complexa entre aqueles que planejam a cidade e aqueles que a praticam, chamados por ele de “usuários”, que estariam excluídos do encontro e diálogo (se é que existe encontro e diálogo, ele ressalva) entre o arquiteto e o urbanista. Nessa análise, ele remonta às bases objetivas e quantitativas da cidade e aponta para o mal-estar existente entre as estratégias sistematizadoras e os diversos subsistemas e códigos parciais dos usuários, algo próximo do que que Certeau chamará de “táticas dos praticantes”. Lefebvre (1999, p. 151) também trabalha com a noção de redes de relações no espaço urbano ao analisar essa relação.

Redes intrincadas, relações que se afirmam interferindo-se mutuamente, ocupam esse espaço. Sua homogeneidade corresponde a alguma coisa: por um lado, vontades, estratégias unitárias, lógicas sistematizadas; por outro, representações redutoras e, conseqüentemente, simplificadoras. Ao mesmo tempo, porém, acentuam-se as diferenças no povoamento desse espaço que, como espaço abstrato, tende ao homogêneo (o quantitativo, o espaço geométrico e lógico). Daí resulta um conflito e um curioso mal-estar. Esse espaço, de um lado, tende para um código único, para um sistema absoluto, o da troca e do valor da troca, da coisa lógica e da lógica da coisa. Ao mesmo tempo, ele se torna pleno de subsistemas, de códigos parciais, de mensagens e de significantes que não entram no procedimento unitário que esse espaço estipula, prescreve, inscreve de todas as maneiras.

Em “A invenção do cotidiano”, de 1980, Certeau (1994, p. 174) chama essa cidade racionalizada e projetada pelos urbanistas de cidade-conceito, que seria ao mesmo tempo “a maquinaria e o herói da modernidade”. A cidade-conceito é o lugar da estratégia, organizada por operações especulativas e classificatórias, pela ciência e pela técnica, que combinam gestão e eliminação e privilegiam o progresso (o tempo), em detrimento do espaço, que esqueceria assim “sua condição de possibilidade” (CERTEAU, 1994, p. 174). Ao longo dos séculos, a cidade-conceito vem funcionando como “lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções” (CERTEAU, 1994, p. 174). No entanto, como Lefebvre observou, Certeau também aponta que no submundo da cidade planejada está a cidade dos praticantes, que escapa ao controle estratégico, sendo o lugar das quase invisíveis táticas dos cotidianos. “Escapando às totalizações imaginárias do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície, ou cuja superfície é somente um limite avançado, um limite que se destaca

sobre o visível” (CERTEAU, 1994, p. 172). Enquanto a cidade “do alto” traça a ordenação do território, lá embaixo, a cidade é habitada de formas múltiplas e incategorizáveis.

Mas “embaixo” (*down*), a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, (...), cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um “texto” urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços: com relação às representações, ela permanece cotidianamente, indefinidamente, outra. (CERTEAU, 1994, p. 171)

A cidade é definida por Certeau a partir de uma tríplice operação: em primeiro lugar, seria a produção de um espaço “próprio” (cuja organização racional deve “recalcar as poluições físicas, mentais ou políticas que a comprometeriam”); em segundo lugar, o estabelecimento de um “não-tempo” (“para substituir as resistências inapreensíveis e teimosas das tradições”); e em terceiro lugar, a criação de um “sujeito universal e anônimo que é a própria cidade” (CERTEAU, 1994, p. 173). Nessa produção de um espaço “próprio”, algumas práticas serão tomadas como “outras” e “tudo aquilo que não é tratável constitui portanto os “detritos” de uma administração funcionalista (anormalidade, desvio, doença, morte etc.)”. E, como já foi destacado por outros autores e pelo contexto histórico reconstruído aqui, o desenvolvimento das cidades com vias ao progresso reintroduz uma proporção cada vez maior de “detritos nos circuitos da gestão e transforma os próprios déficits (na saúde, na seguridade social etc.) em meios de densificar as redes da ordem. (CERTEAU, 1994, p. 173)

Atualmente, no Rio de Janeiro, estamos vivendo um novo projeto de cidade imposto pelos estrategistas do Estado em parceria com os do setor privado. Na realidade, no processo histórico de construção e desconstrução da cidade, o Rio de Janeiro passou por algumas fases emblemáticas, como na virada dos séculos XIX e XX, na gestão do prefeito Pereira Passos, fase conhecida como “bota abaixo” por conta do enorme número de demolições de casas populares para a construção de uma cidade moderna inspirada em Paris da *belle époque*. Agora, na virada dos séculos XX para o XXI, e, mais recentemente, sob a gestão do prefeito Eduardo Paes em parceria com o governo estadual de Sérgio Cabral, vemos um novo projeto de cidade emergindo, a que chamamos “cidade-empresa”, refletindo as práticas neoliberais de privatização do público e que também faz uso de demolições e desapropriações das casas dos pobres como estratégia mais comum na limpeza (ou gentrificação) da cidade para usufruto

dos ricos. No cenário global, tal conjuntura não é exclusividade do Rio de Janeiro, repete-se em todas as cidades onde espaços públicos estão sendo destruídos para construção de shoppings centers e outros edifícios, sendo o estopim para diversos levantes da multidão pelo mundo. Certeau (1994, p. 174) acredita que “a cidade-conceito se degrada. (...) Talvez as cidades se estejam deteriorando ao mesmo tempo que os procedimentos que as organizaram”.

Em seus estudos sobre juventudes e cidadania, José Machado Pais também abordará o mesmo processo de “planificação da cidade”, que tradicionalmente procura “exorcizar as desordens, purificar as condutas, escrutinar as populações, periferizar a miséria” (PAIS, 2005, p. 59). Nesse processo, a cidade se transformaria numa “cidade maquete”, um espaço cerrado onde os cidadãos têm seus movimentos limitados e controlados. Semelhante ao que aconteceu em muitas lutas descritas anteriormente, “é contra a cidade maquete que se reclama uma cidade dos cidadãos, uma cidade humanizada, participada, insubmissa às modelagens de planificações deterministas e às realidades sociais que as sustenta” (PAIS, 2005, p. 60). Fazendo referência a Certeau, Pais (2005, p. 60) sintetiza que “a cidadania é, em certa medida, um movimento de rejeição da cidade planejada a favor da cidade praticada”.

Em relação às práticas cidadãs, Pais distingue dois movimentos distintos de participação na cidade: o sistema *bottom up* – que indica um movimento participativo de baixo para cima - e *top down* – movimento determinado de cima para baixo. As cidades-conceito são imposições unilaterais *top down* do Estado e corporações aos cidadãos, que são cada vez menos consultados sobre as decisões de interesse público. “Ao contrário do que acontece com as cidades planejadas de modo *top down*, a vitalidade das cidades vem dos que informalmente circulam no espaço público da cidade: a rua. A magia da cidade vem de baixo e não dos arranha-céus onde a vida social parece estar enjaulada” (PAIS, 2005, p. 57). Ainda assim, os movimentos dos que estão embaixo resistem de diversas formas ao peso das imposições que vêm de cima, seja através da resistência direta, como no caso de muitos Ocupas, ou através das infinitas práticas do cotidiano, já que “tanto a aprendizagem quanto o atuar *bottom up* dão-se no mundo da vida cotidiana – usando 'informação local' que pode levar a um 'saber global’” (PAIS, 2005, p. 57).

Paulo Carrano traz um novo enfoque ao debate. Segundo ele, para além da “cidade-conceito impregnada de utopismo urbanístico” (CARRANO, 2003, p. 24), existe a *cidade educativa*, onde os habitantes da cidade se articulam como educadores coletivos em redes sociais que escapam ao controle e à ordem, em suas próprias relações de cidadania. Essas práticas “ocorrem no terreno concreto da pluralidade do real” composto tanto pelas intenções dos planejadores quanto pelo jogo realizado pelas práticas microscópicas, singulares e plurais

dos sujeitos sociais. Carrano destaca ainda que o espaço não é um dado, mas uma *relação social*. (CARRANO, 2003, p. 27). Assim, em meio à arena urbana, surgem práticas sociais diversas (inclusive o Ocupa) que através das relações produzidas promovem experiências educativas.

Segundo Carrano (2003, p. 20), “as práticas sociais que ocorrem na cidade incorporam-se ao conceito de educação, uma vez que compreendem em suas dinâmicas culturais próprias de realização, a formação de valores, a troca de saberes e, em última instância, a própria subjetividade”. Dessa forma, vemos a cidade inserida no processo educacional total dos cidadãos, assim como a escola, já que nela reconhecemos “a multiplicidade de lugares que negociam a homogeneidade e a heterogeneidade das práticas, assim como a continuidade e a descontinuidade educativa” (CARRANO, 2003, p. 20). Nesse sentido, “podemos considerar os territórios urbanos como redes de relações e práticas que configuram um amplo espectro de fatos sociais educativos” (CARRANO, 2003, p. 21). O Ocupa é um deles.

Sem dúvida, os movimentos que vemos florescer neste início de século XXI estão sintonizados a esse mal-estar da vida urbana e a esse desejo do direito à cidade que, segundo Harvey, é muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: “é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo dos nossos corações” (HARVEY, 2013, p. 28). Nesse processo de urbanização da sociedade analisado por Lefebvre, “temos sido refeitos muitas vezes sem sabermos como ou por quê”, destacou Harvey. É nesse sentido também que compreende-se as cidades como espaços educativos, onde aprendemos e reaprendemos as práticas urbanas (LEFEBVRE, 1999, p. 16) que são, afinal, práticas sociais e culturais a partir das quais trocamos saberes, formamos valores, identidades e, especialmente, subjetividades (CARRANO, 2003, p. 20). Por isso, Harvey (2013, p. 28) também chama atenção para o aspecto humano fundamental envolvido na mudança da cidade: “ao refazer a cidade refazemos a nós mesmos – então, precisamos avaliar continuamente o que poderemos fazer de nós mesmos, assim como dos outros, no decorrer do processo urbano”.

A partir das experiências compartilhadas do Ocupa Niterói, no próximo capítulo, retomarei o tema da formação de subjetividades e das cidades educativas.

3.5 Lutas em redes de redes

Para concluir esse panorama inicial do contexto histórico envolvido nos acontecimentos da pesquisa, não há como ignorar o aspecto central da comunicação em rede nos processos de transformação sociais em diversos níveis, que contribui decisivamente para os levantes das multidões em rede que se intensificaram desde 2011. Segundo Pierre Musso (2010, p. 34), “as verdadeiras revoluções são, hoje, as rupturas oferecidas pelas tecnologias da comunicação, a começar pela internet, que realiza a utopia da associação universal pelas redes de comunicação”. As dinâmicas e características da rede – sua plasticidade, horizontalidade, interatividade, colaboração – passam a ser cada vez mais assimiladas e praticadas nos cotidianos de indivíduos, grupos e organizações que também buscam essa dinâmica e abertura em suas práticas. É o caso dos recentes movimentos autônomos e autogestionados da sociedade civil que procuram negar os modelos fechados e hierarquizados de organização social, inclusive a ideia de democracia representativa. Isso porque, ainda segundo Musso (2010, p. 34), “a rede leva sempre consigo um imaginário de transição, entre a liberação de um sistema piramidal e hierárquico de que o Estado é o arquétipo, e a promessa de um sistema futuro, o da associação universal, anunciador de um novo tipo de relação igualitária”.

É possível observar algumas características comuns entre as manifestações da Primavera Árabe, dos Indignados, da Geração à Rasca, do *Occupy*, dos Ocupas e de outros levantes pelo mundo. A autogestão e o diálogo horizontal são priorizados em todos eles, mas de fato observa-se que eles compartilham “formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua” (CARNEIRO, 2012). Observa-se, em todos os casos, “o triunfo do princípio supostamente arcaico do cara a cara, da organização dialógica” (DAVIS, 2012, p. 41), incentivado, no atual estágio dos processos comunicacionais, pela constituição de uma rede móvel de pessoas e de tecnologias nômades que operam em espaços físicos não contíguos (SANTAELLA, 2010). O dialogismo praticado na rede digital reverbera nas práticas da cidade, que passam a buscar novos métodos de tomada de decisões, de convivência, novas práticas em economia e gestão, baseadas nos princípios da Economia Solidária, entre outros conhecimentos acumulados. A simultaneidade das práticas ocorridas entre cidade e ciberespaço contribui com a percepção de que as fronteiras que dicotomizam real e virtual devem ser cada vez mais problematizadas, levando em consideração também a complementariedade e circularidade das práticas entre cidades e ciberespaço. Como enfatiza Henrique Antoun (2010, p. 215), “nessa forma de pensar as redes, a comunicação torna-se um

modo de constituir os seres e não apenas um meio de trocar mensagens”.

Ortellado acredita que, apesar das teorias da rede e a criação da internet datarem dos anos 1960 e 1970, a forma de organização em rede nos movimentos sociais só seria incorporada a partir das manifestações contra os acordos de livre comércio nos anos 1990 e seria “uma das características mais distintivas de nosso movimento” atual (RYOKI, ORTELLADO, 2004, p. 16). Ele também destaca algumas características das redes: flexíveis, fluidas, plurais e descentralizadas. A rede não é exclusiva, pois não impede a participação em outras redes, nem quer se tornar um sistema representativo: ela estimula práticas autônomas, diretas e horizontais. Segundo o autor, as redes seriam formas relativamente novas de associação, nas quais “as ‘partes’ (indivíduos, organizações ou mesmo outras redes) se unem para perseguir objetivos específicos, respeitando apenas princípios gerais acordados” (RYOKI, ORTELLADO, 2004, p. 17). Dessa forma, é possível conviver e trabalhar em comum com indivíduos bastante diferentes, pois não precisam abrir mão de posições particulares para atuarem em conjunto. “Isso significa apenas levar o velho princípio anarquista da livre associação até a sua consequência lógica: a livre dissociação” (RYOKI, ORTELLADO, 2004, p. 17).

De acordo com Hardt e Negri (2005, p. 118), no momento em que o capitalismo se renova com as novas redes de comunicação “as novas dimensões do poder requerem novas dimensões de resistência”, por isso estaríamos “inventando lutas em rede”. Os autores observam que, desde 1968, a forma dos movimentos de resistência começou a mudar: “não era apenas uma questão de 'conquistar corações e mentes', e sim de criar novos corações e mentes através da construção de novos circuitos de comunicação, novas formas de colaboração social e novos modos de interação.” Nesse processo, eles observam uma “tendência para ir além do modelo da moderna guerrilha, em direção a formas mais democráticas de organização em rede” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 118). Como já foi destacado, o modelo zapatista é emblemático do processo de transposição das táticas de guerrilha do campo para a cidade, nas quais o foco não é mais o ataque aos poderes dominantes, mas a transformação da própria cidade.

A cidade é uma selva. Os guerrilheiros urbanos conhecem seu terreno de forma capilar, de modo que podem a qualquer momento unir-se para atacar e em seguida dispersar-se, desaparecendo em seus esconderijos. Cada vez mais, no entanto, o foco não estava em atacar os poderes dominantes, mas em transformar a própria cidade. Nas lutas metropolitanas, tornou-se cada vez mais intensa a estreita relação entre desobediência e resistência, entre sabotagem e deserção, contrapoder e projetos constituintes. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 119)

As redes de informação, comunicação e cooperação, que são os eixos fundamentais da produção pós-fordista, começam a definir os novos movimentos guerrilheiros, na visão de Hardt e Negri: “não só esses movimentos utilizam tecnologias como a Internet como ferramentas de organização, como também começam a adotar tais tecnologias como modelos para suas próprias estruturas organizacionais” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 120). A vantagem estratégica da ordenação em rede está na pluralidade contínua de seus elementos e redes de comunicação que estão dispersos no território, de tal forma que seja impossível rendê-la a partir de um comando centralizado. “A forma policêntrica do modelo guerrilheiro evolui assim para uma forma em rede na qual não existe um centro, apenas uma pluralidade irreduzível de nodos em comunicação uns com os outros” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 120). Como sabemos, essa tática de guerra foi pensada justamente com essa finalidade pelos cientistas da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, durante a invenção da internet na década de 60, para impedir a destruição do sistema de comunicação norte-americano pelos soviéticos em caso de guerra nuclear. No entanto, Castells (1999a, p. 25) destaca que o fato da consolidação desse paradigma ter surgido na década de 60 e se consolidado na Califórnia dos anos 70 fez com que, meio inconscientemente, a revolução da tecnologia da informação tenha difundido pela cultura mais significativa de nossas sociedades o espírito libertário dos movimentos dos anos 60.

Assim, a cultura da rede em interface com as culturas urbanas produz novas formas de subjetividades e novas formas de vida pautadas em valores como criatividade, comunicação, cooperação, colaboração, horizontalidade, distribuição. Cada vez mais, o seu foco é interno: a organização é menos um meio e mais um fim em si mesma. Negri e Hardt (2005, p. 121) também citam os movimentos de globalização que se estenderam de Seattle a Gênova e os Fóruns Sociais Mundiais como os exemplos mais claros de organizações disseminadas em rede. “A estrutura disseminada em rede constitui o modelo de uma organização absolutamente democrática que corresponde às formas dominantes de produção econômica e social e também vem a ser a mais poderosa arma contra a estrutura vigente de poder” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 127). As características mais fortes do movimento da multidão se assemelham totalmente à descrição de uma rede, pois seriam: mobilidade, flexibilidade e capacidade de desafiar as formas mutáveis de repressão, e adaptar-se a elas de uma forma radical (HARDT; NEGRI, 2005, p. 129).

Esses pensadores apresentam a forma da multidão como um “corpo em rede” que possui uma “inteligência de enxame”. Nesses casos, “quando uma rede disseminada ataca, investe sobre o inimigo como um enxame: inúmeras forças independentes parecem atacar de

todas as direções num ponto específico, voltando em seguida a desaparecer no ambiente” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 130). A expressão “inteligência de enxame”, segundo Hardt e Negri (2005, p. 131), refere-se a “técnicas coletivas e disseminadas de solução de problemas sem um controle centralizado ou o estabelecimento de um modelo global”. Tal tática é visível em diversos twittaços e campanhas que acionam a rede de forma descentralizada e rápida para alguma ação específica: seja para bombardear algumas instituições de e-mails e petições online, para reforçar uma *hashtag* específica levantando uma causa ou para reforçar a presença e a segurança nas ocupações e manifestações, especialmente quando sofrem algum tipo de repressão policial. Por sua diversidade de componentes, esse enxame é um modelo colaborativo complexo e dinâmico que promove a inteligência coletiva em rede.

Os enxames que vemos surgir nas novas organizações políticas em rede, em contrapartida, são compostos por uma multidão de diferentes agentes criativos. O que adiciona várias camadas de complexidade ao modelo. Os membros da multidão não precisam tornar-se o mesmo ou abdicar de sua criatividade para se comunicar e cooperar entre eles. Mantêm-se diferentes em termos de raça, sexo, sexualidade e assim por diante. O que precisamos entender, portanto, é a inteligência coletiva que pode surgir da comunicação e da cooperação dentro de uma multiplicidade tão variada. (HARDT; NEGRI, 2005, p. 132)

Por fim, são muitas as redes entrelaçadas pelo movimento Ocupa. Cada ocupante traz consigo suas redes que se conectam em alguns pontos com as redes de outros ocupantes, expandindo ambas. Há as redes dos movimentos sociais, as redes da rua, as redes da internet, as redes das instituições das quais fazem parte etc. Como foi destacado por Castells (MEIRELES, 2013), não se tratam apenas de redes virtuais, mas também presenciais. Dentro e fora do Brasil, essas redes alimentam os usuários de informações, referências, táticas, práticas, experiências, narrativas e todo tipo de material disponível para ser remixado e redistribuído de forma livre, e fazem de cada ocupa e cada ocupante um nó de uma gigante teia planetária.

4 #OCUPANITERÓI: APRENDENDO COM O OUTRO ENTRE JUVENTUDES, CIDADES E REDES

O jovem vivenciará o espírito, e quanto mais difícil lhe for a conquista de coisas grandiosas, tanto mais encontrará o espírito por toda parte em sua caminhada e em todos os homens. - O jovem será generoso quando homem adulto.

Walter Benjamin

Em 2011, Ana era uma jovem de 18 anos, moradora de Niterói desde o nascimento, filha do meio de um casal de classe média. Do maternal ao pré-vestibular, frequentou a escola regularmente. Em uma das escolas por onde passou, disse que era uma das meninas mais “diferentes” da turma, fugindo do padrão hegemônico com seus cabelos cacheados e por isso sofreu o que chamou de *bullying*⁶³. “Eu lembro que foi na primeira série mesmo que eu fiz meu primeiro alisamento e tudo”, conta⁶⁴. Numa outra escola, com mais gente, ela assume que encarnou uma identidade “*mais nerd mesmo*” e decidiu, por conta própria, estudar muito para tirar as notas mais altas da turma, entrando na lógica competitiva do pré-vestibular até passar em 8º lugar para o curso que queria: Belas Artes, na UFRJ. Ela idealizava a faculdade como um lugar onde finalmente se libertaria do ambiente escolar que a incomodava desde a infância. No entanto, para surpresa de todos, Ana não quis ir à faculdade quando chegou a hora, sentiu medo, pensou que todos seriam muito inteligentes e “*cult*” enquanto ela não sabia “nada” do mundo das artes, trancou a matrícula e passou um ano inteiro, como ela diz, “*sem fazer nada*”, apresentando sintomas de depressão.

Tava sem fazer nada, assim. Eu lembro que eu nem saía de casa, teve um tempo que eu ficava na cama (...), eu não conseguia sair na rua, eu ficava de cabeça assim pro chão, eu não queria que ninguém me olhasse, eu tava com esse problema, assim, achava que todo mundo tava me olhando e tudo, e aí eu fui e fiquei um tempo assim em casa.

⁶³ Essa palavra de língua inglesa apareceu mais intensamente na comunidade científica e nas mídias no começo dos anos 2000 para definir práticas de intimidação ou perseguição nas escolas ou em ambientes de trabalho, sendo incorporada na linguagem cotidiana desde então. Ela aparece algumas vezes nas conversas com os ocupantes quando o universo escolar está em pauta.

⁶⁴ Essa conversa com Ana aconteceu em julho de 2012, numa praça ao lado da Prefeitura de Niterói, após um protesto que participamos no local.

Ao final desse ano, Ana já estava voltando a circular pela cidade – inicialmente de cabeça baixa, para esconder algumas manchas que apareceram em seu rosto, mas gradativamente ganhando confiança, usando maquiagem para disfarçar o que a incomodava, e fazendo passeios de bicicleta pelo calçadão da Praia de Icaraí, próximo de onde mora. Num desses passeios, em dezembro de 2011, Ana percebeu uma movimentação estranha nas areias da praia que destoava da paisagem tradicional: algumas barracas de camping, vários cartazes pelo chão e um grupo de jovens sentados em círculo. Alguns curiosos passavam devagar ou paravam para ler os cartazes expostos em frente ao acampamento. Ana já havia visto alguma coisa do Ocupa Niterói em sua *timeline* do *Facebook* que não tinha chamado muito sua atenção, mas ao avistar o acampamento foi diminuindo o ritmo das pedaladas e lendo algumas coisas quando um menino a abordou de maneira muito simpática: “*você quer saber mais sobre o Ocupa?*”. Envergonhada, ela disse: “*quero, pode falar*”. Ana conta:

O que eu achei legal é que ele falou assim: “você quer entrar? Você quer ir lá? A gente tá aqui num debate sobre...” - não me lembro qual era o debate -, ele falou: “vc quer ir lá ver como é que é?” Aí eu lembro que eu tava com batom vermelho, aí eu pensei: “pô, um bando de hippie, se eu entrar com batom vermelho aí, cara, eu não sei se eles vão gostar de mim não” [risos]. Aí eu perguntei: “posso entrar com batom vermelho?” [risos]. Aí ele falou: “claro, pô, entra aí!”

Ana encostou a bicicleta e desceu à areia, juntando-se ao grupo. Ainda que em meio a um debate, seu anfitrião apresentou-a a todos, que saudaram a sua entrada. Ela conta que se sentiu tão acolhida naquele momento que pensou: “*Ai, meu Deus, cheguei no céu, to no paraíso?*”. Na realidade, Ana estava num espaço público movimentado de uma cidade; pisava em areias com alto índice de coliformes fecais em uma praia urbana nem sempre recomendável para banho; estava em meio a estranhos, pessoas que nunca viu na vida. Caso seguisse o senso comum sobre a convivência na cidade, correria perigo? Para muitos, sim. Para Ana, foi a melhor coisa que lhe aconteceu nos últimos tempos. Desde então, ela passou a ir ao chamado Ocupa Niterói, movimento que ela ainda não sabia bem do que se tratava, mas com o qual se identificou nessa primeira impressão. Ela ia lá diariamente, levava água, fazia cartazes, lia histórias para um morador de rua, e tudo o mais que o Ocupa lhe apresentava como possibilidade, ela aproveitava: foi a protestos na Prefeitura e na Câmara de Niterói; ofereceu “abraços grátis” aos transeuntes na rua e também aos policiais na Câmara; ajudou a organizar uma biblioteca pública no acampamento, entre outras ações. Ao longo desse mês, viveu experiências inéditas, aprendendo e ensinando coisas novas com as pessoas presentes, que também faziam o mesmo: “*O Ocupa me fez acordar pro mundo, sabe: pô, o mundo*

precisa de mim, por que que eu to aqui nessa cama, sabe?”. Em pouco tempo, não sentia mais necessidade de usar maquiagem todo dia e também parou de alisar os cabelos, deixando seus enormes cachos ressurgirem. “*O Ocupa mudou a minha vida*”, disse ela, assumindo que se não fosse aquele menino a lhe convidar para entrar, ela jamais teria ido.

Eu vivia pelo Ocupa. Não tinha nada na minha vida naquela época que eu tava me dedicando tanto quanto eu tava me dedicando ao Ocupa, sabe, era uma coisa assim, eu precisava ir pra lá, porque ao mesmo tempo que as pessoas conversavam, que era divertido, tem essa coisa do debate, da gente conhecer coisas, descobrir coisas, da gente participar do que está acontecendo na minha cidade, sabe, eu comecei a entender muita coisa que acontece depois do Ocupa, e me interessar depois do Ocupa.

Com a virada do ano e o fim do acampamento, Ana destrancou sua matrícula na faculdade e começou a cursar Belas Artes, já se envolvendo em estágios e projetos diversos na universidade, onde ela conta que seus medos não se confirmaram: “*nossa, faculdade é muito diferente, na minha sala, ainda bem, eu peguei uma sala com um pessoal muito simples, legal de conviver*”. Sua visão sobre a arte também se transformou: “*eu hoje até tenho um pensamento diferente – cada um tem seu estilo de desenhar, a gente tá ali pra aprender, imagina se todos os desenhos fossem iguaiszinhos?*”. Em 2012, ela continuou fazendo parte das ações do Ocupa Niterói, mesmo tendo saído do *Facebook*, onde a maior parte das informações sobre o movimento circulava, por não curtir muito a exposição que ele proporcionava. Em 2014, no entanto, Ana voltou a esta plataforma com um novo codinome: *Ana Miramar*. Este é o nome que escolheu para representar seu trabalho atual, que consiste, grande parte, em performances artísticas, muitas delas no espaço público. Em seu canal de vídeos na plataforma *Vimeo*⁶⁵ é possível assistir a algumas delas. Em algumas, ela usa seu cabelo na performance, como numa em que muitas mãos prendem seus cabelos com uma enorme quantidade de grampos, chamada “Como um ser civilizado”, ou outra em que ela escova seus longos cachos por vários minutos. Há uma performance em particular, chamada “Reciclando Amores”⁶⁶, que aconteceu em mobilidade pela cidade de Niterói e passou pelo mesmo local do Ocupa Niterói, na Praia de Icaraí, como mostram as fotos abaixo durante o Ocupa Niterói, em 2011, e durante a performance, em 2014.

⁶⁵ Disponível em: <http://vimeo.com/user19360350>. Acesso em: 16/01/15

⁶⁶ A performance consiste na reciclagem de bichinhos de pelúcia de ex-namoradxs que foram lavados e consertados por Ana, postos numa carrocinha de mão feita por ela e distribuídos pela cidade. Página no Facebook: <https://pt-br.facebook.com/pages/ReciclandoAmores/452820734863497>

Imagem 19 - Ana em 2011 e em 2014



A história de Ana representa de maneira especial o potencial de um encontro com o outro – nesse caso, no espaço público urbano. A pré-disponibilidade para ser afetada, a diminuição das pedaladas na bicicleta, a resposta positiva ao convite de um estranho fizeram dela um “sujeito da experiência” que, como consequência da sua disponibilidade, abertura e exposição ao acontecimento, teve a oportunidade de viver uma experiência que transformou sua vida. É claro que não é tão simples quanto pode parecer nesta narrativa inicial. Pelo contrário. É justamente a sutileza e potência desse tipo de aprendizagem, essa aprendizagem que acontece quando algo nos acontece e nos transforma, que eu tentava perceber no começo da experiência com o Ocupa. O que aquele pequeno acontecimento nas areias da Praia de Icaraí – certamente insignificante para a enorme maioria da cidade e até do bairro – significou para aquelas pessoas que foram afetadas por ele? Que transformação é essa que nos atravessa quando a experiência nos acontece, que podemos sentir e às vezes ver, mas dificilmente nomear, classificar, apontar? O que acontece quando algo *nos* acontece? Mesmo que Ana - e outros sujeitos com quem convivi - tenha dito que o Ocupa “mudou a sua vida”, ela também sente dificuldade de precisar os termos da transformação, como tentou fazer tempos depois: “É tão difícil dizer, porque já tá tudo tão aqui [colocando a mão no centro do peito], que eu nem sei como eu era”. Esse seria o maior desafio de incorporar a experiência na pesquisa e na educação de uma maneira geral. Já que a palavra experiência, como escreve Larrosa, está

muito próxima das palavras *vida* e *existência*. “E a existência, como a vida, não pode ser conceitualizada porque sempre escapa a qualquer determinação, porque é, nela mesma, um excesso, um transbordamento, porque é nela mesma possibilidade, criação, invenção, acontecimento” (LARROSA, 2014, p. 43). Por isso, ele insiste que a experiência “não é uma realidade, uma coisa, um fato, não é fácil de definir nem de identificar, não pode ser objetificada, não pode ser produzida” (LARROSA, 2014, p. 10), além de também ser única e irrepetível, atrelada subjetivamente ao corpo de quem a vivencia. No entanto, fica evidente uma transformação – ou, para nos aproximar do campo da educação, uma *formação* – que acontece quando a experiência nos acontece, como aconteceu com Ana, comigo e com outros sujeitos com quem conversei, e que poderia se aproximar do que Larrosa (2014, p. 48) nomeou da “relação clássica entre experiência e formação”:

a experiência é o que me acontece e o que, ao me acontecer, me forma ou me transforma, me constitui, me faz como sou, marca minha maneira de ser, configura minha pessoa e minha personalidade, Por isso, o sujeito da formação não é o sujeito da educação ou da aprendizagem e sim o sujeito da experiência: a experiência é a que forma, a que nos faz como somos, a que transforma o que somos e o que converte em outra coisa.

No começo deste estudo, não estava clara para mim a relação existente entre Ocupa e Educação. Vinda de outro campo do conhecimento, ainda carecia de referências que me esclarecessem o que é próprio do ato educativo, que o permite englobar tantos temas de pesquisa como as que tenho visto sobre assuntos variados, que vão de festas de aniversário de crianças (SANTOS, 2013) a torcidas organizadas (COELHO, 2014) – tudo parece caber sob o guarda-chuva da Educação, inclusive o Ocupa. Eu me perguntava e sigo perguntando: afinal, o que é educação? Mesmo que não tenha sido minha primeira resposta, a definição apresentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) ajuda a compreender inicialmente a amplitude e a complexidade dos processos educativos. Em seu primeiro artigo, são citados inclusive os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil como parte de sua definição de educação, que diz: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais⁶⁷”. Confirma-se então um amplo universo de práticas e espaços educativos para além da instituição escolar, que é apenas uma delas.

⁶⁷ LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12/12/14

A partir das leituras que fui fazendo, especialmente a partir da obra “Juventudes e Cidades Educadoras”, de Paulo Carrano (2003, p. 11), passei a compreender que o elo de ligação entre a educação e todas essas práticas culturais deriva de uma noção ampliada do processo educativo, que ultrapassa as fronteiras que separam educação e cultura. Assim, a educação é entendida como prática cultural, e não apenas como sistema educacional de ensino, o que torna bem mais fácil a compreensão do Ocupa enquanto espaço educativo, entendendo a educação como um “processo social de compartilhamento de significados para além dos espaços intencionalmente instituídos para promover aprendizagens” (CARRANO, 2003, p. 11). Isso significa dizer que a educação pode ser vista “enquanto forma de ensino/aprendizagem adquirida ao longo da vida dos cidadãos”, como também definiu Gohn (205, p. 98). Assim, passei a compreender a educação no Ocupa em interface com a cultura e com a cidadania, e a partir da relação que ambas estabelecem com a cidade. Outras leituras multidisciplinares também me ajudaram a investigar os acontecimentos contemporâneos e compreender o que Carrano chama da “mestiçagem do campo educacional”, que abarca, entre diversos processos educacionais complexos, as práticas culturais que trato aqui sob o nome de Ocupa.

Ana foi uma das aproximadamente 15 a 20 pessoas com quem tive mais contato no Ocupa Niterói durante as ações de 2011 e 2012. Dessas, conversei com 11 especificamente sobre a pesquisa, quando a conversa foi gravada e depois transcrita, mas cheguei a conversar informalmente sobre o assunto com a maior parte desse grupo. Nesses encontros, eu explicava como a experiência com o Ocupa Niterói tinha se tornado minha pesquisa de doutorado e conversava sobre a ideia do “pesquisar com” e de construir os sentidos da pesquisa em diálogo com os sujeitos envolvidos. Todos “curtiram” a ideia e, ao serem consultados sobre como gostariam de ser chamados no texto, optaram por usar seus primeiros nomes. As conversas foram gravadas com as pessoas que manifestaram interesse e tiveram disponibilidade para conversar sobre a experiência nas ocasiões em que foram propostas para o coletivo, via grupo de *Facebook* e/ou mensagens diretas. Em 2012, no primeiro movimento que fiz nesse sentido, conversei com sete pessoas individualmente - Ana, Carol, Gabriela, João Paulo, Julia, Rafael, Rodrigo – começando uma aproximação com os temas ocupa, experiência, aprendizagem. No entanto, após os intensos anos de 2013 e 2014, cujos acontecimentos não foram vividos “dentro” do Ocupa Niterói, mas em suas redes, foi necessário voltar aos sujeitos que compartilharam daquele acontecimento originário da pesquisa para dialogar e compartilhar nossos diferentes sentidos sobre o que se passou e, assim, construir novos sentidos polifônicos para o que nos aconteceu individual e

coletivamente. Por isso, combinei uma nova conversa com elas e eles no fim de 2014, dessa vez uma conversa coletiva, e quando tentava marcar a melhor data, percebi que coincidia com o dia da nossa primeira ocupação: 06 de dezembro. E, assim, celebramos três anos de Ocupa Niterói numa roda de conversas na mesma praça onde tentamos ocupar na primeira vez, conversando sobre nossas memórias e experiências desde então em diálogo com os acontecimentos nacionais e internacionais. Nesse dia, estiveram presentes seis pessoas: João Pedro, Bernardo, Gabriela, Bruno, Rodrigo e Moreno (com duas delas, Gabriela e Rodrigo, eu também havia conversado dois anos antes).

Para contextualizar um pouco mais os sujeitos concretos inseridos nesta narrativa, começarei pela cidade onde moram. Com aproximadamente 500 mil habitantes, Niterói está localizada próximo à capital Rio de Janeiro, com seus 6 milhões de habitantes, e é uma das cidades com o maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁶⁸ (IDHM) do Brasil, índice da Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que mede os níveis de educação, longevidade e renda dos municípios. Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 2010 e de 2014, o bairro de Icaraí, onde aconteceu a primeira ocupação em dezembro, foi considerado o IDH mais alto do Estado do Rio, o que indica que o bairro concentra pessoas de classe média à alta, com muita escolaridade e, conseqüentemente, mais renda. Nessa cidade, há três grandes escolas católicas privadas que concentram a maior parte dos estudantes filhos da classe média niteroiense: Abel/La Salle, Salesiano e São Vicente de Paulo. Chama atenção o fato de que a maioria dos sujeitos com quem conversei sobre o Ocupa estudou em uma dessas três escolas em algum momento da vida escolar, eu inclusive⁶⁹. As outras escolas citadas pelos ocupantes são todas particulares: Grafite, Marília Mattoso, Gaylusac, PH, MV1, Centro Moderno de Ensino, Associação Educacional de Niterói (AEN), Argumento, GPI. A única escola pública citada foi o CEFET, onde Rodrigo fez o ensino médio, no Rio. Apesar de sempre terem estudado em escolas privadas, todos eles estudavam

⁶⁸ “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento.” Fonte: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>. Acesso em: 25/01/15

⁶⁹ Estudaram no São Vicente: eu e João Pedro; no Abel: Bernardo, Gabriela, João Pedro, Júlia; no Salesiano: Bruno, João Paulo, Rodrigo. Dos 11, os 4 que não estudaram em nenhum desses colégios foram Ana (Centro Moderno de Ensino e MV1), Carol (Marília Mattoso, Gaylusac e PH), Moreno (AEN e PH) e Rafael (que estudou em escolas católicas de Nova Friburgo).

em universidades públicas na época da conversa, principalmente nas federais UFF e UFRJ⁷⁰. Os cursos que eles fazem atualmente estão, em sua maioria, em áreas de humanas, sociais e afins: Economia, Jornalismo, Filosofia, Psicologia, Belas Artes, História, Arquitetura, Engenharia Ambiental, Direito. Em relação às idades de quando participaram do Ocupa, o mais novo desse grupo com quem conversei tinha 16 anos e o mais velho, 26 anos. Eu tinha 29 anos na primeira ocupação⁷¹. A maior parte morava no próprio bairro de Icaraí⁷² ou em bairros adjacentes, como Santa Rosa⁷³, Vital Brasil⁷⁴, Centro⁷⁵, São Domingos⁷⁶.

O perfil dos demais ocupantes que conheci no Ocupa Niterói seguia esse padrão, oscilando entre uma maioria de jovens estudantes secundaristas ou recém-ingressos na universidade, alguns poucos jovens formados, um mestrando e uma doutoranda. Quase todos souberam do acontecimento pelo *Facebook* ou, como disse João Pedro, “*Facebook* associado com alguéns”. Fica à mostra, nesse primeiro momento, um certo “corte geracional” dos ocupantes mais assíduos, que, no geral, tinham entre 15 e 30 anos, e, mais ainda, um tipo de “corte de classe” em relação aos ocupantes: afinal, todos fazíamos parte do que se pode generalizar como “classe média niteroiense”. Em alguns momentos, essas semelhanças poderiam restringir um debate mais diversificado e ampliado, como apontou Gabriela: “*a gente às vezes escolhia uns temas que todo mundo concordava aí não tinha o que debater*”. No entanto, dois ocupantes em especial interromperão esse aparente padrão socioeconômico e expandirão a experiência alteritária no acampamento: Mateus e Perninha.

Coisas acontecem antes de acontecer e Mateus foi um desses acontecimentos. Seu trabalho improvisado daquela época é dessas profissões informais cujos nomes retratam os próprios modos de fazer do cotidiano: “flanelinha”, “guardador de carros”, ele “tomava conta” dos carros estacionados no entorno da praça. Tinha 17 anos, era negro e disse que

⁷⁰ João Pedro (UFF, Economia); Ana (UFRJ, Belas Artes); Gabriela (UFF, Jornalismo); Moreno (UFF, História); Julia (UFF, Engenharia Ambiental); João Paulo (UERJ, Artes Visuais, depois transferiu para UFF, cinema); Rodrigo (UFRJ, Psicologia); Bruno (UFF, Filosofia); Bernardo (UFF, Sistemas de Informação, curso que abandonou no quinto período); Rafael (UFF, Arquitetura, e UFF, Mestrado em Planejamento e Gestão do Espaço Urbano); Sarah (UERJ, doutoranda em Educação).

⁷¹ Idades que participaram do Ocupa: João Pedro (16), Carol (17), Ana, Gabriela, Moreno, Júlia e João Paulo (18); Rodrigo e Bruno (19); Bernardo (23), Rafael (26), Sarah (29)

⁷² Eu, Bruno, João Pedro, João Paulo

⁷³ Gabriela, Julia, Rodrigo

⁷⁴ Moreno

⁷⁵ Ana

⁷⁶ Rafael

morava no Complexo do Alemão⁷⁷ mas, por alguma situação familiar, não estava podendo voltar pra casa. Era ele quem estava dormindo no banco da praça quando o Guarda Municipal o acordou e disse que era proibido deitar no banco da praça quando três ou quatro jovens da “classe média niteroiense” que chegavam naquela manhã para “ocupar” a praça se aproximaram e começaram a questionar aquela regra. Foi quando um deles deitou no banco da praça e permaneceu deitado em silêncio enquanto o debate corria. Foi quando eu cheguei e vi a cena. Aquela ordem do guarda municipal poderia ser apenas mais uma das muitas “intervenções” militares que um jovem negro favelado recebe por dia, mas naquele dia algo diferente acontecia. Após o debate com o guarda, Mateus, percebendo a estranha movimentação na praça, decidiu permanecer com aquelas pessoas e passou a compartilhar do mesmo acontecimento que todos nós compartilhávamos naquele momento: o acontecimento Ocupa Niterói. Assim, ele participou do primeiro ao último dia do acampamento e foi parte fundamental dessa história, como narrarão os ocupantes.

Já Perninha estava passando de ônibus numa madrugada quando viu o acampamento da janela e resolveu descer. Passou a noite confraternizando com o pessoal que estava lá, mas não dormiu nessa noite, voltou no dia seguinte e em praticamente todos os outros dias do acampamento de dezembro. Perninha também era um jovem negro, tinha 20 anos, morava no bairro de Maceió, um bairro popular de Niterói. Tinha uma perna mais curta que a outra, motivo de seu apelido. Após 2011, não tive mais contato com eles e infelizmente não pude conversar sobre como o acontecimento aconteceu pra cada um. Suas histórias foram reconstruídas aqui a partir das memórias dos ocupantes e, como já dizia a frase célebre do poeta Wally Salomão, “a memória é uma ilha de edição”. Muitos disseram que encontraram com eles pelas cidades em diferentes momentos, como narra Rodrigo na conversa de 2014, dando algumas pistas do que ele chama da “transformação que fez” Perninha e que, ao *“encontrar com ele, na hora, os assuntos do Ocupa vêm, ele começa a falar como isso se desdobrou na vida dele também”*.

E aí, outra coisa curiosa, eu encontrei o Perninha esses dias em Botafogo, e ele tá trabalhando por lá... e eu achei isso demais, uma pessoa que normalmente, né... e ele lembra das coisas que, assim, no caso dele muito mais que de todos os outros, porque ele partiu de um extrato social totalmente diferente do nosso, ele vem de um lugar totalmente diferente. E aí encontrar com ele um tempo depois e ver a transformação que fez... Encontrar com ele, na hora, os assuntos do Ocupa vêm, ele começa a falar como isso se desdobrou na vida dele também.
[E o que que ele falou?]

⁷⁷ Na zona norte do município do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão é composto por 15 comunidades que, segundo o CENSO de 2010, totalizam 60 mil habitantes. Fonte: <http://www.riomaissocial.org/territorios/complexo-do-alemao/>. Acesso em: 25/01/15

Ah, acho que a própria crítica ao patrão dele assim, saca? Acho que ele não usava o conceito de classe propriamente dito, mas ele fazia uma reivindicação de “cara, esse maluco tá me roubando” e eu não lembro de momento algum no Ocupa a gente discutir O Capital, e falar “vamos discutir Marx agora, oh, é assim que teu patrão te rouba”. Mas ele tinha noção disso, saca? Claro que não foi exclusivamente do Ocupa, assim... Acredito até que durante Junho...

Ana também falou que encontrou várias vezes o Perninha, sempre com um trabalho diferente. *“Teve uma vez que ele disse que tava trabalhando na delegacia, que tava até transportando armas”*, riu ao lembrar do jeito engraçado dele ao contar; logo depois encontrava com ele de novo em outro emprego. Na fala destacada acima, Rodrigo também comenta que encontrou com ele no bairro carioca da zona sul onde estava trabalhando. Na época do #OcupaRepública, Mateus também tinha mudado de trabalho e vendia produtos para celular nas ruas do centro de Niterói. Rafael conta que ele faria 18 anos por aqueles dias e marcaram de se encontrar na Praça da República, no centro, para a celebração, mas o aniversariante não apareceu. Pouco depois, Rafael encontrou um senhor mais velho que dormiu no Ocupa algumas vezes e dizia ser “tio” do Mateus, e ele deu a notícia de que Mateus estava preso. Rafael não perguntou o motivo. Um dia, ainda no acampamento de dezembro, apareceram uns sujeitos de uma favela de Niterói querendo bater no Mateus. As pessoas do Ocupa conseguiram mediar o conflito, mas foi um momento tenso. Mateus era nosso amigo e as relações estabelecidas nos territórios ocupa, como narrou o ocupante do Acampe Contra Monsanto no capítulo anterior, se tornavam em pouco tempo laços fortes, baseados em confiança e entrega, por isso muitos colocaram o corpo para defende-lo e mediar uma briga da qual não soubemos exatamente o motivo. A amizade pressupunha uma confiança tácita em que dormir com ele no acampamento não era visto como uma ameaça para uma menina *“criada em Icaraí”*, como destacou Gabriela: *“de estar dormindo com o Mateus e confiando naquele cara que... cara, eu fui criada em Icaraí, no Abel, e se eu visse o Mateus na rua, eu ficaria com medo dele me assaltar, sabe?”*. Nas memórias compartilhadas, que aparecerão em outros momentos da narrativa, Mateus é lembrado como uma fonte de aprendizagem de um tipo que se repetirá nas falas de muitos ocupantes: o *“aprender convivendo”*, ou, mais particularmente, *“aprender convivendo com o diferente”*. Como conta Ana sobre sua convivência com Mateus, a quem ela lembra como uma pessoa que *“levou muita pancada da vida e era um garoto tão doce, um amigo”*. Ela lia todas as noites pra ele.

O tipo de aprendizagem era de muitas formas, por exemplo a minha convivência com Mateus. Eu lia o Pequeno Príncipe pra ele todas as noites. Não sei se foi porque falaram que ele não lia, ou também falaram que ele tinha vergonha de participar dos debates. Aí eu quis, sabe, eu fiz uma amizade assim com Mateus. Ele viveu uma

realidade muito diferente da minha e ele era um garoto assim..., pô, ele levou muita pancada da vida, e ele era um garoto tão doce, assim, tão legal, foi um amigo. Pra mim ele ainda é um amigo. Aí eu lia, eu lia pra caramba pra ele.

Tentar compreender experiências tão subjetivas com pessoas tão diferentes se tornou uma tarefa difícil senão impossível, tanto para a pesquisadora, que acabava formulando questões a partir de sua própria experiência e referências, tanto para quem estava sendo interpelado a pensar sobre o assunto, talvez pela primeira vez. “Como o Ocupa Niterói aconteceu pra você?”, era uma pergunta chave a partir da qual iniciava-se a narrativa sobre a experiência nas primeiras conversas, quando também os questioneei mais especificamente sobre possíveis aprendizagens dessa experiência. As primeiras respostas me impressionaram por sua semelhança em relação a um aspecto central da aprendizagem: todas elas apontavam para o encontro com o outro, a convivência, a tolerância e a aprendizagem que se dá na relação com o diferente. E também outro aspecto começou a se repetir nas primeiras respostas: muitos sujeitos descreviam a experiência Ocupa como um “*divisor de águas*” (Carol e João Paulo), “*um marco*” (Gabriela), algo que “*abriu um novo horizonte*” (Gabriela e João Pedro), “*foi um despertar muito grande*” (Rodrigo), e “*me mudou muito, mudou completamente sim. É um ponto fundamental na minha história de vida até agora*” (Bruno).

Influenciada pela força dessas afirmações iniciais, comecei a direcionar meu olhar para essa transformação, essa experiência “que transforma o que somos e que o converte em outra coisa”, como disse Larrosa anteriormente. No entanto, no momento em que meu pensamento começava a se acostumar com a ideia de que o Ocupa Niterói teria proporcionado essa experiência transformadora àqueles que foram afetados pelo acontecimento, um dos diálogos da pesquisa me tirou desse lugar cômodo e me forçou a desconstruir essa ideia. Rafael era um dos ocupantes mais velhos daquele grupo, com 26 anos, formado em Arquitetura e cursando mestrado na área de Gestão e Planejamento Urbano. Notava-se que era uma pessoa “letrada” por sua maneira de falar, citando referências literárias, ser mestrando, ter publicado de forma independente livros com suas poesias etc. Ele foi diversas vezes citado nas memórias dos ocupantes como uma fonte importante de aprendizagens com suas explanações bem articuladas sobre temas diversos e seus constantes estímulos para que as pessoas lessem mais sobre os assuntos que discutiam. Percebi que, ao saberem que a pesquisa era na área de educação e ao serem questionados sobre aprendizagem, a figura de Rafael apareceu para alguns como o arquétipo do “professor”, aquele que explica, que intencionalmente ensina algo. Fugindo à norma das conversas que tinha tido até então, Rafael foi bem mais cético em relação a todo o processo de transformação proporcionado pelo Ocupa

e questionou as ideias que eu trazia a partir das respostas dos outros ocupantes, argumentando que eu estaria simplificando a questão da aprendizagem nesses termos da transformação. Em retrospectiva, ele considera que “*na época eu fiquei sim impressionado com algumas coisas que aconteceram, mas hoje eu acho um pouco exagero*”. Um dos argumentos que ele usa diz respeito ao fato do Mateus estar preso naquele momento.

eu tenho até um pouco de dúvida sobre isso. É porque a gente fala de educação, parece que as pessoas que passaram por aquilo lá nunca mais serão as mesmas e daqui pra frente elas serão todas pessoas maravilhosas, não é isso. O Mateus tá preso, não sei nem por que, mas não fui ainda, porque eu sou um preguiçoso, então não é isso...

Eu não queria cair no risco de simplificar: minha vida mudou, eu dormi na rua e minha vida mudou, não. Imagina assim, dormir na rua sem alento nenhum, isso, sim, acho que deve ser uma experiência traumática, no que o traumático tem de educativo até. (...) Agora, a nossa experiência ali, a gente dormiu na rua, é verdade, fomos enxotados pela polícia, távamos ali numa certa situação de insegurança, sim, mas... ninguém tava ali porque não tinha opção, porque não tinha pra onde ir, tava todo mundo ali amparado pela razão da gente estar ali, pelo sentido, pela possibilidade da gente ir embora quando quisesse, pela insignificância das coisas que tavam ali...

Rafael relativiza a experiência, a menospreza até, a questiona do ponto de vista que eu trazia no diálogo, provocando-me com isso um estranhamento novo e significativo. Lembro que saí incomodada dessa conversa, como se não soubesse ainda o que eu estava buscando, quais seriam as questões relevantes para a pesquisa, como conversar sobre a experiência com o outro e, afinal, como “pesquisar com”? Durante o processo de pesquisa, surgiram dúvidas em relação às formas de lidar com o outro em campo. Por um lado, não queria reproduzir os métodos de cunho positivista, mas também não sabia exatamente o que fazer para não tornar aqueles sujeitos objetos e, ao mesmo tempo, elaborar aquela experiência de alguma forma no texto: deveria entrevistá-los? Gravá-los? Fotografá-los? Categorizá-los? Eu convivía com eles, eu era uma ocupante também, eles eram meus amigos. Eu tinha como base os referenciais teóricos apresentados no segundo capítulo e sabia que “*conviver é experiência constitutiva de toda pesquisa em ciências humanas*” (PEREIRA, 2012, p. 71), mas ao mesmo tempo também lembrava que, independente de se tratar de uma “pesquisa com”, a pesquisa é sempre fundada pelo pesquisador e é ele “quem define seu início e seu fim, quem recorta do vivido/pensado o que transforma em texto” (PEREIRA, 2012, p. 72). Com a ajuda dessas leituras e no encontro com os sujeitos, eu tomava consciência do papel social de pesquisadora que inevitavelmente incorporava e da intervenção que eu estava criando naquela realidade ao pesquisar, já que “todo pesquisador cria, com sua pesquisa, uma intervenção na experiência” (PEREIRA, 2012, p. 70), ao mesmo tempo em que sentia a interferência promovida também

por cada sujeito e cada conversa em minhas perspectivas sobre o acontecimento. Como resume Rita Ribes Pereira (2012, p. 71) em relação ao encontro do pesquisador com seus outros, “é a experiência singular do contexto que demarca a relação de alteridade e produz sentidos”.

É também no encontro radical com o outro em campo que os desafios metodológicos surgem e não há manuais que possam ajudar “no momento do perigo”. Ainda que eu soubesse que, ao assumir o papel de pesquisadora enquanto sujeito da experiência, estava disposta, como ele, “a perder pé e a deixar-se derrubar e arrastar por aquele que lhe sai ao encontro” (LARROSA, 1998, p.85), senti-me algumas vezes “sem chão”, sem saber por onde caminhar em meio a tantas e tão intensas experiências em territórios Ocupa e em outros espaços urbanos potentes de encontros ao longo desses quatro anos de pesquisa. Nesse sentido, a experiência também é considerada por Larrosa uma “paixão” e o sujeito da experiência é um “sujeito passional”. “Na paixão, o sujeito apaixonado não possui o objeto amado, mas é possuído por ele. Por isso, o sujeito apaixonado não está em si próprio, na posse de si mesmo, no autodomínio, mas está fora de si, dominado pelo outro, cativado pelo alheio, alienado, alucinado” (LARROSA, 2014, p. 29). Certamente, pesquisar estando embebida desse sentimento alucinado, alienado não é tarefa recomendável numa produção acadêmica, ainda que Larrosa diga que esse sujeito apaixonado “também se expressa produtivamente em forma de saber e em forma de *práxis*”, mas um saber distinto do saber científico e do saber da informação, e uma *práxis* distinta da técnica e do trabalho” (LARROSA, 2014, p. 30). Eu tentava descobrir então qual seria a melhor maneira de lidar com aqueles acontecimentos, sujeitos e experiências, tentando descobrir ao mesmo tempo a melhor forma de lidar comigo mesma em campo, ocupando, vivendo e pesquisando. Larrosa (2014, p. 41) propõe que pensemos a experiência não a partir da ação, mas a partir da paixão, “a partir de uma reflexão do sujeito sobre si mesmo do ponto de vista da paixão”:

...da paixão também se desprende uma epistemologia e uma ética, talvez inclusive uma política, certamente uma pedagogia. Mas se trata de manter sempre na experiência esse princípio de receptividade, de abertura, de disponibilidade, esse princípio de paixão, que é o que faz com que na experiência o que se descobre é a própria fragilidade, a própria vulnerabilidade, a própria ignorância, a própria impotência, o que repetidamente escapa ao nosso saber, ao nosso poder e à nossa vontade. (LARROSA, 2014, p. 42)

Duas situações vividas num mesmo dia no #OcupaDosPovos me colocaram frente a espelhos reversos em relação a dois papéis sociais que carrego dentro de mim - o da jornalista e o da pesquisadora - e ajudam a ilustrar esse incômodo sentimento (talvez essa paixão) em

relação ao trato com o outro, a disponibilidade para o acontecimento e para a experiência, e a produção de sentidos a partir de tudo isso. As duas giram em torno de uma roda da #MarchaDasVadias que aconteceu nesse ocupa transnacional durante a Cúpula dos Povos, reunindo mulheres de diversos estados do Brasil que, poucos dias antes (26 de maio de 2012), tinham realizado, pela primeira vez, marchas simultâneas em todo o país (também havia uma chilena que havia participado da “*Marcha de las putas*”, no Chile). Essa tinha sido a primeira Marcha das Vadias que eu havia participado, quando aconteceu uma (primeira) polêmica envolvendo a entrada de mulheres com seios à mostra numa igreja católica no Rio, e também tinha acompanhado as diferentes campanhas virtuais que cada núcleo autogestionado da Marcha havia feito em suas respectivas cidades, com o mote “Se ser livre é ser vadia, somos todas vadias”. Era recente essa estratégia discursiva de se autointitular uma “vadia” na luta pelos direitos das mulheres e, por tudo isso, fiquei interessada em participar da roda.

Mas antes dessa roda acontecer, eu participava de outra roda de conversas que tratava das resistências cotidianas dos moradores de rua e do projeto “Paz na Pista”⁷⁸ que o argentino Paz Berti estava fazendo por aqueles dias. Eu ainda não sabia que a mulher agitada que falava alto e de maneira excessivamente formal era uma repórter quando ela me abordou e perguntou sobre o encontro da Marcha das Vadias. Achando que era apenas uma “vadia” perdida, eu informei que o encontro ainda não tinha começado, que seria depois daquela roda que estávamos no momento. Ignorando o que acontecia ao redor, ela continuava falando comigo num tom excessivamente alto, perguntando sobre Fulana de Tal que tinha marcado com ela, incomodando as pessoas que tentavam entender o portunhol de Paz. Após essa roda terminada, quando já estávamos começando a formar o círculo das Vadias, a mulher voltou a me perguntar sobre a Fulana. Eu não entendia porque ela simplesmente não sentava ali com a gente e esperava a roda começar, e foi então que ela me explicou que era repórter e estava ali para fazer uma matéria. A pauta era previsível: dias antes, nas Marchas que aconteceram nacionalmente, muitas mulheres mostraram os seios nas manifestações e isso despertou o interesse da imprensa e, naquele caso, do programa dominical *Fantástico*, da TV Globo. A partir da minha própria formação em jornalismo, pensei que se ela queria fazer uma matéria sobre a Marcha das Vadias, na frente dela estavam mulheres de todo o Brasil e de outros países que participaram da Marcha, sua pauta e suas fontes estavam ali de uma maneira exclusiva até, mas ela não enxergava o acontecimento naquela praça suja e escura, e não participava dele, não se permitiu ser afetada, pois obviamente não havia tempo. A pauta era

⁷⁸ A ideia de Paz Berti era passar 30 dias “na pista”, ou seja, na rua. Ele narra alguns desses dias no blog: <http://paznapista.blogspot.com.br/>

clara: peitos.

Quando finalmente formamos o círculo e, inclusive, discutiu-se a presença da repórter ali e a participação ou não na reportagem (quando decidiu-se então que a repórter iria para outro lugar onde havia pessoas da organização da Marcha para serem entrevistadas), fizemos uma rodada de apresentações. Uma das mulheres, a única munida de caderno e caneta, apresentou-se como pesquisadora e disse que estava estudando juventude e movimentos em rede, tendo a Marcha das Vadias como objeto. Achei interessante a semelhança entre nossos temas e pensei em conversar com ela depois. Quando a minha vez de falar chegou, preferi me apresentar como uma mulher que tinha participado da Marcha dias antes e gostaria de saber mais sobre o movimento, pois era de fato isso o que me levava àquela roda. Na realidade, nunca me apresentei como pesquisadora nas rodadas de apresentações de nenhum ocupa, pois sentia que não era esse o motivo primeiro de eu estar ali e apresentar-me enquanto pesquisadora me colocaria num lugar diferenciado, à parte do acontecimento, como alguém que está ali apenas para fazer uso da experiência e transformá-la em produto utilizável. Quis evitar a relação de distanciamento que esse rótulo carrega, já que estava ali primeiro enquanto sujeito da história e participava ativamente das ocupações enquanto ocupante e não (só) como pesquisadora.

Então, após as apresentações, uma das participantes perguntou se alguém poderia fazer a ata da reunião. Silêncio. Uma das meninas disse que até poderia fazer, mas não tinha papel ou caneta. Mais silêncio. Parecia que, com exceção da tal pesquisadora, ninguém mais tinha papel e caneta na roda. De propósito, eu a cutuquei e provoquei: “ei, você não poderia fazer a ata, já que está com papel e caneta na mão?”. Previsivelmente, ela disse algo como: “ah, eu não gostaria, pois quero ficar anotando aqui outras coisas”. Ao menos ela emendou: “mas posso emprestar papel e caneta”. Eu já sabia qual seria a resposta da pesquisadora quando a cutuquei. A crítica aqui não é a ela pessoalmente, mas ao modelo de ciência que muitos de nós, pesquisadores, adotamos quando escolhemos distanciar-nos de nossos “objetos” de estudo mesmo quando eles estão bem na nossa frente (assim como a jornalista escolheu distanciar-se de suas fontes). Apesar de ser mulher, de estar numa roda de mulheres que discutiriam assuntos do seu interesse e existir uma demanda concreta com a qual ela poderia ajudar – e, afinal, fazer a ata não só a faria contribuir de alguma forma com quem estava oferecendo um campo fértil para seu estudo, mas também a deixaria à vontade para escrever tudo o que quisesse no seu caderninho – a pesquisadora talvez acredite que, ao não se envolver com o acontecimento, com todas as instabilidades e demandas que ele apresenta, ela estivesse sendo “mais pesquisadora”, “mais cientista” e menos “sujeita” (no duplo sentido da

palavra) da experiência. Ela optou por ficar só, literalmente só, com suas anotações, ainda que sentada na mesma roda do “objeto” que pesquisava. Por outro lado, ao também enxergar-me naquele outro, refletia, então, sobre que tipo de pesquisadora eu seria naquele momento, já que, optando por não anunciar-me enquanto tal, mas posicionando-me enquanto sujeita da experiência, não deixava claro para os sujeitos envolvidos (especialmente fora do Ocupa Niterói) que além de ocupante eu também era, afinal, uma pesquisadora⁷⁹.

Buscando então encontrar o caminho – o método – que me ajudasse a caminhar em meio aos intermináveis acontecimentos, sujeitos, experiências com os quais me envolvi ao longo dos anos da pesquisa, optei, primeiro, por seguir a experiência com todas as suas imprevisíveis consequências. Como escreveu Larrosa (2014, p. 75), “deixar que a palavra ‘experiência’ nos venha à boca (que tutele nossa voz, nossa escrita) não é usar um instrumento, e sim se colocar no caminho, ou melhor, no espaço que ela abre. Um espaço para o pensamento, para a linguagem, para a sensibilidade e para a ação (e sobretudo para a paixão)”. Larrosa (2014, p. 39) propõe pensar a educação a partir do par *experiência/sentido*, como alternativa aos tradicionais pares *ciência/técnica* e *teoria/prática*, geralmente adotados nos estudos do campo. Mas para isso ele afirma que precisamos fazer duas coisas: “reivindicar a experiência e fazer soar de outro modo a palavra experiência”.

Reivindicar a experiência seria dar-lhe certa dignidade e legitimidade, já que essa ideia ou foi menosprezada pela racionalidade clássica e moderna ou foi “objetivada, homogeneizada, controlada, calculada, fabricada, convertida em experimento” (LARROSA, 2014, p. 40). E, assim, com suas pretensões de universalidade, a ciência eliminaria justamente “o que a experiência tem de experiência e que é, precisamente, a impossibilidade de objetivação e a impossibilidade de universalização” (LARROSA, 2014, p. 75). Por isso, reivindicar a experiência seria reivindicar essas coisas que a ciência menospreza, mas tomando o cuidado de separá-la do experimento e de todas as conotações empíricas da palavra, assim como todo dogmatismo e autoridade (a autoridade dada pela experiência), porque justamente o que a experiência faz é acabar com todo dogmatismo, segundo Larrosa (2014, p. 41): “o homem experimentado é o homem que sabe da finitude de toda a experiência, de sua relatividade, de sua contingência, o que sabe que cada um tem que fazer sua própria experiência”.

Os estudos sobre experiência de Larrosa ajudam e atrapalham esta pesquisa ao mesmo

⁷⁹ Isso se justificava, naquele momento, pela incerteza, proporcionada pela expansão das experiências do Ocupa Niterói para outros ocupas e outras redes, sobre a “delimitação do campo” apenas nos acontecimentos niteroienses ou não.

tempo. Afinal, entre as muitas recomendações que o autor faz para que não cooptemos a experiência, está a orientação para que evitemos fazer dela um conceito, que resistamos a determinar o que é experiência. A experiência, segundo ele, seria algo que não se pode conceituar, que escapa e resiste a qualquer conceito e determinação. Por isso, Larrosa (2014, p. 43) recomenda pensar a experiência “não como o que é e sim como o que acontece, não a partir de uma ontologia do ser e sim de uma lógica do acontecimento”. Pois mesmo que os sujeitos sejam expostos a um acontecimento comum (no caso, o Ocupa Niterói), a experiência é diferente para cada um, acontecendo de maneira singular e impossível de ser repetida. Por isso, “o saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna” (LARROSA, 2014, p. 32). Dessa forma, não há razão nem linguagem na experiência e, se houver, se trataria de uma linguagem menor, de segunda classe.

Por essa razão, nos modos da racionalidade dominantes, não há *logos* da experiência, não há razão da experiência, não há linguagem da experiência, por muito que essas formas de racionalidade façam uso e abuso da palavra experiência. E, se houver, trata-se de uma linguagem menor, particular, provisória, transitória, relativa, contingente, finita, ambígua, sempre ligada a um espaço e a um tempo concreto, subjetivo, paradoxal, contraditório, confuso, sempre em estado de tradução, uma linguagem como que de segunda classe, de pouco valor, sem a dignidade desse *logos* da teoria que diz, em geral, o que é e o que deveria ser. (LARROSA, 2014, p. 40)

Com todas as dificuldades e impossibilidades de elaborar a experiência num texto, o caminho que se abriu para a produção de linguagem, pensamento, sensibilidade e ação (e sobretudo paixão) foi a narrativa, através da qual os sentidos da experiência poderiam emergir. Sabe-se que Benjamin (1994, p. 201) trabalha a íntima relação entre experiência e narrativa em “O Narrador”, quando ele diz: “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada por outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes”. Assim, na narrativa, há um tipo de dialogismo ou de polifonia, se quisermos nos aproximar novamente de Bakhtin (1997), que coloca em relação a experiência do narrador, a de outras pessoas e a de seus ouvintes, numa relação igualmente exotópica, como enfatizará Rita Ribes Pereira (2012).

Assim, optei por trabalhar com a narrativa que os sujeitos fazem de si e dos outros em diálogo com as experiências da própria pesquisadora, compondo assim uma nova narrativa (polifônica) de si com o outro nesse processo. Tais narrativas trariam a experiência exotópica para o texto, sendo a exotopia essa visão extralocalizada, esse excedente de visão, que só o outro tem e que exige da pesquisadora “ir ao outro – experimentar o desafio de ver o mundo como se fosse ele” (PEREIRA, 2012, p. 74), ou seja, como um outro legítimo. Sobre isso,

Rita Ribes Pereira (2012, p. 74) problematiza ainda o significado político dessa experiência e pergunta: por que ir ao outro?

A exotopia é o lugar onde se processa a objetivação. Por isso mesmo, vale retomar o questionamento sobre o significado político da experiência da exotopia, uma vez que essa experiência se constrói no tênue limite que se coloca entre o reconhecimento da legitimidade do olhar do outro e do horizonte que ele me apresenta mas, também, do uso desse conhecimento excedente como possibilidade de controle. Por que ir ao outro? Para quê?

Só indo ao outro, eu poderia dar sentido à experiência – o sentido que cada um dá à sua experiência a partir do que narra de si. Durante a escrita deste texto compreendi melhor a ênfase que Pereira dá à prática da escrita no processo do pesquisar com. No momento em que todas as ideias, pensamentos, experiências encarnadas, memórias, leituras, fragmentos de notícias, de *posts*, de conversas, entrevistas, transcrições... Quando tudo isso teve que se alinhar para virar um texto e ganhar um sentido, compreendi que o processo da escrita instaura uma outra dimensão da pesquisa. Como sintetiza Rita Ribes Pereira:

A escrita é um processo, um lugar de pensamento, um terreno alteritário e exotópico por natureza. O texto é o ambiente em que a pesquisa se deixa conhecer. É na escrita que as ideias pensadas podem ser colocadas em debate, seja por outras pessoas, seja pelo próprio pesquisador. Desse modo, a escrita do texto de pesquisa coloca em cena variadas experiências de alteridade: do pesquisador consigo mesmo, como destinatário do texto que escreve, com os sujeitos da pesquisa, com os teóricos com que dialoga, com seus possíveis leitores, e, ainda, uma alteridade abstrata que nasce do encontro entre esses tantos sujeitos postos em diálogo pelo pesquisador. (PEREIRA, 2012, p. 82)

Quando comecei a alinhar tantas falas para construir uma outra narrativa que desse sentido àquelas experiências, percebi que de fato existe uma dimensão da pesquisa que acontece apenas na escrita, quando novos sentidos surgiram, novos aspectos se mostraram, alguns que eu considerava importantes de antemão perderam a importância, enquanto outros que eu nem havia cogitado ganharam destaque. Por isso, Pereira (2012, p. 74) afirma que “a escrita cria outra realidade à medida que permite ao pesquisador um exercício de alteridade único e singular: ver-se de fora, surpreender-se com seu próprio pensamento, estranhar-se a si mesmo, descobrir-se”. Ao ler a transcrição das falas dos sujeitos, encantava-me com o conhecimento que eles traziam, com os diferentes aspectos que lançavam luz sobre os acontecimentos, coisas que certamente sozinha eu jamais teria alcançado. E, assim, compreendi finalmente o que Pereira (2012, p. 85) enfatiza em relação à experiência exotópica da pesquisa e do texto: se, por um lado, a pesquisadora dá acabamento às vozes dos sujeitos em sua escrita, por outro, aquilo que o outro traz dá acabamento à pesquisa e à

pesquisadora. Nesse jogo dialógico, o outro é parte de mim e eu sou parte do outro, não só no texto, como na vida.

4.1 #Ocupa: uma experiência alteritária

“Então eu acho que todo mundo contribuiu um pouquinho pra pessoa que eu me tornei hoje e me atentou pra determinados aspectos”.

Gabriela

Carol nasceu na cidade de Niterói, em 1994. Os pais têm formação de professores – a mãe, de Português, e o pai, de Biologia - e, na época de nossa conversa, em 2012, a família tinha um negócio na área de informática. No sexto ano do ensino fundamental, Carol mudou de uma escola particular que tinha entre suas normas a restrição ao uso de produtos “de marca” e foi para outra escola particular onde quanto mais ostentação de produtos “de marca”, mais status e popularidade se tinha. Nessa segunda escola, Carol começou a fazer parte de um seletivo grupo de pessoas que adotavam esses valores. “*Eram outros valores, acabei pegando o ritmo deles, o jeito, incorporei um pouco os valores que eles tinham, para sobreviver mesmo... valores tipo ‘se vc não usar tal marca, vc não vai falar com ninguém...’.* Eu tinha que tentar me encaixar assim”, ela conta. No entanto, no primeiro ano do ensino médio, todos esses seus amigos foram para uma outra escola que ela classificou de “*a escola da moda, uma escola cara*”, mas ela não foi inicialmente e, sem o seu seletivo grupo, percebeu que, das pessoas que ficaram na sua turma, ninguém mais falava com ela. “*Porque você sempre foi uma idiota*”, lhe disseram quando ela se viu sozinha, e ela explica o porquê de declarações desse tipo: “*porque as pessoas que meio que eram assim, tinham status, acabavam passando uma imagem muito ruim pros outros que não entravam nesse negócio, e eu fiquei sozinha, porque as pessoas falaram ‘não vou falar com você, você não falava comigo’... Eu não tinha essa ideia que as pessoas ficavam tão sentidas, mas acabou que eu fiquei um ano sozinha*”. Assim, Carol acabou repetindo o primeiro ano e, na nova turma, as pessoas continuavam com a mesma resistência em relação à sua fama passada. Foi quando ela começou a se aproximar de “*outro tipo de pessoas, de um pessoal totalmente diferente do tipo de pessoa que eu andava, e eu vi uma diferença muito grande, eu gostei muito mais. Acabou que eu comecei a*

ficar amiga de todo mundo, mas eu preferi me aproximar mais das outras pessoas, entendeu?”. Foi no final desse ano em que ela se aproximou de “outras” pessoas, “totalmente diferentes”, quando aconteceu o Ocupa Niterói.

Carol foi uma das poucas pessoas que não soube primeiro pelo *Facebook*. Foi uma amiga da escola que conhecia alguém no Ocupa quem propôs: “*vamos lá*” e ela falou “*tá bom*”. No caminho é que alguém abriu o *Facebook* pelo celular e mostrou as fotos para ela em tom de crítica: “*olha só, que absurdo*”, e ela concordou assim sem saber do que se tratava: “*Ah é? Então deve ser!*”. Quando ela chegou no acampamento é que fez a relação entre as fotos que viu no celular com o local onde estava. Chegou por volta das 23h e disse que o acampamento estava cheio, mas não tinha nenhuma programação específica. A primeira pessoa que chegou para conversar com ela foi o Perninha. No final da conversa ou da noite, ele falou: “*eu adorei você, você vai voltar aqui, não vai?*”. E ela respondeu: “*vou!*”, e voltou todos os outros dias.

Eu adorei porque eu sempre gostei muito de história, de debater essas coisas, e eu nunca... até tinha abertura em casa e tudo mais, mas quando eu tentava debater isso na escola, com meus amigos, as pessoas já tinham preconceito, tinha uma professora minha que não gostava que eu falasse, dizia ‘vc não pode ficar dando sua opinião’, e eu ‘cara, eu vou dar minha opinião, é minha opinião e acabou’.

Carol não precisou esperar que nenhum amigo ou amiga da escola voltasse com ela para o Ocupa nos outros dias. Ao longo do mês, ela passou a dormir na casa da avó, mais perto do acampamento, acordava cedo, chegava às 8h, assim como Ana. “*Eu acho que eu me desliguei um pouco de algumas coisas que eu era muito ligada... Na época do Ocupa, eu me desliguei totalmente*”. De que coisas?, eu pergunto. “*De coisas materiais, sabe, não sei explicar direito, no Ocupa eu era muito mais simples, sabe, mas aí quando eu me distanciei um pouquinho, eu acho que eu voltei um pouquinho também, mas muito menos*”, conta Carol, que no ano seguinte acabou indo pra “escola da moda” também, onde estava terminando o segundo ano do ensino médio com planos de fazer Jornalismo na PUC-Rio. Na memória de Carol, o dia mais legal daquele mês de dezembro de 2011 foi “*o dia da invasão*”, quando os ocupantes invadiram a plenária da Câmara de Niterói: “*eu me senti uma heroína*”. Quando a questioneei, então, sobre as possíveis aprendizagens daquela experiência, ela foi uma das que definiu um crescimento pessoal em termos de “*divisor de águas, antes e depois do Ocupa*”, enfatizando, mais do que intelectualmente, um aprendizado “*como pessoa*” e “*com tanta gente*”:

Nossa, eu cresci muito como pessoa lá, mas muita coisa, eu aprendi muito. É um divisor de águas, sabe, minha vida é antes e depois do Ocupa. Eu acho que, nossa, aprendi muita coisa lá, com os debates, mas acho que mais do que intelectualmente, como pessoa, eu aprendi muito como pessoa. Nossa, aprendi com tanta gente lá, eu lembro de todo mundo, morro de saudade de todo mundo.

Questionei o que teria mudado tanto depois do Ocupa pra ela dizer que foi um “divisor de águas”. Ela voltou a destacar a mudança de valores que já estava acontecendo na sua vida em diálogo com as mudanças na escola, mas repetiu o argumento da aprendizagem *com* as pessoas do Ocupa, dessa vez enfatizando o aspecto da convivência entre diferentes – “*conviver junto, aceitar as diferenças*” – como algo que ela diz ter levado “pra vida”.

Eu já tinha perdido um pouco dos valores que eu tava vendo que não eram certos. Depois do Ocupa foi, tipo assim... era muita gente diferente, mas as pessoas tinham o mesmo ideal. Então a gente foi obrigado a conviver junto, a aceitar as diferenças e tudo mais, e, pô, formamos um grupo legal, a gente não brigava, não tinha nada, aceitava a opinião do outro, sabe. Então eu peguei isso e coloquei na minha vida.

“Classe média?”, as pessoas torciam o nariz quando o documentarista Eduardo Coutinho anunciava o tema de seu filme “Edifício Master” (2002), que apresenta personagens cotidianos de um edifício de classe média em Copacabana. Talvez essa tenha sido a primeira impressão de muitos que viram de fora (e de dentro) o acampamento Ocupa Niterói: “jovens de classe média?”, e igualmente torciam o nariz, como se não fosse algo digno de interesse ou de ser levado em consideração, como ironiza Coutinho: “Quem é o mais miserável ser da terra? É o ser da classe média. Porque o pobre, o excluído, o que ele é para o cristão? É o sal da terra. O que é pro revolucionário? O proletário. (...) ninguém está interessado mais na classe média. É a mais impotente das categorias”⁸⁰. Além de serem de classe média e estarem acampados num bairro de classe média, os participantes do Ocupa Niterói ainda eram “jovens” ou, como diziam, “jovens demais”. Jovens de classe média com desejos utópicos de transformação do mundo, quem os levaria a sério?

Frente a uma ilusória homogeneização cultural dos participantes por supostamente fazerem parte de uma mesma classe social ou de uma mesma faixa etária, quando nos aproximamos de cada sujeito e buscamos conhecer algo de seu contexto, do que ele permite revelar de si, chegamos mais próximos de perceber a complexidade de cada um, a

⁸⁰ “Nesse filme é a classe média, ninguém está interessado mais na classe média. É a mais impotente das categorias porque nem sequer ela pode ser o sal da terra, alguém disse que classe média vai ser o sal da terra? Eu falei para um fotógrafo de cinema que eu queria fazer um filme sobre um prédio em Copacabana de apartamento conjugado, ele falou: “Classe média????”, sem saber o quanto todos nós temos de classe média. Até que ponto isso é classe média, no sentido mais universal?”. Em: “ENTREVISTA – Eduardo Coutinho”. 03/02/2014, Críticos.com.br. Disponível em: <http://criticos.com.br/?p=176&cat=2>. Acesso em: 20/01/15

singularidade que reverbera para além do acontecimento em si, e a riqueza dos encontros e entrecruzamentos que o espaço urbano proporciona quando estamos disponíveis - ou vulneráveis - para a experiência. Cada indivíduo que chegava ao Ocupa poderia até trazer consigo seus rótulos e estigmas sociais – a “patricinha”, o “favelado”, o “maconheiro”, “o intelectualizado” - mas muitos descrevem naquele acontecimento singular a instauração de um espaço-tempo diferenciado em relação aos outros espaços sociais que frequentavam, no qual o encontro com o outro vinha acompanhado de sua compreensão enquanto “legítimo outro”. Até mesmo Rafael, que demonstrou mais ceticismo ao longo do processo, conta que se surpreendeu com o que encontrou ainda nas reuniões prévias à ocupação. Primeiro, ele narra suas impressões iniciais:

Encontrei umas patricinhas engajadas, que tavam entrando na faculdade, cheia de ideias, mas eram muito legais, muito divertidas, e, pô, usando bem o tempo delas, enfim. Encontrei um social-democrata-cristão, incrivelmente carismático... Um cara da Marcha da Maconha.... Encontrei pessoas.

E depois assume que aquelas pessoas – que ele descreve como “*personagens muito ricos, de personalidades interessantes*” – superaram bastante suas baixas expectativas, não só individualmente, mas no resultado que aquela “*soma*”, como ele diz, alcançou. Mesmo com sua ênfase aos aspectos mais racionais da aprendizagem, ao destacar que “*também houveram complementações de conteúdo*”, o sentimento que a formação daquela nova rede de relações o causou é descrito por ele como “*uma vibração*”.

Superou muito as expectativas. Encontrei pessoas e personagens muito ricos, de personalidades interessantes, pessoas que tavam a fim de..., cara, não sei, percebi uma soma, sabe? Acho que mais do que as contribuições individuais... uma vibração. Mas eu acho que também houveram complementações de conteúdo.

Impossível não lembrar da definição de experiência que diz: “A experiência é algo que (nos) acontece e que às vezes treme, ou vibra...” (LARROSA, 2014, p. 10). Aquelas singularidades reunidas “vibraram” para Rafael. E talvez tenha sido essa vibração que não se consegue nomear uma pista da presença do que diferentes sujeitos tentavam narrar: a experiência Ocupa Niterói. Enquanto a maior parte enxergava diversidade, Julia conseguiu enxergar “iguais”, mas a partir de um curioso ponto em comum: “*encontrei um bando de gente perdida igual a mim, querendo alguma coisa, só não sabia o quê*”. A despeito do significado original da palavra, esse “bando” de gente não chegou junto como um grupo organizado: cada indivíduo veio de um lugar diferente, dispersos no território urbano, e se

estavam perdidos, era na própria cidade onde habitavam. Esse “bando” queria “alguma coisa” mas não “sabia o quê”. Essa fala da Julia se aproxima de um dos principais questionamentos que o movimento *occupy* recebeu: o que querem os ocupantes?

Como disse Zizek (2012, p. 16) ainda em meio aos acontecimentos catárticos de 2011, “há uma longa estrada pela frente, e logo teremos de tratar das questões realmente difíceis – não aquelas relativas ao que não queremos, mas ao que, de fato, QUEREMOS”. No entanto, o autor também recomenda resistir a uma tradução apressada das manifestações para um conjunto de demandas pragmáticas concretas. “Sim, os protestos realmente criaram um vazio – um vazio no campo da ideologia hegemônica -, e será necessário algum tempo para preenchê-lo de maneira apropriada posto que se trata de um vazio que carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro Novo” (ZIZEK, 2012, p. 16). Quando passou pela Acampada Sol, Eduardo Galeano também conseguiu ver esse embrião de um mundo novo nos acampamentos pelo mundo, enfatizando o papel dos jovens para levá-lo adiante, e disse: “*este mundo de mierda esta embarazado de otro*”. Ele observa ainda o fenômeno do desencanto em relação às políticas institucionais, que fez com que muitos jovens não votassem nas eleições em seus respectivos países.

Cada vez que me junto a essas concentrações lindíssimas de gente jovem penso: há outro mundo que nos espera; *este* outro mundo. Este mundo de merda está grávido de outro. E são os jovens que o levam adiante. Esses jovens excluídos pelas seleções regidas pelos interesses dos partidos políticos. Os jovens não votam, eu venho agora do sul da América do Sul. Os jovens chilenos não votaram no Chile. Dois milhões de jovens chilenos não votaram. Não votaram porque não acreditam na democracia que lhes oferecem. E agora quantos jovens não votaram na Espanha? Nem sei quantos, não foram contados, mas dentro dos 10 milhões de espanhóis que não votaram deve haver muitos jovens que não votaram. E não votaram porque não acreditam nessa democracia que lhes oferecem, mas não é porque não creem *na* democracia, mas *nesta* democracia manipulada, nesse nome sequestrado pelos banqueiros, pelos políticos mentirosos, pelos “artistas de circo” que oferecem uma pirueta diferente a cada dia. (Psol Taubate, 20/02/12)

Em meio a esse “bando de gente perdida”, a partir de um vazio deixado pelo “progresso” da história e pelas políticas neoliberais, João Paulo consegue visualizar um princípio comum que uniria essas pessoas “*com tudo diferente*”. A isso ele chama “*o princípio Ocupa*”, que seria, basicamente: “*democracia real e disposição para acampar num espaço público*”. A partir dessas premissas gerais e tendo a cidade como cenário aberto, ele sabe que pode aparecer todo tipo de gente no Ocupa e demonstra otimismo em relação ao resultado dessa abertura para as pessoas: “*na maioria esmagadora das vezes, do melhor tipo de gente que você poderia conhecer*”.

Você juntar num espaço pessoas completamente diferentes, com tudo diferente, e a única coisa comum é uma parada bem abstrata, que é o princípio do Ocupa, e só isso - democracia real e disposição pra acampar num espaço público – vem uma gama muito diferente de gente e, na maioria esmagadora das vezes, do melhor tipo de gente que você poderia conhecer.

João é um dos ocupantes que afirmaram que o Ocupa foi “*o divisor de águas dos mais incríveis pra mim, de entender algumas coisas*”. Ele classifica o Ocupa como um “*colégio de vivência*” que aconteceu num “*espaço comum a todos*” e que o fez “*viver na pele*” valores como tolerância e refletir sobre a relação entre propriedade privada e espaço público. Essa experiência não é nada fácil, segundo ele, e “*te põe no chão*” porque “*não é só agir*”, é conviver, é ter tolerância.

Foi um colégio de vivência, de estar num espaço comum com todos - não é de ninguém, o espaço - e viver na pele o que é você ter de ser tolerante, é ter a tolerância quase niilista. Você não tá no seu lugar, não tem a propriedade privada, zero, você tá num lugar público. Até tentam inventar a propriedade privada, tipo “a barraca é minha”, mas nunca vai dar certo, sempre aparece alguém e vai dormir nela (risos). Mas foi o divisor de águas dos mais incríveis pra mim de entender algumas coisas, como a tolerância foi a parada que mais bateu assim, e o quanto a parada é difícil, te põe assim no chão também, porque não é só agir.

A *diferença* foi tão enfatizada e valorizada nas falas sobre aprendizagem que percebe-se que quanto mais diferente de si, mais potencial de aprendizagem o outro representa. Não por acaso, Mateus e Perninha foram muito citados nas narrativas sobre esse “*aprender com o outro*”. Nessa fala de Gabriela, de onde já foi citado um trecho, aparecem ampliadas suas ideias sobre o “*aprender com*” as pessoas e a partir da *diversidade*, entre outros valores, como *confiança*. Essa “*troca com pessoas que não tinham nada a ver*” com quem ela era naquele momento e que, segundo ela, “*deixaram alguma coisa dentro de mim*”.

com certeza o que mais me acrescentou foram as pessoas mesmo e, assim, a diversidade, desde estar dormindo com o Mateus e confiando naquele cara que... cara, eu fui criada em Icaraiá, no Abel, e se eu visse o Mateus na rua, eu ficaria com medo dele me assaltar, sabe? E sendo sincera pra caramba, eu estava ali dormindo com ele e eu tinha certeza que ele não ia fazer nada com a gente, então isso foi incrível. E a troca com pessoas que não tinham nada a ver com o que eu era e que com certeza deixaram alguma coisa dentro de mim, cada pessoa com uma ideia de debate que me fazia mergulhar naquele tema.

Numa outra fala, Gabriela conta que a convivência com Mateus transformou o seu olhar num “*olhar mais humano*” e que alguns aspectos da política e da cidade se tornaram mais visíveis após essa experiência. “*Eu passei a prestar muito mais atenção na política, ao mesmo tempo eu passei a ter um olhar muito mais humano - até mesmo de eu ter medo de*

mendigo e hoje em dia falar, 'caraca, não', sabe?'. Numa outra conversa, Bruno dirá que a convivência com Mateus e Perninha o fez “*olhar mais as pessoas*” e estendeu seu olhar para a diferença de classe para além daqueles dois personagens. Nesse jogo de ver o outro vendo a si mesmo, Bruno também destaca dessa “*experiência de encontrar pessoas de outra classe e conviver assim*”, o quanto isso mudou a sua postura na cidade de uma maneira geral. Ele então narra uma cena urbana entre uma menina pedestre e um menino de bicicleta, na qual ele, de certa forma, se reconhece no comportamento da menina e “vê” o Mateus na figura do menino, revelando sua nova leitura de cenas cotidianas desse tipo.

essa relação de ter encontrado o Mateus, o Perninha. Assim, na verdade essa experiência de encontrar pessoas de outra classe e conviver assim, veio na verdade ao encontro com uma sensação que eu já tinha também e serviu como confirmação e que mudou também minha postura na cidade. Hoje eu estava trabalhando mais cedo e na hora que eu entrei nessa rua tinha um menino andando de bicicleta e eu pensei muito no Mateus, né? E tinha uma menina e ela estava justamente com essa postura, olhando ele, né, e eu pensei, cara, é o 'Mateus' ali, tá ligado? Não, tem como entender, claro que não era o Mateus, mas foi uma sensação que eu tive assim. É isso e toda minha experiência pela cidade mudou muito nesse aspecto assim, de olhar mais as pessoas.

Assim, a ideia de *conviver com o diferente* vai sendo reforçada em muitas falas e vai ficando latente uma ideia de “*aprender convivendo*”, como Júlia diz abaixo, definindo sua experiência no Ocupa como uma experiência “*de convivência mesmo*”, ainda que tivessem discussões interessantes e “*novos pensamentos*” circulando, para ela, a convivência chegou a ser “*chocante*” e afirma que “*aprendeu muita coisa com convivência*”. Como resultado dessa experiência ao mesmo tempo voluntária e obrigatória de ter que “*aprender a lidar com as pessoas*”, ela conclui que nesse processo “*creceu como ser humano*”.

É uma experiência muito legal de convivência mesmo, acho que isso é o mais forte. Tudo bem que tá todo mundo ali discutindo um mundo melhor, um novo sistema, eu acho que a gente fez um pouco disso, não tanto quando outros. Acho que o Niterói pode ter ficado um pouco carente nisso, mas tinha essas discussões e eu gostava desses novos pensamentos, eu gostava muito de ouvir as ideias das outras pessoas, mas a convivência é chocante. Aprendi muita coisa com convivência, ao mesmo tempo voluntária e obrigatória, porque você quer ir pra lá, mas ao mesmo tempo vai conviver com pessoas que você nunca viu aí você tem que aprender a lidar com as pessoas. Acho isso muito legal, você cresce como ser humano.

Como destacarei mais adiante, ao serem questionados sobre aprendizagens, muitos compararam suas aprendizagens no Ocupa com as aprendizagens (ou a ausência delas) na escola. Na fala de Ana, abaixo, também aparece a questão do conhecimento através da *convivência* e ela compara o que aprendeu no Ocupa com o que não aprendeu na escola. E o

que ela aprendeu no Ocupa? Ela diz: “*conviver com as pessoas*”. Segundo ela, não existe matéria pra isso na escola e, ainda que o Ocupa tivesse espaços mais institucionalizados de trocas de conhecimentos, como os debates, a maior parte das pessoas não considerou esses espaços como espaços de aprendizagem por excelência, mas enfatizaram sempre esses outros dois aspectos da aprendizagem no Ocupa: o “*aprender com*” as pessoas e o “*aprender convivendo*” com o diferente. Segundo Ana, “*os debates são legais, muito legais, mas acho que aprendi mais com as pessoas, assim, convivendo.*”

Essa coisa do conhecimento, assim, a maioria acho que não foi muito pelos debates, sabe? Era mais..., eu aprendi mais assim: o que eu não aprendi muito na escola. Era conviver com pessoas, não tem matéria na escola de “a interação com o colega”, tipo “vamos interagir com o colega”, sabe? Não tem matéria pra isso, isso é que falta sabe, e eu acho que tirei muito da minha timidez, poxa, eu pedia abraços grátis das pessoas na praia, né? Eu participava mesmo das manifestações, eu falava, as pessoas às vezes chegavam e não tinha ninguém pra explicar sobre o Ocupa e eu chegava e explicava, sabe, e foi isso. Eu acho que como eu aprendi mais, assim, foi conversando mais com as outras pessoas. Os debates são legais, muito legais, mas acho que aprendi mais com as pessoas, assim, convivendo.

Assim, destaca-se nessas falas iniciais a repetição da ideia de convivência, como citaram literalmente Carol (“*conviver junto, aceitar as diferenças*”); Bruno (“*encontrar pessoas de outra classe e conviver assim*”); Julia (“*a convivência é chocante. Aprendi muita coisa com convivência*”) e Ana (“*acho que aprendi mais com as pessoas, assim, convivendo*”). Além disso, repete-se a ideia de “*crescer como ser humano*”, “*crescer como pessoa*” (Carol, Júlia) e surgem “*um olhar mais humano*” (Gabriela) e “*olhar mais as pessoas*” (Bruno). Essas duas vertentes principais – “*aprender convivendo*” e “*crescer como pessoa*” - me remeteram aos “quatro pilares da educação para o século XXI”, apresentados no documento feito pela Comissão Internacional sobre Educação do Século XXI da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em 1996, presidida por Jacques Delors, e que tem servido de base para pensar as políticas educativas neste novo século (EDUCAÇÃO..., 1996). Os quatro pilares seriam: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver*.

Neste documento, a Comissão apresenta inicialmente um contexto de fim de século XX caracterizado pelos sentimentos de desencanto e desilusão em relação ao progresso prometido, especialmente pós-Segunda Guerra, e da constatação de que vivemos um século de guerras, desempregos, desigualdade crescente, apesar de avanços científicos e tecnológicos. Por isso, pensando no século XXI, a educação seria cada vez mais encarada, para essa Comissão, como uma importante via, entre outras, “a serviço de um

desenvolvimento humano mais harmonioso e autêntico, de modo a contribuir para a diminuição da pobreza, da exclusão social, das incompreensões, das opressões, das guerras”. Reforçam ainda que as políticas nessa área devem “contribuir para um mundo melhor, para um desenvolvimento humano sustentável, para a compreensão mútua entre os povos e para a renovação de uma vivência concreta da democracia”. Em sintonia com o contexto histórico em que emergiu o desejo de “democracia real” dos ocupas, o texto também aponta para uma necessária reinvenção da democracia e questiona sobre nossa capacidade de conviver em paz local e globalmente, mostrando a centralidade do “aprender a conviver” para a democracia:

Mas, como aprender a conviver nesta aldeia global, se somos incapazes de viver em paz nas comunidades naturais a que pertencemos: nação, região, cidade, aldeia, vizinhança? A questão central da democracia é saber se desejamos e somos capazes de participar da vida em comunidade; convém não esquecer que esse desejo depende do sentido da responsabilidade de cada um. Ora, apesar de ter conquistado novos espaços, dominados anteriormente pelo totalitarismo e pela arbitrariedade, a democracia tem tendência a debilitar-se com o decorrer dos anos; como se tudo tivesse, incessantemente, de recomeçar, renovar-se e ser reinventado. ((EDUCAÇÃO..., 1996, p. 7-8)

Por isso, ao final de alguns apontamentos sobre a necessidade de “revalorizar as dimensões ética e cultural da educação e, nesse sentido, fornecer os recursos para que cada um venha a compreender o outro em sua especificidade, além de compreender o mundo em sua busca caótica de certa unidade”, o documento recomenda começar pela compreensão de si mesmo antes de apresentar os quatro pilares da educação para o século XXI. Com a constatação do crescente números de conflitos bélicos do século XX que persistem no século XXI, a Comissão confere explicitamente mais relevância a um dos quatro pilares: trata-se justamente do “aprender a conviver”, que seria a “percepção de nossa crescente interdependência, graças a uma análise compartilhada dos riscos e desafios do futuro, [que] conduza à realização de projetos comuns ou, então, a uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos”. Ao destacar esses valores para a educação, Delors assume que “para alguns, pode parecer uma utopia que não deixa de ser necessária – inclusive, vital – para sair do ciclo perigoso alimentado pelo cinismo ou pela resignação.” Segundo ele, os outros três pilares da educação forneceriam, de certa forma, os elementos básicos para o “aprender a conviver”. Os quatro pilares seriam a base de uma “educação ao longo da vida”⁸¹, e são definidos

⁸¹ “Por todas essas razões, parece-nos que é imperativo impor o conceito de educação ao longo da vida com suas vantagens de flexibilidade, diversidade e acessibilidade no tempo e no espaço. É a ideia de educação permanente que deve ser, simultaneamente, reconsiderada e ampliada; com efeito, além das necessárias adaptações relacionadas com as mudanças da vida profissional, ela deve ser uma construção contínua da pessoa, de seu saber e de suas aptidões, assim como de sua capacidade para julgar e agir. Ela deve permitir que cada um venha a tomar consciência de si próprio e de seu meio ambiente, sem deixar de desempenhar sua função na atividade profissional e nas estruturas sociais.” (Idem, p. 12)

da seguinte forma:

Aprender a conhecer: combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida.

Aprender a fazer: a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Além disso, aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho, oferecidas aos jovens e adolescentes, seja espontaneamente na sequência do contexto local ou nacional, seja formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

Aprender a conviver: desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerenciar conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.

Aprender a ser: para desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Com essa finalidade, a educação deve levar em consideração todas as potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

Ainda que não seja objetivo deste trabalho aprofundar a discussão em torno desses pilares, é fácil observar que se os dois primeiros são os mais valorizados na educação escolar - *conhecer* e *fazer* – sem dúvida os dois últimos foram os mais citados nas aprendizagens com o outro no Ocupa: *conviver* e *ser*. Por isso, o relatório conclui: “No momento em que os sistemas educacionais formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento das outras formas de aprendizagem, é mister conceber a educação como um todo”. Nas falas dos ocupantes, percebe-se que o “aprender a conviver” aparece em correlação com o “aprender a ser” (ao conviver com o outro, eu cresci como ser humano), e às vezes levarão os sujeitos ao “aprender a conhecer” ou “aprender a fazer”, como na fala de Júlia abaixo, que, após enfatizar os valores da compreensão, mediação de conflitos e democracia no seu processo de aprendizagem com o Ocupa, ela conta que sentiu “*muito mais vontade de ler*” e observa que “*quanto mais você conversa com as pessoas, mais você quer estudar*”. Vale apontar ainda que outros ocupantes também destacaram pontualmente o “aprender a fazer”, como Rafael, que enumerou: “*aprendi a fazer estrutura de bambu, aprendi malabares de bolinha, aprendi a me virar numa praia, aprendi como é passar um mês acampado na praia de Icarai. Aprendi aquilo ali.*” Em suas aprendizagens, Júlia também lembra de Rafael (apelidado Jeguerê):

Eu acho que cresci muito como pessoa, me tornei mais compreensiva, lidar com conflito, a gente prega uma coisa completamente assim na ocupação, o Jeguerê me fez pensar muitas coisas, e aquelas rodas foram legais, me fizeram pensar sobre a democracia representativa, me deu muito mais vontade de ler, eu tinha muita preguiça, porque quanto mais você conversa com as pessoas, mais você quer estudar.

Sobre os quatro pilares da educação, o pedagogo português José Pacheco, que nos últimos anos tem disseminado pelo Brasil sua experiência de mais de 30 anos na Escola da Ponte⁸², constata que a escola que temos hoje ainda não concretizou os quatro pilares da UNESCO e afirma que ela nem suspeita que existam ainda mais três, propostos por ele: o *aprender a desaprender*, o *aprender a desobedecer* e o *aprender a desaparecer*⁸³. Esse “adendo” de Pacheco aos pilares também dialoga de forma especial com as experiências no Ocupa. Certamente tivemos que “aprender desaprendendo” hábitos, comportamentos e conteúdos escolarizados ou socialmente compartilhados para abrir a possibilidade da aprendizagem a partir da experiência, ou seja, a partir da vida, já que, como disse Pacheco, “precisamos emancipar-nos da tralha cognitiva que nos foi imposta”, lembrando das desaprendizagens de Manoel de Barros, que escreveu: “desaprender oito horas por dia ensina os princípios” (BARROS, 1993).

Além disso, como já foi enfatizado neste trabalho, o Ocupa também se configura como um ato de desobediência civil, logo, também “aprendemos desobedecendo” de muitas formas, seja permanecendo no espaço público a despeito da Polícia Militar e da Guarda Municipal coagirem os ocupantes a sair, ou “invadindo” a plenária da Câmara Municipal a despeito dos vereadores que tomam decisões de interesse público às portas fechadas. Pacheco lembra os mestres da desobediência civil, como Gandhi, que dizem que leis injustas não merecem ser respeitadas. Em relação ao “aprender a desaparecer”, Pacheco destaca que lá se vai o tempo dos seres providenciais e insubstituíveis, que devem ser evitados a qualquer custo, o que coincide com o fenômeno do “desaparecimento” dos líderes nos Ocupas. Aprender a desaparecer implica em “fomentar autonomia nos grupos humanos em que participarmos. Uma autonomia que não pressupõe independência, mas interdependência. Como diria um amigo: interdependência, ou morte!” (PACHECO, 2011).

Nas principais aprendizagens destacadas pelos ocupantes, a interdependência estabelecida na rede de relações tecida entre eles é uma das chaves para compreender a instauração de um espaço-tempo educativo potente em sua simplicidade: um espaço liberado do tempo produtivo, com pessoas disponíveis ao encontro com o outro e à convivência entre diferentes, onde não há necessidade de instituições ou lideranças mediando os processos educativos. No “aprender convivendo com o diferente”, crescemos como seres humanos, aceitamos as diferenças, nos tornamos mais tolerantes, pois ganhamos um “olhar mais

⁸² Disponível em: <http://www.escoladaponte.pt/>. Acesso em: 12/12/14

⁸³ Original em: PACHECO, José. “Os pilares”. Revista Educação: edição 176, novembro de 2011. Disponível em: <http://romanticos-conspiradores.ning.com/profiles/blogs/os-pilares-jos-pacheco>. Acesso em: 25/01/15

humano” para “olhar mais as pessoas”. A relação humana esteve na base das aprendizagens significativas para os sujeitos. Essas falas configuram um campo de relações educativas que podemos sintetizar como *aprender convivendo com o outro no espaço público das cidades*. Sabemos que “o outro ocupa um papel constitutivo na formação da própria identidade pessoal ao colocar o sujeito frente à presença da alteridade” (CARRANO, 2003, p. 29), como lembra Carrano. A construção da imagem de si, desde os primeiros momentos da vida humana, é feita a partir de referências sociais externas ao indivíduo. Por isso, Carrano (2003, p. 29) enfatiza que ser humano é fazer-se em relação e “o que alguém é resulta de uma teia de relações tecida nas histórias e intercâmbios dos homens e seus interesses”. Assim, na relação com o outro no espaço público das cidades, acabamos aprendendo, de uma maneira completamente nova e potente, a conviver, a ser, a conhecer e a fazer – e ainda a desaprender, a desobedecer e até a desaparecer.

4.2 #Ocupa: tempo e experiência

Quando começou o acampamento, fudeu: eu não era mais dono do meu tempo.

Rafael

4.2.1 Tempo livre

Além da questão da alteridade, ficou latente nas falas dos ocupantes algumas dimensões do tempo presentes na experiência: o tempo do acampamento, o tempo da cidade, o tempo da internet, o tempo de cada um, o tempo da escola, o tempo da história, o tempo da juventude, o tempo do passado, do presente e do futuro. A experiência, como já foi dito, exige um gesto de interrupção e suspensão do tempo produtivo, seja do trabalho, do estudo, do fluxo interminável de informação. Quando a experiência acontece, uma outra dimensão temporal também acontece: o tempo da experiência. Muitos sujeitos, como Ana e Carol, já contaram o quanto dedicaram grande parte de seu tempo para o Ocupa Niterói naquele

momento. E até ocupantes mais resistentes em relação ao acampamento, como Rafael, narram que, ao serem afetados pela experiência, “perderam o controle” do próprio tempo. Antes de acampar, ele assume que pensava: “*pô, não vou ficar fora de casa, vou uma vez, uma noite. Pensava que ia durar uma semana, a galera vai voltar pra casa*”. No entanto, pra sua surpresa “*a parada foi ficando, foi ganhando corpo e foi consolidando uma experiência mesmo, né, e ao mesmo tempo foi se tornando um espaço de reflexão*”, ele diz, após contar sua experiência “assustadora” com o tempo nesse momento:

Quando eu fui a primeira vez lá, eu fui muito determinando a ser dono do meu tempo, assim: eu não vou perder meu tempo, eu vou lá hoje, vai ser legal, vou ficar, trocar ideia, dar uma contribuição, ouvir - não fui tão escroto assim -, queria ir lá, ver qual é, ver se tinha umas gatinhas e ver em que pé que estava, ver se era só gente falando bobagem como sempre é, ou não, se era uma coisa interessante, mas determinado a não perder meu tempo. Amanhã, acabou.

Aí, principalmente depois que acampou... Quando começou o acampamento, fudeu: eu não era mais dono do meu tempo. Aquilo que eu pensava antes... Isso foi muito assustador, até, porque eu deliberadamente abri mão de maior parte do meu tempo, fiquei fudido com trabalho, eu chegava tarde...

Rafael deixa aparente diferentes noções do tempo: um tempo próprio (“*ser dono do meu tempo*”) e um tempo produtivo (“*não perder tempo*”), que ao serem afetados pelo acontecimento (“*quando começou o acampamento*”), foram temporariamente suspensos: ele perde a propriedade do tempo, tanto o seu próprio (“*não era mais dono do meu tempo*” e “*abri mão da maior parte do meu tempo*”), quanto do tempo produtivo (“*fiquei fudido com trabalho, eu chegava tarde*”). Finalmente, o que ele achou que seria um acontecimento de curta duração, “*foi ficando*”, foi se prolongando no tempo e “*ganhando corpo*”, se tornando, enfim, “*uma experiência mesmo*” e um “*espaço de reflexão*”, segundo suas palavras. O tempo da experiência foi mais forte que os tempos que Rafael imaginava controlar. Não por acaso, Castells (2013, p. 133) observou esse fenômeno temporal em outras acampadas pelo mundo, chamado pelos ocupantes de “uma sensação de eternidade”.

Os espaços ocupados também criaram uma nova forma de tempo, que algumas pessoas nos acampamentos caracterizaram como uma sensação de ‘eternidade’. A rotina de suas vidas diárias foi interrompida; abriu-se um parêntese com um horizonte temporal indefinido. (...) Dada a incerteza em relação a quando e se a remoção viria, as ocupações viviam na base do dia a dia, sem prazos finais, liberando-se, desse modo, de restrições temporais, enquanto consolidavam a ocupação em sua experiência de vida cotidiana.

A suspensão do tempo particular e a profanação do tempo produtivo capitalista nos territórios Ocupa se aproximam de uma ideia de tempo que os estudos em educação dos

belgas Jan Masschelein e Maarten Simmons resgatam a partir do sentido grego da palavra *skholé*, de onde deriva a noção de “escola” em muitas línguas. Segundo esses autores, *skholé* significa muitas coisas, mas, sobretudo, “tempo livre”. Foi difícil compreender essa noção de escola enquanto “tempo livre” quando Masschelein apresentou-a durante o curso que ministrou no Rio, em 2012, citado no segundo capítulo desta tese. Afinal, a escola contemporânea, da educação infantil à pós-graduação, se tornou qualquer outra coisa menos “tempo livre”. Ele explicava que a escola, nessa concepção de *skholé*, seria um tempo-espço à parte do tempo produtivo, um tempo sem destino e sem objetivo ou fim, um tempo liberado da economia habitual do tempo (MASSCHELEIN; SIMMONS, 2014, p. 161). Por isso, ele diz que esse tempo educativo seria um tempo de “*suspensão*” e pode ser definido como “um evento de des-familiarização, des-socialização, des-apropriação ou des-privatização: define algo livre” (MASSCHELEIN; SIMMONS, 2014, p. 162). Um evento de *desaprendizagem*, nos termos de Manoel de Barros.

Segundo os autores, o tempo nessa perspectiva não se torna só “livre de”, mas “livre para”. São suspensas apropriações econômicas, sociais, culturais, religiosas ou políticas, assim como as forças do passado e do futuro e as tarefas e papéis ligados a lugares específicos na ordem social. “Suspende significa não destruir ou ignorar, mas ‘evitar temporariamente de estar em vigor ou efeito’. (...) é desorientar as instituições, interrompendo o passado” (MASSCHELEIN; SIMMONS, 2014, p. 162). Recorrendo à terminologia de Agamben, os autores também desenvolvem a ideia de “*profanação*” do tempo para descrever esse tipo de liberdade. O profano substituiria o sagrado em vista do uso comum. O tempo profano seria “uma condição na qual as coisas (práticas, palavras) são desconectadas de seu uso regular (na família e na sociedade) e, portanto, refere-se a uma condição em que alguma coisa do mundo é aberta para uso comum” (MASSCHELEIN; SIMMONS, 2014, p. 162-163). Assim, suspenso e profano, o tempo da *skholé* se torna um tempo *público*.

Coisas são postas “em cima da mesa”, transformando-as em coisas comuns, coisas que estão à disposição de todos para uso livre. O que foi suspenso é a sua “economia”, as razões e os objetivos que as definem durante o trabalho ou durante o tempo regular ou social. As coisas são, assim, desconectadas do uso sagrado ou estabelecido da velha geração na sociedade, mas ainda não apropriados por estudantes ou alunos como representantes da nova geração. A escola profana/*skholé* funciona como uma espécie de lugar comum, onde nada é compartilhado, mas tudo pode ser compartilhado (MASSCHELEIN; SIMMONS, 2014, p. 163).

A escola profana é um lugar comum onde nada é compartilhado e tudo pode ser compartilhado. Por isso, escola/*skholé* “não deve ser confundida com a instituição e, assim,

pode acontecer também fora dela. Na verdade, a escola como instituição poderia ser considerada em muitos aspectos, como uma forma de apropriar-se da escola/*skholé*, de destiná-la”, apropriando-se ou domesticando o “tempo livre” (MASSCHELEIN; SIMMONS, 2014, p. 161) e, assim, perdendo-o. O tempo de *skholé* não se limita à passagem do passado para o futuro, ou a um tempo de projeto ou de iniciação. É um momento de *atenção*, segundo os autores, “um tempo de considerar o mundo, de estar presente nele (ou estar em sua presença), atendendo-o, um tempo de entrega para a experiência do mundo, de exposição e removendo orientações e subjetividades sociais, um tempo cheio de encontros” (MASSCHELEIN; SIMMONS, 2014, p. 164).

Mas como suspender o tempo? Como desvendar e comunizar o mundo? Isto não é apenas para tornar o mundo conhecido ou para oferecer uma experiência imediata de uma realidade, mas se trata da maneira pela qual certa forma ou estética obriga-nos ou incita-nos a participar de uma experiência sensorial em que alguma coisa é desvendada e comunicada de tal forma que o mundo se divide e se torna comum, de modo que uma relação puramente desligada ou uma atitude des-interessada torna-se difícil de manter e nos tornamos atentos (MASSCHELEIN; SIMMONS, 2014, p. 167)

Ao resgatarmos a ideia de *skholé* enquanto evento e experiência, Masschelein e Simmons propõem que pensemos a educação “como a arte (o fazer) e a tecnologia que (ajuda a) fazer acontecer, ou seja, especializa, materializa e temporaliza essa *skholé*” (MASSCHELEIN; SIMMONS, 2014, p. 167). Enquanto as instituições educativas parecem caminhar na contramão dessa ideia, investindo cada vez mais numa formação continuada direcionada ao mercado de trabalho, onde essa formação nunca parece suficiente, compreendi o tempo educativo que se abriu no Ocupa Niterói como um tempo de *skholé*, um tempo liberado (“livre”) de sua carga social e econômica, um tempo de simplesmente estar presente e atento ao mundo que se revela, um tempo aberto à experiência, um tempo cheio de encontros. Por isso, um tempo educativo.

4.2.2 Tempo da escola

Então eu estudava, fazia as matérias, passava em tudo, mas eu não era muito envolvido.

Moreno

Ao serem questionados sobre aprendizagens, os participantes do Ocupa Niterói inevitavelmente fizeram comparações com o universo escolar e com a relação entre o saber dos livros e o saber do Ocupa, ou o que eles também chamaram de “educação da rua”. Nessas comparações, as aprendizagens no Ocupa sempre são destacadas como, no mínimo, distintas do saber da escola, mas em geral mais potentes do que as aprendizagens escolares, como estima Gabriela: *“Acho que aprendi mais no Ocupa do que, sei lá, um ano de escola.”*. Rodrigo também compara que *“eu poderia ter lido acho que três livros no tempo que eu tava ali que eu não teria aprendido tanto com aquelas pessoas”*. Ele descreve o jeito de aprender no Ocupa, dizendo que *“é um outro jeito de você aprender, né, que não é cair em cima do livro. Ali você tá aprendendo com a realidade prática”*, associando o saber da escola à teoria dos livros e o saber do Ocupa ao saber prático. *“A educação da rua, né? A educação que muitas vezes você vai ver na favela, mas não vai ver no São Vicente, no Salesiano, no Abel.”* A educação da rua, da realidade prática, ela está na favela, mas não na escola, nem nas que são consideradas “as melhores”. Que educação é essa?

Quando conversamos sobre suas experiências escolares, a maior parte contou ter tido uma experiência positiva ou indiferente na escola, ainda que muitos toquem no assunto *bullying* ao falar sobre isso. Ana foi quem mais manifestou incômodo em relação a essas coisas, afirmando ter desenvolvido um certo medo de falar por causa dessa prática comum nas escolas: *“Eu acho que é porque eu sempre fui muito tímida e eu tinha muito medo de me expressar e disso tudo. Sempre teve muito bullying na escola, todo muito já teve tudo isso, e aí a gente fica realmente com muito medo de falar e tudo”*. Ao falar do seu colégio, Gabriela sintetiza: *“Ensino bom, mas não colocaria meu filho lá. Muito propício a bullying”*. Júlia estudou na mesma escola que Gabriela e manifestou uma crítica positiva: *“gostava de lá, achava legal, gostava da construção”*. Na faculdade, Ana e Gabriela gostaram mais. *“Na faculdade é outra parada, é outro diálogo”*, disse Gabriela.

Já outros ocupantes, como João Pedro, Bernardo e Moreno, não se identificaram com

o ensino superior e os três manifestam o desejo de trocar a universidade pela estrada. Ao falar do seu curso, João Pedro diz que não está gostando pois considera que *“tem uma verdade muito absoluta ali dentro e tal, sabe qual é? Não tem muito espaço pra pensar coisas diferentes.”* Seus planos são de trancar a faculdade e *“dar uma viajada pra dar uma pensada e aí depois voltar com mais calma pra ver o que que eu quero fazer, se eu quero fazer, sei lá”*. Já Bernardo abandonou a faculdade no quinto período. *“Eu não quero mais não, não quero diploma.”* Ele contou que estava terminando de produzir um disco e trabalhando com permacultura⁸⁴ num sítio: *“vou pegar a estrada. Vou permaculturando no meio tempo, eu tô com o destino de ir também pela estrada, sem data, sem rumo e sem dinheiro. E é isso. E aí a estrada vai dizer o futuro”*. Pelo visto, além da “educação da rua”, existe também uma “educação da estrada”, ambas distintas da educação formal.

Moreno enfatizou que sua história escolar é muito importante quando pensa sua trajetória de vida. Ele conta que estudou a maior parte do tempo num colégio que tinha uma pedagogia “diferente” e era autogestionado pelos pais, por isso a família dele era muito envolvida com o processo do colégio, das finanças à pedagogia. Ele conta: *“lá é muito diferente e eu tenho plena noção disso, justamente porque minha família era muito envolvida, então transcendia muito o colégio, debatia o colégio em todas as instâncias da minha vida, dentro de casa, enfim”*. Na antiga 8ª série do ensino fundamental, todos os amigos dele foram para outro colégio, um dos três maiores colégios católicos da cidade, citados anteriormente, com proposta pedagógica bem distinta do que ele estava acostumado. Foi então que ele decidiu, para desespero da sua família: *“Eu quero sair. Eu quero ver o mundo, quero ver coisa maior, isso daqui é muito pequeno.”* A família tentou mediar esse momento, evitando que ele fosse pra uma dessas escolas católicas, onde acreditavam que ele não se adaptaria. Ainda assim, ele acabou indo para a “escola da moda” que Carol comentou anteriormente, e estudou lá da 8ª série ao 2º ano. Moreno conta que essa outra experiência escolar foi realmente *“muito traumática”* e ele desejava *“se libertar”* daquele espaço, mas não queria substituí-lo pela faculdade. *“Eu queria muito viajar, sair daquilo ali, sabe”*. Ele fala da prática dos “testes disciplinares” que esse outro colégio adotava e de como ele fazia para desobedecer esse sistema.

⁸⁴ A palavra permacultura surge da junção de “permanent agriculture”, mas hoje essa noção se expandiu e se significa “cultura permanente”. Desenvolvida nos anos 1970 por Bill Mollison, na Austrália, é definida por ele como “um sistema de *design* para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza” (MOLLISON, Bill. *Introdução a Permacultura*. São Paulo: Tyalgum, 1991)

porque eu sai de um colégio que era autogestionado, onde eu conhecia todo mundo e fui pra um colégio onde tinha teste disciplinar. Se você saísse de sala, você toma um teste disciplinar, que, por tomar o teste, você já perde 5 pontos. Ele vale 10, mas se você gabaritar, só tira 5, e é só com perguntas que caíram em vestibulares anteriores de matérias que você ainda não viu, do conteúdo daquela matéria que você foi retirado de sala. Eu tomei vários testes disciplinares e eu sempre assinava meu nome, ficava escrevendo várias merdas no teste e entregava, tipo, tô boicotando essa parada, foda-se vocês, foda-se minha nota. Mas, enfim, isso foi muito traumático pra mim a ponto de eu querer muito me libertar daquele espaço e eu não queria muito entrar na faculdade, não era muito a minha questão. Eu queria muito viajar, sair daquilo ali, sabe.

Bem diferente da experiência de *skholé*, o modelo hegemônico de escola que conhecemos, vinculado à escola moderna, se tornou para muitos sujeitos um lugar de onde querem “se libertar”. Para alguns, a universidade é o primeiro passo rumo a essa libertação, para outros, ainda é um espaço limitador. A viagem aparece então como um campo privilegiado de experiência, para onde muitos desses sujeitos preferem se lançar, mesmo sem saber o que vão encontrar, pois acreditam que, estando abertos para o inesperado, “*a estrada vai dizer o futuro*”. Naquele momento, com 16 para 17 anos, Moreno não tinha condições financeiras para viajar, por isso acabou optando pelo vestibular, ingressando na universidade em 2011, ano do Ocupa. Ele conta que nesse novo momento escolar “*também não era hipermotivado, embora eu sempre estudasse, porque de certa forma sempre fui acostumado com essa dinâmica de estudo, era uma coisa que eu sempre tinha. Então eu estudava, fazia as matérias, passava em tudo, mas eu não era muito envolvido. Não era aquilo que mais me afetava, o que mais me afetava era o movimento estudantil.*” Moreno não tinha problemas para estudar, já estava acostumado a essa dinâmica, como todos os outros que conseguiram ingressar em universidades públicas, mesmo sendo um processo concorrido. No entanto, ele diz, aquilo não o “afetava”. Mas o movimento estudantil, sim. Foi então que ele começou a se envolver com algumas ações, entrou para o coletivo da Marcha da Maconha e, em seu primeiro ano de faculdade, ele - e outros desses estudantes recém-ingressos, como Bruno e Gabriela - viveu outro acontecimento marcante: a ocupação da reitoria da UFF, que aconteceu em setembro de 2011 e se mistura em sua memória com o processo que o levou ao Ocupa Niterói três meses depois. No dia em que completou 18 anos, estava no cordão de isolamento da ocupação da reitoria, pensando que já tinha idade para ser preso. “*E nisso eu conheci muitas pessoas, foi uma expressão de liberdade que quebrou muito meus paradigmas completamente*”, conta ele. Foi com essas experiências que ele teve uma percepção importante de si: “*se existe uma coisa que eu quero fazer na minha vida é isso, eu quero dedicar minha energia pra esse tipo de espaço. Tipo, faculdade, aula até acho legal, mas não é isso que me afeta, sabe?*”.

Dayrell é um dos autores a observar que uma concepção de juventude enquanto ausência, transitoriedade, falta, vir a ser está muito presente na escola: “em nome do ‘vir a ser’ do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro” (DAYRELL, 2003, p. 40-41). Percebe-se que há um desconforto dos jovens (em alguns casos, desde a infância) com o ambiente escolar, no qual somos obrigados por lei a frequentar todos os dias úteis, dos 4 aos 17 anos de idade⁸⁵, e somos expostos a conteúdos pré-definidos pelo Estado em um “currículo mínimo” que deve ser cumprido obrigatoriamente por todas instituições e por todos os alunos. Para além de fazer uma crítica à complexa instituição escola, vale observar por hora que, ao invés de promover *skholé*, o modelo de escola moderna que prevalece em muitas escolas na contemporaneidade, rouba-nos tempo livre, esse tempo que muitos jovens desejam resgatar através, por exemplo, da viagem.

Um dos fatores centrais dos levantes das multidões pelo mundo está, de certa forma, relacionado com essa declaração de Dayrell sobre a ênfase da escola no “vir a ser” do aluno, em um projeto de futuro que a escola (e, no caso, o Estado) possui para as crianças e jovens: “você deve estudar para *ser alguém na vida*” é uma frase comum que demonstra a visão de que o estudante ainda não “é” ninguém na vida, ele só será se passar por todos os anos escolares obrigatórios e além, numa formação que nunca termina pois nunca parece suficiente para “ser alguém”. E, no entanto, são justamente esses jovens e adultos altamente escolarizados que saíram às ruas em todo o mundo sem entender por que, após seguirem o *script* do sucesso, continuavam desempregados, morando na casa dos pais e sem perspectiva de um futuro promissor. “Esse bando de gente perdida” saiu então pelas ruas e, sem paredes, tetos, professores, currículo, sinal, inspetor, uniformes, começaram a “desaprender” um monte de coisas para, talvez a partir desse “vazio”, construir e aprender o Novo.

Estudante de Belas Artes, Ana já cogitava a possibilidade de vir a ser professora de Artes no futuro, mas a partir da experiência do Ocupa, sua visão sobre o que é ser professora também mudou: “*eu não quero ser a professora, tipo, a única que sabe tudo ali*”, ela diz, explicando que também quer aprender com seus alunos e se surpreender com o que trouxeram, e não reproduzir métodos limitadores de ensino, como “*só pode pintar dentro dessa florzinha, vai*”. Por isso, na imagem que ela foi projetando de si, imaginou que seria

⁸⁵ Segundo a alteração que foi feita na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 05/04/13. Essa regulamentação oficializa a mudança feita na Constituição por meio da **Emenda Constitucional nº59**, em 2009.

“*uma professora rebelde*” e, por isso, “*talvez até me demitam*”.

Eu queria ser uma pessoa diferente, assim. Eu vou me formar como professora, e eu quero no futuro, quando eu tiver lá na escola, eu não quero ser a professora, tipo, a única que sabe tudo ali, sabe, eu quero também que meus alunos me ensinem, eu quero que cheguem pra mim e eu fique “caraca, isso mesmo!”, sabe, eu não quero chegar e “pinta essa florizinha, só pode pintar dentro dessa florzinha, vai, faz um quadrado igual a esse aqui”, sabe. Até eu falei assim, se continuar assim, eu vou ser uma professora rebelde, talvez até eu fique passando de escola em escola, porque talvez até me demitam.

A “professora rebelde”, criada no imaginário de Ana, não se encaixa no sistema escolar de um modelo capitalista que não abre espaço para o novo, para os imprevisíveis encontros com o outro. Por isso, ela desobedece, inverte as hierarquias, está aberta para o inesperado e deseja ser surpreendida, não limita a experiência do aluno, ela o permite ser quem ele é e fazer as coisas do seu jeito, ela prefere que seja assim. Ana quer ser “uma pessoa diferente”, logo, “uma professora diferente”, diferente do padrão que ela sempre percebeu nas escolas onde estudou. Por isso, imagina que talvez as instituições não se agradem de sua metodologia libertária e ela seja constantemente “demitida” e fique passando de escola em escola. Ana quer aprender desaprendendo, desobedecendo e desaparecendo em relação à figura tradicional da professora.

4.2.3 Tempo de juventude(s)

Acho que eu, por vários fatores da minha vida, tive aquela juventude rebelde, que se fala muito por aí, e em algum momento quase me fizeram acreditar que era uma rebeldia sem causa, né. Aquela coisa que ‘você tem tudo que você precisa e você tá aí reclamando’. Mas eu tinha um desconforto com a sociedade, um desconforto com o que estava acontecendo. E aí o Ocupa marcou muito a saída do casulo, o processo de incubação. Principalmente pela negação, de querer negar tudo e todos.

Rodrigo

Essa declaração de Rodrigo apresenta de maneira especial a problemática da juventude que foi discutida mais profundamente no segundo capítulo. Em algum momento, quase o

fizeram acreditar que sua rebeldia era sem causa, não passava de um devaneio juvenil de quem *“tem tudo e está reclamando”*, mas, ainda assim, ele sentia *“um desconforto com a sociedade”*. Nesse momento, ele observa que o Ocupa marcou uma *“saída do casulo”*, o fim de um processo de incubação e, logo, uma metamorfose. Na conversa que tive com ele em 2012, Rodrigo disse: *“O Ocupa faz parte de um processo que não é tão claro assim, o início, pelo menos foi pra mim assim, o início de um processo que ainda não está tão claro, tão definido.”* Em 2014, durante a conversa coletiva, ele conseguiu elaborar um aspecto que ficou marcado em seu processo de construção de identidade naquele momento, quando passou a negar *“tudo e todos”*, a começar pelo sistema capitalista. *“Acho que ali foi o primeiro momento que eu me decidi: eu sou anticapitalista. Eu estou contra esse modelo de produção, tanto objetiva quando subjetiva, eu nego isso.”*

João Pedro também narra um tipo de metamorfose proporcionada pelo Ocupa, que teria mostrado pra ele a *“dimensão da complexidade do mundo que a gente vive”*. João tinha 16 anos na época da ocupação – *“novão”*, como ele diz – e lembra do primeiro dia em que percebeu *“uma disputa de poder enorme”* na sociedade a partir do contraste entre o ambiente tranquilo que estávamos construindo na ocupação – *“uma coisa tão pura, tão maneira”* – e o momento em que a Polícia chega para reprimir aquele acontecimento.

Eu, pô, novão, mas claro que eu sabia negócio de polícia e tal, mas, tipo assim, você que tá ali, o negócio tá acontecendo. Você vê que antes daquilo era uma parada tão tranquila, a galera conversando, trocando ideias, uma coisa tão pura, tão maneira, e ao mesmo tempo tão complicada de acontecer... Aí, tipo assim, outra coisa é que foi me dando uma dimensão da complexidade do mundo que a gente vive. Sei lá, a gente fica meio que preso nos nossos problemas de sempre e aí não entende que tem mais um monte de outras coisas acontecendo, uma disputa de poder enorme e tal. Eu acho que isso foi meio que o começo, assim, pra eu conseguir entender depois, mais a fundo, algumas coisas, meio que, sei lá, um monte de portas se abrindo pra uma outra, outras possibilidades.

Nesse momento em que *“portas se abriram”* para *“outras possibilidades”*, ele descreve então como começou a desconstruir *“um monte de coisa que acreditava muito”* e que gosta de entender como *“o filtro que eu enxergava o mundo. E a cada vez você vai descontruindo algumas coisas que você acredita e sua visão vai mudando o filtro que você enxerga as coisas e vai te dando muito mais clareza. Eu acho que o Ocupa foi esse momento que começou”*, ele conta e considera, por isso, que o Ocupa teria *“preparado um terreno”* para ele *“crescer e amadurecer sabendo que aquilo existia”* e buscar, a partir de então, interagir com a sociedade de uma maneira *“mais livre”*.

eu acho que o Ocupa meio que preparou um terreno assim pra depois daquilo, eu crescer, eu amadurecer, sabendo que aquilo existia, entendeu? Não ficar tão preso numa realidade só, e eu acho que isso foi o importante mesmo, de mais pra frente eu procurar saber mais de como interagir com a sociedade de uma maneira mais... sei lá, livre, mais direta, sem tanta burocracia no meio do caminho.

Falar sobre a experiência das juventudes é realmente ter que encarar uma multiplicidade de fatores subjetivos e objetivos que compõem esse momento simultaneamente. O processo de construção de identidade, que se mantém ativo ao longo da vida, tem sem dúvida uma intensa e significativa etapa nessa fase. Os jovens do Ocupa Niterói parecem narrar de diferentes formas a saída de um processo de “incubação”, feito principalmente dentro das instituições família e escola (a instituição igreja/religião não apareceu nas conversas), e começam a encarar o mundo de outra forma, talvez até pela primeira vez, fazendo o esforço de desconstruir os “filtros” através dos quais enxergavam o mundo e começam a encontrar-se nesse processo e a descobrir-se: quem eu sou? que mundo é esse? quem eu sou no mundo? E em meio a esses questionamentos, dialogam com um amplo universo de imagens e estereótipos que insistem em dizer-lhes o que é ser jovem, como um jovem deve se comportar, e por que “o mundo é assim”. Culturalmente, encarnamos e reproduzimos muitas dessas imagens que compõem nossos “filtros” do mundo e em alguns momentos da vida somos colocados em situações que nos ajudam a desconstruí-los e vemos o mundo a partir de outro lugar. O Ocupa foi um desses momentos.

Assim, com a abertura de um espaço comum de convivência com o diferente, os jovens tiveram a oportunidade de desconstruir algumas das imagens pré-concebidas sobre a própria juventude, que receberam da família, da escola, das mídias. Ana, por exemplo, nunca tinha tido contato com pessoas que fumassem maconha, e tinha construído internamente uma imagem de que, quando estivesse perto dessas pessoas, duas coisas aconteceriam: 1) eles certamente iriam oferecer a droga pra ela (e ela já tinha até imaginado que talvez experimentasse); 2) caso não fumasse, eles a criticariam por ser uma pessoa “careta”. Quando conheceu no Ocupa pessoas que fumavam⁸⁶, nenhuma dessas coisas aconteceu: sabendo que ela não fumava, ninguém ofereceu a ela, que decidiu por conta própria não experimentar. Ela assume que era “uma coisa que ela imaginava”, percebendo com a própria experiência que pessoas que fumam e não fumam poderiam *conviver* respeitosamente.

⁸⁶ A relação com a maconha dá abertura para uma análise interessante em relação aos usos dessa planta proibida junto aos jovens, mas que merece a devida contextualização histórica sobre o assunto, que fugiria dos objetivos deste trabalho. Vale ressaltar, no entanto, o consenso de que não se deveria fumar dentro dos Ocupas para não dar margem à criminalização da ocupação tanto pela Polícia quanto pela Mídia.

Foi meu primeiro contato forte com a maconha, com o pessoal que fuma maconha, e aí foi aquela coisa diferente. Eu pensei assim: vou conhecer o pessoal, assim, e eles vão me oferecer, não sei quê lá, e eu pensava, assim, que talvez eu até experimentasse, e eu até não experimentei, foi uma escolha minha mesmo, e eu achava legal que o pessoal nunca me ofereceu lá. E eu lembro que Tucano chegou pra mim, eles tavam fumando, aí ele falou: 'po, acho muito legal quando pessoas que fumam convivem com pessoas que não fumam e respeitam e tudo'. Aí, tipo, eu achei muito legal... Tipo, ninguém ali, eles poderiam ter falado 'ah, ela é careta, não fuma', não sei. Uma coisa que eu imaginava, o pessoal é muito legal mesmo.

O olhar do jovem também aparece em diálogo com o olhar do adulto e suas visões se mostram antagônicas ou divergentes, como quando Júlia compara a sua esperança de que alguma coisa “*está por vir*” com a desesperança de seu pai em achar que “*vai ficar sempre assim*”, e considera isso uma característica das idades de cada um, como ela diz: “*acho que por eu ser nova, ainda tenho aquele gás de acreditar que alguma coisa pode vir melhor, está por vir, e ele não, ele é totalmente desacreditado, nada vai mudar, vai ficar sempre assim, eu vou ter que trabalhar pra pagar minhas contas e os caras vão ficar mamando meu dinheiro, sabe, é bem assim*”. Moreno também traz dois olhares aparentemente antagônicos – o de uma “*pessoa status quo*” que grita pros ocupantes “*Ôh, maconheiro, vai trabalhar!*”, e o de “*companheiros de luta*” que também estigmatizavam os ocupantes como “*loucaços, sujos, playboys*” – e se assusta ao perceber o quanto esses dois polos diferenciados podem reproduzir os mesmos estigmas. Ele se refere às críticas recebidas pelo Movimento de Ação Direta (MAD) que ocupou a UFF em diferentes momentos (com diferentes nomes), e que foi citado no primeiro capítulo. No entanto, muitos desses discursos também foram produzidos em relação ao Ocupa Niterói, como lembra Júlia: “*as pessoas gritavam ‘vai pra casa, pra trabalhar, seu bando de vagabundos, seus hippies’*”.

eu conseguia entender que eu estava aqui de madrugada na praça e passava um carro Citroën novo e o cara abria o vidro e ficava gritando: “Ôh, maconheiro, vai trabalhar!”, porque na minha cabeça isso era a pessoa status quo, né, então fazia sentido ela pensar dessa maneira. Agora, eu não consegui entender, várias vezes, o fato de as pessoas que eram meus companheiros de luta, que se organizavam, que pensavam a sociedade diferente, eram estudantes, viviam muitas daquelas problemáticas, muitas daquelas coisas, terem a mesma postura para com as pessoas que estavam fazendo esse movimento de ocupação, esse movimento de autogestão, esse movimento de ação direta, falando o tempo todo: “Vocês são loucaços.”; “Vocês só querem festa.”; “Vocês são muito radicais.”; “Vocês querem destruir tudo”; “Vocês querem destruir até a Assembleia, vocês chegam aqui querendo propor roda”. (...). “Vocês que chegam aqui querendo mudar isso, então vocês são um bando de loucão sujo, que é playboy e tem sonho de ser fodido; vocês não são fodidos, vocês são um bando de playboys (...), você só tá fazendo movimento de esquerda porque você tem dinheiro, vem de uma família boa, seu pai tá bancando pra você estar aí, senão você teria que estar trabalhando que nem um trabalhador brasileiro, você não poderia estar aí dormindo na universidade, repensando a sociedade; isso é sonho de playboy.”

Jovens de classe média não têm o direito a repensar a sociedade? Maconheiros não pensam? Fazer política é incompatível com fazer festa? Só o trabalhador brasileiro é digno para reivindicar a luta popular? Trabalhadores trabalham (e lutam?) e estudantes estudam, e só? Se o jovem não trabalha, é um playboy? São infinitas as combinações de ideias pré-concebidas que dialogam conosco o tempo todo e colocam o jovem frente ao jogo de construção – e desconstrução e reconstrução - de identidades.

“Hoje somos todos jovens, já que todos temos muito o que aprender” (MONTERDE, A. 2012, p. 40). “Somos idosos, não temos medo”⁸⁷. Essas duas frases foram ditas em praças espanholas durante os acontecimentos do 15M e representam bem outros dois aspectos sobre juventudes que percebi nesses anos da pesquisa, para além do Ocupa Niterói. Por um lado, na literatura sobre esses acontecimentos, há um destaque óbvio ao fato desses novos movimentos serem protagonizados por jovens desempregados, principalmente no contexto árabe, europeu e norte-americano. Essa maior parcela dos manifestantes geralmente se encaixa na faixa entre 18 e 35 anos, ou seja, há também uma noção ampliada do que seriam “jovens” dentro de uma perspectiva etária, como já foi discutido. E, no entanto, à medida em que as ocupações crescem quantitativamente, percebe-se que há uma diversidade muito maior de perfis e idades e seria redutor chamar os manifestantes sempre de “jovens”. Em Niterói, não sentimos tanto isso, pois realmente tivemos uma hegemonia de estudantes nascidos nos anos 1990, poucos trabalhavam, não por estarem desempregados, mas por ainda estarem em idade escolar, morarem nas casas dos pais ou não precisarem trabalhar para se sustentar naquele momento. Mas, do outro lado da ponte, no Ocupa Rio, por exemplo, os participantes do Ocupa e das Assembleias que se instalaram na Cinelândia são nitidamente mais diversos em idades, profissões, classe social, residência, refletindo também o espírito mais heterogêneo da cidade.

⁸⁷ “Esse grito habitual do coletivo Yayoflaudas desmantela qualquer clichê sobre o movimento 15M e os “jovens desempregados que saem às ruas”. Os Yayoflaudas – os velinhos dos Indignados – ocupam pacificamente a Bolsa em ações como #Labolsaolavida ou sequestram ludicamente ônibus para dar aulas de cidadania aos passageiros. Isso prova até que ponto o 15M está revolucionando todas as gerações do país”. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/08/o-que-o-brasil-pode-aprender-com-o-movimento-15m/>. Acesso em: 12/12/14

4.2.4 Sobre movimentos sociais e partidos políticos

no Ocupa eu me identifiquei e foi tranquilo mas ai eu comecei a ver esse jogo de forças na cidade, que envolve partido e tudo mais, e eu comecei a ter uma postura cética, tentar me colocar de fora e tentar entender.

Bruno

O tema dos movimentos sociais surgiu com muita ênfase na conversa que tive com os ocupantes em 2014 e vários aspectos desse diálogo me surpreenderam. Em primeiro lugar, ao observar que a maior parte dos ocupantes se disse desencantado com os movimentos sociais e, ainda que tivessem tentado se envolver em diferentes coletivos e causas depois do Ocupa, não se encaixaram muito nesse sistema. Na maior parte dos casos, eles justificam isso a partir dos métodos de atuação dos movimentos sociais, já burocratizados e viciados por suas práticas tradicionais, e a partir de um fato curioso que foi apontado por todos eles, que seria o “assédio” dos militantes de partidos aos ativistas sem partido.

Rodrigo conta que uma das coisas que mais o decepcionou na faculdade foi o movimento estudantil *“com as mesmas pessoas falando, as mesmas pessoas anotando... No Ocupa não tem isso, as pessoas ali vão dialogando pra tentar interagir as forças, como tem gente que caracteriza a política assim, como uma disputa de forças, e ali acho que rola uma mediação bem boa dessa disputa”*. Após assumir ser anticapitalista, ele diz que ainda assim *“não sabia onde que eu me encaixava diante de tantos itens: socialismo, anarquismo, comunismo, enfim. Eu nem sei se sei me definir muito bem hoje”*. Após o Ocupa e como consequência dele, foi para o Fórum Social Temático, em Porto Alegre, em 2012, onde participou de duas mesas com pessoas que participaram de *occupies* em países diferentes. *“Deu pra ver que as ações eram praticamente a mesma coisa, a gente tava seguindo a mesma linha, numa sincronia absurda, mas que lá tava dando mais resultado em relação à conjuntura deles”*. No entanto, ele conta uma situação ocorrida no Fórum para ilustrar sua crítica em relação aos movimentos sociais, que ele considera “muito taxativos”:

teve uma outra situação lá também que foi muito curiosa, porque um cara no meio da noite me parou, eu estava com um casaco bem quentinho, gostava muito, e nele estava escrito Los Angeles. Aí o maluco me para no meio da noite e fala: “por que

“você tá usando esse casaco?”. Tipo: “eu tô há tantos meses organizando essa porra pra você vir aqui com esse casaco?”, e eu tinha comprado aquele casaco na Uruguaiana, mano, na box da Junks, box que só trabalha gente negra, provavelmente ainda financiando o movimento hip hop, e o maluco estava ali falando que eu não podia usar um casaco escrito Los Angeles e brigando comigo como se eu não tivesse entendido o que o Fórum estava discutindo ali. Só que eu, pinto novo, o cara foi agressivo, só que eu não tive nem tanta coisa pra dialogar de volta, foi uma coisa que eu segurei mais pra mim e conversei com uma galera depois. Na hora eu fiquei xingando ele um pouco e tal, mas, por isso, eu não tive capacidade de devolver pra ele em argumentos o quão escroto ele estava sendo, que ele podia estar afastando uma pessoa. E, na real, é isso que eu acho que rola na maior parte dos movimentos, a questão muito taxativa de “você tá usando esse casaco então você tá cultuando a cultura americana, tá exaltando a cultura americana no nosso país”.

Já Bruno levanta a questão da falta de clareza em relação ao jogo de forças que acontece dentro dos próprios movimentos, em que você não sabe “o que cada coisa representa”. Muitos concordaram e endossaram a sua crítica.

eu sempre tive a postura de tentar ver quem era quem por não entender muita coisa que estava acontecendo. Tanto na ocupação da reitoria, porque eu tinha acabado de entrar na faculdade, e, depois, no Ocupa, eu me identifiquei e foi tranquilo, mas aí eu comecei a ver esse jogo de forças na cidade, que envolve partido e tudo mais, e eu comecei a ter uma postura cética, tentar me colocar de fora e tentar entender. Na UFF também, pra caramba, porque são forças que elas não... elas não chegam e falam: “Olha, eu sou não-sei-quem e represento isso, dentro disso”, eles não se explicam, né? E isso sempre me incomodou muito, não saber o que cada coisa representava.

Gabriela concorda com a crítica às “forças obscuras” de que o Bruno estava falando, apontando especialmente para a disputa de forças entre partidos políticos: “*as pessoas não são sinceras na grande maioria dos movimentos sociais. Acho que uma grande característica no nosso Ocupa era esse, a gente era de fato sinceros uns com os outros, a gente sabia quem era de partidos*”. Nessas falas, aparece uma diferença entre militantes de movimentos sociais e militantes de partidos. Gabriela conta que sua militância no movimento feminista foi despertada no Ocupa, no momento em que uma menina propôs: “*vamos fazer um debate sobre gênero?*”. “*No Ocupa a gente tinha tantas pautas só que gênero não era uma pauta do Ocupa, né? A gente tinha uma disparidade muito grande, eram muitos homens, poucas mulheres, mulheres não podiam dormir por conta da insegurança, muitas coisas que eu falo ‘caramba, se tivesse um Ocupa hoje muitas coisas iam ser diferentes, como eu me colocaria diferente’, então o Ocupa já me tocou por essa questão que hoje em dia é o fundamental na minha vida*”. No entanto, mesmo tendo se envolvido com a Marcha das Vadias e com a Marcha da Maconha após o Ocupa, acabou se decepcionando e se afastando dos dois movimentos. No movimento feminista, “*porque eu coleí junto na organização da primeira*

[Marcha das Vadias em Niterói] e era PSTU e PSOL e eu “oh, my god!”, não achei legal assim”. E em relação ao movimento antiproibicionista, ela se afastou porque ainda tem ainda algumas questões para resolver em relação ao movimento, “principalmente por conta do machismo que eu vejo muito forte neles, e como agora a minha grande atuação é com o feminismo, eu tive que começar a repensar essas coisas”. Assim, Gabi chega à conclusão que, após o Ocupa Niterói, ela só teve frustrações em relação aos movimentos sociais com os quais se envolveu: “Foi uma experiência única e que eu nunca mais consegui repetir isso desde então. Depois desses três anos, eu fui só me frustrando com todos os outros movimentos sociais que eu cheguei perto e eu acabei largando todos eles.”

A crítica aos partidos políticos é feita por muitos desses sujeitos, ainda que estejam envolvidos de certa forma com eles, como no caso de Rodrigo, que por conta de seu envolvimento com a Marcha da Maconha, trabalhou na campanha para vereador do Renato Cinco, do PSOL, que o convidou para trabalhar em seu mandato, na Câmara do Rio. Ele também comenta sobre o quanto demorou para “entender a lógica [dos movimentos e partidos], porque é isso, né, nunca fica claro”. E comenta sobre o assédio dos partidários aos sem partido, crítica que se repetirá na fala de outros. “O assédio também, por eu estar chegando ali no movimento estudantil e não ser de partido nenhum, havia um assédio muito grande dos partidos em cima de mim, querendo fazer amizade, querendo ser meu amiguinho, tática dois e o caramba. Quase fui levado... quase fui levado, foi por pouco.” Eu não sabia exatamente o que era “a tática dois”, mas após ela ter sido citada por três pessoas, compreendi que se tratava de uma aproximação amorosa com fins, digamos assim, políticos. Moreno também falará sobre essa tática e sobre essa disputa, enfatizando que “são essas dinâmicas que eu acho que a gente tem que criticar e repensar. Não é virar e falar: ‘A instituição partido tá errado’”. Por isso, Moreno enfatiza que sua crítica não é feita às pessoas diretamente, não é dizer: “Você é errado, porque você é de partido ou o partido que é errado, ou o PSOL é errado”, não!”. Sua crítica é direcionada às práticas desses movimentos ou partidos, que segundo ele devem ser repensadas por estarem viciadas serem reproduzidas infantilmente. “A gente tem que repensar práticas, até porque as práticas são muito externas à gente, a gente reproduz muita coisa, a gente faz muita coisa que não é nossa essência, tá ligado?”. Ele considera que o Ocupa ensinou “muito muito muito” isso a ele.

Quando a gente fala “pô, tática 2 é foda”, você fica sendo disputado o tempo todo quando você tá num momento de ocupação, de efervescência e porra, cara, isso é muito constante! Você não ter partido, todo espaço que você vai, do momento que você vai tomar uma cerveja, do momento que você vai fumar um baseado, do momento que você vai se relacionar afetivamente, a pessoa vai perguntar: “Você é

da onde? Seja do meu grupo. Eu quero você comigo.” Isso é muito chato, entendeu? São essas dinâmicas que eu acho que a gente tem que criticar e repensar. Não é virar e falar: “A instituição “partido” tá errado”. Eu acho que até pode ter essa crítica, mas de uma maneira que tem ser muito mais profundamente problematizada, a como se deu toda a organização política da democracia e institucional no mundo (...).

eu acho que tem se criticar o tempo todo, sim, a certas dinâmicas sabe? E eu acho que o Ocupa, porra, me ensinou muito isso, muito, muito, muito! Porque tem várias dinâmicas que são viciadas e são muito ruins, são muito negativas, essas dinâmicas afastam muitas coisas e elas são reproduzidas infantilmente, sem memória, são reproduzidas por um “você tá entrando na parada, é isso que tá constituído”, então eu vou fazer aquilo que tá constituído, sabe? Acho que aí é que tá a problemática.

João Pedro foi outro ocupante que, depois do Ocupa, se sentiu *“um pouco perdido quanto a participar de movimentos ou quais movimentos participar ou quais movimentos não participar e tal. É que, tipo assim, parece que eu não consegui me encaixar muito bem nos lugares, porque eu achava que eu não entendia o suficiente ainda sobre o que eu estava lutando contra, o que eu estava buscando em cada espaço. Eu não me sentia tão confortável pra participar de um movimento assim tão específico”*. Nas eleições de 2012, quando ainda estava no ensino médio, participou da campanha dos candidatos a prefeito e vereador pelo PSOL em Niterói, respectivamente, Flávio Serafini e Henrique Vieira, assim como outros participantes do Ocupa Niterói, mas durante esses anos disse ter tido *“uma relação mais afastada com movimento social”* pelos motivos citados. O tipo de militância que surgiu para ele após a “abertura de horizontes” proporcionada pelo Ocupa, foi uma *“parada micro, nas microescalas, com meus amigos, com minha família, tal. Foi uma coisa que eu tentei incorporar pro meu dia a dia.”*

Apesar de canalizar sua militância numa escala micro, João Pedro enumera a todo o tempo questões macro que começaram a pautar sua existência particularmente após a experiência com o Ocupa Niterói. Como seus depoimentos já revelaram até agora, o ocupa apresentou pra ele novas dimensões da “complexidade do mundo”. Da declaração abaixo, transcrita da conversa de 2014, não consegui cortar nenhuma palavra para reduzir o tamanho do texto por receio de interromper um raciocínio tão interessante apresentado por um jovem que aos 16 anos teve uma “abertura de horizontes” e que aos 19 anos elaborava suas novas visões sobre o mundo. Sublinhei algumas partes que considere mais significativas, mas todo o texto é de grande força. Em síntese, ele considera que *“não tem só que se enquadrar num movimento social, entrar e lutar por uma pauta, por outra pauta. É tentar ter mais clareza, sabe, o que tá acontecendo no mundo hoje? Onde é que a gente tá no meio dessas relações complexas pra caralho?”*.

E, sei lá, algumas conclusões que eu tenho chegado, que era até uma parada pra gente conversar pra futuros Ocupas ou seja lá o que for, é tipo assim... De autoconhecimento mesmo, da gente conseguir entender a parte que nos cabe do problema que tem no mundo inteiro, porque não é uma coisa de agora, nem é de 500 anos atrás. Tipo assim, a forma que a gente se posiciona mesmo, e de conhecimento, como é que a gente se apropria de tudo e de tanta gente que já passou no mundo e tal, que já fez um monte de coisa, e que o Ocupa reflete isso muito bem. Reflete que você está ali sem nenhuma estrutura pra determinar como é que você vai absorver aquele conhecimento, como é que você vai exercer aquele conhecimento que você tá adquirindo.

Tipo assim, a forma de você se relacionar de maneira mais livre com as outras pessoas e conseguir construir a partir disso. A partir meio que do vazio, que eu acho que é onde surge as paradas mais concretas, porque a gente é muito muito muito condicionado, eu tenho muita convicção disso hoje em dia, que a gente é muito condicionado a viver da forma que a gente vive e que, tipo assim, é muito fácil a gente falar de genocídio de índio 500 anos atrás quando os portugueses chegaram, mas isso acontece hoje, tá ligado? Tipo assim, intervenção militar na ditadura, mas a intervenção militar acontece hoje nas favelas e tal. É meio que entender que todos esses problemas que a gente vive hoje já existem há maior tempão e que a gente tem que começar a se enxergar de uma maneira diferente, conseguir existir de uma maneira diferente.

Não tem só que se enquadrar num movimento social, entrar e lutar por uma pauta, por outra pauta. É tentar ter mais clareza, sabe, o que tá acontecendo no mundo hoje? Onde é que a gente tá no meio dessas relações complexas pra caralho? Tipo assim, quem é que determina como vai ser a escola, com base em que escreveram a Constituição? Quais são as leis eu tenho que seguir, quais são as leis eu não tenho que seguir? Tipo, milhares de perguntas. De onde é que vem a comida que eu como? Qual o problema dos transgênicos na minha comida? São coisas que não são mais acessíveis à gente, se a gente não correr atrás pra entender, porque a gente vive uma parada surreal, é como se fosse uma Matrix mesmo.

Qual relação com o ambiente que a gente tá, que a gente tem? A gente é um ser humano, a gente não é “o” ser especial da parada, e a gente precisa de tudo que está ao nosso redor. A gente come, a gente caga, tipo assim, a gente coloca coisa pra dentro, coisa pra fora o tempo inteiro. Sei lá, a gente tentar se aceitar mesmo enquanto ser humano e pensar como a gente pode tentar participar dessas interações tão complexas que tem no mundo.

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele” (FREIRE, 1996, p. 53), escreveu Paulo Freire em “Pedagogia da Autonomia”. João Pedro e outros sujeitos destacam em diferentes momentos de suas falas o fato de sermos seres socialmente condicionados, na maior parte das vezes sem ter consciência disso. Freire enfatiza a necessidade de nos reconhecermos enquanto seres inacabados (e condicionados), e, quando isso acontece, necessariamente iniciamos um processo social de busca, como descreve João Pedro, e nos tornamos responsáveis pela “eticidade de nossa presença no mundo”, a qual, ele ressalta, podemos trair. O ser consciente de seus condicionamentos passa a lutar para não ser apenas objeto, mas sujeito da História. “É nesse sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar *com* o mundo e *com* os outros” (FREIRE, 1996, p. 57-

58, grifo nosso). Segundo o pedagogo, é na inconclusão do ser que se sabe como tal que se funda “a educação como processo permanente”. O Ocupa pode ter sido o acontecimento fundador desse processo para João Pedro e outros.

4.2.5 Sobre o dissenso

...é muito difícil você ter várias demandas que têm que ser resolvidas aí do nada chega uma pessoa e fala ‘não, a gente tem que debater a metafísica, tudo que a gente tá falando aqui seria resolvido se a gente tivesse debatido metafísica’.

Moreno

Ainda que a maior parte das declarações enfatizem aspectos positivos da aprendizagem a partir da convivência entre diferentes, sabemos que esse tipo de relações intensas não acontece sem conflitos. Um dos grandes ensinamentos do Ocupa foi revelar que a busca pelo consenso necessariamente passa pelo dissenso. Mesmo “apaixonada” pela experiência, ou até por causa disso, em muitos momentos também me vi oscilando entre a excitação de fazer parte de um acontecimento global conectado em redes entre praças e cidadãos do mundo, sentindo a “vibração” da experiência acontecendo entre nós ainda que em escala micro, e sentimentos de frustração em relação às expectativas geradas de mobilização da população local, desânimo em relação às nossas próprias limitações para a ação, irritação com as pessoas e seus modos de fazer diversos (que coexistem com uma visão mais otimista em relação às mesmas coisas), enfim, sentimentos que emergem da relação com o outro, com a cidade, consigo mesmo. Dos ocupantes que manifestaram críticas ao acontecimento, Rafael foi o mais incisivo, afirmando que, a partir de suas expectativas do que era o movimento *Occupy*, teve um “choque de realidade” no Ocupa Niterói. “*Houveram algumas conclusões, algumas reflexões, lógico que não foram só reflexões positivas*”, ele fala. Suas críticas são direcionadas à política e às pessoas.

Em relação à política, no sentido da capacidade das pessoas se relacionarem e de propor, de pensar política, eu fiquei extremamente decepcionado. Com as pessoas de lá do Ocupa não, mas da real capacidade de se mudar alguma coisa no modo de

fazer política a partir de um movimento como Occupy Niterói. Acho muito distante, acho que é possível, claro, mas acho que tá muito distante da nossa realidade, não é resignação, mas saber que é periférico, a gente está localizado num lugar geograficamente periférico a esse movimento, pra evolução, periférico em todos os sentidos.

E também em relação às pessoas, acho que o discurso alternativo ao discurso hegemônico de planejamento urbano e de política, principalmente, tá muito fraco, muito frágil, assim. As pessoas não sabem direito o que querem ou não demonstram competência. Baseado nas experiências que a gente teve na interface com o poder público, mas também pelo conteúdo das propostas levantadas dos participantes, muito positivas do ponto de vista experiencial, do ponto de vista reflexivo, e até da divulgação da ideia, mas muito muito muito frágeis do ponto de vista pragmático de quem quer mudar a forma da cidade através de políticas, de mecanismos e através de um reconhecimento da cidade.

Rafael enfatiza o local periférico em que nos encontramos em relação aos acontecimentos globais e também as limitações das pessoas em realizar uma transformação concreta na cidade que elas nem mesmo conhecem. Rodrigo também faz críticas e chega a citar o filósofo Bauman em suas reflexões sobre o excesso de “fluidez” na organização do Ocupa quando diz que *“nada deve ser tão rígido, mas as coisas fluidas como foram no Ocupa deram errado, a gente não tinha uma organização pra fazer as coisas quando ela é fluida demais. Acho que a gente ainda tem que achar um limite entre essa rigidez e essa fluidez...uma rigidez onde as coisas fluam, que é bem difícil, na verdade”*.

Moreno também apontou algumas questões nesse sentido: *“Porque os nossos espaços, eles... tiveram muitos espaços bons, mas faltou muita organização em muitas coisas pra se manter uma dinâmica de oficina, uma dinâmica mais estruturada na troca didática, isso dentro do Ocupa tinha muito deficit. A gente marcava coisa, quase não chegava ninguém, quando chegava estava muito atrasado e aí começa uma parada que foi marcada meio dia, começava seis horas da tarde.”*. Em outro momento, Moreno comentou sobre a necessidade de disciplina que uma assembleia exige, algo que ele diz também ter aprendido no Ocupa: *“até porque não existe assembleia sem disciplina, né, cara. Isso foi uma coisa que me mostrou bastante ali, é muito difícil você ter várias demandas que tem que ser resolvidas aí, do nada, chega uma pessoa e fala ‘não, a gente tem que debater a metafísica, tudo que a gente tá falando aqui seria resolvido se a gente tivesse debatido metafísica”*.

Rimos bastante desse comentário sobre a metafísica na roda de conversa em que estávamos, em 2014, e em alguns momentos essa questão voltava em outro assunto. Foi o caso desse trecho em que João Pedro faz outra reflexão ao seguir com esse assunto da organização no Ocupa e inevitavelmente acaba chegando na metafísica. Ele começa dizendo que nosso Ocupa não teve muito problema:

Porque que eu acho que o nosso Ocupa não teve muito problema. Eu acho que ele foi do jeito que dava pra ser. Não teve muito problema. Ele existiu com base no que a gente tinha ali. Ninguém tinha capacidade de fazer uma mega organização, de fazer assembleia bolada e resolver os problemas de Niterói, até porque isso não ia acontecer num estalar de dedos.

E então continua, afirmando que aquela nossa roda de conversas era o Ocupa ainda e que “*a gente é o Ocupa*”, e que mesmo quem não foi é o Ocupa também e que “*até o cara mais filho da puta do mundo é parte da gente*” e que teríamos que descobrir então uma maneira de nos relacionar. Ele descreve o que entende pelo fenômeno Ocupa globalmente: “*as pessoas que não aceitam mais viver condicionadas, mesmo que não saibam*”.

Eu acho que isso aqui é meio que o Ocupa ainda, entendeu? É a possibilidade de fazer um outro Ocupa. Também a gente é o Ocupa. A galera que não foi também é o Ocupa, sabe? É meio confuso, eu não consigo explicar isso direito hoje, porque eu não entendo muito bem ainda. Mas o Ocupa é meio que uma manifestação natural que vai se desenvolver no mundo todo ainda, porque são as pessoas que não aceitam mais viver condicionadas mesmo que não saibam que estão tão condicionadas assim, procurando o “algo a mais” que todo mundo tem.

Uma galera vai pra política, outra pro movimento social, outra pro outro lugar, mas tipo assim, na real, na real mesmo, até o cara mais filho da puta do mundo é parte da gente. O problema que tá nele também tá na gente. E enquanto a gente não descobrir qual a maneira que se relacionar, de ser rígido e fluido ao mesmo tempo, é meio que isso, entendeu? É o caminho do meio mas... Porque sei lá, tem uma galera que gosta de falar assim, mas que só quer entrar no fluxo. Mas tem que saber qual é a parte que nos cabe pra determinar o fluxo. (...) Eu acho que isso aqui é a maior doideira, assim, que o Ocupa meio que foi um grilhão disso na minha cabeça, não sei.

Nessa hora alguém lembrou: “*Tá vendo, por isso a gente tinha que discutir metafísica!*” E rimos novamente. João Pedro concordou, relativizando:

Exatamente, mas tipo assim, como que a gente consegue mostrar que a gente tem que discutir... Tipo assim, a metafísica é uma parada complexa mas ao mesmo tempo não tão complexa. Ela tá em todos os lugares ao mesmo tempo, não sei. Como é que eu relaciono tudo que é tão material com as coisas que a gente acha que são tão abstratas? Porque não é tão abstrato assim, acho que é o mais natural que existe que a gente tá tentando entender, porque não é tão complexo, é o simples, é o ser, cara, não sei.

“*O que eu falo depois disso tudo? Não tenho nem o que falar*”, disse Bernardo na ocasião. Foi um consenso.

4.3 #Ocupa: uma experiência no (ciber)espaço

É quase você sair pra um outro lugar, mas sem sair da sua cidade

Bernardo

4.3.1 Entre o público e o privado, entre cidades e redes

Antes de morar em Niterói, Rodrigo morava no município vizinho de Maricá, cidade costeira com 150 mil habitantes. “*Numa cidade pequena eram outras relações que eu tinha com a cidade. De poder andar, de não ter muito medo, né*”, conta. No entanto, após seu pai ter sido assassinado na cidade, sua mãe ficou com medo de deixar ele na rua. “*E aí minha vida começou a ser muito no condomínio*”. Quando veio pra Niterói, com 12 anos, conseguiu “*driblar essa noia dela*”, e de 13 anos em diante ele conta que “*ocupava muito a rua, ficava mais tempo na rua que em casa, né. Fazendo coisas com o grupo*”. E então ele descreve sua experiência com a rua naquele momento: “*eu nunca tinha sentido a rua como espaço de outras pessoas também, sabe? Eu sentia a rua como um espaço meu. Aquela coisa de privatizar esse pedacinho de rua que agora eu estou pisando e não sentir que aquilo ali era um espaço que podia encontrar outras pessoas*”.

A favor da rua. Lefebvre (1999, p. 27) apresenta seus argumentos: “A rua? É o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas)”. Na rua acontece o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana. A rua informa, constrói símbolos, brinca: “Nela joga-se, nela aprende-se.” Sem a rua, a vida da cidade seria extinta pois a reduziria a um mero dormitório. “A rua é desordem? Certamente. (...) Essa desordem vive. Informa. Surpreende.” A desordem cria uma “ordem superior” que protege a própria rua: não por acaso, quanto mais desertas, mais perigosas se tornam. A rua também é o espaço dos grupos que se apropriam dela. “Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, *apropria-se* dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado” (LEFEBVRE, 1999, p. 27, grifo do autor). Por fim, “quanto ao acontecimento revolucionário, ele sempre acontece na rua”, o que mostra mais uma vez que de sua desordem engendra uma outra ordem.

Rodrigo continua tentando investigar “*o que é isso que as pessoas falam que é o*

espaço público mas que na verdade representa muito mais o espaço privado de cada um”, ou seja, *“aquela ideia da minha liberdade que vai até não interferir na do outro”*. Ele cria então a imagem das pessoas andando na rua, cada uma dentro de uma bolha, e a ideia é que as bolhas não toquem nem invadam o espaço da outra. *“É como se cada um andasse com uma bolhinha em volta de si e essas bolhinhas tivessem que ser respeitadas, né, quando a gente anda na rua, tipo... Se eu parar aqui agora, pegar um trompete e ficar tocando, eu vou estar entrando na bolhinha dos outros”*. E ele complementa dizendo que dentro da sua casa, ou seja, em seu espaço privado, é a mesma coisa: depois das dez horas da noite ele não pode mais tocar seu trompete, mas ainda assim ele considera essas regras de convívio fundamentais também. *“Porque a gente tá vivendo em cidade agora, e é uma outra relação.”*

Contra a rua. Argumenta Lefebvre: *“Lugar de encontro? Talvez, mas quais encontros? Superficiais. Na rua, caminha-se lado a lado, não se encontra. É o ‘se’ que prevalece. A rua não permite a constituição de um grupo, de um ‘sujeito’, mas se povoa de um amontoado de seres em busca. De quê?”* (LEFEBVRE, 1999, p. 28). Ao longo dos séculos, o mundo da mercadoria se desenvolveu na rua, transformando-a numa vitrine, um desfile entre as lojas. E com a espetacularização da mercadoria, as pessoas também teriam se tornado espetáculo umas para as outras. *“A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo”* (LEFEBVRE, 1999, p. 28). E, se por um lado, a rua é o lugar do acontecimento revolucionário, também se tornou lugar privilegiado da repressão. *“Em caso de ameaça, a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua”* (LEFEBVRE, 1999, p. 28). Se não há encontro e reunião na rua, ela converte-se *“numa redução indispensável à passagem solitária, cindindo-se em lugar de passagem de pedestres (encurralados) e de automóveis (privilegiados)”*. A rua passaria a ser então não mais do que *“a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo”* (LEFEBVRE, 1999, p. 29).

Mesmo Niterói sendo considerada uma cidade pequena se comparada à vizinha Rio de Janeiro, isso não necessariamente se torna um fator facilitador de encontros na cidade. Como disse Bernardo: *“a cidade tem meio milhão de pessoas. A gente diz que é pequena, que é um ovo, que todo mundo se conhece, mas não tem como né. Mesmo da mesma idade, da mesma renda, da porra toda, mesmo bairro, impossível, né?”*. Ana se surpreendeu ao encontrar no Ocupa Niterói pessoas que ela *“não sabia que existia”* na mesma cidade em que morava, e que mesmo com tantas afinidades e proximidades, não haviam se encontrado antes. Ela se perguntou: *“como essas pessoas não se reuniram?”* e considerou que se os tivesse conhecido antes, *“talvez até eu poderia estar melhor”*.

Eu tinha aquele fascínio por gente da natureza que gosta de paz, amor, mas não sabia que existia, não sabia que existia aqui em Niterói, perto de mim, sabe, pessoas assim, aí quando eu vi aquelas pessoas, quando eu aquela plaquinha “a favor do amor”, eu pensei como essas pessoas não se reuniram, como a gente não se conheceu antes, porque eu não conheci esse pessoal antes, talvez até eu poderia estar melhor.

Os sujeitos estão dispersos no território e cada vez mais confinados em espaços privados. Não há muitos espaços públicos ou, quando há, o medo do outro impede muitas vezes que os cidadãos o usufruam. Por isso, acontecimentos como o Ocupa são também uma oportunidade de refundar o público, de lembrar: “este espaço é público e nós somos o público”. Instaura-se com esse acontecimento um outro lugar, ou melhor, um outro espaço, para usar a terminologia de Certeau, autor fundamental para compreender a multiplicidade das relações dos sujeitos com o espaço. Analisando relatos de espaço feitos por cidadãos, percebeu diferentes modos de praticar – e narrar – o espaço da cidade, e a partir daí faz algumas distinções: entre lugar e espaço; entre mapas e percursos; entre estratégias e táticas. A partir das narrativas dos praticantes, observou que no texto da cidade planejada, há uma cidade “metafórica” que revela-se através das práticas do espaço e que fundam “uma outra espacialidade (uma experiência “antropológica”, poética e mítica do espaço)” (CERTEAU, 1990, p. 172). Relatar o espaço já seria, em si, uma prática do espaço. “Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço” (CERTEAU, 1990, p. 200), diz Certeau, que explica a distinção entre “espaços” e “lugares”: “Um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”; é “uma configuração instantânea de posições”; indica estabilidade (CERTEAU, 1990, p. 201). Já o espaço é “um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram.” (CERTEAU, 1990, p. 202). Como sintetiza em uma frase: “o espaço é um lugar praticado” (CERTEAU, 1990, p. 202). Se a cidade é um lugar planejado, o Ocupa é um lugar praticado, ou seja, um espaço. Semelhante à ideia de experiência que estou tratando aqui, Certeau (1990, p. 202) observa que “‘existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas’. A perspectiva é determinada por uma ‘fenomenologia’ do existir no mundo”.

Rafael passou o ano estudando e pensando a cidade em seu curso de mestrado e encontrou no Ocupa um *espaço* onde aqueles conteúdos poderiam sair do papel e se materializar no território urbano – ou seja, um espaço para “praticar” -, ainda que tenha se frustrado por não conseguir realizar algumas das coisas que tinha expectativa (como mapear os imóveis desocupados da cidade, fazer mapas, produzir dados), pois, afinal, eram expectativas mais dele e não necessariamente das outras pessoas. Ainda assim, ele comenta o

quanto aquela experiência foi importante, não só para catalisar os conteúdos “que tinha recebido”, mas para pensar a cidade de um outro ponto de vista que não do teórico/pesquisador.

Com certeza foi um espaço muito importante de reflexão, por me fazer catalisar um conteúdo que eu tinha recebido o ano inteiro, num ambiente agradável, pensando de um outro ponto de vista, do ponto de vista do cidadão, da pessoa que vive na cidade e não do teórico, pesquisador.

Outros sujeitos também destacaram uma mudança de perspectiva proporcionada pelo espaço praticado do Ocupa. “*É quase você sair pra um outro lugar, mas sem sair da sua cidade. Foi mais ou menos isso, assim. Foi uma troca*”, observou Bernardo. Gabriela percebeu naquele acontecimento a dimensão ao mesmo tempo ordinária e extraordinária do cotidiano e, como outros sujeitos, compreendeu uma dimensão fundamental da política geralmente desconsiderada em nome da política institucional: “*Eu aprendi a fazer política, aprendi que política é feita no cotidiano.*” Bruno também percebeu essa relação entre política e cidade no cotidiano e passou a considerar “política de verdade” como “o que se faz na cidade”: “*porque antes eu via política como institucional né, e eu comecei a entender que tudo que a gente fazia era política*”. Nessa fala, também aparecem as dimensões da aprendizagem e da “metamorfose” proporcionadas pela experiência Ocupa, como citadas por outros ocupantes.

Comecei a ver política de outra forma, comecei a ver a cidade de outra forma, comecei a ver a própria relação com as pessoas, tanto no nosso grupo quanto fora, mudou bastante coisa, assim... Me mudou muito, mudou completamente sim. É um ponto fundamental na minha história de vida até agora. Então, acho que é uma mudança tão grande que é difícil pontuar, mas acho que na questão de entender política de verdade, como o que se faz na cidade, isso foi fundamental, porque antes eu via política como institucional né, e eu comecei a entender que tudo que a gente fazia era política.

“*Onde termina o público e onde começa o privado?*”, foi a pergunta que Rafael jogou para a roda em uma das reuniões prévias ao acampamento. Rodrigo lembra que essa questão o acompanhou durante todo o Ocupa e em outros espaços que ele passou a participar desde então, e segue tentando ilustrar seus pensamentos com imagens sobre o assunto. Sua memória parte dessa pergunta na reunião e dá um salto até um dia comum no acampamento, quando ele narra uma curiosa cena que revela os limites borrados entre público, privado, cidade, política e cotidiano.

quando eu penso nessa pergunta vem outra imagem da gente já acampado aqui, já estávamos bem familiarizados com a coisa, aí o Alexandre acorda, sai da barraca de cuequinha, dá aquele bocejadão sacas - “aaargh”, tipo: “tô acordando, levantando da minha cama” - e umas senhoras passando no calçadão, olhando pra gente, assim, meio aterrorizadas, sabe? Acho que isso tem muito a ver com o que é público e o que é privado, né? A gente imagina que isso são coisas que a gente faz num lugar privado, assim. Mas não são coisas com as quais você tenha que se envergonhar, que você tem que esconder dos outros. São coisas muito naturais, assim.

O Ocupa instaurava uma dimensão antes privada do cotidiano (acordar de cuequinha e bocejar) em meio ao espaço público (a Praia de Icaraí), ao mesmo tempo em que aquele acontecimento estava conectado a um fenômeno político global que se passava simultaneamente em milhares de praças do mundo, onde haviam outros tantos “Alexandres” acordando e se espreguiçando. E não só isso: cozinhando, comendo, dormindo, defecando, estabelecendo outra dinâmica para essas e outras práticas ordinárias do cotidiano. Ao conviverem durante muitos dias num espaço diferente das suas casas, compartilhando alimentos, resolvendo juntos a organização das tarefas do dia, revezando-se na segurança do espaço etc., esses praticantes procuram “dar um sentido à vida por meio da ressignificação do cotidiano como espaço de reivindicação coletiva de direitos usurpados”, segundo Alves (2012, p. 36). A prática de cozinhar e comer juntos, por exemplo, foi citada por algumas pessoas como um aspecto fundamental daquela experiência, como disse Moreno, enfatizando inclusive que lidar com essas coisas básicas do ser humano – comer, dormir, defecar - naquele novo contexto pode ter sido mais significativo do que as práticas de debate e assembleia, por exemplo, “*porque no nosso cotidiano urbano a gente vive uma vida muito em torno do trabalho e das rotinas que envolvem as funções do trabalho, e não pensamos muito*”. Nesse sentido, ele explica como o Ocupa promoveu uma abertura de paradigmas.

Acho que é isso, a parada do Ocupa que mais me marcou foi isso, abrir paradigmas, paradigmas de que várias coisas eram possíveis, várias relações eram possíveis entre pessoas, conhecer um bando de gente que você nunca viu na vida e dormir com essas pessoas e ter uma relação com elas de acordar e estar junto, tomar café, pensar o que vai comer, e também valorizar essas coisas, porque no nosso cotidiano urbano a gente vive uma vida muito em torno do trabalho e das rotinas que envolvem as funções do trabalho, e não pensamos muito. Comer é uma coisa que você vai no restaurante ou que tá preparado e você só esquenta. As pessoas não comem muito junto, comem correndo. E quando você tira isso, tu vê como é importante, como o que move os seres humanos, os animais em geral, é o básico, é comer, é ter um lugar pra dormir, pra cagar, pra tomar banho... Isso que é resistência mesmo à natureza. Acho que isso me marcou muito mais que as práticas de organização, de assembleia.

Ao prosseguir com sua reflexão sobre os limites tênues entre público e privado, Rodrigo chega então ao que ele chama de “*fenômeno Facebook*”. Ele compara que até um século atrás as pessoas escreviam num diário e hoje elas escrevem no *Facebook*, invertendo a

relação do que é privado para público. “*O que a gente escrevia no lugar mais íntimo, hoje em dia é o que a gente joga ali na nossa timeline pra qualquer pessoa ler, inclusive qualquer pessoa mesmo*”, enfatiza. Estudante de Psicologia, ele analisa essa nova fase da sociedade, que ele chama de social-virtual, do ponto de vista do espelho, que reflete uma imagem invertida e não deixa espaço para sombra, afirmando que o Ocupa também foi fundamental para “mexer” com isso nele.

eu acho que a gente entrou de fato num outro momento da sociedade que é esse da sociedade ligada pela internet, pelas redes que a internet possibilita assim. É o social-virtual. Como tudo que é virtual não deixa de ser uma imagem, né. Uma imagem eu tô falando de física, gente. Eu gosto dessa analogia à física. Imagem do espelho, assim, ela reflete exatamente o contrário, sabe? Não deixa espaço pra sombra... São alguns conceitos também que... assim... hoje eu faço Psicologia, e esses conceitos da Psicologia fazem algum sentido pensar nessas coisas pra mim. E o Ocupa foi fundamental pra mexer muito com isso meu, assim...

Sabemos que os movimentos de ocupação de espaços públicos em todo o mundo atuaram na interface entre cidades e ciberespaço e que a vida no mundo contemporâneo se constitui em grande parte nessa relação. As redes, destaca Parente (2010, p. 91), sempre tiveram o poder de produzir subjetividade e pensamento e, com a emergência dos dispositivos de comunicação, essa reciprocidade se torna mais evidente. Castells (2013, p. 106) observa que, nessa nova conjuntura, “a nova subjetividade apareceu na rede. A rede torna-se o sujeito”. Já Carrano (2003, p. 32) destaca que “a metáfora das redes sociais contribui para uma compreensão mais aproximada das reais movimentações dos sujeitos nos diferentes espaços sociais da cidade”. Além de desconstruir paradigmas *sobre* a cidade, o Ocupa atua *na* própria cidade, como disse João Paulo anteriormente, “te coloca no chão”, ao mesmo tempo em que te faz transitar em rede por outras cidades, praças e sujeitos pelo planeta. Essa relação entre o global e o local era permanentemente lembrada em nossas conversas no acampamento e geralmente debatíamos a conjuntura global em diálogo com as questões locais da cidade e vice-versa. Essa relação foi destacada na fala da Ana, que, sem desmerecer os acontecimentos globais, passou a valorizar muito mais a sua atuação local: “*o que eu posso fazer, sabe, é o que eu posso fazer aqui, agora*”, dizendo que essa nova percepção sobre a cidade e sobre o seu papel de cidadã foi impactante pra ela.

Claro que só porque está lá em outro país eu não vou me interessar, só que eu estou aqui em Niterói, estou na minha cidade, e o que eu posso fazer, sabe, é o que eu posso fazer aqui, agora, no momento que eu tava fazendo, naquela hora... Aquilo já foi impactante pra mim, sabe? Eu me envolver mais com alguma coisa, sabe, aquilo já foi muito pra mim, sabe? Agora quando passa propaganda eleitoral, eu presto mais atenção, eu nem ligava, hoje eu fico assim, 'po, sera que esse cara...', eu fico atenta.

Ana se tornou *atenta*, esse estado de espírito fundamental para a experiência educativa, que antagoniza com a acelerada desatenção dos habitantes das grandes cidades. As falas dos ocupantes revelam que elas e eles passaram a ver e praticar o espaço urbano de outros modos após as aprendizagens promovidas pela experiência Ocupa Niterói. Inspirado pelas ideias de Certeau e a partir do seu estudo sobre jovens de Angra dos Reis, Paulo Carrano também nos ajuda a compreender as relações humanas na cidade como relações educativas. Segundo esse autor, o processo formativo nos cotidianos urbanos acontece através das inúmeras práticas que se dão “entre a continuidade e a descontinuidade, a previsibilidade e a aleatoriedade, a homogeneidade e a heterogeneidade; ou seja, no próprio movimento da vida e da *práxis* social”. Assim como no Ocupa, “vivemos cotidianamente muitas situações que não foram intencionadas para serem educativas, mas que, efetivamente, geram efeitos educativos” (CARRANO, 2003, p. 32).

Os relacionamentos que os sujeitos estabelecem entre si nos diferentes territórios da cidade são educativos, mesmo que nem sempre estejam voltados para os ideais da cidadania democrática. Da mesma forma, ninguém pode prever se as experiências sociais terão efeitos duradouros ou se serão inscritas apenas como eventos superficiais na formação da subjetividade. Podemos afirmar, contudo, que a rede de relações que os sujeitos estabelecem, sua amplitude, qualidade e intensidade, são indicadores dos processos de configuração de identidades em determinada formação social. (CARRANO, 2003, p. 31)

Os territórios urbanos formam assim “redes de relações e práticas que configuram um amplo espectro de fatos sociais educativos” (CARRANO, 2003, p. 21). Para Carrano (2003, p. 20), as práticas sociais que ocorrem na cidade podem ser incorporadas ao conceito de educação “uma vez que compreendem em suas dinâmicas culturais a formação de valores, a troca de saberes e, em última instância, a própria subjetividade”, como podemos identificar nos depoimentos dos ocupantes niteroienses. Assim, ao reconhecemos as cidades em sua multiplicidade de espaços e práticas educativas – não só o Ocupa, mas todos os espaços de trânsito e permanência, públicos e privados -, estamos contribuindo para a compreensão “da totalidade do processo educacional, da qual a escola faz parte” (CARRANO, 2003, p. 20). Por isso, os relacionamentos humanos na cidade instituem práticas educativas capazes de “promover circunstâncias e ações transformadores das pessoas e dos significados culturais” (CARRANO, 2003, p. 27). Para além da cidade-conceito, existe uma cidade educativa, e ela é feita de uma extensa rede de relações sociais, online e offline.

4.3.2 Sobre o Facebook

Com o mínimo de consciência sobre o que é privacidade, você não vai usar o *Facebook*.

Bruno

É inegável a centralidade do *Facebook* como plataforma hegemônica de comunicação em rede entre os ocupantes e indignados do mundo inteiro, ao lado de outras como *Twitter* e *Youtube*. Foi através do *Facebook* que a maior parte dos ocupantes soube do Ocupa pela primeira vez; foi através dele que a maior parte das ocupações foi articulada virtualmente; foi através dele que as pessoas de diferentes ocupas e *occupies* se conectaram e trocaram informações. Com um simples “curtir”, passamos a acompanhar notícias de diferentes ocupações pelo mundo, em tempo real, a partir das falas e olhares de diferentes sujeitos. Os recursos oferecidos por essa plataforma, como a criação de páginas, grupos de discussão, eventos, facilitaram bastante a comunicação dos movimentos e vêm sendo usados em larga medida em milhões de ocasiões que envolvem as manifestações globais. Ainda assim, a plataforma se mantém numa posição dúbia: não há dúvidas da sua importância para a articulação dos movimentos e acontecimentos, mas há também uma forte desconfiança em relação à política de segurança de dados promovida pela empresa de Mark Zuckerberg, que detém as informações pessoais de um bilhão de pessoas do planeta, lucrando significativamente com isso. Paradoxalmente, Zuckerberg integra atualmente o grupo do 1% mais rico do planeta⁸⁸, contra o qual os 99% articulam sua resistência – e o fazem através do *Facebook*. Em busca por plataformas alternativas, foram desenvolvidos projetos como o N-1⁸⁹ e o Diáspora⁹⁰, ainda restrito a um pequeno grupo de ativistas digitais.

Eu mesma estava cansada dos excessos de *Facebook* quando iniciei a pesquisa e percebi a importância dessa plataforma para a organização das ações globais. Desejava sair dessa rede naquela época, quando li o artigo de Bruno Cava, participante do Ocupa Rio, intitulado “*Não é hora de sair do Facebook*” (CAVA, 2011). Nesse texto, o autor aborda a colonização da internet e sua crescente privatização, discutindo os antagonismos que existem

⁸⁸ ONDE moram os ricos mais ricos. BBC News: 24/01/15. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2015/01/150124_ricos_maisricos_hb. Acesso em: 24/01/15

⁸⁹ Disponível em: <https://n-1.cc/>

⁹⁰ Disponível em: <https://joindiaspora.com/>

para os militantes na utilização do *Facebook*. O autor defende que “é preciso assumir o tempo que se vive no conjunto de seus paradoxos, contradições e perplexidades”, informando que o antagonismo persistirá, mas deve ser combatido de dentro. Ele propõe que “ocupemos o *Facebook*” com nossos movimentos “em enxame” nessa “guerra antropofágica contra a civilização”.

Apesar de tudo, o antagonismo persiste, *dentro e contra*. É preciso resistir e ocupar. Não é hora para saudosismos. A luta central está em imergir na ecologia das redes sociais e, do interior, transbordar dos aparelhos de captura e expropriação. Daí que, talvez, a melhor tática não seja sair do Facebook para a N-1 ou Anillosur, numa nostalgia de bom selvagem, mas ocupar maciçamente e democratizar o próprio Facebook. (CAVA, 2011)

No Ocupa Niterói, como em outros Ocupas, havia ainda outro incômodo em relação ao uso do *Facebook*: o fato da movimentação digital não representar a movimentação corpórea no território ocupado. No grupo do *Facebook* do Ocupa Niterói havia 800 participantes, enquanto a presença na praça não passava, muitas vezes, de 1% desse total. Em todos os eventos que criávamos naquela plataforma, sabíamos que não podíamos contar nem com a metade das pessoas que confirmavam presença. Muitos ocupantes niteroienses se indignaram com isso e saíram do grupo virtual, preferindo permanecer na praça. Esse sentimento se refletiu na fala de alguns sujeitos, que preferiam o olho no olho ao mundo de “curtição” do *Facebook*, como disse Rodrigo, que destaca a plataforma como uma “ferramenta ambígua”.

Falta muito olho no olho, o computador acho que faz isso bastante. Tem muita gente dando o sentido errado, assim, é uma comunicação, não é uma vida. Tem muita gente que leva aquilo como uma vida, entra dentro daquele mundo ali e vive um personagem. Não que o que a gente faça saindo na rua também não sejam atuações, são personagens, mas, óbvio, a comunicação tem que ser aproveitada, óbvio, é uma ferramenta muito forte, mas acho que toda ferramenta tem essa ambiguidade.

Já Ana decidiu sair do *Facebook*, por sentir “uma pequena aversão” com a autopromoção que acaba surgindo nesses suportes. Ana lembra que tal incômodo já existia desde o *Orkut*, a rede social mais popular no Brasil antes do *Facebook* aparecer, e que, na época da hegemonia dessa outra rede social, ela também decidiu excluir seu perfil, por considerar que seus usos não a estavam fazendo bem. Ela conta: “*eu lembro quando eu falei assim 'isso não tá me fazendo bem, não tá me fazendo bem', aí eu chorei quando eu excluí o Orkut, mas eu fiquei bem, sabe? Porque era uma coisa assim: 'ah, eu tenho que atualizar, toda vez, meus álbuns', ter que botar uma coisa atual. Não é a minha praia ainda, talvez possa ser um dia*”. Por isso, apesar de serem principalmente no *Facebook* onde as

informações sobre os Ocupas circulam, Ana optou por ficar fora dessa rede em 2012, solicitando que a gente continuasse avisando a ela por e-mail ou por telefone sobre as próximas ações. Ela conta sobre sua saída do *Facebook*:

Durante o Ocupa eu compartilhava as coisas, mas aí eu sempre tive essa..., uma pequena aversão. Eu sei que é meio boboca até dizer isso, porque o Facebook, rede social, assim, como fala, é rede social, é pra você se conectar com as pessoas. Por exemplo, Pinheirinhos, aquilo eu fiquei sabendo pelo Facebook, tem coisas muito legais que as pessoas compartilham e tudo, mas a maioria pra mim era muito boboca, quando a gente entra no Facebook, a gente vai praquela página inicial que tem todas as atualizações, e agora tem até aquela barrinha na lateral que mostra todas as atualizações, e aquilo ali não era, assim, coisa legal, assim, eu não gostava de ver, eu não me identifico com essas coisas. As pessoas se autopromovem, que, pra mim, nesse momento, eu não consigo lidar com isso.

Como contei no começo do capítulo, Ana agora já “consegue lidar com isso” e decidiu voltar ao *Facebook*, dois anos depois, justamente para aproveitar essa “autopromoção” na disseminação de seu atual trabalho artístico. Ainda assim, observa-se que, apesar do *Facebook* ser uma plataforma central para os movimentos e acontecimentos do presente, havia um incômodo geral entre os participantes, que acabam aceitando e literalmente “curtindo” a plataforma pelo fato de praticamente todas as pessoas estarem conectadas ali, facilitando enormemente a comunicação interpessoal em vários níveis. Existe um discurso comum dos ativistas que enfatizam a importância de “*sair do Facebook e ir pra rua*”, apesar de transmitirem essa mensagem no próprio *Facebook*. Castells também observa essa relação ambígua com a plataforma sendo apresentada no contexto global.

Apesar da sua utilidade, o *Facebook* era criticado no movimento por ser uma plataforma com proprietários, o eu se chocava com a abertura valorizada pelo movimento. Da mesma forma, o novo software de reconhecimento facial do *Facebook* identifica imediatamente pessoas com fotografias, e isso era malvisto, dada a desconfiança de que o *Facebook* não protegeria a privacidade caso intimado por autoridades. (CASTELLS, 2013, p. 138)

Sem dúvida, o *Facebook* também é parte do “campo” da pesquisa, já que os movimentos Ocupa são indissociáveis da interface cidades-ciberespaço e obviamente trata-se de uma plataforma central para esses movimentos contemporâneos. No entanto, a partir dos depoimentos dos sujeitos, podemos observar que “a” experiência, essa experiência transformadora e educativa, não aconteceu “no” *Facebook*, mas “através dele”. Através dele, soubemos do acontecimento e um leque de “modos de fazer” online se abriu: curtir; compartilhar; curtir e compartilhar; confirmar presença e não ir; confirmar e ir; não confirmar e ir; ir uma vez e postar no *Face*; ir todos os dias e nem postar; enfim, são muitos os modos

subjetivos de se relacionar com essa plataforma na relação de cada um com a cidade e com a vida de uma maneira geral. Ainda assim, é notável o fato de que nenhum deles citou o *Facebook* como parte das suas aprendizagens no Ocupa, por exemplo. As experiências narradas pelos sujeitos aconteceram na ocupação física, no encontro com o outro na praça, na rua, na cidade.

Não se trata de dicotomizar ou demonizar a plataforma, mas problematizá-la ou talvez relativizá-la. Há, por outro lado, uma importante função do *Facebook* dentro da relação sentido/experiência, pois é através dele (e de outras plataformas) que os sujeitos *narram* suas experiências, tornando-as compartilháveis e intercambiáveis, tendo isso um valor fundamental para a narrativa. Para Benjamin, o narrador não está mais entre nós, justamente porque teríamos perdido a capacidade de intercambiar experiências num ritmo mais artesanal de comunicação - o que, é claro, não é o caso do *Facebook*, que impõe o ritmo dos algoritmos às narrativas. A questão é que quando a experiência acontece é geralmente seguida de narrativa: o sujeito da experiência sente necessidade de narrar o que lhe aconteceu para dar-lhe sentido por meio do compartilhamento com o outro. De certa forma, muitos fazem isso através do *Facebook* hoje em dia.

4.4 “Seja um ocupante!”

A ocupação, o encontro de pessoas com convicções convergentes,
transforma a elas próprias

#OcupaGolfe

Afinal, o que é o Ocupa? O que significa ocupar? Mesmo depois de todos esses anos, todos esses ocupas e ocupantes, todas as leituras (não só de textos, mas também da leitura do mundo, de que fala Freire), não há uma resposta certa para essas questões. É claro que existem coisas pontuais que podem ser descritas, como tentou definir João Paulo sobre o “princípio Ocupa” – “democracia real e disposição para acampar no espaço público” -, no entanto, sabemos que nem todos os ocupantes acampam e nem todo Ocupa é acampamento. Há acontecimentos-ocupa que são como as festas das Zonas Autônomas Temporárias, acontecem e se desfazem no território para depois voltarem a aparecer, como é o caso do

#OcupaLapa, que passou a acontecer no bairro carioca após as Jornadas de Junho e se constitui num grande festival público, aberto, autogestionado, no chão do bairro, sem grandes estruturas, só o desejo de ocupar a cidade, promover cultura, encontrar o outro, aprender a construir juntos uma cidade mais humana, menos segregadora e mais alegre. Nesse evento, inclusive, acontece o interessante “Face Rua: a roda social”, uma materialização da “rede social” no espaço urbano, parodiando o *Facebook* e valorizando o “olho no olho” que os ocupantes disseram sentir falta na plataforma digital.

Num primeiro momento, podemos pensar que se algo deve ser “ocupado” é porque estava “desocupado”. Só um espaço vazio, inativo, ocioso precisa ser ocupado, ativado, praticado. Ocupamos o espaço público no momento em que esses espaços se esvaziaram de gente, de práticas, de sentido, de vida. No momento em que os espaços públicos estão sendo cada vez mais privatizados e os que sobraram estão abandonados ou gradeados, não cumprem mais sua função de encontro e se tornaram mera passagem para cidadãos apressados ou moradia temporária para cidadãos sem teto (ou sem dinheiro para pagar uma tarifa cada vez mais cara para se locomover de casa até o trabalho). Se as praças e os espaços públicos, hoje, são cada vez mais ordenados para serem não-lugares na cidade, os Ocupas instauram uma nova espacialidade no território urbano ao montar uma barraca no espaço público, indicando aos cidadãos a necessidade de permanência, que possibilitará a pausa necessária para o encontro com o outro, o diálogo e a transformação de si. Ocupa-se aquele “lugar” esvaziado, instaurando então um “espaço” praticado, para retomar os conceitos de Certeau. O Ocupa é um espaço praticado na cidade, instaurado a partir de um acontecimento que abre uma brecha para o encontro com o outro no território urbano e, então, para a possibilidade de que algo nos aconteça, nos afete, nos transforme, ou seja, para a possibilidade da experiência.

No entanto, como vimos, para além da dimensão espacial, existe uma importante dimensão temporal envolvida nas ocupações. E se na relação com o espaço, ocupamos o que está desocupado, na relação com o tempo, isso acontece de forma inversa. Para ocupar o espaço, é necessário “desocupar” o tempo: o tempo produtivo capitalista. Enquanto os espaços públicos estão sendo cada vez mais “desocupados” em benefício dos espaços privados, o tempo da vida está cada vez mais submetido ao ritmo de vida capitalista, que “ocupa” quase todo o tempo do indivíduo com trabalho e consumo. Na pergunta “qual a sua ocupação?”, criamos uma relação direta entre a ocupação do tempo do indivíduo com o tempo do trabalho. Se o sujeito não tem uma profissão, um trabalho, é, portanto, um “desocupado”. (Não por acaso, essa palavra é muito usada como rótulo para os ocupantes, que são “xingados” de “jovens desocupados” ou “hippies”, outro grupo que, no imaginário popular,

foge do padrão hegemônico de ocupação do tempo). Percebe-se que para "ocupar" um espaço público permanentemente, é necessário "desocupar" o tempo da produtividade capitalista, instaurando uma outra dimensão temporal e espacial na vida, ainda que temporariamente, ocupando esse tempo-espaço com outras possibilidades e potencialidades, ressignificando-o.

No pequeno manual "Bela Baderna: ferramentas para revolução" (BOYD; MITCHELL, 2013) (em inglês, *Beautiful Trouble: a toolbox for revolution*), os organizadores Andrew Boyd e Dave Oswald Mitchel apresentam diversas táticas, princípios e teorias que envolvem atos "revolucionários" e, entre eles, a tática da ocupação. Eles definem as ocupações como uma tática popular utilizada para tomar e defender espaços e para reivindicar o direito àquele território. "A lógica de ação de muitas dessas ocupações é a de que as pessoas estão retomando espaços que são seus, o que expõe grandes roubos" (BOYD; MITCHELL, 2013, p. 43). Nesse sentido, as ocupações expõem "a natureza arbitrária, e muitas vezes injusta, dos regimes de propriedade privada" (BOYD; MITCHELL, 2013, p. 44). Os autores também apontam que, apesar das variações, as ocupações geralmente possuem dois componentes centrais: o foco na logística para manter o acampamento e uma campanha pública de pressão (revelando novamente a relação ocupas-mídias), destacando ainda que "diferentes pontos de intervenção vão gerar diferentes tipos de ocupação", como no caso de ocupar uma instituição pública, como os índios fizeram com o #OcupaFunai ou mesmo a #AldeiaMaracanã, ou no caso de ocupar praças e outros espaços públicos da cidade.

Castells concorda que "os espaços ocupados têm desempenhado papel importante na história da mudança social, assim como na prática contemporânea", e ele cita três motivos básicos: o primeiro seria a criação de uma "comunidade", que se baseia na proximidade. E, ele destaca: "a proximidade é um mecanismo psicológico fundamental para superar o medo" (BOYD; MITCHELL, 2013, p. 20). Um dos diferenciais dessa comunidade seria justamente o fato dela se constituir num espaço público aberto a todo tipo de cidadãos, que podem participar sem necessariamente estarem se filiando a alguma ideologia ou organização, "apenas estando lá por suas próprias razões". O segundo motivo envolve o significado dos espaços ocupados, que "são geralmente carregados do poder simbólico de invadir áreas de poder de Estado ou de instituições financeiras". O controle do espaço simboliza o controle da vida das pessoas, por isso, "ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal". Em terceiro e último lugar, ao construírem uma comunidade livre num espaço simbólico, os ocupas criam um novo espaço público, "um espaço de deliberação que, em última instância, se torna um espaço político" (e podemos dizer ainda, um espaço

“educativo”). Ele destaca mais uma vez o aspecto híbrido desses espaços públicos que existem entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado.

Moreno descreveu o sentimento de empoderamento que sentiu ao participar do Ocupa Niterói e viver “sonhos de liberdade”, enfatizando essa ausência do medo, de que falou Castells, pelo simples fato de estarmos juntos, mais do que só pela consciência de que tínhamos o direito de fazer aquilo: “*nós estamos juntos e não existe quem venha aqui e fale que não*”.

e aí foi isso, Ocupa Niterói, viemos pra cá e pra mim foi uma expressão disso, de abrir paradigmas, sonho de liberdades, de empoderamento, de ver que a gente podia fazer aquilo e peitar, mesmo que a instituição viesse com a Guarda Municipal e retirasse a gente, nós sabíamos que tínhamos o direito de fazer aquilo, e como coletivo, porque se a gente tivesse sozinho, nunca teria essa questão, mas como coletivo e com as pessoas a gente identificava assim e falava “não, a gente pode”, sabe? “Nós estamos juntos e não existe quem venha aqui e fale que não, porque a gente vive num Estado democrático, um Estado de direitos, e nós vamos reivindicar essa porra” sabe?

Vale destacar ainda que a tática #Ocupa passou a acontecer cada vez mais com o objetivo de dar visibilidade a causas específicas, como o caso do #OcupaBeloMonte, sobre as atrocidades que estão acontecendo no canteiro de mais uma grande obra sem licença ambiental do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - desenvolvido por Dilma quando ainda era ministra de Minas e Energia do governo Lula -, ou como no caso do #OcupaCabral, que focava nas denúncias dos crimes do então governador Sérgio Cabral; o #OcupeEstelita, que pretende impedir o luxuoso projeto “Novo Recife” no Cais do Porto José Estelita; ou o argentino #AcampeContraMonsanto, que dá visibilidade às mortes e enfermidades provocadas por essa multinacional no campo e no nosso prato de comida todos os dias.

No final de 2014, surgiu um novo e interessante Ocupa no Rio de Janeiro com foco nas irregularidades das Olimpíadas 2016: o #OcupaGolfe. Há anos, o movimento “Golfe Para Quem?” vem alertando sobre a destruição de uma Área de Preservação Ambiental (APA), a Reserva de Marapendi, entre os bairros do Recreio dos Bandeirantes e a Barra da Tijuca, que, como o nome já diz, é uma área que deveria ser preservada, inclusive segundo a lei, mas é onde o prefeito Eduardo Paes, junto com a empresa Cyrela (a mesma que está querendo destruir uma das últimas áreas verdes de São Paulo, o Parque Augusta, onde surgiu uma nova ocupação, em janeiro de 2015, sob a hashtag #ParqueLiberado), resolveu construir um campo de golfe olímpico desnecessário, já que a cidade já possui dois campos de golfe que poderiam ser adaptados (e, afinal, este não é um esporte nada popular no país, da onde vem a pergunta:

#GolfeParaQuem?).



Com o prefeito da cidade passando por cima de todas as leis e instituições para fazer valer o seu acordo com as empreiteiras⁹¹, os ativistas optaram por essa tática que já se mostrou eficaz: ocupar. Assim, no dia 6 de dezembro de 2014, começou o #OcupaGolfe, que conseguiu levar a pauta do campo de golfe para inúmeros veículos da imprensa internacional e nacional (nessa ordem). Desde então, diariamente, os ocupantes recebem visitas da Guarda Municipal, que já usou de todas as estratégias, inclusive a violência física e os aparados “não-letais” para retirar os ocupantes pacíficos do local. Mas, apesar de ser uma ocupação muito especial para pensar inclusive o amadurecimento dessa tática, também por sua maneira de comunicar através do *Facebook* e de terem organizado um site trilingue sobre esse crime ambiental⁹², o assunto Ocupa Golfe aparece aqui por causa do *post* abaixo, publicado no dia 23 de dezembro de 2014, já na reta final da escrita da tese, mas que sintetiza algumas das questões discutidas neste trabalho. Eles começam falando que já consideram “comprovada a eficácia que o método de ocupação tem para chamar atenção de uma pauta política”, mas destacam que “o maior efeito da ocupação está bem além do impacto em quem está fora dela”. E então, apontam justamente para o aspecto da experiência que procurei trabalhar aqui com a ajuda dos ocupantes de Niterói, quando dizem: “a ocupação, o encontro de pessoas com convicções convergentes, transforma a elas próprias”.

⁹¹ “O campo de golfe, que será usado nos jogos olímpicos Rio 2016 e ocupa uma área equivalente ao bairro do Leblon ou a 100 campos de futebol fazia parte do antigo Parque Natural Municipal de Marapendi, cujos limites foram alterados pela Lei complementar nº 125/2013, proposto pelo Prefeito Eduardo Paes especialmente para execução das obras de construção do campo. O Ministério Público já havia considerado o texto inconstitucional. A contrapartida para a construção do campo é a permissão para construção imediata de 23 prédios de luxo cada um com 22 andares, deixando claramente exposta a intenção da iniciativa privada e da prefeitura na escolha da área: especulação imobiliária. O Ministério Público quer a suspensão da licença ambiental e a recuperação do meio ambiente degradado pelas obras do campo de golfe dos Jogos Olímpicos Rio 2016.”. Manifesto do Ocupa Golfe, disponível em: <http://ocupagolfe.tk/>. Acesso em: 20/01/15

⁹² Disponível em: <http://ocupagolfe.tk/>

Imagem 20 - #OcupaGolfe #OcuparÉPreciso



 **Ocupa Golfe** 23 de dezembro às 09:50 · Editado · 

Seja um OCUPANTE!!!

Consideramos já comprovada a eficácia que o método de ocupação tem para chamar a atenção para uma pauta política, com a grande repercussão dos posts da página e do Ocupa Golfe na imprensa.

Mais, o maior efeito da ocupação está bem além do impacto em quem está fora dela. A ocupação, o encontro de pessoas com convicções convergentes, transforma a elas próprias.

Por isso reiteramos o que dizemos desde o início da ocupação: o que precisamos mais que tudo são pessoas, com corpos, mentes e espíritos que fortaleçam a ocupação! É a participação no convívio da ocupação que a realiza e a mantém.

Já temos muitas pessoas, mas uma ocupação exige muito trabalho para se manter e, sem mais pessoas, muitas idéias boas ficam de lado sem se concretizar.

Quem tiver disponibilidade de passar qualquer período do dia ou da noite na ocupação, fará toda a diferença.

A ocupação não deve ser um grupo de pessoas, mas sim um encontro de desejos na sociedade. Se você é contra o campo de golfe na APA de Marapendi, não fique apenas acompanhando nossos posts.

Venha para o Ocupa Golfe!

[#OcupaGolfe](#)
[#OcuparÉPreciso](#)

Quando vi a foto do post pela primeira vez, percebi apenas a árvore em primeiro plano com uma sombra convidativa e até questionei os motivos deles terem escolhido essa foto em

particular. Aquele acolhedor espaço de sombra sob o sol do verão mais quente da história estaria nos convidando a ocupar? Depois, olhando melhor, percebi vários outros elementos na imagem. Na extrema esquerda, há uma dupla de guardas municipais embaixo de uma pequena árvore, percebe-se que um deles está caminhando em direção à ocupação, que está também em segundo plano, no centro da foto. É possível observar que, quantitativamente, ela é pequena, mas incomoda ao poder estatal, que diariamente a visita para ameaçá-la, mas eles permanecem. À direita da foto, estão os automóveis, que representam uma cidade projetada para eles, não para as pessoas, pois não há calçadas, praticamente, só canteiros - inclusive o canteiro da obra, à frente da ocupação, e o canteiro que separa as duas vias dos automóveis, onde encontra-se o pequeno Ocupa e a grande árvore do primeiro plano, que, por sua vez, representa a natureza que os ocupantes querem proteger, abundante, que sozinha oferece sementes, sombra e outros recursos possíveis, até que um novo projeto urbanístico a derrube dali. O *post* é concluído com a *hashtag* #OcuparÉPreciso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pois qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?

Walter Benjamin

No momento em que termino este texto, o único condenado durante as chamadas “Jornadas de Junho” é um rapaz pobre e negro que portava uma garrafa de água sanitária e outra de desinfetante na terrível noite de 20 de junho de 2013, quando a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro colocou mais de um milhão de cidadãos literalmente para correr na enorme Avenida Presidente Vargas enquanto os atacava com bombas e os perseguia, montada até a cavalo, pelo centro e adjacências. Morador de rua, Rafael Braga estava passando com esses materiais de limpeza numa sacola, no bairro da Lapa, no momento em que a polícia o abordou, dizendo: “Vem cá, ô moleque. Aí neguinho, você tá com coquetel molotov? Você tá ferrado neguinho⁹³”, e, seguindo o procedimento padrão, bateram nele. Rafael conta que não estava participando da manifestação nem sabia o que era coquetel molotov. E mesmo após o laudo técnico desconsiderar o conteúdo das garrafas como material explosivo, ele segue preso e condenado a cinco anos de prisão em Bangu 5. Por apresentar bom comportamento, ganhou direito ao regime semiaberto e passou a trabalhar no escritório de advocacia que o atendia, mas após seus advogados postarem a foto abaixo no *Facebook*, ele foi condenado à solitária pela primeira vez, como medida disciplinar, permanecendo por dez dias numa sala de dois metros quadrados, de onde saía duas horas por semana para tomar sol. Na segunda vez, o motivo da punição também era “servir de exemplo” aos outros presos, por não ter voltado ao presídio no horário combinado, no dia 10 de dezembro, quando se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos, inclusive. Rafael acabou sendo transferido para um presídio em Niterói, o mesmo onde esteve preso nosso amigo Mateus⁹⁴, do Ocupa Niterói, outro jovem, negro e pobre.

⁹³ ANISTIA Internacional. “Eles usam uma estratégia de medo”: Proteção do direito ao protesto no Brasil (2014). Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/4000/amr190052014pt.pdf>

⁹⁴ No dia da conclusão deste texto, recebi um telefonema de Perninha, após um ocupante o ter encontrado no *Facebook*. Ele me contou muitas novidades de seu novo trabalho como supervisor de vendas da interessante revista *Ocas*, um projeto que envolve a reintegração social de moradores de rua, e, entre as novidades, me contou que encontrou o Mateus, dias antes. E que ele tinha saído da prisão, dias antes.

Imagem 21 - Rafael Braga – O Estado te esmaga de cima para baixo



“O sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão”, profetizava Antônio Conselheiro pelos sertões do Brasil. Hoje, a histórica cidade de Canudos, que testemunhou uma das maiores “ocupações” do país, está literalmente embaixo d’água após ter sido construído um açude justamente onde estava localizada. Enquanto isso, uma notícia recente vem assombrando o país: a metrópole ícone do progresso e de nossa civilização subdesenvolvida, São Paulo secou. O Sistema Cantareira, que abastece mais da metade da região metropolitana, está com o nível mais baixo de sua história, apesar desse cenário ter sido previsto em 2004 e aparentemente ignorado. Em Minas Gerais, a nascente do Rio São Francisco também secou pela primeira vez. Durante o verão de 2014-2015, as chuvas não conseguiram chegar à região sudeste por conta do crescimento avassalador do desmatamento da Amazônia nos últimos anos, que impede o fluxo de umidade se formar acima da floresta e ser levado pelos ventos às regiões centro-sul. O ano de 2014 foi considerado o mais quente da história. Após décadas de cientistas e ambientalistas apontando para o termômetro do planeta, talvez agora a situação seja irreversível.

A crise hídrica e a potencial desertificação da região sudeste até poderiam ser revertidas, segundo especialistas, com a implantação imediata do desmatamento zero e o reflorestamento das áreas degradadas. No entanto, outras notícias do presente nos mostram que estamos avançando em movimento contrário. Além de não ter assinado o documento da Cúpula do Clima, em setembro de 2014, em plena campanha eleitoral, quando se comprometeria com a redução pela metade da perda das florestas até 2020, zerando-a até 2030, a reeleita presidenta Dilma Rousseff, após um processo eleitoral acirrado (vencendo com 51% dos votos) e repleto de coligações (e contradições próprias da democracia representativa brasileira), anunciou a lista de ministros e ministras do seu segundo mandato, que se inicia no

ano de conclusão desta tese. Na Agricultura, está a líder da bancada ruralista, Kátia Abreu, que em seus pronunciamentos costuma tratar os índios como “invasores”; ganhou o prêmio “Motosserra de Ouro” e o apelido de “Miss Desmatamento” da ONG ambientalista Greenpeace, e recentemente declarou que “não existe mais latifúndio no Brasil”, sendo ela própria dona de grandes fazendas e representante de grandes fazendeiros como presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária. Já declarou que sua intenção é tornar-se presidenta do Brasil. No Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo (ex-Ministro dos Esportes no primeiro mandato, quando aconteceu a polêmica Copa do Mundo da FIFA no Brasil) declarou, por sua vez, que “não há comprovação científica das projeções do aquecimento global”, ridicularizando ambientalistas. Sigamos para outra declaração curiosa feita pelo empossado Ministro da Educação, Cid Gomes, que quando era governador do Ceará ordenou que a Polícia reprimisse os professores em greve e disse que “professor deve trabalhar por amor, e não por dinheiro”. O maior orçamento federal vai para a pasta do Ministério das Cidades, agora nas mãos de Gilberto Kassab, que quando foi prefeito da maior cidade do país, reduziu os nutrientes da merenda escolar a pedido da gigante corporativa Nestlé e, após ter reduzido de cinco para quatro o número de refeições nas escolas, declarou que fazia “tão mal à saúde comer demais quanto comer de menos”. Talvez por isso também tenha proibido a distribuição de sopas aos moradores de rua, assim como mandou fechar alguns albergues para essa população; também proibiu que feirantes gritassem na rua e proibiu a arte urbana nos muros da cidade, apagando, mais de uma vez, grafites dos internacionalmente conhecidos “OSGEMEOS”. Esses são apenas quatro nomes de 39 ministros que, junto do Congresso mais conservador desde 1964 e de uma Câmara onde quase metade dos deputados federais são milionários, por aí vamos nos próximos quatro anos.

Afinal, não eram só 20 centavos: estamos começando 2015 com um aumento de R\$ 0,50 centavos na tarifa dos transportes em São Paulo, R\$ 0,40 no Rio e R\$ 0,30 em Niterói. Os protestos #ContraTarifa voltaram à cena e já levam milhares às ruas, principalmente em São Paulo, onde o movimento consegue mobilizar multidões em torno de uma problemática central para a cidade: a mobilidade urbana, o transporte público e a necessária e viável implantação da #TarifaZero para todos por meio de impostos progressivos: quem tem mais dinheiro, paga mais, quem tem menos, paga menos e quem não tem, não paga. O movimento defende que o transporte, ou seja, a possibilidade de ter acesso à cidade, é um direito fundamental e não pode ser encarado como uma mercadoria lucrativa para um pequeno grupo de empresas privadas e políticos comprados, em prejuízo de milhões de cidadãos. As

respostas dos governos estaduais às demandas populares até agora têm sido as mesmas: tiro, porrada e bomba.

O noticiário recente também traz uma informação de interesse dos “99%”: durante o Fórum Mundial de Davos, encontro anual dos líderes da economia mundial, em janeiro de 2015, um relatório da ONG Oxfam revelou que o grupo de 1% das pessoas mais ricas do mundo possui, atualmente, 48% da riqueza do planeta, e, se continuar nesse ritmo, deve ultrapassar os 50% em 2016. Nos 99% da população, a concentração de renda também é significativa, já que dos 52% de recursos restantes, 1/5 detêm 46%, restando para a maior parcela da população apenas 5,5% da riqueza mundial. A conclusão óbvia é o acelerado aumento da desigualdade global. Nessa reunião, estava presente o novo ministro da Fazenda Joaquim Levy, bem visto pelo mercado neoliberal como um economista ortodoxo, formado engenheiro naval e com doutorado em economia na Universidade de Chicago, que começou sua carreira política no governo FHC, depois Lula e agora Dilma, já foi diretor do Bradesco e também trabalhou no FMI e no Banco Central Europeu. Ou seja, um currículo respeitável para os participantes de Davos, onde Levy se esforçava para recuperar a confiança do mercado global em relação ao Brasil, que passou da “galinha dos ovos de ouro”, em 2011, para o “patinho feio” da reunião, em 2015. Já nos primeiros 15 dias de governo, foram implementadas algumas medidas impopulares (para os brasileiros, não para Davos), como aumento de impostos e redução de benefícios sociais para pagar as contas do ano anterior que fecharam “no vermelho”. Dilma chamou essas medidas de “adequação dos benefícios trabalhistas às novas condições socioeconômicas do país”. A famosa “austeridade fiscal” aqui está sendo chamada de “ajuste fiscal”.

O país governado por uma mulher que foi presa e torturada por militares durante a ditadura é o mesmo país que envia 2.700 militares para “ocupar” (no mal sentido) o complexo de favelas da Maré, munidos de armamentos e tanques de guerra, com o paradoxal objetivo de “pacificá-la”. Primeiro, a Polícia Militar do Rio deu início ao processo de “pacificação” no local, em março de 2014, quando, nos primeiros 15 dias, matou 16 pessoas. Eles chamaram essa fase de “pré-pacificação”. Depois chegaram 2.050 soldados da Brigada Paraquedista do Exército, 450 fuzileiros navais e 200 policiais militares. São gastos R\$ 1,2 milhão por dia nessa operação. Em novembro do mesmo ano, representantes das 16 comunidades da Maré se reuniram com a imprensa para denunciar os abusos do exército no local.

O exército e a Força Nacional também são muito usados pelo Governo Federal para “reforçar a segurança” dos megaeventos que têm sido cada vez mais frequentes, como aconteceu na Rio+20, em 2012, na Copa das Confederações, em 2013, e na Copa do Mundo,

em 2014. Nesta última, ainda tivemos a Constituição temporariamente suspensa quando passou a valer a “Lei Geral da Copa” em todo o território nacional, que passou a ser chamado “Território FIFA”. Foi também nesse evento que ativistas foram e continuam presos ou foragidos ou proibidos de participar de manifestações e reuniões públicas, a partir de um inquérito policial de duas mil páginas no qual o filósofo anarquista Mikhail Bakunin, morto em 1876, era citado como suspeito, entre outros detalhes novelescos. Por fim, no pacote de militarização do Estado, vale lembrar ainda uma “parceria” entre as Secretarias de Educação e de Segurança Pública do Rio, que desde 2012 impõe a presença de uma dupla de policiais armados em todas as escolas do Estado para “evitar roubos e vandalismo”, segundo o então secretário de educação Wilson Risolia, que disse também que os policiais deveriam “servir de exemplo para essa garotada que está em nossos colégios”, esquecendo que essa mesma garotada também mora nas favelas e veem “exemplos” de policiais todos os dias.

Mas por que estou destilando todas essas notícias catastróficas após um texto que potencialmente apontaria para um final mais esperançoso em relação à transformação social? Que fique claro que não se trata de fazer aqui um discurso “anti-Dilma” ou “anti-PT”, como temos visto de maneira rasa no debate contemporâneo, mas uma crítica à democracia representativa brasileira da maneira como ela se configura hoje, fruto de um longo processo histórico. Essas informações estão no noticiário nacional contemporâneo, que coincidem com o início do segundo mandato da presidenta, assim como os quatro anos da pesquisa coincidiram com os quatro anos de seu primeiro mandato. Não por acaso, os acontecimentos são globais e, guardando as devidas particularidades locais, são muito semelhantes. Todos eles apontam para uma falência desse modelo de vida direcionado para uma ideia de “riqueza” que só produz pobreza. Inclusive e especialmente, pobreza de experiência. Talvez por isso as pessoas se levantem de tempos em tempos e gritem: “já basta!”, e saiam às ruas como loucos, às vezes batendo panelas, às vezes quebrando coisas, e saem em busca de quê? De (re)encontrar-se e (re)encontrar a cidade, a democracia “real” e o outro - o que, no final das contas, é o encontro consigo mesmo.

Podemos agora tomar distância para avaliar o conjunto. Ficamos pobres. Abandonamos uma depois da outra todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do 'atual'. A crise econômica está diante da porta, atrás dela está uma sombra, a próxima guerra. A tenacidade é hoje privilégio de um grupo dos poderosos, que sabe Deus não são mais humanos que os outros; na maioria bárbaros, mas não no bom sentido. Porém os outros precisam instalar-se, de novo e com poucos meios. São solidários dos homens que fizeram do novo uma coisa essencialmente sua, com lucidez e capacidade de renúncia. Em seus edifícios, quadros e narrativas a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à cultura. E o que é mais importante: ela o faz rindo. Talvez esse riso tenha aqui e ali

um som bárbaro. Perfeito. No meio tempo, possa o indivíduo dar um pouco de humanidade àquela massa, que um dia talvez retribua com juros e com os juros dos juros. (BENJAMIN, 1994, p. 119)

Sim, repito Benjamin: “é preferível confessar que essa pobreza de experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie” (BENJAMIN, 1994, p. 115). Os novos bárbaros foram educados durante séculos por um processo civilizatório que, particularmente no Brasil, sempre se confundiu com a barbárie. “Bárbaro e nosso”, dizia o manifesto da poesia Pau Brasil. Devoramos toda a cultura e, como resultado esperado de toda digestão, a defecamos. Os ocupantes bem destacaram esse aspecto selvagem de nossa natureza: comemos, dormimos, defecamos. E, como bons civilizados, defecamos na água limpa, esse recurso que agora se esgota no planeta, enquanto todos sabem que as fezes servem de adubo para a terra, que produz alimentos de graça e abundantemente nesse lugar “em que, se plantando, tudo dá”. Mas é muito mais civilizado despejar nossos excrementos na água, “adubar” a terra com produtos cancerígenos (pois, afinal, a medicina ocidental está aí com todas as suas drogas) e comprar alimentos transgênicos envoltos em petróleo nas gôndolas dos supermercados. Benjamin (1994, p. 118) também aponta a antropofagia humana: “eles 'devoraram' tudo, a 'cultura' e os 'homens', e ficaram saciados e exaustos”. Sim, estamos todos tão cansados – e tudo porque não concentramos nossos pensamentos “num plano totalmente simples mas absolutamente grandioso”. Conviver com o outro, ser tolerante, aprender com a diferença, crescer como ser humano. Ensinaamentos tão simples, mas absolutamente grandiosos, que aprendi com o Ocupa.

REFERÊNCIAS

ABDO, A. et al. *Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia*. São Paulo: online, 2013. Disponível em: <<https://pimentalab.milharal.org/files/2013/05/MOVIMENTOS-EM-MARCHA-livro.pdf>>. Acesso em: 12/12/14.

ALMEIDA, Henrique de; ALMEIDA, Renan. Perseguição política: empresa demite operários por apoio a índios no Maracanã. *Jornal do Brasil*, 14/01/12. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2013/01/14/carpiteiros-da-concrejato-sao-demitidos-por-terem-sido-solidarios-aos-indigenas-da-aldeia-maracana/>>. Acesso em: 09/01/15

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012

ANTOUN, Henrique. Democracia, Multidão e Guerra no Ciberespaço. In: PARENTE, André (org). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

APOSENTADO grego se mata por causa da crise econômica. *Veja*, 04/04/2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/suicidio-de-aposentado-comove-grecia>>. Acesso em: 29/06/13

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense, 1997.

BARCINSKI, Fabiana Wernek. *Favela*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BARROS, Manoel de. *O Livro das Ignoranças*. Rio de Janeiro: Record, 1993

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

_____. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Obras escolhidas, v. 2).

_____. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 203

BENITES; VETTORAZZO; BRISOLA. São Paulo e Rio têm noite de violência após protestos em apoio a professores. *Folha de SP, Cotidiano*, 7/10/13. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1353222-manifestantes-viram-carro-de>>

policia-e-depredam-agencias-bancarias-em-sp.shtml>. Acesso em: 15/12/14

BEY, Hakim. *TAZ: zona autônoma temporária*. São Paulo: Conrad, 2001. (Coleção Baderna)

BOYD, Andrew; MITCHELL, Dave (orgs.). *Bela Baderna: Ferramentas para Revolução*. São Bernardo do Campo: Ideal, 2013

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>

CAIRO, Camaradas do. Nós podemos sentir o cheiro do gás lacrimogêneo do Rio e de Taksim e Tahrir. Disponível em: <<http://daslutas.wordpress.com/2013/07/02/nos-podemos-sentir-o-cheiro-do-gas-lacrimogenio-do-rio-e-de-taksim-a-tahrir/>>. Acesso em: 15/12/14

CANCLINI, Néstor García. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

_____. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

CARNEIRO, Henrique Soares. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e Cidades Educadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003

_____. Jovens na cidade. *Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade*, Ano 1, n. 1, p. 15-22, ago. 2001,

CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

_____. *Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999a. v. 1.

_____. *O poder da identidade* São Paulo: Paz e Terra, 1999b. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 2).

_____. Anatomía de una revolución. In: *La vanguardia*: 19/02/2011. Disponível em: <<http://www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20110219/54117604837/anatomia-de-una-revolucion.html>>. Acesso em: 19/06/12

CASTRO, Lúcia Rabello de. Conhecer, transforma(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: CASTRO; BESSET (orgs.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008.

CAVA, Bruno. *A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out)*. São Paulo: Annablume, 2013

CAVA, Bruno. Não é hora de sair do Facebook. In: *Outras Palavras*, 15/12/11. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/nao-e-hora-de-sair-do-facebook/>>. Acesso em: 20/07/13

CAVA, Bruno; COCCO, G. (orgs.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002

COCCO, G.; HOPSTEIN, G. *As multidões e o império: entre globalização da guerra e universalização dos direitos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COELHO, Gustavo. O cotidiano de torcidas jovens de futebol: indícios da saturação da racionalidade moderna. In: ANPED SUDESTE, 2014.

COLEÇÃO Caros Amigos: Revoltas Populares no Brasil; Fascículo 1: Canudos. Editora Caros Amigos: 2014.

DAVIS, Mike. Chega de chiclete. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 40-52, set.-dez. 2003.

DECLARAÇÃO da ocupação de Nova Iorque. Juntos, 1/10/11. Disponível em: <<http://juntos.org.br/2011/10/declaracao-da-ocupacao-de-nova-iorque/>>. Acesso em: 12/12/14

DEMOCRACIA distribuída: miradas de la Universidad Nómada al 15M. Espanha: online, 2012. Disponível em: <http://www.universidadnomada.net/IMG/pdf/Democracia_distribuida_ebook.pdf>. Acesso em: 22/07/13

DUPUIS-DÈRI, Francis. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014

EDUCAÇÃO: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. [1996]. Brasília: julho, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001095/109590por.pdf>>. Acesso em: 25/01/15

FAMÍLIA Arco-Íris. In: Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fam%C3%ADlia_arco-%C3%ADris>. Acesso em: 29/06/13

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 2008

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. Discutindo sentidos da palavra intervenção na pesquisa de abordagem histórico-cultural. In: FREITAS, M. T. A.; RAMOS, B. S. *Fazer pesquisa na*

abordagem histórico-cultural: metodologias em construção. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

_____. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 21-39, jul. 2002

GARDNER, Frank. O homem que ‘acendeu’ a fagulha da Primavera Árabe. *BBC News*: 17/12/11. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/ultimas_noticias/2011/12/111217_primavera_arabe_bg.shtml>. Acesso em: 14/12/14

GOHN, Maria da Glória. *Educação Não-Formal e Cultura Política*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez, 2012.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. *Sociologia dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Cortez, 2014

_____. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

GUTIÉRREZ, Bernardo. Três anos de revoltas interconectadas. Em: CAVA; COCCO (orgs.). *Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou*. São Paulo: Annablume, 2014

GUTIERREZ, B. A primavera do direito à cidade. *Outras Palavras*: 10/06/13. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/2013/06/10/a-primavera-do-direito-a-cidade/>>. Acesso em: 20/06/13

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2002

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

_____. “O direito à cidade”. *Piauí*, n. 82, p. 38-43, jul. 2013.

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia (et. al.). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013

HARVEY et. al. *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012

HOPSTEIN, Graciela. *A Rebelião Argentina: assembleias de bairros, piqueteros e empresas recuperadas*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007

JUDENSNAIDER, Elena et al. *20 centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013

LARAZI, Rafael. Islândia: uma experiência constitucional para o Brasil? *JusBrasil*. Disponível em: <<http://rafaeldelazari.jusbrasil.com.br/artigos/121943825/islandia-uma-experiencia-constitucional-para-o-brasil>>

LARROSA, Jorge. O enigma da infância ou o que vai do impossível ao verdadeiro. In: _____. *Imagens do outro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

_____. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, 2002.

_____. Desejo de realidade – Experiência e alteridade na investigação educativa. In: BORBA, Siomara; KOHAN, Walter (Org.). *Filosofia, aprendizagem, experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2008

LOCATELLI, Pedro. Zapatismo, vinte anos depois. *Carta Capital*, 02/01/14. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/zapatismo-vinte-anos-depois-6195.html>>. Acesso em: 10/12/14

LUDD, Ned (org.). *Urgência das ruas: black bloc, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad, 2002

MALINI, F.; ANTOUN, H. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013

MASSCHELEIN, Jan. Pongámonos en marcha. In: MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. (Eds.) *Mensajes e-ducativos desde tierra de nadie*. Barcelona: Laertes, 2008, p. 21-30.

MASSCHELEIN; SIMMONS. *A pedagogia, a democracia, a escola*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 161

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

MEIRELES, M. Manuel Castells: ‘O povo não vai se cansar de protestar’. *O Globo*: 29/06/13. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/manuel-castells-povo-nao-vai-se-cansar-de-protestar-8860333>>. Acesso em: 20/07/13

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de*

Educação, n. 5-6, p. 5-14, Maio-Ago., Set.-Dez. 1997.

MIRANDA, Priscila. Turcos apoiam manifestantes de São Paulo pelo Facebook. *Portal Vírgula*: 15/06/13. Disponível em: <<http://virgula.uol.com.br/inacreditavel/turcos-apoiam-manifestantes-de-sao-paulo-pelo-facebook/>>. Acesso em: 15/12/14

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MONTERDE, A. La potencia de la cooperacion en la plaza global. In: DEMOCRACIA distribuída: miradas de la Universidad Nómada al 15M. Universidad Nomada, online, 2012. Disponível em: <http://www.universidadnomada.net/IMG/pdf/Democracia_distribuida_ebook.pdf>. Acesso em: 22/07/13

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 250

MOVIMENTO Passe Livre São Paulo. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MUSSO, Pierre. A filosofia da rede. In: PARENTE, André (org). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2010

NAGAO, Luis. A Grécia à beira do segundo round. *Outras Palavras*: 13/05/11. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/a-grecia-a-beira-do-segundo-round/>>. Acesso em: 12/12/14

NEGRI, A.; COCCO, G. *Global: biopoder e lutas numa América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Reccord, 2005

NERY, Sarah. *Tenho cara de pobre: Regina Casé e a periferia na TV*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012

_____. Acampadas. *Revista Global*, n. 16, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=1196>>. Acesso em: 23/11/14

OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Cidade, memória e pesquisa: um percurso com Walter Benjamin. In: SOUZA, S. J.; KRAMER; Sonia. *Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio*, 2009

PAIS, José Machado. Nas rotas do cotidiano. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 37, jun.1993

_____. A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, v. XXV(105-106) , p. 139-165, 1990.

_____. Jovens e Cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 49, p. 53-57, 2005.

PARENTE, André. Enredando o pensamento: redes de transformação e subjetividade. In: PARENTE (org.). *Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2010

PEREIRA, Rita Marisa Ribes. Pesquisa com crianças. In: PEREIRA, Rita Marisa Ribes; MACEDO, Nélia Mara Rezende (orgs.). *Infância em pesquisa*. Rio de Janeiro: NAU, 2012.

PEREIRA, Rita Marisa Ribes; SALGADO, Raquel Gonçalves; JOBIM E SOUZA, Solange. Pesquisador e criança: dialogismo e alteridade na produção da infância contemporânea. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 138, p. 1019-1035, set.-dez, 2009

_____. A pesquisa como experiência estética. In: PASSOS, Mailsa; PEREIRA, Rita Ribes. *Educação, experiência, estética*. Rio de Janeiro: NAU, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos sociais 2011: estamos frente a uma nova forma de fazer política? In: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. (orgs). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

PIRES, Ericson. *Cidade ocupada*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007

PLEYERS, Geoffrey. Internacionalização sem institucionalização? A experiência do Fórum Social Mundial. In: GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. (orgs). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

PROTESTOS... Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_contra_a_crise_financeira_na_Isl%C3%A2ndia_em_2008-2009#cite_note-tele-car-buildings-12>. Acesso em: 15/12/14

PSOL TAUBATE (20/02/12). Este mundo de mierda esta embarazado de otro; Eduardo Galeano [vídeo do Youtube]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SKIyh4II6to>>. Acesso em: 12/12/14

RYAN, Yasmine. How Tunisian's revolution began. *Aljazeera*: 26/01/11. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/01/2011126121815985483.html>>. Acesso em: 14/12/14

RYOKI, André; ORTELLADO, Pablo. *Estamos vencendo!:* resistência global no Brasil. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004.

SALGADO, Raquel Gonçalves; JOBIM E SOUZA, Solange. Pesquisador e criança: dialogismo e alteridade na produção da infância contemporânea. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 138, p. 1019-1035, set.-dez. 2009

SALLES, João Moreira. Islândia: a grande ilusão. *Revista Piauí*, n. 28. Disponível em: <<https://christypato.wordpress.com/2009/02/08/islandia-a-grande-ilusao-joao-moreira-salles>>. Acesso em: 20/11/14

_____. A ilha-laboratório. *Piauí*, 65, fevereiro, 2012. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-65/carta-da-islandia/a-ilha-laboratorio>>. Acesso em: 20/11/14

SANTAELLA, Lucia. A aprendizagem ubíqua substitui a educação formal? *Revista de Comunicação e Tecnologia da PUC-SP*, v. 2, n. 1, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. Boaventura examina a onda ‘Podemos’. *Outras Palavras*: 18/11/14. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/destaques/boaventura-examina-a-onda-podemos/>>. Acesso em: 12/12/14

SANTOS, Núbia de Oliveira. *Quando “menos” é “mais”*: a criança e seu aniversário. 2013. 265f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SERRANO, Eduardo. El poder de las palabras: glosario de términos del 15m. In: TORET, Javier. Una mirada tecnopolítica sobre los primeros días del 15M. *Democracia Distribuida: Miradas de la Universidad Nómada al 15M*. Universidad Nómada: Mayo, 2012. Disponível em: <http://www.universidadnomada.net/IMG/pdf/Democracia_distribuida_ebook.pdf>. Acesso em: 22/07/13

SETTI, Ricardo. Como foi que a Islândia fez uma nova constituição usando o Facebook. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/vasto-mundo/como-foi-que-a-islandia-fez-uma-nova-constituicao-usando-o-facebook/>>. Acesso em: 10/12/14

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

SIMONS, M.; MASSCHELEIN, J. *A pedagogia, a democracia, a escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

_____. Sobre el precio de la investigación pedagógica. In: MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. (Eds.) *Mensajes e-ducativos desde tierra de nadie*. Barcelona: Laertes, 2008. p. 129-146.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Passeata dos cem mil marca o auge da resistência contra a ditadura no Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/04/397254-passeata-dos-cem-mil-marca-o-auge-da-resistencia-contr-a-ditadura-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 10/12/14

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

STEAVENSON, Wendell. Os dias na Praça Tahrir. Publicado originalmente na New Yorker (28.02.2011) e traduzido para Outras Palavras em 03/03/2011. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/posts/na-praca-tahrir-por-wendell-steavenson/>>. Acesso em: 23/11/2014

THOREAU, Henry David. *A desobediência civil*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

TORRE, Javier. Una mirada tecnopolítica sobre los primeros días del 15M. In: *Democracia Distribuida: Miradas de la Universidad Nómada al 15M*. Universidad Nómada: Mayo, 2012. Disponível em: <http://www.universidadnomada.net/IMG/pdf/Democracia_distribuida_ebook.pdf>. Acesso em: 22/07/13

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e modernidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 227-234, 1993.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

WEINSTEIN, Adam. 'Who are the 99 percent' creators revealed. *Mother Jones*: 07/10/11. Disponível em: <<http://www.motherjones.com/politics/2011/10/we-are-the-99-percent-creators>>. Acesso em: 12/12/14

ZIZEK, Slavoj. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012

_____. O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY et al. *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2012